

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE-UFCG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA-PPGH

PAULO ALEXANDRE XAVIER MARQUES

NA CONTRAMÃO DA VIA MANGUE: artes e astúcias na reinvenção
do cotidiano de ex-moradores das localidades "Xuxa" e "Deus nos Acuda"
em Recife-PE

CAMPINA GRANDE

2014

PAULO ALEXANDRE XAVIER MARQUES

NA CONTRAMÃO DA VIA MANGUE: artes e astúcias na reinvenção
do cotidiano de ex-moradores das localidades "Xuxa" e "Deus nos Acuda"
em Recife-PE

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós- Graduação em
História da Universidade Federal
de Campina Grande-UFCG,
como pré-requisito para obtenção
do Grau de Mestre em História.

Área de concentração: História, Cultura e Sociedade.

Linha de Pesquisa: II - Cultura, Poder e Identidades.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Eronides Câmara de Araújo

CAMPINA GRANDE

2014

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

M357n Marques, Paulo Alexandre Xavier.

Na contramão da via mangue: artes e astúcias na reinvenção do cotidiano de ex-moradores das localidades "Xuxa" e "Deus nos Acuda" em Recife - PE / Paulo Alexandre Xavier Marques. – Campina Grande, 2014. 225 f. il. color.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2014.

"Orientação: Prof. Dra. Eronides Câmara de Araújo".
Referências.

1. História – Cultura – Recife (PE). 2. Favelas. 3. Via Mangue
I. Araújo, Eronides Câmara de Araújo. II. Título.

CDU 930.85(813.4)(043)

PAULO ALEXANDRE XAVIER MARQUES

NA CONTRAMÃO DA VIA MANGUE: artes e astúcias na reinvenção
do cotidiano de ex-moradores das localidades "Xuxa" e "Deus nos Acuda"
em Recife-PE

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós- Graduação em
História da Universidade Federal
de Campina Grande-UFCG,
como pré-requisito para obtenção
do Grau de Mestre em História.

Área de Concentração: História, Cultura e Sociedade.

Linha de Pesquisa: II - Cultura, Poder e Identidades.

Data de defesa: 21 de março de 2014.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Eronides Câmara de Araújo (PPGH-UFCG)

Prof^a. Dr^a. Regina Coelli Gomes Nascimento (PPGH-UFCG)

Prof. Dr. Antônio Torres Montenegro (PPGH-UFPE)

AGRADECIMENTOS

Todo trabalho acadêmico é uma produção coletiva, cujo início se perde nos labirintos das mentes iluminadas, dos arquivos de bibliotecas e, hoje, dos meios virtuais, que fazem com que o conhecimento seja partilhado numa quantidade e numa velocidade nunca vista. Pela impossibilidade de agradecer a todos de maneira pessoal, deixo meus mais sinceros agradecimentos a todos que das mais diversas formas colaboraram para que esse trabalho se tornasse possível, e passo a agradecer nominalmente aos mais próximos, numa ordem que de forma alguma os classifica em grau de importância, o que não poderia ser medido nem avaliado em termos quantitativos.

Começo agradecendo a Sandra Lúcia Vieira (in memoriam), pela sua inestimável colaboração, desde os tempos em que eu era um agente da Prefeitura do Recife, e depois, na fase de levantamento de dados da pesquisa, até mesmo após a sua partida inesperada para outro plano de existência, quando continuou a colaborar com a energia que emana da força de seu exemplo de luta e de seus serviços prestados à sua comunidade e à cidade do Recife, como líder comunitária da comunidade “Xuxa”, objeto desta pesquisa; a Genivaldo Jr. e Suzane Vieira, seus filhos, pela inestimável colaboração; a José Leonardo Vieira, seu sobrinho, que me apoiou após a partida de Sandra e a todos os moradores do Residencial III Via Mangue, que contribuíram com suas entrevistas e com as mais diversas formas de colaboração.

Quero agradecer à minha professora e orientadora Dra. Eronides Câmara de Araújo, que me acompanha e orienta desde os meus primeiros passos na disciplina História, cuja metodologia de orientação me permitiu agir com liberdade e autonomia, ingredientes que considero fundamentais para a realização de um trabalho criativo, colocando à minha disposição toda a sua experiência e conhecimento, sempre me chamando atenção para as “armadilhas” do caminho. Foi, além de mestra, uma irmã e uma amiga cuidadosa.

Agradeço imensamente ao Professor Dr. Antônio Torres Montenegro, do Programa de Pós-graduação em História da UFPE, pela forma gentil com que aceitou o convite para participar de minha banca, apesar de seus inúmeros compromissos acadêmicos e pessoais, tendo prestado uma inestimável colaboração com suas importantes contribuições na banca de qualificação, assim como com sua extensa

produção científica, que me serviu de fundamentação teórico-metodológica para elaboração deste trabalho. De modo especial, agradeço pelo seu estímulo e incentivo, fundamentais para a realização deste trabalho.

Meus sinceros agradecimentos à professora Dra. Regina Coelli Gomes Nascimento, por tantas contribuições trazidas nas aulas do mestrado, nos minicursos, de modo especial na banca de qualificação, que tanto valor agregou a este trabalho, mas principalmente pela “torcida” e pelos estímulos com que sempre me incentivou desde os primeiros momentos de minha caminhada no mestrado de História, sem o que não teria sido possível chegar até aqui.

Agradeço, também, a todos os demais professores do Programa de Pós-graduação em História da UFCG, Gervácio Batista Aranha, Antônio Clarindo Barbosa de Souza, Iranilson Buriti de Oliveira, João Marcos Leitão Santos, Marinalva Vilar de Lima, que tanto contribuíram com sua amizade, com seus exemplos e com seus ensinamentos para a minha formação e, de modo especial, a Juciene Ricarte Apolinário, pela sua amizade, incentivo e particular colaboração.

Muito obrigado também a todos os meus colegas, que com sua amizade, incentivo e tantas contribuições, foram essenciais para o meu êxito no programa, assim como pelo companheirismo em tantas lutas que enfrentamos juntos, pelas trocas de experiência, de informações e, de modo especial, pelo respeito e atenção com que me aceitaram como colega, tendo eu vindo de uma área diversa do campo da história, como um “estranho no ninho”, por todos os momentos em que aprendemos, sofremos e sorrimos juntos. Quero ter sempre todos vocês como companheiros, como amigos e como uma lembrança boa em meu coração.

Quero agradecer, o carinho, o incentivo e o exemplo de vida que recebi de meus irmãos Arnaldo, Tatiana, Eduardo, Paulinha, Ana Lourdes, Otávio e sua esposa Lena, tendo esses três últimos, além disso, colaborado para melhorar a redação deste trabalho. Agradeço também à minha mãe, Suzete, pelo amor maternal e por tudo de bom que me deu junto com ele, de modo especial no que diz respeito à sua luta para que eu tivesse uma educação que me permitisse chegar até aqui. Agradeço aos meus sobrinhos e sobrinhas pelo incentivo, em especial a Andressa, pela sua colaboração com fornecimento de bibliografia importante.

De modo muito especial, quero agradecer a meu pai, Paulo, pelo seu amor e por ter me ajudado de tantas formas, com o seu exemplo profissional, com sua própria produção intelectual e científica, com sua fundamental companhia nas pesquisas de campo, também na busca por dados em jornais e livros, pelas nossas conversas sempre tão estimulantes e enriquecedoras.

Agradeço também de modo especial à minha esposa Dione, pelo incentivo, pelo apoio de todas as horas, pela renúncia a tantos momentos que poderíamos ter passado juntos, para que eu pudesse dar continuidade às pesquisas e à escrita; à minha filha Larissa, pela renúncia a tantos momentos em que deixamos de nos divertir e de estar juntos, pela compreensão pelas ajudas que não pude dar nos seus estudos e trabalhos acadêmicos durante todo o período em que me dedicava ao mestrado, e a Alexandre, meu filho, que sempre me incentivou e tanto me ajudou com suas contribuições em metodologia científica, sem o que, eu talvez não tivesse nem começado essa caminhada.

Enfim, agradeço à vida, aos mais diversos seres e forças da natureza, dos quais me sinto parte integrante, pelos obstáculos superados, pela luz, pela energia, pelas portas que se abriram, por tudo que recebi para que esse trabalho pudesse chegar a esse ponto, a quem retribuo oferecendo o seu resultado. Que ele possa cumprir plenamente com a finalidade, nesse momento, insondável, para a qual passou a existir.

“A verdade de outra pessoa não está no que ela te revela, mas naquilo que não pode revelar-te. Portanto, se quiseres compreendê-la, não escutes o que ela diz, mas antes, o que ela não diz”.

Kahlil Gibran

RESUMO

Nesta dissertação analiso os impactos causados à vida cotidiana de moradores de duas localidades pobres em Recife-PE, denominadas “Xuxa” e “Deus nos Acuda”, cujos moradores foram expulsos pelo poder público da área que ocupavam nas margens dos mangues do bairro de Boa Viagem, quando da construção da Via Mangue. Esse corredor viário foi proposto para solucionar, segundo seus idealizadores, problemas relacionados com mobilidade urbana, preservação ambiental e habitação popular da zona sul do Recife. Dentro de uma abordagem cultural, esta pesquisa de campo do tipo qualitativa tem como objetivo geral problematizar as estratégias utilizadas pelos gestores públicos para justificar e viabilizar o projeto da Via Mangue, mais especificamente no que diz respeito à expulsão dos moradores das referidas localidades, refletindo as táticas dos sujeitos na recepção do mesmo. Como objetivos específicos, a pesquisa visa Analisar: de que forma eram produzidos e praticados os espaços, assim como as sociabilidades no bairro de Boa Viagem, dando atenção especial à experiência dos moradores das localidades “Xuxa” e “Deus nos Acuda”; problematizar os discursos dos gestores públicos enquanto parte das estratégias no contexto das relações de forças sociais, nos quais a inclusão social e a dignidade dos moradores das localidades aparecem como argumentação para implantação do projeto da Via Mangue; analisar como a população das localidades “Xuxa” e “Deus nos Acuda” se apropriou do projeto da prefeitura, com suas táticas e astúcias, na luta pela recriação de espaços e de identidades. Estes objetivos foram discutidos, respectivamente, numa estrutura de três capítulos consecutivos e articulados entre si. Para operacionalizar as análises, utilizei como principais conceitos os de “espaço”, “lugar”, “tática”, “estratégia” e “apropriação” de Michel de Certeau; de “identidade” na obra de Stuart Hall e Tomaz Tadeu da Silva. No que diz respeito à natureza das fontes, este trabalho pode ser inserido no campo da história oral, uma vez que tem como fontes os relatos de memória dos ex-moradores das localidades “Xuxa” e “Deus nos Acuda”. Foram utilizadas também como fontes adicionais publicações jornalísticas impressas e eletrônicas. Foram feitas entrevistas, observações simples de campo, análises fotográficas, além de pesquisas bibliográficas. A metodologia de procedimento utilizada foi a Análise de Discurso. Os dados coletados e suas análises levam à conclusão de que a expulsão dos moradores das já referidas localidades constituiu um processo marcado por contradições que não eliminou, mas apenas deslocou fronteiras de segregação espacial, além de provocar o desenraizamento cultural e a precarização das condições socioambientais daqueles moradores. A população expulsa, no entanto, não teve uma atitude passiva diante das estratégias do poder público, tendo desenvolvido, ao invés disso, uma atitude produtiva e determinante na recriação do seu cotidiano, o que “rachou ao meio” as estratégias do poder público, o qual terminou por colher resultados diferentes dos planejados.

Palavras-chave: História Oral, favelas, Via Mangue.

ABSTRACT

In this dissertation I analyze the impacts imposed on the daily life of residents in two poor neighborhoods in Recife -PE, called "Xuxa" and "Deus os Acuda". These inhabitants were expelled by the government from the area which they occupied in the edges of the Boa Viagem mangroves, because of the construction of the Via Mangue. This road was proposed to solve, according to its creators, problems related to urban mobility, environmental preservation and public housing in the southern area of Recife. In a cultural approach, this qualitative research aims to discuss the strategies used by public managers to justify and facilitate the Via Mangue project, specifically regarding to the expulsion of the inhabitants of these areas, reflecting the tactics of the subjects in the reception of this. The specific objectives are: to analyze how were produced and practiced spaces, as well as sociability in Boa Viagem district, giving special attention to the experience of the residents of the localities "Xuxa" and "Deus nos Acuda"; problematize the discourses of public managers as part of the strategies in the context of relations of social forces, in which the social inclusion and the dignity of the residents of the localities appear as arguments for the implementation of the Via Mangue project; to analyze how the population of "Xuxa" and "Deus nos Acuda" appropriated the city hall project, its tactics and gimmicks in the struggle for recreating spaces and identities. These objectives were discussed in a structure of three consecutive and connected chapters, respectively. To perform the analysis, I used the concept of "space", "place", "tactic", "strategy" and "ownership" according to Michel de Certeau, the concept of "identity" according to Stuart Hall and Tomaz Tadeu da Silva. This work can be classified as oral history because its sources are reports of former residents' memories from "Xuxa" and "Deus nos Acuda". Furthermore, print and electronic journalistic publications were used as sources. Interviews, field observations, photographic analyses and literature searches were performed. The method used was Discourse Analysis. I concluded that the expulsion of the residents from the localities was a process marked by contradictions which did not eliminate, but shifted boundaries of spatial segregation and caused cultural rootlessness and impaired the environmental conditions of those residents. The expelled population, however, did not have a passive attitude towards the strategies of the government, instead, they developed a productive and preemptory attitude in the recreation of their daily life, braking the strategies of the government which resulted differently than originally planned.

Keywords: Oral History, slums, Via Mangue.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Imagem emblemática de boneca abandonada em meio aos destroços da localidade “Deus nos Acuda”	104
Figura 2: A Via Mangue e as “favelas” “Xuxa” e “Deus nos Acuda”	191
Figura 3: Via Mangue e as 8 localidades atingidas	191
Figura 4: Área de mangue atingida pela Via Mangue	192
Figura 5: Praia de Boa Viagem	192
Figura 6: Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem na década de 2000	193
Figura 7: Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem na década de 1950	193
Figura 8: Planta típica de manguezais	194
Figura 9: Tipologia de edificação sobre palafitas	194
Figura 10: Tipologia de edificação sobre palafitas	195
Figura 11: Residência na localidade “Deus nos Acuda”	195
Figura 12: Residência acoplada a comércio em “Deus nos Acuda” (2010)	196
Figura 13: Residência acoplada a comércio em “Deus nos Acuda” (2010)	196
Figura 14: Bar, comércio e serviços acoplados a residências em “Deus nos Acuda”	197
Figura 15: Catadora de latinhas na Praia de Boa Viagem	197
Figura 16: Vendedor de abacaxi na Praia de Boa Viagem	198
Figura 17: Vendedora de amendoins na Praia de Boa Viagem	198
Figura 18: Vendedor de jangadas em miniatura na Praia de Boa Viagem	199
Figura 19: Vendedor de churrasquinho na Praia de Boa Viagem	199
Figura 20: Crianças brincando em “Deus nos Acuda” (2010)	200
Figura 21: Beco na localidade “Deus nos Acuda” (2010)	200
Figura 22: Beco na localidade “Deus nos Acuda” (2010)	201
Figura 23: Beco na localidade “Deus nos Acuda” (2010)	201
Figura 24: Lula distribui autógrafos aos moradores das palafitas da favela Brasília Teimosa	202
Figura 25: Policiais observam multidão na entrada de Brasília Teimosa, à espera do Presidente Lula e comitiva	202
Figura 26: Presidente Lula e o Prefeito do Recife João Paulo em visita à obra do Casarão do Cordeiro.	203
Figura 27: Casarão do Cordeiro em 2009	203
Figura 28: Vista geral “Xuxa”, “Deus nos Acuda” e Residencial Via Mangue III	204
Figura 29: Vista aérea do Residencial Via Mangue III	204
Figura 30: Vista do estacionamento e dos blocos do Residencial Via Mangue III	205
Figura 31: Salão de festas do conjunto de prédios	205
Figura 32: Quadra de futebol do conjunto de prédios	206
Figura 33: Entrada do Residencial Via Mangue III	206
Figura 34: Conjunto de casas em cidade do interior do Nordeste	207
Figura 35: Cozinha e área de serviço do apartamento do Residencial Via Mangue III ...	207
Figura 36: Quarto do apartamento do Residencial Via Mangue III	208
Figura 37: Lula entrega chaves a Sandra, juntamente com o Governador	208
Figura 38: Lula visita apartamento de Sandra	209
Figura 39: Vista do terreno da “Xuxa” após a demolição, a partir da ponte onde as pessoas colocaram seus pertences para serem transportados para o novo residencial	209

Figura 40: Demolição da “Xuxa”	210
Figura 41: “Deus nos Acuda” após a demolição	210
Figura 42: Palafitas em “Deus nos Acuda” após a demolição	211
Figura 43: Fila para passar em detector de metais no dia da inauguração do Residencial Via Mangue III.....	211
Figura 44: Lula entrega chaves a Sandra.....	212
Figura 45: Carroça estacionada na circulação do prédio	212
Figura 46: Carroça estacionada nas áreas comuns do prédio	213
Figura 47: Prática de comércio em apartamento térreo do residencial	213
Figura 48: Prática de comércio em apartamento térreo do residencial	214
Figura 49: Quiosques construídos pela prefeitura em 2012.....	214
Figura 50: Quiosques construídos pela prefeitura em 2012, com modificações executadas pelos usuários	215
Figura 51: Sandra em primeiro plano. Área entre blocos, e oficina de Dida ao fundo.	215
Figura 52: Carroça de praia carregada com bancos e isopor, para vender bebidas, estacionada no jardim. Oficina de Dida ao fundo	216
Figura 53: Placa de Plínio Cabeleireiro no primeiro andar de um dos blocos	216
Figura 54: Guarita transformada em salão de cabeleireiro.....	217
Figura 55: Salão Plínio Cabeleireiro	217
Figura 56: Plínio em seu salão de cabeleireiro	218
Figura 57: Canteiros privados, cercados e cuidados.....	218
Figura 58: Canteiros privados, cercados e cuidados.....	219
Figura 59: Canteiros privados, cercados e cuidados.....	219
Figura 60: Placa da oficina do Irmão Manoel em frente ao bloco em que mora	220
Figura 61: Visitante na sala do apartamento do Irmão Manoel, onde se vê placa com mensagem evangélica	220
Figura 62: Placa indicativa da oficina do Irmão Manoel, fora do residencial	221

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1- Considerações iniciais	14
1.1. COMO ME APROXIMEI DO TEMA:	14
1.2. O PRIMEIRO ENCONTRO: no território do “Outro”	18
1.3. A PESQUISA: problemática e objetivos	21
1.4. A METODOLOGIA	24
1.5. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	30
CAPÍTULO 1	33
2- O espaço como produto de um combate cultural	33
2.1. MEMÓRIAS DE UMA BOA VIAGEM: uma leitura do bairro de Boa Viagem a partir de minhas próprias memórias.	35
2.2. NAS MARGENS: Nascimento e batismo de duas localidades pobres nos mangues do Recife. 39	
2.3. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO COMO UMA ASTÚCIA.	42
2.4. PRÁTICAS SILENCIADAS, TERRITÓRIOS INVISÍVEIS	46
2.5. PRÁTICAS DE ESPAÇO E CONSTRUÇÃO DE LAÇOS COMUNITÁRIOS NOS TERRITÓRIOS DAS LOCALIDADES “XUXA” E “DEUS NOS ACUDA”.	50
CAPÍTULO 2	62
3- Discursos e estratégias governamentais: Liberando a passagem para a Via Mangue	62
3.1. SÓ QUERO QUE O SENHOR RETIRE A GENTE DAQUI: A visita do Presidente Lula ao Recife em 2003.....	63
3.2. VIA MANGUE: Um corredor feito de concreto e de discursos.....	68
3.3. O RESIDENCIAL III VIA MANGUE COMO ESTRATÉGIA DE DISCIPLINAMENTO.	69
3.4. A DIGNIDADE E A INCLUSÃO SOCIAL COMO DISCURSOS	78
3.5. UMA CORRERIA, UMA AGONIA, UM VERDADEIRO “BURUÇU”: a estratégia que “varreu” definitivamente as localidades “Xuxa” e “Deus nos Acuda” do bairro de Boa Viagem	88
3.6.SAÍ PORQUE TINHA UM PROJETO DA COPA DE 2014, PRA ENFEITAR REVISTA: Não uma	

4.2.	LÁ PASSAVA FOME QUEM QUERIA: Entrevista com Sandra Lúcia Vieira	132
4.3.	ELE DEU O PEIXE, E O PEIXE ACABOU: entrevista com Dida, o serralheiro: ...	146
4.4.	DOIS ANOS PASSAM RAPIDINHO, MAS PRA MIM FOI UMA ETERNIDADE! Entrevista com Plínio o cabeleireiro:	151
4.5.	EU NÃO TENHO MAIS APARTAMENTO, ACABOU-SE MEU APARTAMENTO: História do Irmão Manoel, o mecânico de bicicletas:	158
4.6.	TRABALHAR PRA POBRE É QUE É COMPLICADO: O combate por uma nova identidade no “Residencial III Via Mangue”	163
4.7.	EU NÃO GOSTO DE MORAR “ATREPADA”: Como astúcias individuais passam a ser utilizadas para superar impactos sociais e culturais sofridos coletivamente.	173
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	177
	REFERÊNCIAS	185
	ANEXOS.....	191
	IMAGENS.....	191
	TERMOS DE AUTORIZAÇÃO	222

INTRODUÇÃO

1- Considerações iniciais

1.1. *COMO ME APROXIMEI DO TEMA:*

O Programa de Pós-graduação em História da UFCG possui uma área de concentração, História, Cultura e Sociedade, e duas linhas de pesquisa, quais sejam: I- Cultura e Cidades; II-Cultura, Poder e Identidades. Ao analisar as propostas das linhas de pesquisa, me identifiquei com a linha II, não obstante meu projeto de pesquisa se propunha a analisar uma problemática situada no ambiente urbano. Isto porque o foco principal das suas análises não se encontrava na cidade propriamente dita, mas nas relações de poder entre sujeitos que habitavam a cidade, a partir do estudo dos conflitos e tensões gerados por suas práticas cotidianas e suas representações.

Mais um ponto de aproximação de meu projeto com a linha II estava nas suas bases teóricas alinhadas com os estudos culturais, que adotam a perspectiva da identidade e da diferença e veem a escrita da história como uma elaboração, marcada pela subjetividade do historiador, ou seja, considera que a história está marcada pela época em que é escrita, o que inclui a subjetividade de quem escreve, conforme afirma Montenegro (2013, p.10): “o tempo histórico não é o tempo vivido. A história escrita, documentada, distingue-se do acontecido; é uma representação. E neste hiato entre o vivido e o narrado localiza-se o fazer próprio do historiador”.

Meu projeto de pesquisa se propunha, conforme a linha II de pesquisa, a “estudar os significados simbólicos inscritos nas ações e nos pensamentos dos homens e mulheres e sua leitura como um texto”. A grade curricular, composta por disciplinas que se propunham a estudar mais especificamente as relações de poder, a cultura e os processos de formação da identidade foi também decisiva na minha escolha pela linha II de pesquisa.

Creio que minha sensibilidade pelas temáticas sociais e culturais possa estar relacionada a experiências vividas ainda na minha infância.¹ Talvez por ter crescido num ambiente onde as questões de interesse social e popular eram discutidas em família e apreciadas de forma solidária e engajada, desenvolvi por elas uma sensibilidade especial.

Entre os anos de 2009 e 2010, tive uma oportunidade concreta de entrar em contato com a dura realidade social das localidades pobres de minha cidade, pois fui trabalhar como Arquiteto da Prefeitura do Recife lotado na Coordenadoria de Defesa Civil. Eu mapeava áreas de risco, classificando as edificações construídas em locais impróprios, conforme o grau de risco a que estavam sujeitas, para que pudessem ser monitoradas por Engenheiros e Assistentes Sociais, com a finalidade de evitar mortes em consequência de eventuais desastres.

O contato com essa dura realidade elevou ainda mais o grau de sensibilidade que eu já trazia comigo para com o drama de populações mais pobres na sua convivência diária com o perigo, mais especificamente na exposição cotidiana à eminência de um desabamento ou de uma inundação.

Como nos alertou o instrutor no treinamento da equipe que eu compunha logo que assumi o cargo na Defesa Civil, nunca mais o inverno seria o mesmo para nós. De fato, o meu prazer em admirar e em me divertir, me deixando molhar por uma chuva torrencial no inverno quente e úmido da cidade de Recife perdia a inocência a partir

¹ Meu avô, Dr. Arnaldo Cavalcante Marques, intelectual e médico, nascido em Recife no começo do século XX, foi para mim um dos exemplos marcantes de exercício de cidadania. Quando eu ainda não tinha nem um ano de vida, em abril 1964, ele estava detido no 7º GAC-RO (Grupamento de Artilharia de Campanha Regimento Olinda), acusado de ser comunista. Foi preso e interrogado por duas vezes. Não chegou a ser torturado fisicamente, mas foi aposentado compulsoriamente de sua cátedra na UFPE (Universidade Federal de Pernambuco) e ficou marcado psicologicamente, assim como toda a família. Pelo que soube de outros familiares, ele nunca foi ligado a atividades comunistas propriamente ditas, pois suas atividades eram muito mais humanitárias que político-partidárias, no entanto ele viveu em um tempo em que “ser solidário com a problemática socioeconômica de grande parte da população era suficiente para ser preso, torturado e até morto” (MONTENEGRO, 2013-A, p. 42). Por sua vez, o seu filho e meu pai, Dr. Paulo de Moraes Marques, agrônomo e psicólogo, também professor Livre Docente da cadeira de Extensão Rural da UFRPE (Universidade Federal Rural de Pernambuco), hoje aposentado, trazia para casa grandes lições, que tinham como base seu trabalho nos anos 1970 e 1980 em meio a pequenos agricultores, onde junto com seus alunos procurava apoiá-los nos processos de organização de cooperativas e de lutas pelo direito à terra nos engenhos da zona da mata de Pernambuco. Algumas vezes, quando criança, estive presente às reuniões que realizava nestas localidades, quando aproveitava minhas férias escolares para viajar com ele. Eu aprendia precocemente acerca da arte de lidar com as pessoas simples do campo e a valorizar e respeitar a sua peculiar sabedoria.

daquele momento, quando conheci o drama das famílias que viviam constantemente ameaçadas pelas chuvas. Eu não podia mais apreciar uma chuva, por mais leve que fosse, sem me lembrar do Sr. Manuel, da Dona Maria, das crianças que brincavam inocentemente dentro de suas casas situadas nos mangues e alagados, na beira de penhascos, em patamares escavados no morro, na eminência de desabarem devido ao peso do solo encharcado.

Várias vezes, fui deslocado para áreas de desastre, logo após a sua ocorrência, para desenhar o mapa do local, o que iria compor o laudo pericial relativo ao sinistro. Eu ficava muito sensibilizado ao caminhar por entre os destroços misturados à lama, ao ver os móveis partidos em pedaços, os fogões, as geladeiras, os brinquedos das crianças misturados à lama. Em muitos desses casos havia mortes de moradores, em outros, feridos que, muitas vezes, ainda estavam no local quando eu chegava para fazer os primeiros levantamentos.

Nos dias de chuva, eu não podia deixar de pensar nos casos mais graves, aqueles que desafiavam a lei da gravidade, como eram os casos das casas construídas em trechos de encostas com declividade negativa, ou seja, que já haviam sido escavados pela chuva e pelo vento o suficiente para deixar o ponto mais alto em balanço sobre o ponto mais baixo. Bastava mais um pouco de desagregação do solo, para que o imóvel descesse morro abaixo juntamente com toneladas de barro, sem que houvesse tempo para que os moradores conseguissem sair do local. Nesses casos, os moradores eram orientados a deixarem seus imóveis e irem se abrigar em casa de parentes, como se essa fosse uma solução fácil para quem já vivia numa situação de indigência, onde a maioria das casas já abrigava uma quantidade de pessoas bem maior que sua capacidade, onde as famílias já viviam em situação de desemprego e de carência generalizada.

Toda essa situação implicava em perdas humanas e materiais, não evitando, porém, que o senso comum responsabilizasse os próprios moradores por suas tragédias, culpando-os por “escolherem” locais tão inadequados para construírem suas moradias. Afinal, eles eram representados como pessoas que desmatavam os morros, cortavam e jogavam lixo em suas encostas, aterravam as margens dos mangues e os sujavam com seus dejetos. Enfim, as áreas de moradia dos pobres eram classificadas como áreas de risco, e eles, normalmente, eram responsabilizados por “escolherem” esses lugares para se estabelecerem e por lá permanecerem mesmo na eminência de desastres.

Foi nesse contexto que pela primeira vez entrei em contato com o tema de minha pesquisa, qual seja, os impactos e transformações causadas por intervenções governamentais em localidades carentes na cidade de Recife, representadas socialmente como “favelas”². Num encontro entre técnicos da CODECIR (Coordenadoria de Defesa Civil da Cidade do Recife), durante sua palestra, um dos técnicos ligados a projetos de intervenção em localidades pobres falava da complexidade que era lidar com essa problemática. Segundo ele, não se tratava apenas de construir casas ou apartamentos para transferir os moradores e demolir os antigos barracos e casas, para posteriormente anexar o terreno a áreas urbanizadas da cidade. Ele falava que, o que vinha ocorrendo era a transferência de todos os problemas existentes na localidade pobre para outro local, no caso, os conjuntos de prédios projetados pela Prefeitura. Lá, surgiam novamente a “sujeira”, a “desordem”, os comércios improvisados, as ligações clandestinas de água e luz, além dos problemas mais graves relacionados com a criminalidade, como o tráfico de drogas, as violências, os assassinatos e a formação de gangues, que continuavam recrutando os jovens das localidades.

Para mim, tomar conhecimento dessa realidade foi surpreendente, porque eu conhecia esses projetos apenas através dos discursos governamentais, transmitidos pela imprensa. Através deles, era passada a ideia de sucesso das ações do governo e, conseqüentemente, da efetiva solução de um problema crônico e crescente na cidade. Foi a tomada de consciência dessa realidade que me sensibilizou e me chamou a atenção para esta temática.

Mas, meu primeiro encontro “face a face” com um caso específico da intervenção governamental em áreas de risco ainda estava para acontecer. Quinze dias antes de minha despedida da Prefeitura do Recife, fui incumbido de mapear as localidades “Xuxa” e “Deus nos Acuda”, situadas à beira do mangue, no bairro de Boa Viagem, zona sul de Recife. Eram duas localidades pobres situadas num dos bairros

² Historicamente as “favelas” têm sido representadas como o lugar da “ausência”, ou seja, é definida pelo que não seria ou não teria. Dessa forma, em geral, é apreendida como um espaço destituído de infraestrutura urbana, como água, luz, esgoto, coleta de lixo, arruamento; globalmente miserável; sem ordem; sem regras; sem higiene, sem moral. Enfim, a expressão do caos. (OBSERVATÓRIO DE FAVELAS, 2009).

mais ricos da cidade, uma zona imobiliária cujo solo é um dos mais caros do Brasil (ver figura 2).

O mapeamento visava ao cadastramento dos imóveis, os quais seriam demolidos para dar passagem a um novo corredor viário, a Via Mangue, uma via expressa que seria construída até o início de 2014. Seus moradores seriam expulsos para outra localidade, onde havia sido construído um conjunto de edifícios. A cada casa indicada no mapa que eu iria desenhar, corresponderia um apartamento no “Conjunto Habitacional III Via Mangue”, o qual já estava praticamente pronto para assentar os moradores. Eu estava compondo uma pequena equipe de técnicos responsáveis por fazer o cadastramento final, era março de 2010.

1.2. O PRIMEIRO ENCONTRO: no território do

Fiquei um pouco surpreso ao saber que a casa da líder comunitária era uma das mais pobres da localidade.

Para mim, aquela era uma experiência incomum. Eu poucas vezes havia adentrado localidades daquele tipo, muito menos tão profundamente. Elas sempre representaram para mim, um autêntico morador dos bairros mais ricos da cidade, territórios proibidos, perigosos, onde se escondiam marginais, onde o tráfico de drogas comandava e expedia os “vistos de entrada” para quem quisesse atravessar suas fronteiras. Afinal, a cidade é feita de territórios cujas fronteiras, embora invisíveis, são muito bem delimitadas e vigiadas, cujos visitantes oriundos de outras regiões da cidade são facilmente identificáveis. Mas, naquela ocasião eu tinha o aval da líder comunitária.

Para chegarmos até a casa de Sandra, eu e os membros da equipe tivemos que caminhar por uma via estreita à beira do mangue e nos equilibrar sobre um corredor de tábuas estruturado com palafitas. Os nossos sentidos começaram a ficar mais aguçados naquele território onde o olfato identificava o cheiro de lama e de esgoto, os pés pisavam em uma estrutura que não era firme e os olhos observavam uma arquitetura cuja estética era colocada em segundo plano. A sensação de insegurança era grande para quem estava habituado a andar apenas nos solos firmes das ruas “visíveis” da cidade.

Caminhei com passos inseguros, adentrando mais fundo nas vielas, cumprimentando as pessoas que apareciam nas janelas dos barracos, interessadas em saber o que era aquele movimento incomum de estranhos, com pranchetas nas mãos e vestindo os coletes da Defesa Civil do Recife. Perguntei a Sandra se não era perigoso para as crianças correrem sobre aquelas tábuas. Ela respondeu contando que, havia um mês, um neto seu despencara da passarela para dentro do mangue e desaparecera sob a água. Ficara preso na lama que cobria o fundo do mangue: “Meu filho pulou dentro do mangue e conseguiu resgatá-lo a tempo, mas foi um grande susto, ele saiu coberto de lama!”, contou-nos.

Chegamos, finalmente, à sua casa. Era um barraco de madeiras emendadas, equilibrado sobre palafitas, um tipo de habitação que chamavam de “flutuantes”. Seu marido estava em pé, fazendo a barba sobre uma mesa próxima à porta, na qual havia uma bacia com água, e nos cumprimentou com um sorriso simpático, desviando os olhos do pequeno espelho pendurado na parede de tábuas.

Depois, eles nos contaram como ratos haviam atacado algumas crianças, alguns dias antes, enquanto dormiam. Elas chegaram a ser socorridas no hospital, por causa das mordidas que sofreram nas mãos e no rosto. Eu, cada vez mais me admirava diante daquela que era para mim uma realidade até então desconhecida. Naquele trecho, era difícil sabermos distinguir onde começavam ou terminavam as casas, pois elas eram coladas e estruturadas umas nas outras, através de um engenhoso sistema que viabilizava aquele tipo de construção. Era Sandra quem nos indicava onde começava uma e terminava a outra, para que pudéssemos marcar no mapa a numeração das casas.

Quem via aquele grupamento de casas do alto dos edifícios, ou de passagem pelas ruas que tocam as suas margens, não conseguia apreender suas peculiaridades. Mas, caminhando pelas suas entranhas, eu começava a perceber que havia uma conveniência, como se fosse uma relação lógica entre a realidade social daquelas pessoas e o desenho das casas, das vielas, de ruas estreitas, de suas lojas e oficinas, que se mesclavam num labirinto, onde só quem era dali conseguia se movimentar sem se perder.

Aquela conformação elaborada no cotidiano dos moradores era uma síntese entre intuição e ocasião. Com os materiais que estavam ao seu alcance, lonas, restos de construção, materiais reciclados eles resolviam o problema da moradia e criavam um ambiente, embora não intencionalmente, inviolável, resultando em um complexo sistema de segurança, que lhes garantia proteção contra visitantes não autorizados.

Começamos o trabalho, e, com base em fotografias aéreas, eu ia anotando a numeração das casas existentes, tentando distinguir, dentro de um conjunto que parecia único, as unidades habitacionais, por entre as quais serpenteavam vielas praticamente invisíveis nas fotos aéreas.

Aos poucos, moradores começavam a se aglomerar ao nosso redor, depois de saberem qual era o propósito de nossa visita. Conduziam-nos até suas casas e queriam ter a certeza de que elas estavam marcadas no mapa que eu desenhava sobre a fotografia aérea. Afinal, quem não constasse naquele mapa ficaria desabrigado após a demolição das casas.

Fiz naqueles dias, ao todo, duas visitas, uma à localidade “Xuxa” e outra à localidade “Deus nos Acuda”, sempre na companhia de Sandra, que indicava os lugares

aonde poderíamos entrar, e aonde não poderíamos: “pronto, a gente tem que parar por aqui”, dizia ela às vezes, “as casas ali adiante você tem que olhar de longe, porque, sabe como é, né? A gente tem que respeitar esses limites!”. Atividades ilícitas, como o tráfico de drogas, também impunham hierarquias de territórios e fronteiras dentro da localidade, que deveriam ser respeitadas pelos próprios moradores.

Concluídas as visitas às localidades, os mapas foram concluídos e enviados ao setor da prefeitura responsável pelo cadastramento dos moradores. Eu só voltei a ter contato com Sandra quando iniciei a minha pesquisa de mestrado, alguns meses depois, dessa vez já com um olhar diferenciado, de quem pretendia transformar essa experiência numa narrativa historiográfica.

1.3. A PESQUISA: problemática e objetivos

A intervenção governamental nas comunidades pobres de Boa Viagem em maio de 2010 tinha como objetivo deixar livre o caminho para a implantação do projeto da Via Mangue. Esse processo mudou a paisagem do bairro, as relações sociais que nele existiam e, principalmente, a vida social, cultural e econômica dos ex-moradores das localidades extintas.

Diante desse quadro, esta pesquisa tem como problemática a seguinte questão: Como ou através de que atores sociais, de quais práticas e redes de relações de força se deram os jogos de poder no processo de implantação da Via Mangue, mais especificamente no tocante à experiência dos ex-moradores das localidades “Xuxa” e “Deus nos Acuda”?

Este processo de intervenção governamental em duas localidades pobres de um bairro habitado predominantemente por uma elite econômica e cultural é rico em possibilidades de análises historiográficas, o que pode ser feito a partir de inúmeros pontos de vista. Tal fenômeno sócio espacial envolve grande número de sujeitos, cada

um atuando a partir de seu lugar institucional, social e cultural, o que envolve diferentes representações³ e discursos, produzindo diferentes sentidos acerca do mesmo objeto.

Dentro deste amplo leque de possibilidades, esta pesquisa tem como objetivo geral problematizar as estratégias utilizadas pelos gestores públicos para justificar e viabilizar o projeto da Via Mangue, mais especificamente no que diz respeito à expulsão dos moradores das localidades “Xuxa” e “Deus nos Acuda”, refletindo as táticas utilizadas por estes últimos na recepção do projeto.

Como objetivos específicos, a pesquisa visa a:

1- Analisar de que forma eram produzidos e praticados os espaços, assim como as sociabilidades no bairro de Boa Viagem, dando atenção especial à experiência dos moradores das localidades “Xuxa” e “Deus nos Acuda”;

2- Problematizar os discursos dos gestores públicos enquanto parte das estratégias no contexto das relações de forças sociais, nos quais a inclusão social⁴ e a dignidade dos moradores das localidades aparecem como argumentação para implantação do projeto da Via Mangue;

3- Analisar como as populações das localidades “Xuxa” e “Deus nos Acuda” se apropriaram⁵ do projeto da Via Mangue, com suas táticas e astúcias, na luta pela recriação de espaços e de identidades.

Com a finalidade de alcançar estes objetivos, estruturei esta dissertação em três capítulos consecutivos e articulados da seguinte forma: no primeiro capítulo, situo historicamente as localidades “Xuxa” e “Deus nos Acuda”, analisando as relações socioculturais e econômicas que os moradores expulsos mantinham com o bairro de Boa Viagem, a partir de dados coletados através das entrevistas, observações,

³ Representação: designa o modo pelo qual em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade é construída, pensada e dada a ler por diferentes grupos sociais (CHARTIER, 1990:16).

⁴ O termo “excluído social” é comumente utilizado nos discursos governamentais para justificar ações que se propõem a dar acesso à participação na vida social a grupos de pessoas pobres. No entanto, ninguém é excluído apenas, pois todas as camadas da população estão amplamente incluídas nas mais diferentes dimensões da vida social, cultural e econômica de uma cidade.

⁵ Apropriação: define o consumo cultural como uma operação de produção que embora não fabrique nenhum objeto, assinala a sua presença a partir de maneiras de utilizar os produtos que lhe são impostos (CERTEAU, 1994).

fotografias e publicações jornalísticas. Analiso na minha narrativa a interdependência, as trocas e negociações que existiam entre o bairro de Boa Viagem e as populações expulsas, promovendo juntamente com o leitor um mergulho no bairro e no interior das localidades, descrevendo alguns personagens, suas origens, moradias, meios de vida, costumes e tradições, através de que descrevo e analiso a produtividade sócio espacial do bairro de Boa Viagem.

No segundo capítulo analiso as diversas condições políticas, sociais e culturais que possibilitaram a elaboração do Projeto Via Mangue, assim como a construção dos diversos discursos e estratégias elaborados para viabilizar a sua implantação. Analiso, dessa forma, os diversos discursos elaborados pelos gestores públicos e por jornalistas, nos quais a inclusão social e a dignidade dos moradores da localidade aparecem como argumentação para legitimar sua execução. Analiso também os discursos contrários ao projeto da Via Mangue, que partem de setores como de defesa do meio ambiente e dos movimentos sociais, assim como dos próprios moradores expulsos de suas localidades. Para isso, reconstruo narrativamente o dia da mudança propriamente dita, a partir do relato dos moradores, fazendo um paralelo entre os discursos oficiais e as narrativas de memória de quem vivenciou aquele evento.

No terceiro capítulo, analiso através de histórias de vida individuais, as táticas e astúcias desenvolvidas pela população expulsa, para resignificar os seus valores, costumes e modos de vida, de forma a viabilizar sua existência dentro do novo contexto físico, econômico, social e cultural que lhe foi imposto. Através desses relatos orais, conforme afirma Montenegro (2010), experiências, acontecimentos, e fatos são revividos e possibilitam ao leitor se colocar no cenário e no contexto reinventado, de forma que a memória individual e a coletiva se alinhem e se reflitam mutuamente e inseparavelmente.

Quero deixar claro para o leitor que o objetivo deste projeto não é fazer um julgamento de valor ou uma avaliação do projeto da Via Mangue, através de uma ampla pesquisa que contemple todos os lados da questão, o que não seria possível alcançar numa pesquisa de mestrado. Mas, tão somente responder à questão colocada acima como problemática.

1.4. A METODOLOGIA

De acordo com Certeau (1982), o lugar de produção socioeconômico, político e cultural é que traça as diretrizes de toda pesquisa historiográfica. Minha narrativa, portanto, não será uma exceção e será, em parte, função deste lugar institucional que ocupo, ou seja, estará submetida a métodos e procedimentos considerados válidos no campo da historiografia atual, mas será também função das opções que faço diante do amplo leque que hoje se coloca à disposição do pesquisador dentro do campo da História.

Fiz a opção de escrever na primeira pessoa, não para me afirmar como sujeito, como lugar e fundamento de uma verdade, mas exatamente pelo contrário, para expor a minha precariedade, a minha relatividade, o meu olhar, o caráter experimental das minhas ideias. Uma parte do que escrevo se apoia em teorias de autores consagrados, como exigem as regras da academia, mas outra parte não se apoia em nada de exterior, em nenhuma autoridade, apenas na minha experiência, na minha subjetividade, no meu mundo. Em alguns trechos da narrativa, me valho de técnicas semelhantes às da literatura, fazendo uma relação entre história como processo social e como disciplina e a literatura, como uma forma de expressão artística da sociedade possuidora de historicidade e como fonte documental para a produção do conhecimento histórico. Para isso, parto do pressuposto de que tanto a história quanto os documentos que lhe servem de fonte são representações do passado (BORGES, 2010).

Isso é tudo o que prometo ao leitor, que se encarregará de transformar, de produzir novos entendimentos a partir de suas próprias experiências, de seu próprio raciocínio, de sua própria visão de mundo. “Isso porque a relação entre fatos e eventos é sempre aberta à negociação e reconceptualização, não porque os eventos mudam com o tempo, mas porque os modos de conceptualizá-los na linguagem (relacioná-los e significá-los) se modificam no tempo e no espaço” (MARQUEZ, 2011-P.62). Afinal, como afirmam Chartier & Bourdieu (2001-p. 242), “[...]as leituras são sempre plurais, são elas que constroem de maneira diferente o sentido dos textos, mesmo se esses textos inscrevem no interior de si mesmos o sentido de que desejariam ver-se atribuído”. Neste sentido, pode-se dizer que há uma tríade a considerar na elaboração do conhecimento histórico, composta pela escrita, pelo texto e pela leitura (BORGES, 2010).

Para operacionalizar as análises utilizei os conceitos de “espaço”, “lugar”, “tática”, “estratégia” e “apropriação” na obra de Michel de Certeau. Trabalharei também com os conceitos de “identidade” em Stuart Hall e Tomás Tadeu da Silva.

O recorte temporal abrangido pela pesquisa se coloca entre os anos de 2003 e 2012, o que a caracteriza como uma pesquisa de história do tempo presente, uma categoria relativamente recente no campo da historiografia, porém já consolidada e epistemologicamente aceita, uma vez que age como inovadora sem desligar-se das garantias de confiança oferecidas pelas práticas tradicionais (PUENTES e GAVÌDIA, 2007).

No que diz respeito à natureza das fontes, este trabalho pode ser inserido no campo da história oral, uma vez que tem como fontes os relatos de memória dos ex-moradores das localidades “Xuxa” e “Deus nos Acuda”. Esta coleta de dados se deu por abordagem direta, através de entrevistas individuais semiestruturadas gravadas e posteriormente transcritas e editadas, as quais partiram de perguntas pré-elaboradas em função dos objetivos almejados, cujas respostas deixaram os entrevistados livres para uma conversação subjetiva, através da qual se pudessem obter dados relevantes.

As memórias dos ex-moradores das localidades “Xuxa e Deus nos Acuda” e a observação de campo representam o núcleo desta investigação, o que poderá nos esclarecer acerca de eventos e processos, que de outra forma não poderiam ser entendidos ou elucidados. No que diz respeito às memórias, elas não são entendidas neste trabalho como um repositório onde ficam armazenadas lembranças de fatos vividos no passado, tal como se passaram, mas como um processo dinâmico bastante complexo, em que as experiências presentes estão constantemente interferindo e resignificando experiências passadas (MONTENEGRO, 2012). Nas palavras de Montenegro (2010, p. 69), “esses atores sociais anônimos adquirem visibilidade através de narrativas que descrevem, com uma diversificada riqueza de detalhes, experiências cotidianas, que comumente se perdem nos desvãos da história”. São histórias de lutas cotidianas encobertas ou esquecidas, versões menosprezadas, que, segundo Amado e Ferreira (2006), podem ser relacionadas por essa via à história dos excluídos, ou seja, a histórias de vida ou de feitos de sujeitos que por muito tempo foram considerados pelos historiadores como atores sociais de menor importância.

A opção por adotar fontes orais se deu em função da natureza da pesquisa, de seus objetivos e de suas opções metodológicas. Os entrevistados foram identificados no local da pesquisa, através da minha própria observação ou por indicação de outros participantes, por representarem os diversos tipos de situações dentro do quadro geral do processo em estudo, tendo alguns se aproximado espontaneamente para dar a sua contribuição à pesquisa, num total de 14 entrevistados, alguns escutados em mais de uma ocasião. Nenhuma das entrevistas excedeu o limite de duas horas de duração e todos os participantes foram esclarecidos quanto aos objetivos da pesquisa e à natureza do trabalho. Todos assinaram um termo de cessão de direitos autorais e de permissão para publicação do conteúdo das entrevistas. De qualquer forma, a identidade de alguns dos entrevistados foi preservada pelo uso de pseudônimos.

Todos os 14 entrevistados foram citados nesta dissertação. Desse total de entrevistas, 5 foram mais extensamente analisadas em subitens específicos, pela quantidade e/ou pela importância ou representatividade das informações que trouxeram, enquanto outras foram inseridas em subitens que tratavam das mesmas questões, para as quais trouxeram dados relevantes. Esse número de entrevistados foi considerado suficiente para dar a essa narrativa o efeito de verdade necessário para caracterizá-la como um trabalho historiográfico, com base na concepção de que a memória individual e a social são inseparáveis, ou seja, considerou-se que todo relato de memória individual traz consigo um acontecimento ou uma experiência que também reflete a de uma parcela do grupo, da classe, da rede social de que é parte (MONTENEGRO, 2013-B).

A entrevista e a história de vida de Sandra Lúcia Vieira se destacam nessa narrativa em função de ela ter sido a líder comunitária da “Xuxa” e por ter tido um envolvimento mais profundo com a história das localidades em estudo, assim como com todos os processos de mudanças por ela sofridos. Sandra, inclusive, tratada inicialmente como facilitadora e fonte de pesquisa, passou a objeto de estudo, dada à importância de sua participação no processo em estudo, uma vez que todas as articulações políticas dos gestores públicos com a comunidade se davam através de seu intermédio. Outro fato que fez com que a história de Sandra atravessasse transversalmente toda a narrativa desenvolvida nesta dissertação foi o seu falecimento ainda no início da coleta de dados, e por esse fato ter provocado importantes mudanças na própria comunidade, suscitando novos fatos e possibilitando o aprofundamento das análises desenvolvidas.

Outros entrevistados, cujos relatos foram analisados em subitens específicos foram Dida, o serralheiro, pela representatividade de sua história, que reflete a de tantos outros personagens atingidos mais especificamente no que diz respeito a seus meios de produção de renda; a do Irmão Manoel, pelas especificidades de sua história de vida e pela forma como desafiou o poder institucional representado pelos agentes da prefeitura; a de Plínio, o cabeleireiro, pela singularidade de sua história, que se distingue da maioria dos outros moradores, e pela forma inusitada como se apropriou do projeto da prefeitura; e a de José Leonardo, por representar uma parcela dos moradores que optaram por se apropriar do discurso oficial, aliando-se aos gestores públicos, embora com objetivos completamente diversos daqueles.

Foram utilizadas como fontes publicações jornalísticas impressas e eletrônicas (arquivos em áudio, vídeo e digitalizados) através de que foram analisados os discursos jornalísticos e governamentais e sociais. Foram feitas, também, observações simples de campo e análises fotográficas, além de pesquisas bibliográficas. A coleta de dados se deu entre setembro de 2010 e julho de 2013. Foi, portanto, a partir do cruzamento entre as diversas fontes e a própria visão do autor, que essa narrativa historiográfica foi construída. A metodologia de procedimento adotada foi a Análise de Discurso.

“Discurso” e “Análise de Discurso” tornaram-se nos últimos anos termos centrais a um vasto número de abordagens nas ciências sociais para o estudo de fenômenos culturais relacionados com a linguagem e com a comunicação. Portanto, enquanto uma abordagem de procedimento de investigação, não existe uma uniformidade no entendimento do que seja a Análise de Discurso, metodologia que emana de diferentes origens teóricas e metodológicas (AZEVEDO, 2013).

Desde 1969, Pêcheux procurou instituir um lugar para a análise discursiva no âmbito dos estudos da linguagem. A partir de uma crítica à metodologia denominada Análise de Conteúdo, que pretendia se constituir como uma ciência positivista, a qual através da neutralidade e do distanciamento do pesquisador buscava alcançar a realidade em si mesma que haveria por trás do discurso, ele afirma que a linguagem não se dissocia da interação social, cabendo ao pesquisador não a descoberta de uma verdade oculta no discurso, mas, entendendo a linguagem como uma forma de intervenção, construir saberes sobre o real, o que exige o diálogo com outras perspectivas e outras disciplinas (ROCHA, 2005).

Com base no acima exposto, o enfoque da Análise de Discurso adotada nesta pesquisa procura evitar a mera busca de uma realidade subjacente ao discurso, ciente da interferência que o pesquisador produz na realidade pesquisada, mas busca problematizar a realidade a partir dos deslocamentos produzidos pela própria pesquisa e pelos saberes produzidos durante as entrevistas. Desta forma, o entrevistador é entendido como um coprodutor de sentidos numa determinada situação de pesquisa. Nessa perspectiva, entende-se que toda produção de linguagem constitui-se, de fato, de uma interação entre sujeitos historicamente situados. Assim o pesquisador não procura encontrar nenhuma “dimensão oculta” do real, mas tem a consciência de que é um participante na construção da dimensão social a partir de sua mera presença no campo de pesquisa (IDEM).

Nesse sentido, diferentemente de Saussure (1991) na sua afirmação de que as palavras são convenções tácitas firmadas entre os falantes de uma língua, “discurso” passa a ser entendido não como produtor de significados, mas de sentidos (SARGENTINI, 2012). Um mesmo significado, portanto, se manifesta em sentidos circunscritos a produções discursivas oriundas de inserções no mundo social. Desta forma, o método Análise de Discurso permite o contato direto com os vários pontos de vista dos diversos atores implicados nas relações de força que resultam na transformação dos espaços assim como das identidades, e, conseqüentemente, das diversas dimensões físicas, culturais e sociais que definem uma localidade.

Assim sendo, se a Análise de Discurso tem como objeto de estudo a fala, considerando-se as condições históricas e ideológicas de sua produção, ela ajuda a compreender como as pessoas pensam e agem no mundo. Segundo Araújo (2011), os discursos funcionam como instrumentos do saber, que os sujeitos produzem sobre si, sobre os outros e sobre as coisas. Para Foucault (1995), o discurso é um acontecimento situado na dimensão histórica, o qual tem como contraparte material a linguagem sob a forma de enunciados. A tarefa do pesquisador está em descobrir as regras que presidem a sua formação, assim como ter acesso às condições de existência que lhe dão sentido. Trata-se, portanto, de compreender as condições de possibilidade de um dado discurso marcado na memória social e entrecruzado pelas várias vozes sociais que se expressam na fala do sujeito.

A importância da utilização do método Análise de Discurso, no caso dessa pesquisa, também está no fato de que é através do discurso que o outro é representado e, conseqüentemente construído. Segundo Albuquerque Jr. (2011)⁶, Lacan entende que o sujeito é um lugar construído por processos ou fluxos sociais, isto é, todo sujeito se fabrica ou se desmancha por todas as matérias que a sociedade lhes oferece através dos discursos, relações e formas de linguagem que estão à volta. Por sua vez, Michel de Certeau (1994) aponta para a subversão da ordem do discurso por meio das “táticas”, comparando a linguagem ao traçado de uma cidade (lugar próprio), onde cada morador faz o seu próprio caminho (lugar praticado), construindo (se) ao longo da caminhada permanente, ou seja, aponta para as fissuras das quais o sujeito se vale para subverter essa ordem e imprimir ali sua marca por meio da ação.

Ao utilizar a Análise de Discurso como metodologia de procedimento, para analisar documentos produzidos a partir das memórias dos moradores, dos discursos governamentais e jornalísticos, parti do princípio de que, de acordo com as considerações de Le Goff (1990, p. 545), todo documento é “produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que a detinham”. Nesse sentido, coube a mim, enquanto sujeito do discurso historiográfico, criticar as fontes, problematizar os relatos orais de memória, considerando que as falas dos sujeitos não revelam a realidade em si, mas interpretações de uma realidade, não constituindo, pois uma verdade, mas visões relacionadas com a posição social e ideológica de quem narra, no momento em que narra, uma vez que o narrado “é uma reconstrução do presente, em que o narrador relembra algo vivido” (MONTENEGRO, 2013-B, p.68). Nesse sentido, procurei, sempre que necessário, estranhar, questionar tais documentos, levando em consideração as condições históricas de sua produção, o lugar social de onde foram produzidos, as intenções dos produtores e as relações de poder que cercam e atravessam a produção e o produto (BORGES, 2010).

⁶ Palestra no curso “Michel de Certeau: História, cotidiano e linguagem” ministrado pelo Prof. Durval Muniz de Albuquerque Jr., na Universidade Federal de Campina Grande-UFCG, em 24 de setembro de 2011.

1.5. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A temática desta pesquisa contempla as relações de poder entre atores sociais no processo de produção de identidades e territórios, mais especificamente nos casos de intervenção governamental em localidades pobres situadas em bairros onde predomina a cultura de parcelas economicamente mais poderosas dos grandes centros urbanos. Tais jogos discursivos e linguísticos estão sujeitos a vetores de força, através dos quais as identidades são produzidas. Elas, portanto, não são construídas harmoniosamente, mas são disputadas em um campo hierarquizado (SILVA, 2003).

Hoje, por uma série de razões que não cabe aqui analisar, a maior parte da população brasileira vive nos grandes centros urbanos⁷, o que tem comprometido crescentemente as condições de vida, refletindo uma crise ambiental urbana. Nesse contexto, entram em jogo as relações de poder entre os diversos atores sociais, através da construção das diversas representações. Bourdieu (1990) afirma que palavras e nomes através dos quais a realidade social é construída resultam de uma luta política, na qual também são usados como alvo e como armas. Desta forma, as representações do mundo têm o poder de criar ou destruir aquilo que normalmente se chama de realidade. Zhouri (2007) sustenta que as relações de poder entre os sujeitos sociais, à medida que conjugam determinados significados de meio ambiente, espaço e território, consolidam certos sentidos, noções e categorias que passam a legitimar e sustentar as ações sociais e políticas.

Silva (2003) afirma que as identidades e as diferenças são construídas nas relações sociais. As suas definições discursivas e linguísticas estão sujeitas a vetores de força, a relações de poder. Para esse autor, identidade, assim como diferença, enquanto conceitos estão relacionados e são interdependentes. Não são positivamente, “fatos” autônomos e definitivos, mas processos dinâmicos que não se esgotam em si mesmos, a despeito da forma afirmativa como são expressados (SILVA, 2003).

Este mesmo autor adverte, porém, que esse processo de “fabricação” da identidade e da diferença não se dá de forma pacífica, mas em meio a uma disputa, a um

⁷ Fonte: Disponível em <<http://oespacobrasileiro.blogspot.com.br/2012/01/mudancas-na-migracao.html>> Acesso em: 15 jan. 2013

jogo de forças sociais e culturais. Elas não se estabelecem harmoniosamente, mas são disputadas. É uma relação de disputa por acesso privilegiado a bens sociais entre grupos assimetricamente situados.

A cidade é flexível e fluida, lugar de passagem. Por isso, abrigo de muita riqueza e diversidade. Nela, tempos, culturas, religiões e classes sociais aprendem a compartilhar e produzir espaços. A compartimentalização cultural, social, econômica, moral, enfim, o levantar de fronteiras, como forma de criar identidades, faz parte da lógica da cidade. O espaço da cidade não tem apenas justaposição ou superposição, mas identidades, onde passam a surgir relações, muitas vezes conflituosas (AVELINO, 2008). Vislumbra-se, desta forma, uma função subjetiva da cidade, assentada na dinâmica irrefreável de contrastes, diálogos e deslocamentos. Assim vista, a cidade pode ser compreendida, não apenas como um aglomerado de prédios e ruas, mas como lugar de inúmeros fluxos interativos, transformando-se em processos de subjetivação, desencadeados nos, e por meio dos, espaços urbanos (SOUZA, 2006).

Tais fronteiras e territórios são delimitados pela linguagem da discriminação, que dividem a cidade entre “espaços formais” e “espaços da desordem”, nomeando assim os espaços malditos e delimitando fronteiras que segregam e excluem territórios pobres em torno e dentro da “verdadeira” cidade (PESAVENTO, 1999). Dessa forma, “as fronteiras espaciais, longe de ser naturais, surgem como produto do embate de forças, que nelas tentam cristalizar o produto de uma batalha e de uma vitória”(ALBUQUERQUE JR., 2005 – p. 154).

Nesse sentido, Bresciane (1998) afirma que as cidades são experiências visuais, lugares saturados de significações, acumulados através do tempo. No entanto, a reprodução do espaço na metrópole, na sua incessante busca pelo novo, pelo moderno, faz com que novas formas urbanas se construam sobre as outras, tendo como tendência a destruição de referenciais urbanos. Desta forma, as práticas urbanas são invadidas, paralisadas ou mesmo atropeladas, uma vez que tais intervenções produzem possibilidades de empobrecimento das relações de vizinhança e mudança das relações dos homens com os objetos que lhe são próximos (CARLOS, 2004).

certeauNo entanto, a vida urbana sempre detém aquilo que foi tentado excluir pelo projeto urbanístico. A cidade se vê entregue aos movimentos contraditórios que se compensam e se combinam num jogo de poder que trafega em uma via de mão dupla. A

cidade se torna o tema dominante dos legendários políticos, mas não é mais um campo de operações programadas e controladas. Alheias aos discursos que a ideologizam, proliferam as astúcias e as combinações de poderes, sem identidade, sem transparência racional, impossíveis de gerir (CERTEAU,1994).

Nesse sentido, Certeau (1994) afirma que os produtos culturais não são consumidos da forma como imaginam aqueles que os concebem, e sim conforme aqueles que os consomem. E, nesse jogo de poderes, tendo de um lado os gestores públicos com suas “estratégias”, representando os interesses do lado mais influente da sociedade, e de outro a população expulsa de casas pobres localizadas em bairros ricos, com suas “táticas”, exercendo seus “micro-poderes”, é possível observar que, as apropriações dos espaços por parte dos usuários desenham novas configurações e determinam novos usos não previstos pelos arquitetos e urbanistas. Nesse sentido, Certeau (1994) aponta um caminho que considera as reações dos sujeitos, alvos das intervenções, os quais através de suas práticas cotidianas terminam por “burlar” as “estratégias” governamentais, através do que ele chama de “táticas”.

Esses conceitos podem ser relacionados com a pesquisa aqui proposta, na medida em que se considera o projeto governamental proposto, no caso a construção de um corredor viário com implicações sociais, ambientais e urbanísticas, como uma estratégia, um planejamento, algo feito para ser “consumido” pelos usuários da cidade. Já a forma como essa proposta foi recebida pela população, que fez seus ajustes, dando aos espaços novos usos, não previstos por quem os planejou, pode ser considerada uma “tática” ou uma forma de consumo não autorizada, de acordo com os conceitos de Certeau (1994).

CAPÍTULO 1

2- O espaço como produto de um combate cultural

“Teu corpo é paisagem
 Surpresa
 É síntese de múltiplas cores
 Formas
 Volumes sabores
 Teu corpo é movimento
 Sinuosa
 Nas tuas curvas habitam
 Labirintos
 Segredos
 Prazeres
 Teu corpo é um continente
 Mergulho livre nas franjas das encostas
 Sonhos
 Rumores
 Odores
 Nome adotado
 Memória e souvenir
 Passando num filme antigo
 Às vezes tem asas
 Para estar em todos os lugares.
 Onde não imaginamos, aparece alinhada ao céu
 Ágil
 Rápida
 Instante
 Perto das estrelas se faz eterna
 E na cidade, secular, apenas.
 Visível e invisível
 F a v e l a”

(SILVA e BARBOSA, 2005)⁸

O poema de Silva e Barbosa (2005) colocado acima desnaturaliza o discurso social que representa as localidades pobres situadas em bairros ricos apenas como

⁸ Jailson de Souza e Silva é ex-morador da favela da Maré e foi um dos fundadores do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (Ceasm). Hoje é professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), é geógrafo e doutor em Sociologia da Educação. Coordena o Observatório Social de Favelas do Rio de Janeiro, publica livros, produz documentários e realiza palestras sobre favelas e desigualdade social. Jorge Luiz Barbosa também é professor da UFF e é coordenador técnico do Observatório de Favelas do Rio de Janeiro (SILVA E BARBOSA, 2005).

lugares da ausência, da negatividade, do feio, do sujo, da violência, e nos surpreende ao reconstruí-las semelhante a um corpo em movimento, belo, sinuoso, repleto de segredos, prazeres, surpresas, sonhos, rumores, odores, dotado de nomes e de memórias. Eu o escolhi porque exprime uma parte do que foi dito e também do que foi silenciado pelos moradores entrevistados para elaboração desta pesquisa, no sentido contrário ao discurso emitido a partir de outros lugares sociais e institucionais também analisados ao longo desta narrativa.

A partir dos relatos dos entrevistados e de minhas próprias observações e memórias, enquanto ex-morador da cidade de Recife, pretendo elaborar uma representação a partir de uma narrativa historiográfica do que teria sido o Bairro de Boa Viagem antes da expulsão dos moradores das localidades “Xuxa” e “Deus nos Acuda”.

Assim, neste primeiro capítulo, convido o leitor a fazer um “voo panorâmico” sobre o bairro, para em seguida dar um mergulho no interior das extintas localidades “Xuxa” e “Deus nos Acuda”. Esta “viagem ao tempo presente” pretende buscar uma possibilidade de análise e inteligibilidade historiográfica a respeito do nosso próprio tempo. Como diz Larrosa (2004), desejo junto com o leitor desnaturalizar o presente convertendo-o em um problema. Trata-se, portanto, de estranhá-lo, procurando perceber o quão artificial ele é, o quão arbitrário e produzido é o que nos parece dado. Quero expressar minha estranheza por aquilo que nos é familiar e nos parece tão próximo.

Pretendo fazer isso como se estivesse aplicando um “zoom” muito lento, começando pela visão panorâmica das áreas ricas do bairro de Boa Viagem, para finalmente pousar nas ruas estreitas das localidades pobres que, há bem pouco tempo, foram “varridas” do mapa para dar lugar à Via Mangue, obra viária que é considerada pelo poder público como uma das maiores já executadas na capital pernambucana.

Proponho percorrer o bairro com o leitor, explorando os contornos de um espaço e de um tempo recentemente transformados, conhecendo retrospectivamente as atividades que neles se desenvolviam aquilo que escapa das planilhas dos dados estatísticos, os aspectos visíveis, mas principalmente os mais ocultos, porque são esses os que mais interessam aos objetivos desta pesquisa. Cabe, assim, apresentar primeiro ao leitor o lugar da ação, o cenário, os personagens da trama, para nos capítulos seguintes passar a analisar mais profundamente os discursos que a eles se referem. Assim ele poderá apreciar a multiplicidade de atores e de questões em jogo antes de,

quem sabe, se descobrir como um dos personagens dessa trama, de certa forma invisível e ao mesmo tempo tão próxima dos milhões de moradores dos grandes centros urbanos do Brasil do tempo presente.

Considero esse ponto de partida essencial para a compreensão de todo o processo que culmina com as apropriações feitas pela população do projeto desenvolvido e executado pela Prefeitura do Recife, o que problematizaremos mais especificamente no terceiro capítulo. Vamos, portanto, tomar lugar nesse “voou panorâmico” e começar a aproveitar a bela paisagem que se descortina bem abaixo dos nossos pés.

2.1. *MEMÓRIAS DE UMA BOA VIAGEM: uma leitura do bairro de Boa Viagem a partir de minhas próprias memórias.*

Visto do alto, o bairro de Boa Viagem se assemelha a uma imensa “selva de pedras” tal é a concentração de arranha-céus que se debruçam sobre o atlântico, massa polimorfa de grandes e belos edifícios que contrasta com a placidez do oceano, contido pelo paredão submerso de arrecifes, os quais inspiraram o nome da grande metrópole (Ver figura 5).

Por sua vez, o nome do bairro deriva da Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem, ainda hoje um dos pontos turísticos mais frequentados, símbolo da religiosidade dos antigos pescadores que a construíram no século XVII, quando habitavam o então pequeno povoado⁹ (Ver figuras 6 e 7). O bairro localizado na zona sul do Recife é um dos mais importantes da cidade, no que diz respeito à economia, à cultura e ao turismo e tem como principal atrativo a Praia de Boa Viagem, que é adornada com uma larga faixa de areias brancas e guarnecida com muitas piscinas naturais de águas mornas, que fazem as delícias dos banhistas, principalmente das crianças.

Margeada pela Av. Boa Viagem, que passa ao longo de todo o bairro, aquela que é considerada uma das praias urbanas mais bonitas do Brasil, dá lugar a um grande

⁹ Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Boa_Viagem_\(Recife\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Boa_Viagem_(Recife))> acessado em 01/06/2013

número de hotéis e edifícios residenciais muito luxuosos e arquitetonicamente diferenciados. As avenidas e ruas próximas à beira mar concentram um grande número de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, entre eles o Shopping Center Recife, considerado um dos maiores centros de lojas da América Latina.

O bairro era considerado local de veraneio até a segunda metade do século XX, mas teve a sua urbanização impulsionada pela construção da Av. Boa Viagem, no início do referido período. O solo da região é um dos mais valorizados da cidade e muito disputado pelas empresas do mercado imobiliário. Contudo, não é o bairro com maior índice de desenvolvimento da cidade, devido à presença de grande número de localidades pobres que se estabelecem na faixa oposta à do oceano, à beira do manguezal¹⁰, uma imensa área de preservação ambiental seriamente ameaçada pela pressão do modelo civilizatório em voga, baseado no crescimento constante e indeterminado.

Na minha trajetória acadêmica, sempre ouvi falar, e também concordo, que toda pesquisa tem uma relação direta com a história de vida do pesquisador. De certa forma, pode-se dizer que toda pesquisa é uma busca de conhecimento sobre si mesmo, na medida em que procura responder a inquietações nascidas da própria subjetividade do pesquisador e carregadas com as marcas de sua cultura e de seu próprio tempo. Sem fugir a essa regra, recorro às minhas próprias memórias para introduzir o leitor no cenário onde se desenvolve a trama narrada nesta dissertação.

Eu morei durante mais de quatro décadas na cidade de Recife, onde me formei em arquitetura e pratiquei essa profissão por cerca de vinte e cinco anos. Costumava visitar minha irmã, a cerimonialista Tatiana Marques, que mora há alguns anos num dos endereços mais privilegiados da cidade, num prédio de apartamentos em frente ao mar, na praia de Boa Viagem. Ainda hoje, embora com menor frequência, quando vou visitá-la, gosto de ficar na varanda de seu apartamento, sentindo a brisa incessante que corre do mar para o continente e observando o lindo cenário que tem como fundo o imenso azul delineado pelo horizonte, que de tão distante se curva levemente nas extremidades, denunciando a cor e a forma arredondada do nosso lindo planeta. Coloco-me, agora,

¹⁰ Ecossistema costeiro, de transição entre os ambientes marinho e terrestre, zona úmida típica de regiões tropicais e subtropicais. (Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Manguezal>)

mentalmente nesta varanda e tento recordar o que eu poderia ver daquele ponto numa manhã de domingo do mês de março do ano de 2010, ou seja, imediatamente antes da demolição das casas de “Xuxa” e de “Deus nos Acuda” que existiam naquele bairro.

Logo de início minha vista seria atraída para o leste pelo imenso mar azul. Poderia apreciar os casais na praia, a dividirem seus melhores momentos, degustando o camarão cozido, o peixe frito, oferecidos alegremente na bandeja, com limão e verduras cruas, por uma mulata com seu grande chapéu de palha. Quantas vezes eu mesmo não fiz isso e ainda faço, quando vou a Recife? Poderia ver também o moreno barrigudo, carregando um balde metálico e oferecendo ostras vivas, que ele tempera com azeite, pimenta e limão, na frente do cliente. Haveria também os vendedores de queijo frito com suas carroças de metal e os que vendem caldinho de peixe, feijão e camarão, com suas garrafas térmicas azuis e vermelhas.

Contemplaria a faixa de areia, quase toda coberta com guarda-sóis coloridos, sombreando as cadeiras dobráveis de nylon alugadas pelos banhistas, que conversavam, namoravam e se refrescavam bebendo refrigerante e cerveja nas barracas que se estendiam à beira mar. Lá estariam também os idosos fazendo suas caminhadas e as madames com seus cachorrinhos a passearem pelo calçadão, todos igualados pela condição humana, compondo o mesmo espaço, mas diferenciados pela posição social e pelas práticas que nele desenvolvem.

Abro agora um espaço para a digressão que considero pertinente, lembrando que Certeau (1994) chama de “lugar” a geografia, estática, urbanisticamente definida, e de “espaço” os territórios onde circulam e desenvolvem suas práticas os usuários da cidade, cada um deixando por onde passa as marcas de sua cultura e do seu lugar social. Segundo esse historiador, há uma distinção entre essas duas dimensões, sendo a primeira geográfica e a segunda, antropológica. Para ele, o lugar delimita uma ordem, seja ela qual for, onde elementos distintos coexistem, uns ao lado dos outros, cada um num lugar “próprio” e distinto. O lugar, portanto, é estável e tem uma configuração instantânea. Por sua vez o espaço é um cruzamento de móveis. É produzido pelas operações que nele se desenvolvem, sendo, portanto, dinâmico e relacionado aos conflitos ou às proximidades contratuais que o fazem funcionar.

Nesse sentido, pode-se dizer que os arquitetos e urbanistas planejam e constroem o lugar, que só passa a ser considerado espaço após a sua apropriação pelos usuários.

Segundo Certeau (1994), o espaço resulta da relação dos sujeitos com o lugar geográfico, concluindo-se que, por esse ponto de vista, cada experiência distinta determina um espaço também diferente.

Até enveredar pelos caminhos da história, eu entendia a arquitetura como a arte de criar espaços funcionais, belos e econômicos. Após encontrar-me com Certeau (1994) nas minhas caminhadas teóricas, compreendi que eu idealizava lugares. Os espaços seriam criados posteriormente pelos usuários. O máximo que eu poderia fazer seria sugerir ou induzir os usuários a certos usos do espaço que eu planejava. Foi então que vim a entender um pensamento do renomado arquiteto italiano Renzo Piano, quando ele diz:

Costumo dizer que um arquiteto deveria viver 200 anos. Precisa dos primeiros 100 anos para aprender. E precisa da outra metade para aplicar o que aprendeu. É uma disciplina difícil. Obriga a ser um pouco de construtor, um bom artista, um bom sociólogo e um bom historiador. Muitas coisas boas ao mesmo tempo!
(PIANO,2013)¹¹

Entendi que estava, então, no caminho certo e que o meu trabalho, enquanto arquiteto e urbanista, seria completado pelos usuários, que dariam a ele os usos mais adequados às suas necessidades, segundo a sua própria criatividade. Na arquitetura, portanto, o arquiteto não é o único artista, a obra de arte é completada após a sua execução, a partir dos usos e das apropriações que os usuários fizerem a partir de suas práticas e de sua criatividade.

E, voltando à varanda, revivendo nas minhas memórias o frescor do vento incessante característico do litoral nordestino e ouvindo o som das ondas que quebravam nos recifes, eu poderia contemplar a paisagem e quase sentir o perfume da morena que desfilava o seu corpo bronzeado, misturado com os cheiros do queijo frito, da salada de frutas vendida em carrinhos coloridos. Observaria as distintas operações dos anônimos personagens daquele cenário tropical, onde os sentidos são aguçados pela intensidade das cores dos guarda-sóis, do verde do mar, do azul do céu, dos trajes de banho e das diversas nuances da cor da pele dos pernambucanos, resultado da mistura de uma diversidade de raças. Nas ruas mais próximas à beira mar, repletas de veículos, os “flanelinhas” poderiam ser ouvidos a gritar: “aqui doutor, tem uma vaga, pode vir!”.

¹¹ Disponível em: <<http://arktetonix.com.br/2011/10/os-grandes-arquitetos-5-%E2%80%93-renzo-piano/>>
Acesso em 24 ago 2013

Na faixa branca e quente entre o mar e a avenida, aquele espaço privilegiado pela natureza, cheio de belezas e abastecido de energias, eu poderia ver também as crianças a construírem castelos de areia, enquanto se deliciavam com picolés de frutas variadas. Elas faziam a festa com suas boias coloridas e inundavam o espaço com suas risadas e seus gritos alegres nas piscinas naturais de águas mornas. Lá do alto, eu poderia acompanhar a caminhada dos vendedores de bronzeador, de chapéus de palha e de óculos escuros e quase conseguiria escutar baixinho o som das violas das duplas de cantadores, que faziam versos de improviso, construindo sorrisos nas faces dos banhistas, arrecadando moedas em seus chapéus, que caíam uma a uma, alimentando a cantoria.

Naquele ambiente natural e tão cheio de energia, todos os sentidos seriam aguçados pela textura macia da areia fina, pela temperatura morna das águas do oceano, pelo cheiro das comidas de praia e pelo perfume dos rapazes e moças que desfilariam naquela passarela de areias brancas. Enquanto uns estariam aproveitando o feriado de domingo para se divertir e desfrutar de tantos prazeres, outros, aproveitariam para ganhar o pão no dia de maior movimento de turistas e de moradores, que convergiram dos mais diversos bairros da cidade.

2.2. *NAS MARGENS: Nascimento e batismo de duas localidades pobres nos mangues do Recife.*

Fora do meu campo de visão, como observador da varanda, próximas 500 metros a oeste da praia, estavam fincadas as duas localidades, “Xuxa” e “Deus nos Acuda”, por traz dos grandes prédios, à beira do manguezal. Se olhadas do alto, parecia uma única e grande construção, cujos telhados escuros eram entrecortados por estreitas linhas indecifráveis que, na verdade, eram ruas. Localidades pobres, desprovidas de beleza arquitetônica, para muitos intrusas, indesejáveis se insinuavam sobre a área rica do bairro. Lá, tipos específicos de “operações” estranhas aos moradores das áreas ricas do bairro escapavam do meu olhar e só se revelavam àqueles que eram autorizados a cruzar as fronteiras invisíveis que separam o asfalto das ruas estreitas da beira do mangue. “Escapando às totalizações imaginárias do olhar, existe uma estranheza do

cotidiano que não vem à superfície, ou cuja superfície é somente um limite avançado, um limite que se destaca sobre o visível” (CERTEAU, 1994 p. 172).

As duas localidades, “Xuxa” e “Deus nos Acuda”, surgiram como um desdobramento de outra que lhes deu origem, localizada no bairro vizinho do Pina, a Ilha do Destino, hoje uma ZEIS (zona especial de interesse social) (SÁ, 2008). Ambas as localidades, tiveram seus nomes inspirados em programas de TV, muito embora, os nomes sejam posteriores à suas fundações.

“O nome de uma favela pode ter raízes religiosas (Santa Marta), geográficas (Grotta), poéticas (Babilônia). Pode ser uma homenagem a uma personalidade importante (Vigário Geral), um agrado a um político (Vila do João) ou apenas uma brincadeira (Kinder Ovo). E pode ainda ter dois significados diferentes (Rocinha). Mas tem sempre uma explicação.” (MONTEIRO,2012)

O nome da localidade “Xuxa”, a mais antiga das duas, com cerca de 40 anos de existência, tem origem no programa “Xou da Xuxa”, que foi um programa infantil de variedades apresentado por “Xuxa” Meneghel na Rede Globo de Televisão entre 30 de junho de 1986 a 31 de dezembro de 1992. Segundo Sandra, ex-líder comunitária da localidade “Xuxa”, o nome surgiu por causa do apelido de sua filha Renata, que tem a pele e o cabelo claros e foi apelidada de “Xuxa” pelos moradores da localidade, devido à sua semelhança com a apresentadora.

Como a filha de Sandra ainda é jovem, assim como o programa da Rede Globo em relação ao surgimento das primeiras casas no local, há cerca de 40 anos atrás, pode-se concluir que a denominação é recente. No levantamento de dados da pesquisa, não cheguei ao ponto de conhecer qual seria o nome anterior da comunidade, nem se tinha mesmo algum nome. Possivelmente, a identidade dos moradores como pertencentes a uma determinada comunidade tenha surgido recentemente, junto com o nome “Xuxa”, o que poderá ser esclarecido em pesquisas posteriores.

Os dados coletados nesta pesquisa indicam que, ao longo de toda a sua existência, houve muita luta entre os moradores da comunidade e outros setores da sociedade que não queriam a presença deles no bairro. Esta luta, porém, não deve ser entendida como uma postura política conjuntural, mas como uma resistência, que nasce da própria necessidade de sobrevivência num cotidiano marcado pela falta, pela

carência (MONTENEGRO, 2013-A). É possível que a liderança de Sandra tenha despontado nesta época, e sua posição de destaque no grupo tenha levado à adoção do apelido de sua filha como nome da comunidade, a comunidade da “Xuxa”. A luta pelo direito a um território na cidade pode ter levado os moradores a um sentimento de pertença a um determinado grupo e, conseqüentemente, à construção de uma identidade, o que levou à necessidade de um nome.

Por sua vez, a localidade “Deus nos Acuda” teve seu sugestivo nome inspirado em uma telenovela transmitida pela Rede Globo entre os anos de 1992 e 1993. A localidade que lhe deu origem, assim como à “Xuxa”, chamada Ilha do Destino, segundo depoimento de uma antiga moradora, foi fundada por pessoas vindas da zona da mata pernambucana na década de 1970. A data de fundação indicada pela moradora, muito anterior à denominação, também pode remeter ao surgimento das primeiras casas no local, quando ainda não havia um sentido de comunidade, tendo o nome surgido posteriormente, juntamente com o sentimento de pertença a um determinado território, com sua história, sua cultura e sua identidade própria.

Sandra, cujos pais migraram do campo para a cidade, contribuindo para a formação da localidade denominada “Ilha do Destino”, foi uma das fundadoras da localidade “Xuxa”. Segundo seu relato, grande parte dos moradores da localidade “Ilha do Destino”, assim como seus pais, tinha vindo do interior em busca de trabalho: “[...] tem gente de Quipapá¹², tem gente de Paudalho¹³, tem gente de Carpina¹⁴. Na “Xuxa” tinha muita gente de Carpina.”, me relatou Sandra em sua entrevista.

12 O território do município de Quipapá, cidade localizada a 188 Km da capital pernambucana, integrava extensa área ocupada pelo Quilombos dos Palmares, um dos mais importantes redutos da resistência negra frente ao regime escravista. O nome da cidade foi dado pelo negro Zumbi. Segundo a lenda popular, numa das fugas dos seus perseguidores brancos, Zumbi parou para descansar no cume de uma serra onde predominava a vegetação rasteira e espinhosa, denominada quipá. O líder negro batizou o local de quipá-quipá, transformando o lugar em seu novo refúgio. O nome da cidade é então uma corruptela da denominação original. Quipapá somente começou a se povoar regularmente depois de 1820, quando ali foi erguida uma capelinha de taipa sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição. Em 19 de maio de 1900, Quipapá emancipou-se do município de Panelas. (fonte: <<http://www.ferias.tur.br/informacoes/5400/quipapa-pe.html>>)

13 Paudalho é um município brasileiro do estado de Pernambuco, localizado a 47 Km da capital, Recife. O município é formado pelo distrito sede e pelos povoados de Pirassirica, Chã da Cruz, Guadalajara e Rodrizio. A cidade de Paudalho é bem marcada pela história, e suas terras começaram a ser exploradas em fins do século XVI, com o corte do pau-brasil em suas florestas. O nome da cidade de Paudalho surge da derivação de uma grande árvore secular que exalava cheiro completamente semelhante ao do alho que existia na margem direita do Rio Capibaribe, extremo oeste da Cidade, num lugar antes chamado de Itaíba, atualmente onde fica localizada a Ponte de Itaíba, centro da cidade.

2.3. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO COMO UMA ASTÚCIA.

Normalmente, só percebemos aquilo que conhecemos, o que não conhecemos costuma passar despercebido aos nossos sentidos. Portanto, até o dia em que, por força de um trabalho profissional, tive que penetrar nas localidades “Xuxa” e “Deus nos Acuda”, eu nunca havia prestado atenção nessas comunidades, muito menos percebido a estreita relação de interdependência que seus moradores mantinham com os moradores das áreas ricas do bairro. Foi ao penetrar naquelas ruas estreitas, observando o movimento das casas, que eu identifiquei as carroças, as cadeiras, mesas e garrafas, que faziam para mim a praia de Boa Viagem um lugar cheio de sabores, odores e prazeres diversos, os quais realçavam as delícias já oferecidas pelo mar, pelo sol e pelas areias brancas da praia. Era naquelas casas que aqueles alimentos eram produzidos e eram aquelas pessoas que circulavam na praia, umas após as outras, oferecendo as guloseimas e as bebidas geladas, sem as quais não conseguiríamos permanecer muito tempo aproveitando tudo o que a natureza oferece naquele paraíso tropical.

Como já relatei na introdução dessa dissertação, foi em março de 2010 que tive pela primeira vez a oportunidade de entrar em contato direto com aquela realidade que eu não conhecia, e que a maioria dos moradores da área rica da cidade também não conhece. Foi no exercício de minha atividade como arquiteto da Prefeitura do Recife que conheci o lado oeste do Bairro de Boa Viagem, o lado oposto ao que eu olhava quando estava na varanda do apartamento de minha irmã. Era lá, na beira do mangue, que estavam fincadas as duas localidades que, por meio da minha atividade como arquiteto da prefeitura, despertaram o meu interesse pelo aprofundamento dos conhecimentos sociológicos, antropológicos e historiográficos.

(Fonte: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Paudalho>>)

14 Carpina é um município brasileiro do estado de Pernambuco. Está localizado na Zona da Mata, ao norte do estado e distante 60 km da capital, Recife. Diz-se que o município de Carpina foi fundado por um carpinteiro que habitava a região antes só usada como estrada, daí a possível origem do nome. Os colonizadores da capitania de Itamaracá, notadamente aqueles que se fixaram no vale do rio Goiana, foram os primeiros a desbravarem aquelas áreas, onde o rio Tracunhaém cortava a terra coberta de matas, em busca de terras para a agricultura de subsistência. Lado a lado com esses pioneiros, os madeireiros seguiam a mesma trilha, alcançando as cabeceiras daquele rio.
(fonte: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Carpina>>)

Hoje, principalmente no campo das ciências humanas e das sociais aplicadas, como é o caso da arquitetura, as fronteiras entre as diversas disciplinas se tornam cada vez mais “borradas” e as relações entre historiografia, sociologia, filosofia, antropologia, etnografia, arquitetura e urbanismo, entre outras, tendem cada vez mais para à transdisciplinaridade, o que é diferente de multidisciplinaridade, onde as diversas disciplinas interagem, mas suas fronteiras continuam rigidamente demarcadas (WEIL et al.,1993).

Foi por estranhar a mim mesmo, ou seja, a meu tempo e a minha cidade, que eu passei a me interessar pelo estudo dos fenômenos sociais e culturais implicados nas relações de força entre os interesses de moradores das áreas ricas da cidade e os daquelas localidades que, enfim, também faziam parte dela. Ocorre que a representação das localidades pobres dos grandes centros urbanos e de seus moradores orienta políticas e projetos que, na maioria das vezes, se baseiam em estereótipos que não permitem uma apreciação aprofundada sobre os interesses mais específicos daquelas populações em termos sociais, econômicos, políticos e culturais. (OBSERVATÓRIO DE FAVELAS, 2009)¹⁵.

As localidades em questão eram, portanto, ocupações de áreas, até então, fora do interesse imobiliário, de cuja data exata de fundação não há registro memorial. Só se sabe que houve muita luta e que foi nos meados da década de 1970¹⁶. No início era apenas algumas palafitas, um tipo de construção de madeira estruturada em estacas fincadas na lama do mangue. A arquitetura dos barracos, por uma imposição das

¹⁵ “O Observatório de Favelas é uma organização social de pesquisa, consultoria e ação pública dedicada à produção do conhecimento e de proposições políticas sobre as favelas e fenômenos urbanos. Busca afirmar uma agenda de Direitos à Cidade, fundamentada na ressignificação das favelas, também no âmbito das políticas públicas. [...] Criado em 2001, é desde 2003 uma organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP). Com sede na Maré, no Rio de Janeiro, sua atuação é nacional. Foi fundado por pesquisadores e profissionais oriundos de espaços populares, sendo composto atualmente por trabalhadores de diferentes espaços da cidade”. Fonte: <<http://observatoriodefavelas.org.br/apresentacao/>> Acesso em 10 de out. de 2013

¹⁶ Disponível em <[http://localidadeda"Xuxa".blogspot.com.br/](http://localidadeda)> acessado em 01/06/2013.

próprias condições geográficas e morfológicas do terreno, imitava a estrutura das árvores e plantas típicas daquele ecossistema, cujas raízes fortes e longas permitem sua fixação no solo lamacento e lodoso, deixando um espaço entre a planta e a água, para atender à natureza variável do nível das marés. Esse tipo de edificação, chamada pelos moradores de “flutuantes”, se colocava acima dos níveis de alagamento e a salvo da correnteza, causada pelo fluxo das águas provocado pelo movimento das marés, produzindo, assim, o espaço como uma “astúcia”, como uma tática (ver figuras 8 e 9).

Nas localidades pobres, do tipo das analisadas neste trabalho, tanto a organização social, quanto a espacial nascem a partir de uma lógica diferente das áreas planejadas pelo poder público, no contexto das relações entre seus moradores e os diversos condicionantes geográficos, biológicos, sociais, políticos, econômicos e culturais. A inteligência que organiza esses espaços não planeja, mas age de acordo com as ocasiões e as oportunidades que surgem de improviso, lançando mão da criatividade, em condições de extrema pobreza e de ausência da prestação de serviços adequados por parte do poder público.

A produção tática do espaço age de forma mais objetiva, lançando ataques mais precisos e calculados instantaneamente, como o de uma águia em direção à sua presa no momento da caça. Tais espaços proporcionam a seus moradores lugar para moradia, ainda que precária, a custos baixíssimos, onde o terreno não é comprado, mas fabricado, as casas são construídas com restos de materiais, onde os moradores não pagam taxas de serviços, como energia elétrica, água, esgoto sanitário, que são usados de forma clandestina. A segurança é proporcionada pela solidariedade entre os moradores e pela configuração do traçado de suas ruas, e a sobrevivência é garantida pela proximidade com os bairros ricos junto aos quais se localizam.

Tudo isso existe e funciona sem nenhum plano estratégico, mas é fabricado no acaso da luta pela sobrevivência, pela mesma energia criativa que “racha ao meio” as estratégias governamentais quando da implantação dos planos de expulsão de moradores pobres, como no caso das localidades “Xuxa” e “Deus nos Acuda”, objetos dessa pesquisa.

Mas, recentemente, não eram exclusivamente as palafitas que constituíam as tipologias de edificação das referidas localidades. Uma área das margens dos manguezais era aterrada pelos próprios moradores e sobre esta eram construídas casas,

muitas de alvenaria, que se distribuíam desde o mangue até às margens das ruas da área rica do bairro. Tais construções eram predominantemente caracterizadas pela autoconstrução, ou seja, não se orientavam pelos parâmetros definidos pelo Estado.

Estas áreas foram negligenciadas por muitas décadas, não tendo recebido investimentos adequados por parte do Estado nem do mercado imobiliário, financeiro ou de serviços. Durante toda a sua existência, sofreram forte estigmatização sócio espacial, especialmente inferida por moradores de outras áreas da cidade (ver figura 10).

Toda essa organização espacial era produzida segundo a criatividade, a necessidade, as ocasiões e oportunidades que surgiam no cotidiano dos usuários daquele espaço. Isso não acontecia, no entanto, de forma pacífica, mas também era resultado de um combate cultural, social e político entre as populações das localidades e as diversas forças que a qualquer momento eram acionadas e convocadas para intervir naquele território.

Tal combate inicia pelo direito a um território e a práticas culturais diversas do que era aceito como “civilizado” e moderno. Os dados da pesquisa indicam que durante muitos anos houve uma reação por parte de setores da sociedade à ocupação das margens do manguezal pela população das comunidades, assim como às suas práticas culturais que entravam em choque com a dos setores hegemônicos do bairro, o que culminou com a expulsão definitiva da população pobre pela implantação da Via Mangue. Foram necessários muitos protestos na rua, muitas negociações políticas carregadas de tensão, além do surgimento de lideranças e de forças, que, enfim, até contribuíram para a construção de uma identidade e para a consolidação do grupo de casas como uma comunidade.

Os combates culturais, por sua vez, estavam relacionados a práticas e valores incompatíveis entre o grupamento pobre e os setores ricos do bairro. Começava pela reação de alguns moradores à presença de barracos de madeira cobertos com plástico e palafitas que “enfeavam” o bairro. Depois pela estigmatização dos moradores, que eram representados por jornalistas como perigosos, sujos, uma ameaça à segurança e à saúde do bairro. A venda de alimentos na praia por moradores das comunidades pobres, sem o controle da Vigilância Sanitária, também foi sempre objeto de muitas lutas políticas. Embora a tensão em torno dessas disputas fosse constante, ela era, na maioria das vezes, silenciosa e invisível aos moradores da cidade em geral, raramente aparecendo na mídia,

o que acontecia apenas quando os moradores faziam protestos nas ruas, o que sempre era reprimido pela polícia com muita energia.

2.4. *PRÁTICAS SILENCIADAS, TERRITÓRIOS INVISÍVEIS*

Dentro das fronteiras das localidades pobres do bairro, práticas cotidianas eram silenciadas pelos que moram em outras regiões da cidade, que delas se distinguem em função do poder econômico dos seus moradores. Quem observava do alto não conseguia perceber a multiplicidade e a peculiaridade do conjunto de movimentos que lá se desdobravam, indissociáveis de uma “direção de existência”. Diferentemente da área rica do bairro, a população das duas localidades era constituída predominantemente por negros, imigrantes e descendentes de imigrantes de zonas rurais do interior do estado que vieram para a “cidade grande” a procura de trabalho e melhores condições de vida. A falta de recursos obrigou-os a se instalarem em áreas desprezadas pela especulação imobiliária, e ao mesmo tempo próximas aos locais onde exerciam suas atividades produtoras de renda.

Apesar de serem muitas vezes chamadas de “comunidades” pelo poder público e pelos seus próprios membros, na verdade esse conceito na sociologia é bastante amplo, podendo assumir diversos significados, em função do tipo de grupamento a que se refere, pois podem variar em função de muitos aspectos, como os interesses de seus componentes, a sua localização, as suas fronteiras e as relações que mantêm com outras comunidades¹⁷. No caso das comunidades pobres dos grandes centros urbanos, elas se caracterizam principalmente por carregarem os estigmas sociais que objetivam segregá-las da cidade, caracterizando-as como locais que deveriam não existir. Estas comunidades se estabelecem geralmente em torno das lutas pelo direito de existirem e de serem considerados como parte integrante da cidade.

Culturalmente, elas se caracterizam pela forma distinta que seus componentes têm de perceber o mundo e a realidade, bastante diversa da difundida pela cultura dita oficial, em função de suas lutas pela sobrevivência numa situação de grande carência de

¹⁷ Fonte: Disponível em <<http://cec.vcn.bc.ca/mpfc/whatcomp.htm>> Acesso em 27 jan. de 2014.

comida, de saúde, de educação, de transporte e de moradia (MONTENEGRO, 2013-A). Ainda que não sejam aceitas como parte da cidade por aqueles que delas se distinguem, seus moradores assim se veem e lutam de diversas formas para também serem vistos desse modo pelo poder público e pela sociedade.

No que diz respeito a suas manifestações culturais, como festas, artes, tradições, estas são assimiladas da cultura oficial e reproduzidas muitas vezes de forma muito distinta, em função das condições materiais de carência radical e das condições mínimas de sobrevivência a que estão submetidas. “É nesse cenário que a própria relação com a cultura oficial, por parte dessa população, é reproduzida, recriada, renegada” (MONTENEGRO, P. 13, 2013).

Nesse sentido, nas observações de campo e nas entrevistas, o que se pôde observar é que suas datas comemorativas, festas, danças e músicas se confundem com as da cultura “oficial” da cidade, distinguindo-se, como foi dito acima, apenas na forma como são vividas e reapropriadas, em função das suas condições de existência, como afirma Montenegro (2013):

A cultura popular é aqui tomada como a produção de uma parcela da população marcada pela radicalidade de sua condição, representando e instituindo um imaginário do mundo a sua volta que, em alguns momentos, descobre-se ‘o mesmo’ dos demais segmentos da sociedade, mas constantemente se descobre ‘outro’.

(MONTENEGRO, p. 36, 2013)

Diferentemente das diretrizes recentes que no Recife orientam as intervenções governamentais em localidades pobres, as quais contemplam quase que apenas o aspecto habitacional, nelas a habitação não é praticada de forma isolada do local onde se trabalha. O espaço das localidades representadas socialmente como “favelas” exerce funções muito mais amplas que o de simples local de habitação. Uma delas é a geração de trabalho e renda, embora com níveis elevados de subemprego e informalidade nas relações de trabalho. Nas referidas localidades, muitas casas tinham um “puxadinho” para frente, para o lado ou para trás onde funcionava uma mercearia, uma lojinha de conveniência, um bar, uma lanchonete, um depósito de materiais (ver figuras 11 a 14).

Nelas, os estabelecimentos que se mesclavam com as habitações eram os mais variados possíveis: salões de beleza, oficinas as mais diversas, depósito de bebidas, lojas de roupas. Eram pequenos negócios familiares que atendiam à própria comunidade

(SILVA e BARBOSA, 2005). Os maiores estabelecimentos comerciais das localidades expulsas não se localizavam no centro do conjunto de casas, mas nas margens das ruas asfaltadas que serviam de limite entre elas e as áreas ricas da cidade. Estes eram mais desenvolvidos economicamente, uma vez que sua localização permitia que tivessem como clientes também o público passante, composto de moradores de outras áreas do bairro de Boa Viagem.

A população das localidades “Xuxa” e “Deus nos Acuda” era formada também, por esses pequenos comerciantes, os quais associavam à sua moradia o comércio de alimentos e de itens de primeiras necessidades para atender aos moradores da própria localidade; também por prestadores de serviço, como pedreiros, marceneiros, serralheiros, encanadores, eletricitas, faxineiras, e empregadas domésticas, que trabalhavam, principalmente, para os moradores dos prédios e casas de luxo de Boa Viagem; por catadores de materiais descartáveis, como latas e papelões, que abundavam nas lixeiras do bairro. Os operários e empregados formais de empresas localizadas em bairros distantes eram a minoria, pois a maioria sobrevivia em função da vizinhança com a praia e com o bairro de Boa Viagem.

Muitas das casas das duas localidades era também lugar de produção dos mais diversos tipos de alimentos para serem vendidos na praia. Lá eram preparados os espetinhos, os queijos, os caldinhos, eram tratados os peixes e os crustáceos que seriam comercializados na praia. Eram muitos os carrinhos de vender alimentos, que ficavam estacionados nos pequenos quintais das casas, assim como as carroças dos chamados barraqueiros, que carregavam as cadeiras, as mesas e os guarda-sóis que eram alugados a banhistas na praia (ver figuras 15 a 19).

Apesar dos relatos acerca de lutas pelo direito dos pobres de ocuparem áreas dentro de bairros onde moravam pessoas de renda alta, como foi o caso das localidades “Xuxa” e “Deus nos Acuda”, que por várias vezes foram ameaçadas, hostilizadas e até indenizadas pelo poder público para desocupar as margens dos mangues de Boa Viagem, havia também uma relação produtiva, amistosa ou mesmo de sociabilidades entre as populações locais, ou seja, entre aqueles moradores e os turistas e moradores das áreas mais ricas do bairro.

Embora o bom relacionamento entre esses dois grupos de moradores da cidade não fosse uma unanimidade, pois também existiam os conflitos de interesses ou práticas

nefastas como roubos e furtos, cuja culpa sempre recaía sobre os moradores das comunidades pobres, a importância desses trabalhadores para a vida do bairro e para a população local era tanta, que já havia uma dependência em relação a eles por parte dos turistas, dos moradores, comerciantes e prestadores de serviços das áreas mais ricas. Os banhistas na praia não saberiam mais como permanecer tantas horas sob o sol, sem os refrigerantes, a cerveja gelada, o camarão cozido, o peixe frito, os amendoins que eram vendidos pelos ambulantes, ou sem os guarda-sóis e as cadeiras que eram alugadas pelos chamados barraqueiros. Não existia mais entre os frequentadores da praia o costume de carregar objetos como guarda-sol e cadeira, caixas de isopor com gelo e bebidas ou sacolas com alimentos, itens esses imprescindíveis para uma permanência prolongada na praia sob o sol causticante do nordeste do Brasil. Os moradores dos prédios de luxo também não saberiam mais como resolver pequenos problemas, como de uma torneira quebrada, de uma tomada de luz que não funcionava, de uma pintura desgastada, ou de um apartamento carente de faxina, sem a ajuda dos moradores das localidades pobres.

Mas, eles não costumavam se preocupar com a procedência daqueles produtos, onde eles eram preparados ou onde moravam aquelas pessoas que prestavam serviços. Muitas vezes, tinham apenas o número do celular para chamá-los, ou pediam para os porteiros e zeladores dos prédios chamá-los, pois geralmente eram seus vizinhos ou sabiam onde eles moravam. A praia era o lugar da interação entre pessoas das mais diversas camadas sociais, onde mantinham relações de amizade e se conheciam pelo nome, muitas vezes substituído por apelidos carinhosos, como “a barraca de Neginho”, “o caldinho do João”, “a coxinha do Biu”.

Assim, havia certa interdependência entre os moradores expulsos das localidades pobres e os das áreas ricas do bairro, de maneira que os primeiros dependiam da proximidade com os moradores ricos do bairro para gerarem renda, enquanto esses precisavam deles para solucionar pequenas, mas importantes necessidades do dia a dia.

Enfim, não obstante houvesse essa interação entre moradores de áreas distintas do bairro, o que era visível na praia, nas ruas e avenidas mais largas e movimentadas, práticas relacionadas ao modo de vida das localidades mais pobres, que aconteciam nas pequenas casas, nos barracos flutuantes, ruas estreitas da “Xuxa” e de “Deus nos Acuda” não eram visíveis para a maioria dos moradores da cidade. Tais práticas eram

silenciadas pelos gestores públicos nos seus discursos, através dos quais procuravam justificar a expulsão de moradores pobres, prometendo uma vida mais digna em apartamentos bem construídos, o que, segundo eles, por si só lhes garantiria a “inclusão social”, como se o bairro de Boa Viagem não fosse, além de um tecido de ruas, casas, apartamentos, um território construído por relações entre pessoas e coisas.

2.5. *PRÁTICAS DE ESPAÇO E CONSTRUÇÃO DE LAÇOS COMUNITÁRIOS NOS TERRITÓRIOS DAS LOCALIDADES*

demonstravam ao serem questionados sobre esse assunto. Nessa hora, suas expressões corporais falavam de constrangimento, enquanto suas bocas calavam, produzindo um discurso que denunciava a existência de leis territoriais que os impedia de comentar qualquer coisa sobre esse assunto. Além dessas tensões, é certo que também havia a presença constante de policiais e de bandidos armados, além de desentendimentos e disputas entre os vizinhos, mas também acordos, pactos e regras de convívio solidário. Havia, portanto, um sentido de uso público do espaço, sempre carregado de memórias, de práticas, de vivências relacionadas a uma determinada condição social e cultural, diferentemente do que acontecia na área rica da cidade, onde as ruas pertencem aos automóveis (SILVA e BARBOSA, 2005).

A localidade “Xuxa” era composta por cerca de 150 casas, e, por que estava geograficamente limitada de um lado e por trás, pelo mangue, pelo outro lado por conjunto de prédios e pela frente pela Rua Maria Carolina, uma rua movimentada do bairro, tinha uma população mais estável, composta praticamente por pessoas ligadas por laços de parentescos, parentes dos antigos fundadores da localidade.

A localidade “Deus nos Acuda” era bem maior, composta por cerca de 800 casas. Por estar localizada em uma área mais extensa da beira do mangue, estava constantemente crescendo, à medida que o mangue era aterrado, pouco a pouco, pela própria população. Diferentemente da “Xuxa”, sua população era mais “fluida” e crescente, composta de muitas famílias, que alugavam barracos edificadas com tábuas sobre palafitas ou sobre novos aterros. No entanto, os meios de sobrevivência da população eram semelhantes aos da “Xuxa”.

Ainda que tenham sido regiões urbanas cujos moradores mantinham laços identitários comuns, o que os caracterizava como comunidades, e apesar de compartilharem da mesma falta de infraestrutura urbana, do mesmo estigma de “favelados” e de constarem nos mesmos quadros de estatísticas sociais, havia naquele “microcosmos”, ainda, grande desigualdade. Entre os moradores, havia, como já foi caracterizado, grande variedade de ocupações e de meios de vida, o que gerava grande variação no nível de renda.

Portanto, havia também os comerciantes bem estabelecidos, donos de pequenos mercados, construídos em alvenaria sobre a parte do terreno onde o aterro era bem compactado, que tinham as suas casas acopladas ao estabelecimento comercial; os

donos de lanchonetes e depósitos de água mineral; os donos de oficinas, como de refrigeração, de concerto de bicicletas, marcenarias e serralherias; os que tinham depósitos, onde guardavam ferramentas e materiais de construção, como os pedreiros; e também os que comercializavam em pequenas barracas ou bancas de madeira.

As residências também guardavam grandes diferenças entre si. Havia casas, até de três pavimentos, casas térreas em alvenaria com até quatro quartos, casas de madeira, de restos de materiais, palafitas. Muitos dos moradores, que já estavam na localidade havia décadas, investiram muitos anos de trabalho na construção de suas casas. Mas também havia os barracos de madeira, uns mais bem construídos e outros nem tanto, feitos de restos de materiais, cobertos com lona e plásticos. Mas, a situação mais difícil era dos que moravam além do aterro, nas casas chamadas de “flutuantes”, construídas sobre palafitas fincadas no fundo do mangue, e estes não eram poucos.

A localidade crescia, à medida que os jovens cresciam e se emancipavam ou se casavam. Estes, quando podiam, pagavam para que os caminhões carregados de metralhas descarregassem nas margens da localidade, e iam acrescentando um pouco mais de aterro ao mangue, empurrando-o para mais longe, sobre o que construía suas casas. Havia também a opção de alugar barracos construídos por pessoas que viviam da cobrança de aluguel, muitas das quais não moravam na localidade. A configuração das casas, todas muito próximas, mas mantendo demarcada a individualidade dos pequenos terrenos, autônomos e independentes, permitia o crescimento vertical das casas, muitas das quais recebiam tantos andares superiores quantos casamentos ou “ajuntamentos” aconteciam na família. Por conta desse costume, era muito comum a aproximação entre moradias de parentes. A fala de Júnior, filho de Sandra, dá uma ideia de como era a dinâmica que configurava o território da localidade, como ele era literalmente inventado a partir das circunstâncias culturais e econômicas de seus usuários. Não havia planejamento, mas aproveitamento de ocasiões:

Quem fundou lá foi minha mãe. Na época, lá, eu acho que a gente andou tanto em casas dentro da localidade, que eu acho que o terreno todinho da localidade era da gente. Minha mãe era daquela, arrumava troca de casa só pra eu ter que trocar. Porque meu pai dizia logo: Eu vou trabalhar e, quando chegar, quero tudo arrumado, senão! Meu outro irmão grandão partia! Eu tinha que chamar dois, três coleguinhas comigo pra fazer a mudança dela, e se eu não fizesse, levava uma pisa. Eu acho que ela andou a localidade todinha...

(ENTREVISTA DE JÚNIOR, FILHO DE SANDRA, EM 01/07/2013)

Sua família passou também um tempo no Pina, na localidade Beira Rio, depois voltou para a “Xuxa”, cerca de dois anos antes da expulsão para o conjunto de prédios, como Júnior continua contando em detalhes:

A gente tinha uma casa no Pina, muito boa. A gente vendeu a casa que tinha na localidade e foi pro Pina, na favela Beira Rio, onde hoje é o Shopping Riomar. [...]Lá no Pina, minha mãe não se deu com a família do meu pai. Pegou, se arretou, e disse a meu pai: “Já que a gente gastou o dinheiro todinho que tinha nessa casa aqui, agora você vai arrumar, nem que seja tábuas pra fazer um barraco, pra voltar pra localidade onde eu moro, porque eu nasci lá e vou morrer lá”. Dizia mesmo! A minha mãe queria que elas pagassem pelo menos o que a gente gastou na casa, mas até hoje não pagaram, pagaram apenas mil e poucos reais. Era do meu pai, mas ela deixou pra lá. Deram mil reais, mas isso não deu pra pagar nem o rapaz que foi fazer. Aí ela voltou pra palafita. Esses mil reais ainda ajudou, porque ela comprou a palafita por trezentos, o terreno, e ajeitou. Pegou umas tábuas com um colega, um colega do segundo andar, que ele não mora aqui, o Senhor Lúcio. Ele é engenheiro de uma empresa, constrói prédio, esses negócios, ele é o que comanda tudo mesmo. Aí ele disse: “Olha D. Sandra, eu vou mandar um caminhão só de madeira boa, agora, é da Senhora” Aí ele pegou e mandou! Sobrou do material de lá, aí ele pegou e mandou pra ela, não é?

(ENTREVISTA DE JÚNIOR, FILHO DE SANDRA, EM 01/07/2013)

A fala de Júnior reconstrói a pessoa de sua falecida mãe como uma líder, tanto da localidade “Xuxa” quanto de sua própria família. Ele fala com orgulho por ter tido a liberdade e a condição de ter morado em muitas casas. Apesar de falar sobre um tempo em que morava numa localidade pobre, fala como quem tinha certo poder sobre o território, o qual disse parecer ser todo propriedade de sua família. Sandra tinha uma personalidade forte e tomava as decisões pela família. Sua ordem era repassada aos filhos através do marido, que obedecendo sua determinação simulava ter as rédeas do comando, determinando missões para o filho e ameaçando-o, caso não as cumprisse. Isso mostra a supremacia da mulher como chefe de família, o que era muito comum naquele tipo de localidade.

No seu relato, Júnior evidencia duas situações bem distintas no que diz respeito à construção dos laços comunitários e de território na localidade. Primeiro ele relata um

conflito familiar, que existiu entre sua mãe e a família de seu pai, talvez causada pela própria disputa de liderança no seio da família, o que os obrigou a voltar para a localidade “Xuxa”, mesmo amargando algum prejuízo. Por outro lado, ele relata a solidariedade de um conhecido de sua mãe, que doou um carregamento de madeira para ela reconstruir o seu barraco. Ele não explica exatamente quem era o senhor Lúcio, diz apenas que ele era um engenheiro e que comandava certa construtora. Como líder comunitária, Sandra era bem relacionada com políticos e com empresários que apoiavam economicamente os candidatos, e, muitas vezes, sabia usufruir dos privilégios desta posição. Pode ser que o senhor Lúcio tenha sido algum amigo do seu círculo de relacionamentos políticos.

Pode-se também inferir do seu relato a forma como o terreno do conjunto de casas ia crescendo. Quando ele não existia, era fabricado a partir de aterros acrescentados ao mangue. Muitas vezes os caminhões descarregavam metralha recolhida em obras de demolição do próprio bairro, em troca de amizade ou de pequenas somas de dinheiro, que eram mais uma gratificação que um pagamento. O material para construção dos barracos, também eram conseguidos através de doações de amigos ou de moradores do bairro de Boa Viagem, que muitas vezes eram patrões ou clientes dos moradores das localidades.

Essa última casa que Sandra morou na localidade foi a que eu conheci. Como isso aconteceu, já contei na introdução. Mas vou dar a palavra a Júnior, que contará como era a casa e como era a sua vida na palafita. Ele morava num barraco atrás do de sua mãe:

A palafita tinha só um quarto e uma salinha, bem pequenininha. A divisão fui eu e meu pai que fez mesmo, com umas madeirinhas, assim. A única coisa que tinha dentro era uma cozinha bem pequenininha mesmo. Ela só morava com minha irmã, a minha casa era atrás. Ela dormia na sala. Aí meu pai foi e, me lembro como se fosse hoje, botou uma cama no lado da cozinha, pra minha irmã, só uma camazinha, botou o armário e a cama, pra fazer uma divisão. A gente passou na palafita quase dois anos ainda. Mas, se fosse hoje, se fosse pra ela viver aqui ou na localidade, ela ainda preferia a localidade. (ENTREVISTA DE JÚNIOR, FILHO DE SANDRA, EM 01/07/2013)

O relato de memória acima reconstrói as construções dos pequenos barracos como sendo muito precárias. Eram espaços pequenos, cujas divisões eram feitas pelos

próprios móveis, também precários e em número reduzido. Sandra tinha dois filhos e duas filhas, mas apenas uma das filhas dividia a casa com os pais, talvez por ser mulher e por ser solteira. Os relatos indicam que quando a família era maior, não era o barraco quem crescia, mas a quantidade deles. Geralmente, os filhos homens e adultos moravam em barracos separados, próximos ao dos pais e parentes mais próximos. Muitas vezes, desempregados e sem renda, comiam na casa dos pais, embora tivessem a sua privacidade preservada, por morarem em suas próprias casas. Nesses barracos, onde os pais dividiam os pequenos espaços com alguns filhos, nos quais quase não havia divisórias entre os cômodos, a intimidade dos casais ficava, certamente, comprometida. No trecho que segue do relato de Júnior, ele fala das condições de vida nesses barracos mais próximos da beira do mangue, que eram as mais precárias:

Quando chovia, eu me lembro que o meu era o que levava mais sofrimento. Porque os paus de minha palafita, eles eram tão grosso, tão grosso, eu acho que minha canela é mais grosso do que ele, é verdade, (risos). Aí eu disse: Acho que vou fazer de garrafa pet, porque se a correnteza levar, eu não morro afogado. Mas, era verdade mesmo! Lá, o que acontece, a correnteza todinha daquele canal, pra eles fazer a limpeza, eles fechava, de repente soltava. Quando soltava, aquilo vinha com lixo, com coisa... Os pedaços de pau batiam, ôxe! eu passava a noite todinha... Se chovesse, eu passava a noite todinha acordado. Porque vinha pedaço de pau, aí se enganchava nos paus. Aí vinha um saco de carniça, às vezes vinha um cachorro morto, que a turma jogava dentro da maré... E o cheiro, a catinga! Às vezes a gente mesmo é que tem que tá tirando com um pau. Era uma benção, lá! Teve uma vez que um rato estava atacando lá. Engraçado é que esse rato se “aposentou” na casa de meu irmão (risos). Meu irmão era tão bom pra fazer almoço, que ele estava atacando os outros. Porque meu irmão não tinha comida dentro de casa. Aí comia com a minha mãe, aí pronto, não tinha comida na casa dele. Aí o rato disse: “Peraí, que eu vou atacar as pessoas!” Era uma benção!

(IDEM)

Naquelas condições de extrema carência material, os perigos e os medos deixavam os sentidos mais aguçados, em estado de alerta, enquanto a correnteza da maré executava uma sinfonia incômoda e torturante, na medida em que empurrava objetos de encontro às estacas das palafitas, e impunha uma experimentação de cheiros horríveis de corpos de animais e de lixos de todas as espécies em decomposição, que ficavam enganchados nas estruturas das casas mergulhadas na maré.

Apesar do sofrimento que era morar nas palafitas, Júnior relata suas memórias com bom humor e expressando sua saudade dos tempos na localidade. Esse é um sentimento recorrente nos entrevistados que tinham as localidades como lugar de

memória de suas infâncias, adolescências e juventudes, com era o caso de Júnior. No seu relato, há também um tom heroico de quem é capaz de vencer as adversidades. No trecho abaixo, ele relata a falta que sente das relações sociais e afetivas construídas na antiga comunidade, não obstante todo o sofrimento que a pobreza extrema lhe impunha:

Voltar pro mesmo canto, agora, eu não queria não. Agora, se eu tivesse na localidade o mesmo que eu tenho hoje aqui, eu preferia morar lá. Preferia tá com o pessoal lá que eu já tinha costume. E outra, teve um pessoal que veio de lá prá cá, e achou que era o ricão! Porque eu tinha uma palafita e ele tinha uma casa grande, então ele achou errado, achou que a prefeitura não devia dar um apartamento a mim, porque eu tinha uma palafita. Aí a prefeitura disse: “Eu quero é o terreno, eu tô indenizando o terreno”

(IDEM)

A fala de Júnior desnaturaliza o discurso oficial de que a chamada “favela” é apenas um lugar de ausência, de sofrimento, de indignidade e exclusão. Além do sofrimento que era morar em uma palafita construída dentro do mangue, existia também um mundo marcado nas memórias que não são apenas da “pele”, mas também de costumes, de tradições, de redes de relações afetivas construídas nas lutas, nos momentos de prazer, nas alegrias inerentes à juventude. Mesmo no corpo, estavam arquivadas outras memórias, os cheiros não eram apenas os da lama e do lixo, mas estava gravado o perfume dos amores, os sabores das festas, as palavras ditas nos momentos de intimidade, as vivências em família.

De suas palavras também sobressai a importância da cultura, do costume de morar em uma comunidade. Esse é o eterno conflito que ocorre nos casos de expulsão: o desejo imenso de sair daquela condição de moradia precária, da convivência com ratos, baratas, lixo, lama; mas ao mesmo tempo a vontade de permanecer na localidade, usufruindo da antiga rede de relações afetivas. Sandra nunca desejou sair da localidade, da qual ela era filha e mãe ao mesmo tempo. No entanto, ficou muito feliz e agradecida a Deus por ter trocado com a Prefeitura um barraco flutuante de tábuas, por um apartamento num residencial.

Leonardo, primo de Júnior, também conta sua experiência, primeiro como morador em área de aterro e depois como morador de uma palafita, onde morou com a mulher e um filho:

Foi serviço demais, aí nunca parava o serviço não, porque a maré ia puxando o aterro direto e sempre tinha que estar repondo ali.

Ou repô a areia, ou ficava difícil! Eu, depois que saí do aterro, fui pra palafita, foi muito sofrimento na palafita, porque, mês a mês, tinha quer estar dentro da maré, tirando os paus, pra renovar, porque pau dentro de água ficava ruim demais, quebrava bastante, enfim, era muito sofrimento! Eu mesmo só tenho que agradecer a Deus, porque eu vivia numa vida terrível mesmo, assim, em questão de moradia, né? Com inseto, rato, barata, me acordava direto com o rato em cima de mim, já fui mordido aqui no pescoço, meu filho, tudinho, família tudo... Teve até uma reportagem sobre isso. Naquele dia, mordeu 5 pessoas. Foi 3 dessa casa aqui (apto ao lado) , a vizinha e minha prima, foi 5 pessoas [...]. [...] Quando chovia que era um aperreio, viu! A ponte é que a gente tinha mais medo, era descoberta, ali caía menino, caía gente idoso, caía tudo! Tanto fazia estar andando assim normal, como fazia “clec” e o camarada descia com tudo! Minha esposa, mesmo, era recorde mundial! Só ela caiu umas 7 vezes dentro da água! Era baque feio! Caía aqui, batia com as costas na outra madeira e caía dentro da lama! Meu filho caía também, enfim, era sofrimento, bastante sofrimento!

(ENTREVISTA COM JOSÉ LEONARDO VIEIRA, EM 24/03/2012)

Como já foi dito, havia nas localidades em estudo grande disparidade no nível de renda entre os moradores. Havia o grupo dos mais pobres que morava nas palafitas, e o grupo dos que, tendo melhor nível de renda, construía casas bem maiores que os apartamentos construídos pela prefeitura. No entanto, o projeto dos apartamentos impôs uma igualdade aos moradores, que significou para uns um grande ganho, mas para outros uma expropriação.

Nas duas localidades, as ruas eram muito estreitas, sem acesso para carros, embora alguns moradores os possuíssem. Muitos moradores utilizavam bicicletas como transporte, alguns possuíam motocicletas, que eram guardadas dentro das casas, mas os carros ficavam estacionados em ruas fora da comunidade. Havia a exceção daqueles cujas casas tinham acesso para as ruas asfaltadas que margeavam as comunidades. Nas ruas internas, não havia calçamento, e como no Recife as chuvas são frequentes, muitas das ruas, sem drenagem adequada, viviam cheios de lama. Não havia esgotamento sanitário, e os dejetos corriam a céu aberto em direção ao mangue. As ligações de luz e água eram clandestinas, desviadas das ruas do bairro, que circundavam a localidade (ver figuras 21 e 22).

O lixo era jogado diretamente no mangue, o que contribuía para a proliferação de baratas e ratos, que invadiam as casas e, às vezes, mordiam as crianças,

principalmente as que moravam nas palafitas à beira do mangue, como se pode ver na notícia do Jornal do Commercio¹⁸ reproduzida abaixo:

GENTE SENDO ATACADA POR BICHO:

No último fim de semana, cinco moradores da Favela da “Xuxa”, em Boa Viagem, na Zona Sul do Recife, foram mordidos por ratos enquanto dormiam em suas casas. É o retrato da miséria em uma localidade cravada em um dos bairros mais nobres da cidade. As vítimas, entre elas duas crianças, são vizinhas e vivem em palafitas em cima do mangue. O primeiro caso aconteceu no sábado. Era madrugada quando a dona de casa Daniele Maria da Silva, 20 anos, acordou com uma forte dor no rosto. Um rato havia mordido o nariz dela. “Sangrou bastante. Depois fiquei com medo e não consegui dormir mais”, afirmou. Na noite seguinte, o animal voltou a subir na cama da dona de casa, mas terminou mordendo o marido dela. “Não acreditei quando aconteceu de novo. O bicho mordeu a mão dele”, disse.

No mesmo dia, a vizinha de Daniele também foi atacada. O animal mordeu o dedo do pé da dona de casa Juliana Vieira da Silva, 26. “Estava dormindo quando senti a físgada no dedo. Vi o rato correndo e o dedo sangrando. É horrível ir dormir sabendo que você pode ser atacada por um rato”, lamentou. O caso mais impressionante aconteceu na casa de outro vizinho. O pequeno Juan, de 11 anos, havia acordado para beber água quando se deparou com três ratos em cima de sua irmã Vitória, 6. “Tentei tirar os bichos de cima dela. O que estava no rosto dela me deu uma mordida na mão”, contou. A menina levou uma mordida no dedo da mão, que por pouco não é arrancado pelo animal.[...] A líder comunitária da Favela da “Xuxa”, Sandra Lúcia Vieira, 42, disse que pretende solicitar à Prefeitura do Recife um serviço de desratização. “Não podemos viver desse jeito”, desabafou.[...] (JORNAL DO COMMERCIO, 2009)

¹⁸ O Jornal do Commercio de Pernambuco integra o Sistema JC de Comunicação, pertencente ao Grupo JCPM, dirigido pelo empresário João Carlos Paes Mendonça. O Sistema JC é composto ainda pela TV Jornal Recife e Caruaru (afiliadas ao SBT), JC/CBN, Rádio Jornal AM Recife, Caruaru, Garanhuns, Limoeiro, Pesqueira e Petrolina e Portal NE10. O Jornal do Commercio é um dos mais antigos do País. Foi fundado em 3 de abril de 1919 e nasceu engajado num ideal, em plena campanha de Epiácio Pessoa à Presidência da República. Durante a Revolução de 30, o Jornal do Commercio enfrentou sua primeira grande crise, quando partidários de João Pessoa depredaram e incendiaram a empresa. Por ter apenas um único dono, que é poderoso economicamente, o jornal tende a estar afinado com as lideranças políticas estaduais e municipais, o que reflete um certo direcionamento a favor dos interesses de seu proprietário. Fonte: <<http://www.assinejc.com.br/FiquePorDentroJC.aspx>> e <http://www.unicap.br/berro/Berrojornalismo/entrevista.html>. Acesso em 07 de jan. de 2014.

Situações como as relatadas acima decorriam de uma forma de ação do Estado que negligenciava a saúde pública e a segurança sanitária dentro das localidades pobres. Os investimentos do Estado nestes setores se concentravam apenas nas áreas do bairro onde moravam e circulavam as pessoas de maior poder aquisitivo. A concepção espacial das localidades em estudo surgia em função das necessidades do dia a dia, das conveniências, das oportunidades, no contexto da realidade social de seus moradores, enfim das práticas cotidianas.

As comunidades “Xuxa” e “Deus nos Acuda” eram como pequenas ilhas de pobreza num mar de ruas e avenidas bem movimentadas, de prédios luxuosos, onde moravam e trabalhavam pessoas das camadas mais ricas da sociedade recifense. Isso provocava nestes últimos uma sensação de insegurança, pois eram comuns os assaltos a automóveis nos sinais de trânsito e a pedestres nas calçadas, principalmente a turistas desavisados. As representações da imprensa e a opinião pública em geral, atribuíam esses crimes aos moradores dessas localidades pobres. Apesar de emanar das localidades uma aura de medo para quem não morava lá, para os que moravam, o ambiente e seus entornos eram bastante seguros, o que se pode constatar nos relatos de memória de Sandra, a ex-líder comunitária da localidade “Xuxa” em uma de suas entrevistas:

Lá onde a gente morava, naquela localidade, o povo roubava rico. Que tenha um ladrão ou outro, se disser que não tinha ladrão, a gente tá mentindo! Ladrão que ia roubar carro, Ladrão que ia roubar posto de gasolina, casa lotérica. Mas aqui é pobre roubando pobre! O povo vai pro Carrefour, tem um parado na bicicleta dentro do túnel pra tomar o dinheirinho que você levou. É pobre roubando pobre, e lá você não via isso!

(ENTREVISTA DE SANDRA LUCIA VIEIRA EM
24/09/2010)

A fala de Sandra, de certa forma, confirma que os atos criminosos eram praticados por moradores das localidades pobres, naturalizando-os e quase justificando-os, uma vez que eram praticados contra ricos. No entanto, ela também afirma que, para os moradores dessas localidades, a região era bastante segura, pois eles se identificavam como pertencentes à mesma comunidade e se respeitavam, evitando praticar roubos contra seus iguais. Dessa forma, a solidariedade entre os moradores era um fator de segurança para eles. Na ocasião, ela se queixava que no novo conjunto de prédios, onde existem várias localidades pobres que não se identificam, os moradores oriundos das

localidades extintas passaram também a ser vítimas de roubos e atos violentos, o que para ela foi uma grande perda.

A localidade era um ambiente onde só entrava quem era de lá. A própria conformação das ruas e casas, que pareciam labirintos, dificultava a circulação de estranhos, que facilmente poderiam perder-se nas suas ruas estreitas e emaranhadas. Esta configuração, embora não planejada com essa intenção, era conveniente para o necessário isolamento e a camuflagem de certas atividades que também aconteciam dentro da localidade, como a organização do comércio de drogas ilícitas, por exemplo, que se localizava nas áreas mais internas e de difícil acesso, as quais só eram acessíveis a pessoas autorizadas, mesmo que fossem moradores (ver figuras 20 a 23).

Outro aspecto que enfatiza a solidariedade entre os moradores das localidades era na ajuda mútua para encontrar soluções para a falta de uma estrutura adequada para os serviços de fornecimento de energia elétrica e água potável. Nas localidades não se pagava conta de luz, nem de água ou qualquer taxa, como condomínio ou IPTU. Cada novo barraco que surgia podia puxar energia e água dos outros barracos mais próximos, ampliando a rede de abastecimento à medida que a localidade crescia. Este era um importante fator econômico que viabilizava a vida naquelas condições de extrema pobreza.

Outra prática solidária de efeito econômico era o funcionamento de uma rede de prestadores de serviço que atendia aos moradores ricos do bairro de Boa Viagem. Os prestadores de serviço mais antigos, como empregadas domésticas, pintores de parede, jardineiros e outros, eram como pontes de ligação entre a clientela da parte rica do bairro e os moradores mais novos, que iam aos poucos aderindo à rede de prestação de serviços. Outras práticas também eram ensinadas de um morador para outro, como era o caso dos catadores de materiais recicláveis. Para estes, o fato de estarem próximos à praia, a pontos turísticos, a empresas e grandes edifícios, era uma garantia de fatura, como disse a líder Sandra: “Ali tinha até como você catar latinha!”.

Neste primeiro capítulo, procurei retratar e analisar a produção do espaço e das relações sociais no bairro de Boa Viagem a partir da experiência dos moradores das localidades pobres extintas. Esta retrospectiva é necessária para um melhor entendimento da trajetória social, cultural e econômica da população que passou a morar no novo conjunto de prédios construído pela prefeitura. Considero este

entendimento essencial para as análises que se seguirão, como é o caso dos discursos elaborados para justificar e legitimar a ação de expulsão dos moradores das localidades pobres do bairro de Boa Viagem, o que será analisado no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2

3- Discursos e estratégias governamentais: Liberando a passagem para a Via Mangue

Neste segundo capítulo, analiso as diversas condições políticas, sociais, econômicas e culturais que possibilitaram a elaboração dos discursos e das estratégias governamentais, através dos quais os gestores públicos procuraram abrir caminho para a implantação do projeto da Via Mangue. Justificando as ações que consideraram necessárias ao atingimento de seus objetivos, buscaram, ao mesmo tempo, obter dividendos políticos, com vistas às eleições de 2012 e de 2014, a partir de uma sensibilização da opinião pública.

Nesse sentido, procurarei identificar e analisar os discursos disputados pelos diversos atores sociais, mais especificamente os daqueles a quem mais interessava a construção da Via Mangue, evidenciando suas contradições, seus efeitos de verdade, em contraposição aos discursos daqueles que foram alvos das ações, ou seja, dos moradores expulsos das localidades pobres para que o caminho para a construção da Via Mangue fosse desimpedido.

Para alcançar esse objetivo, a partir de reportagens jornalísticas e de relatos de memória de ex-moradores das comunidades extintas, farei uma narrativa analítica dos eventos que se sucederam ao longo do período estudado nessa pesquisa, ou seja, entre os anos de 2003 e 2012. Farei, também, uma articulação das políticas e dos discursos praticados na cidade de Recife nesse período com os modelos das intervenções governamentais em comunidades pobres praticadas nos grandes centros urbanos do Brasil no período mais recente de sua história, através de que procurarei identificar as continuidades e as inovações estratégicas e discursivas do projeto Via Mangue.

O ano de 2003, que marca o início do recorte temporal abrangido por essa pesquisa, é também o marco de um novo ciclo político e econômico para o estado de Pernambuco e para a cidade de Recife. Os eventos decorrentes dessas transformações estão atrelados ao processo de expulsão das comunidades “Xuxa” e “Deus nos Acuda” do bairro de Boa Viagem, como será discutido ao longo deste capítulo.

3.1. *SÓ QUERO QUE O SENHOR RETIRE A GENTE DAQUI:
A visita do Presidente Lula ao Recife em 2003*

A Cidade

O sol nasce e ilumina as pedras evoluídas
Que cresceram com a força de pedreiros suicidas
Cavaleiros circulam vigiando as pessoas
Não importa se são ruins, nem importa se são boas
E a cidade se apresenta centro das ambições
Para mendigos ou ricos e outras armações
Coletivos, automóveis, motos e metrô
Trabalhadores, patrões, policiais, camelôs

A cidade não para, a cidade só cresce
O de cima sobe e o de baixo desce

A cidade se encontra prostituída
Por aqueles que a usaram em busca de saída
Ilusora de pessoas de outros lugares
A cidade e sua fama vai além dos mares
No meio da esperteza internacional
A cidade até que não está tão mal
E a situação sempre mais ou menos
Sempre uns com mais e outros com menos

A cidade não para, a cidade só cresce
O de cima sobe e o de baixo desce

Eu vou fazer uma embolada, um samba, um maracatu
Tudo bem envenenado, bom pra mim e bom pra tu
Pra a gente sair da lama e enfrentar os urubu
Num dia de sol Recife acordou
Com a mesma fedentina do dia anterior

Chico Science

A poesia de Chico Science¹⁹ inicia com a figura do sol, que ilumina a planície aluvional onde serpenteiam os rios Beberibe, Capibaribe, Tejipió, Jaboatão e Pirapama, num dos pontos mais extremos a nordeste do território brasileiro, berço onde no século XVI nasceu a cidade de Recife. No Brasil colônia, Bento Teixeira em sua obra

19 Francisco de Assis França, mais conhecido pela alcunha de Chico Science nasceu em Olinda, em 13 de março de 1966. Foi um cantor e compositor brasileiro, um dos principais colaboradores do movimento manguebeat em meados da década de 1990. Líder da banda Chico Science & Nação Zumbi, deixou dois discos gravados: Da Lama ao Caos e Afrociberdelia, tendo sua carreira precocemente encerrada por um acidente de carro numa das vias que ligam Olinda ao Recife em 2 de fevereiro de 1997.

“Prosopopeia” descrevia o então chamado, porto da Vila de Olinda como "um porto tão quieto e tão seguro, que para as curvas das naus serve de muro"²⁰. O Recife é uma cidade “anfíbia”, cujo território é constituído por ilhas, penínsulas, alagados e manguezais, circundados por colinas em arco que vão de Olinda, ao norte, até Prazeres, ao sul (REZENDE A.P., 2002). Por causa dos muitos rios que banham a cidade, ficou conhecida como “A cidade das Pontes”²¹.

Contemplada pela natureza com um clima tropical, quente e úmido, onde a temperatura média anual varia entre 23°C e 32°C²², hoje o Recife é uma grande metrópole regional, um dos mais importantes polos comerciais, financeiros, industriais e turísticos do Brasil. No Recife do tempo presente, a mata atlântica nativa foi praticamente toda substituída por uma selva de pedras “evoluídas”, que segundo Science “cresceram a força de pedreiros suicidas”. A grande cidade se apresenta como o centro das ambições, e é disputada por ricos e pobres, por automóveis, motos e metrô, sob os olhos de cavaleiros que circulam vigiando as pessoas, não importando se são ruins ou se são boas, “a cidade não para, a cidade só cresce. O de cima sobe e o de baixo desce” (CHICO SCIENCE, 1994)

Embora o caso de expulsão que passo a narrar não seja exatamente o objeto de estudo desta pesquisa, considero importante o seu breve relato, uma vez que marca o início das reformas urbanas do período em estudo. Ela foi a primeira de uma série de grandes intervenções governamentais em comunidades pobres da cidade de Recife dentro do recorte temporal abrangido por esta pesquisa, e desta forma está diretamente relacionada com os casos em estudo. Todos esses casos estão relacionados por terem acontecido em função das mesmas transformações políticas, econômicas, sociais e culturais que marcaram o Recife naquele período. Ademais, cada uma dessas experiências provocou alguma interferência na seguinte, em função de um processo de aprendizagem vivido tanto por parte dos planejadores, como por parte dos que sofreram a intervenção, embora cada uma tenha tido suas peculiaridades.

²⁰ Bento Teixeira, Prosopopéia, 1606

²¹ 21 Fonte: <<http://maispe.blogspot.com.br/2011/01/recife-nossa-capital.html>> Acesso em 12 de jan. de 2014.

²² 22 Fonte: <<http://www.temperatureweather.com/caribic/tempo/pt-tempo-na-brasil-recife.htm>> Acesso em: 12 de jan. de 2014.

Em 2003, o pernambucano Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito presidente da república. Em janeiro daquele ano, dez dias após assumir a Presidência da República, aquele que se tornou um dos presidentes mais populares da história do Brasil, fez a sua primeira viagem oficial. Lula desembarcou com o seu corpo de 29 ministros em Brasília, não a do planalto central, mas na comunidade de “Brasília Teimosa” no Recife, para proporcionar aos seus ministros o que ele chamou de um “banho de realidade” (JORNAL DO COMMÉRCIO, 2011). (Ver figuras 24 e 25)

Brasília Teimosa surgiu através da ocupação de uma área à beira mar, no bairro do Pina, denominado Areal Novo, em 1947. Seus habitantes, pessoas muito pobres, viviam basicamente do que o mar podia lhes proporcionar. O nome foi uma alusão a Brasília, que estava sendo projetada pelo então presidente Juscelino Kubitschek, em contraste com a perene ameaça de expulsão que pairava sobre seus moradores. A persistência de seus moradores, que construía à noite as casas que seriam demolidas durante o dia pelo poder público, acrescentou o adjetivo “teimosa”, ao nome da nova capital federal²³.

Em 2003, quando da visita do Presidente Lula à comunidade, ela já era tão grande que poderia ser considerada um bairro. No entanto, as casas mais pobres, construídas sobre palafitas, ocupavam uma área de grande valor imobiliário e, por isso, bastante cobiçada por grupos de grande poder econômico, que articulados com o poder público, já colocavam em ação suas estratégias para a expropriação daquele território.

Após os discursos, o presidente já estava saindo da comunidade, cercado de seguranças, quando um garoto de 12 anos o chamou, chorando. Ele tinha um “13” pintado no rosto e um “Lula” vermelho escrito no peito. “O que você quer?”, perguntou o presidente, enxugando o suor do rosto. “Só quero que o senhor tire a gente daqui”, respondeu o menino. Dois anos e cinco meses depois, Wellington Firmino da Silva se mudava com a mãe e mais 224 famílias para o Casarão do Cordeiro, um conjunto habitacional especialmente construído para abrigar os ex-moradores das palafitas de Brasília Teimosa, hoje uma área urbanizada, com vários bares e restaurantes à beira mar, na zona sul do Recife (IDEM). (Ver figuras 26 e 27)

²³ Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Bras%C3%ADlia_Teimosa Acesso em dez de 2013.

Hoje, mais de uma década depois, Wellington é a imagem da falência de um projeto habitacional. A experiência mostrou que o problema de Wellington não era apenas a casa. Ela era um detalhe dentro de uma problemática bem mais complexa. Os chamados conjuntos habitacionais em pouco tempo começaram a reproduzir todos os problemas sociais que existiam no conjunto de casas pobres construídas sobre palafitas, acrescidos das perdas causadas pela inviabilização dos meios de produção de renda tradicionais (IDEM).

Os primeiros meses de Wellington na nova casa foram de felicidade. Não é difícil entender porque uma comunidade de pescadores, que vivia na beira da praia, e que foram transferidos para um subúrbio a cerca de 10 Km de distância, não se adaptou à nova moradia. No início, segundo Wellington, havia um ônibus disponibilizado pela prefeitura, que levava e trazia todos os dias os pescadores, do condomínio até a beira da praia. Segundo ele, havia até professores de informática e assistentes sociais que visitavam o condomínio, mas isso foi apenas no início. Com o fim da assistência, que perdurou por poucos meses, logo a vida dos moradores se tornou inviável, e ela se tornou pior do que antes (IDEM).

Os apartamentos foram escolhidos por sorteio, de forma que as referências de amizade e convívio foram logo perdidas, assim como os antigos lugares de encontro. Deslocado e passando necessidades, Wellington não demorou a ser absorvido pelo esquema do tráfico de drogas, que continuou existindo no novo local de moradia. Começou como “aviãozinho”, aqueles que são encarregados de transportar pequenas quantidades de drogas nas regiões próximas. Mas ele não demorou a subir de posto, e se tornou gerente de ponto de droga. Passou a andar armado e a distribuir maiores quantidades de drogas para os traficantes da região.

“Ganhei muito dinheiro. Comprei moto, relógios e só andava com roupa de marca. Tinha fim de semana que eu gastava R\$ 1,5 mil. Era muito dinheiro que entrava. Tudo muito fácil. Já vendi droga pra filho de gente importante. Os carrões ainda entram lá no conjunto pra buscar droga de madrugada. Era tudo com a gente”
(ENTREVISTA DE WELLINGTON AO JORNAL DO
COMMÉRCIO, 2011).

Revisitando suas memórias, Wellington ainda expressa orgulho por ter ocupado um cargo, para sua cultura, tão importante, o de gerente de tráfico: “era tudo com a gente”, diz ele. Também coloca objetos de consumo das classes mais abastadas da

sociedade como símbolos de poder e de sucesso, como moto, relógios e roupas de marcas famosas. Orgulha-se, inclusive, de ter sido parceiro comercial de filho de “gente importante”. Mas, como alguém que se livrou de um vício mortal, ao lembrar aqueles tempos destrutivos, sente um alívio por ter descoberto uma saída para o fim trágico que se abateu sobre muitos dos seus amigos, que não tiveram a mesma sorte.

Cada bloco de apartamentos foi logo apelidado com o nome de uma penitenciária: “Carandiru”, “Bangu”, “Cotel”. Dois amigos de Wellington foram assassinados dentro do próprio condomínio. A partir daí, a mãe de Wellington não teve alternativa, senão vender o apartamento e se mudar com o filho, para não vê-lo morto. Wellington não morreu, mas o mesmo não se pode dizer dos seus sonhos e os de sua mãe. Eles se mudaram para o Ibura, um dos bairros mais violentos do Recife. “Aqui é uma paz. Lá é um inferno”, diz a mãe de Wellington, e completa: “Jogaram a gente naquele lugar e nos deixaram sem nada. Em Brasília Teimosa eu tinha um salão de beleza. No Cordeiro, não tinha nem como trabalhar, foi horrível! Se ficasse lá, meu filho ia morrer.” (IDEM)

Wellington não se foi satisfeito, mas a sua vida mudou. Passou a trabalhar numa borracharia em outro bairro, acorda e dorme cedo, trabalha duro.

Nunca poderia imaginar que o meu sonho, aquilo que eu pedi a Lula, iria acabar assim. Descobri que o inferno era mesmo o conjunto habitacional. Lá, a coisa é séria. É terra de ninguém. Fomos obrigados a deixar para trás o que ganhamos com tanto esforço. Mas, agora, estou bem. O dinheiro suado tem muito mais valor (ENTREVISTA DE WELLINGTON AO JORNAL DO COMÉRCIO, 2011)

Ao expressar sua desilusão com o sonho alimentado pelo poder do presidente da república, Wellington se conforma com a opção que lhe restou. O que por certo período para ele foi a glória, que conseguiu a partir de um esforço heroico, cujas reportagens feitas por vários jornalistas da época lhe rendeu uma breve fama no país inteiro, passou a ser lembrado como um “inferno” a partir do olhar do presente. Ele diz que lembra muito bem do presidente chorando, mas gostaria de encontrá-lo para contar o que passou, e tentar evitar que outros passem pela mesma situação. Quinze dias depois da reportagem do Jornal do Comércio, Wellington conseguiu se encontrar com o ex-presidente no Hotel Atlante Plaza, aproveitando uma passagem sua pelo Recife. A conversa foi muito rápida, não deu pra Wellington dizer tudo o que queria, mas Lula lhe prometeu arranjar um emprego. Hoje Wellington é porteiro (IDEM).

3.2. *VIA MANGUE: Um corredor feito de concreto e de discursos*

A Via Mangue, segundo o discurso da prefeitura, é um projeto viário, habitacional e ecológico e tem por objetivo principal desafogar o trânsito de Boa Viagem, na zona sul do Recife. Sua conclusão, segundo o prefeito João da Costa, estaria prevista até maio de 2013, prazo estabelecido pela FIFA (Fédération Internationale de Football Association) para as intervenções de acessibilidade nas cidades que receberão a Copa do Mundo de 2014 e a Copa das Confederações, ainda em 2013. Até o final da escrita dessa dissertação, em janeiro de 2014, a obra ainda não havia sido inaugurada em toda a sua extensão.

Seu traçado atravessa áreas que estavam ocupadas por oito localidades pobres, entre elas a “Xuxa” e a “Deus nos Acuda”, e margeia uma das últimas grandes áreas de preservação ambiental da cidade, composta de mangues e rios, que caracterizam o encontro do Oceano Atlântico com o continente. (ver figura 3).

Segundo seus planejadores, a Via Mangue é uma obra estratégica para o desenvolvimento econômico, social, turístico e ambiental da cidade. O projeto inclui a melhoria da rede de saneamento; obras de urbanização; construção de 992 moradias para famílias que moram em palafitas e de outras localidades, distribuídas em 3 conjuntos habitacionais, o Residencial Via Mangue I, o Residencial Via Mangue II e o Residencial Via Mangue III, que, apesar de ser o último na numeração, foi o primeiro a ser entregue, exatamente para os ex-moradores da “Xuxa” e de “Deus nos Acuda”. O sistema viário será acrescido em 4,5 Km, atingindo áreas ocupadas por moradias, motivo pelo qual foram retiradas (ver figura 4).

A pedra fundamental da Via Mangue foi lançada no dia 11 de junho de 2011, conforme publicado no “Blog de Jamildo”, do jornalista Jamildo Jr.²⁴ Segundo a

²⁴ **Jamildo Pereira de Melo Júnior** é um jornalista recifense. Nasceu em 24 de julho de 1965 e graduou-se em 1992 pela Universidade Católica de Pernambuco. Sempre trabalhou no Jornal do Comercio, no qual já foi repórter, subeditor de Economia e editor interino, depois passando a repórter especial. Desde fevereiro de 2006, edita o Blog de Jamildo, alocado no *site* do jornal no portal UOL. Jamildo costuma se posicionar politicamente em suas reportagens e, muitas vezes, é criticado por seus opositores por favorecer os governos estadual e municipal em sua cidade. Ele é um crítico ferrenho do PT (Partido dos Trabalhadores). Fonte: <<http://www.portaldosjornalistas.com.br/perfil.aspx?id=659>> e

publicação, essa é a maior obra viária urbana realizada no Recife nos últimos 30 anos. (MELO JR., 2011).

De acordo com o discurso do Senador Humberto Costa, pronunciado na ocasião, "A obra foi pensada há muito tempo, na década de 1980 e 1990, mas com desenho e nome diferentes. Na época, era chamada Via Costeira, mas a preocupação era simplesmente construir uma grande via com acesso limitado para os que tivessem condição de pagar um pedágio", disse. "Havia pouquíssimas preocupações com a população que se instalou ao longo dos mangues no Pina e em Boa Viagem", completou (IDEM). O projeto divulgado pela Prefeitura do Recife inclui replantio de manguezal, construção de praças e áreas de lazer e canteiros delimitadores (ver Figura14).

3.3. O RESIDENCIAL III VIA MANGUE COMO ESTRATÉGIA DE DISCIPLINAMENTO.

As localidades pobres das grandes cidades, geralmente representadas por aqueles que delas se distinguem como “favelas”, sempre foram reconhecidas como regiões de ilegalidade, de ausência, onde faltam urbanidade e civilidade, portanto carentes de disciplinamento (SILVA e BARBOSA, 2005). Para o senso comum, elas só existem por conta da fraqueza do Estado em demarcar territórios apropriados para a moradia dos pobres, como se pode inferir do discurso do então prefeito do Recife, João da Costa, quando da entrega dos Conjuntos Residenciais II e III Via Mangue, em 28 de fevereiro de 2012:

[...] eu, falando com uma das moradoras, D. Maria, eu perguntei se no barraco dela, onde ela morava, se ela tinha um banheiro pra tomar banho, e ela respondeu que não, que lá não havia banheiro pra tomar banho, perguntei se havia uma pia pra lavar pratos, também não havia, nem água tinha pra se lavar um prato, perguntei se tinha pia pra se tomar banho, também não tinha água pra se tomar um banho. Perguntei se tinha um lugar pra família poder fazer as suas necessidades básicas, também não havia. [...] (TVNBR, 2012)

Com o seu discurso, o prefeito se coloca como aquele que se lembrou dos pobres, que se preocupou com suas necessidades e carências e os presenteou com apartamentos novos, tirando-os de uma condição de completa “exclusão social”. O grande evento da inauguração do conjunto de prédios não havia sido marcado para aquela data por acaso. Na presença da Presidente Dilma, sua correligionária, diante de uma multidão de pessoas entusiasmadas com o fato de estar indo morar em apartamentos novos que lhes haviam sido “doados”, num ambiente festivo e espetacular o prefeito construía suas bases eleitorais, com vistas à reeleição na disputa que aconteceria ainda naquele ano. Aquele evento marca, para as classes mais abastadas da sociedade, uma ação do governo que, enfim, colocou o povo pobre em seu devido lugar, fora dos bairros considerados “nobres”. Para os mais pobres das comunidades expulsas, a realização de um sonho quase impossível, a vida longe dos ratos, baratas, do lixo e da lama. Uma vez devidamente divulgados pela imprensa, aquele seria um grande lance de *marketing* político num ano eleitoral.

Desde o nascimento das primeiras localidades pobres na cidade do Rio de Janeiro designadas como favelas há cerca de 100 anos, que elas são marcadas por uma aura de preconceito, dentro de um jogo político, que, na verdade, está a serviço dos interesses das oligarquias dominantes, tanto econômicas quanto políticas. (SILVA e BARBOSA, 2005).

No início do século XX, os discursos higienistas que enfatizavam os riscos para a saúde pública advindos da falta de higiene nos cortiços do centro da cidade, se encarregaram de construir no imaginário da sociedade a representação das localidades pobres e sem infraestrutura urbana como fonte de doenças e de imoralidades.

Se, por um lado, as chamadas “favelas” vinham sendo cada vez menos percebidas como problema eminentemente sanitário ou moral, por outro apareciam com frequência nos discursos sociais e midiáticos como o foco transmissor da violência e da criminalidade. Tais discursos se encarregaram de construir uma imagem negativa dos moradores das localidades pobres apoiados no argumento de que as “favelas” eram antros onde se escondiam bandidos, de onde saíam para praticar crimes, levando a insegurança para os moradores dos bairros vizinhos.

Até algumas décadas, predominava a ideia de que as casas de localidades pobres situadas em bairros ricos deveriam ser demolidas e seus moradores transferidos para

conjuntos habitacionais construídos fora dos centros urbanos, próximos a fábricas, onde poderiam servir de mão de obra barata. Dessa forma, as novas políticas baseavam-se em velhas ideias. Esse discurso caracterizava o imenso desejo de setores sociais de “resolver” o problema das cidades, ou seja, livrá-las da presença incômoda dos pobres. Essas intervenções visavam principalmente o embelezamento e o disciplinamento da cidade. Os novos ordenamentos, portanto, colocavam os pobres como obstáculos à marcha evolutiva da cidade e visavam “civilizar” o pobre e fixar definitivamente seu lugar na cidade, ou seja, colocá-lo fora dela (SILVA e BARBOSA, 2005).

Na cidade do Recife, no período pesquisado, a prática dominante para o tratamento da questão das localidades pobres representadas por jornalistas e gestores públicos como “favelas” ainda era a da expulsão, não obstante este modelo de intervenção já tivesse sido superado em áreas do sul do país, como no caso do Rio de Janeiro, onde as regiões pobres do centro da cidade estão sendo urbanizadas e pacificadas, mas não abolidas, pois apesar de toda a precariedade, elas apresentam a vantagem de se posicionarem ao lado de bairros de renda elevada, onde abundam as oportunidades de trabalho.

Nos projetos de expulsão dentro do recorte temporal estudado, no Recife apesar de implícitos os desejos de embelezamento e de disciplinarização, já se percebia uma preocupação crescente dos gestores públicos em construir prédios para substituir as casas demolidas em locais os mais próximos possíveis de suas habitações originais, onde houvesse infraestrutura urbana e acesso a corredores de transportes públicos, desde que fora das áreas nobres da cidade, reservadas aos cidadãos de maior poder aquisitivo. Desta forma, a paisagem urbana, “desfigurada” pelos aglomerados de barracos de madeira e palafitas, daria lugar a obras públicas e parques, conformes às necessidades dos moradores do bairro rico, como é o caso da Via Mangue.

Nestes casos, a ênfase dos discursos políticos estava na questão da dignidade da moradia. Oferecia-se ao morador das chamadas “favelas” a oportunidade de ter moradias dignas e higiênicas, dentro de uma organização “civilizadora”, ou seja, dentro dos moldes então vigentes na área rica da cidade. Desta forma, a concepção do novo residencial tem também a função de disciplinar o modo de vida da antiga população das localidades extintas.

Dessa forma há a permanência de muitas representações construídas na primeira metade do século XX a cerca das localidades pobres dos grandes centros urbanos. Mas, isto não se deve apenas a questões culturais, mas ao modelo de desenvolvimento vigente, que privilegia o capital e o crescimento econômico, em detrimento das preocupações com os impactos socioambientais. Desta forma, os moradores de localidades carentes se viram forçados a abandonar suas casas, oficinas, pontos comerciais e redes sociais, perdendo todas as referências que, bem ou mal, os integravam à vida urbana. No caso específico da história recente da cidade de Recife (últimos 10 anos), essa problemática foi marcada pelo fato de que as soluções ali praticadas mostraram-se ineficientes, e muitas vezes agravantes dos problemas a que se propunha resolver.

O novo residencial foi construído a cerca de três quilômetros das antigas localidades, o que pode parecer pouco, mas foi o suficiente para quebrar praticamente todas as relações de vizinhança que os moradores mantinham com o bairro nobre de Boa Viagem, sentido maior de sua organização social e econômica (ver figura 28).

“Com essa entrega, estamos tirando todas as famílias cadastradas em 2007 que estavam no caminho da via. Estamos tirando essas famílias das palafitas, de condições precárias para uma vida mais digna”, (TVNBR, 2012) afirmou o prefeito João da Costa²⁵. Em seu discurso o então prefeito do Recife deixou escapar a razão que parece ser a mais importante para a retirada dos moradores das localidades: “estavam no caminho da via”. Logo em seguida, porém, ele acrescenta a justificativa apresentada pela prefeitura: “estamos tirando essas famílias das palafitas, de condições precárias para uma vida mais digna”. Com o discurso da promoção da dignidade ele reafirma a representação de que “favela” é apenas um lugar onde as pessoas moram sem dignidade, o que não considera todas as dimensões de uma localidade desse tipo, como a econômica, a espacial e a organização social.

No entanto, as experiências cotidianas das populações pobres das periferias das grandes cidades, marcadas pela luta diária pelo que é mais básico, como o alimento e a assistência à saúde, possibilita a construção de um saber próprio, que lhes possibilita

²⁵ Disponível em: <<http://www.senadorhumberto.com.br/tag/recife/page/3/>> Acesso em: 10 jul. 2013

viver o avesso da vida, a qual insistentemente se quer diferente (MONTENEGRO, 2013-A).

O relato de José, um pedreiro ex-morador da localidade “Xuxa” demonstra as contradições existentes entre a proposta da prefeitura, de incluir socialmente os moradores expulsos, e os impactos sofridos por eles em função do afastamento, ainda que relativamente pequeno do bairro de Boa Viagem:

[...] Eu morava em Boa Viagem, às vezes eu tava em casa, mas o zelador vinha chamar! Diziam: Vai chamar ali o seu Zé! Ele me chamava! Mas aqui tô isolado! Faz três semanas que eu não faço nada! Ainda bem que meu menino trabalha num lava jato, tá segurando a barra! Quer dizer: Lá tinha a clientela daqueles prédio todinho, ia me buscar lá em casa, o zelador! A turma parava de carro na avenida: Chama seu Zé aí pra mim! Esse gordo da bicicleta (irmão Antônio) era bem na frente o ponto de referência! Agora, aqui, quem é que vai me chamar? Desempregado... Não sou aposentado...

(ENTREVISTA COM JOSÉ, O PEDREIRO, EM 04/09/2010)

No ato do recebimento do apartamento, cada morador assinou um documento se comprometendo a seguir as regras disciplinadoras estabelecidas pela prefeitura, sob pena de perderem os apartamentos, caso as desobedecessem. Desta forma, ficou configurado que o projeto era também uma estratégia de disciplinamento da população pobre. As regras estabelecidas pela Prefeitura proíbem a venda ou aluguel de apartamentos; qualquer atividade comercial na área dos prédios; a apropriação de qualquer área comum, inclusive do estacionamento, que deve ser rotativo, sem vagas definidas para os apartamentos. A insatisfação de alguns moradores fica patente em suas entrevistas, como no caso da Sra. Maria Caetano, ex-moradora da comunidade “Deus nos Acuda”:

Lá eu tinha uma casa boa, de alvenaria, com barraca, lá eu vendia bem! As minhas coisas, muitas eu tive que botar fora, porque não cabia aqui. Mas pra quem tinha um barraco de tábuas, tinha barraco de tábuas que só dava 3m, e ganhou do mesmo jeito que eu ganhei, entendeu? Pra uns foi bom, pra outros foi ruim. Agora pra quem tinha casa boa, como a minha, que tinha um quintal bom, tinha pé de coco atrás. O meu comércio aqui, praticamente está acabado, aqui não deu futuro [...].

(ENTREVISTA COM MARIA CAETANO, EM 25/03/2012)

O relato da Sra. Maria Caetano indica que um dos principais choques culturais e econômicos causados aos moradores expulsos das localidades pobres foi a proibição de

qualquer tipo de comércio dentro da área murada do conjunto. Porque a prática de justapor uma atividade comercial à habitacional era comum a quase todas as casas das antigas localidades. Muitas vendiam comidas e bebidas, outras, produtos de limpeza ou higiene; outras, ainda, tinham bancas de jogos de azar, outras de jogos eletrônicos, barbearias, *lan houses* e manicures. Desta forma, eles tinham moradias dignas, mas não tinham mais trabalho para poder pagar suas despesas, inclusive as novas, surgidas em função da mudança, como é o caso de contas de luz, água e condomínio, como se pode perceber na continuação do relato da Sra. Maria Caetano:

[...] Eu queria mesmo era ter um lugar pra ter um comércio. Em termos de moradia, o local é bom, entendeu, porque tem ônibus certo, tem o metrô... Tem vantagem, tem muita vantagem também... Pra mim, o problema foi o comércio, que acabou comigo! E as contas que são muito altas. A conta de energia aqui é altíssima! Eu já desliguei duas freezer, só tem essa aqui trabalhando, eu fico sem poder usar.

(IDEM)

A Sra. Maria Caetano tem um filho de cerca de trinta anos que sofre de doenças mentais. Ele dormia num pequeno compartimento de madeira que ficava ao lado da casa de sua mãe na antiga comunidade, o que lhe deu o direito de receber um apartamento no novo conjunto. Desta forma, sua família ficou morando em um dos apartamentos, que fica no primeiro andar, e passou a utilizar o apartamento do térreo para viabilizar o antigo comércio de produtos alimentares. No entanto, a Sra. Maria se queixa da queda no volume de vendas, que era bem maior na antiga comunidade.

Entre as diversas disciplinas, a arquitetura e o urbanismo, hoje, são classificados como da área das Ciências Sociais Aplicadas, isto porque se propõem a resolver problemas da sociedade relacionados à organização do espaço físico. Como instrumentos de intervenção no espaço da cidade, estas disciplinas passam a servir aos interesses daqueles que têm o poder de normatizar o território. Dessa forma, se tornam também discursos, e como tal emitem mensagens ideológicas relativas ao lugar institucional de onde partem.

O Residencial III Via Mangue, para onde foram transferidos os ex-moradores da “Xuxa e de “Deus nos Acuda” é composto por 11 blocos de 4 pavimentos cada um, sendo um térreo mais 3 superiores, com 32 apartamentos cada um, dispostos uns ao lado dos outros no sentido transversal do terreno (ver figura 29). Os 5 blocos da direita de quem entra no conjunto foram destinados aos antigos moradores da “Xuxa”, enquanto

os outros 6 da esquerda ficaram com os da “Deus nos Acuda”. Cada bloco foi pintado em uma cor básica, o que deu um aspecto alegre ao conjunto (ver figura 30).

A forma perfeitamente perfilada das unidades habitacionais, que em nada se parecem com a movimentada disposição das casas em localidades pobres construídas a partir de outra lógica, é a primeira mensagem que impõe a disciplina aos moradores. São estruturas rígidas e imutáveis, uma vez que não é possível a execução de nenhuma reforma. Esta disposição emite a mensagem de que seus moradores terão que ter uma organização social diferente da que estão culturalmente condicionados. No entanto, a cultura popular no Brasil, em especial nas localidades mais pobres dos grandes centros urbanos, em função da constante privação de comida, de serviços de saúde, de transporte, educação e moradia, desenvolvem uma compreensão do mundo e da realidade bem distinta da que a cultura oficial procura difundir, desenvolvendo estratégias de luta e de sobrevivência próprias (MONTENEGRO, 2013-A).

Nas comunidades pobres, as casas crescem juntamente com a família. Quando são de alvenaria, elas crescem para os lados, quando são adicionados novos quartos e salas, e também para cima, quando são acrescentados novos pavimentos. As casas crescem à medida que os filhos vão casando ou se tornando independentes financeiramente. Eles obtêm dos pais, em geral, a concessão de construir outra unidade autônoma acima da casa original. Quando são de madeira, sobre palafitas, como o terreno neste caso é o mangue, são acrescentadas novas pequenas casas no entorno da casa dos pais. Esta prática possibilitou, inclusive, que algumas famílias recebessem mais de um apartamento no novo conjunto de apartamentos, o que para elas foi um grande acréscimo patrimonial. No entanto, a disposição dos apartamentos entregues pela prefeitura impõe um fim aquela prática.

Cada apartamento é composto de 2 quartos, um banheiro, uma cozinha e uma sala. O tamanho dos apartamentos emite a mensagem de que as famílias têm que ser pequenas, com poucos filhos. Não há mais a possibilidade da continuidade de práticas como a junção de duas ou três famílias em uma só casa, ou dos pais idosos morarem com os filhos casados. É muito comum nas comunidades pobres, a mulher viúva ou o homem viúvo, já idosos, morarem na casa dos filhos casados. No entanto, no novo conjunto, isso não é mais possível, devido aos apartamentos terem apenas 2 quartos, sem a possibilidade de serem acrescentados novos compartimentos. Fica também

impossível receber em casa, parentes que, muitas vezes, vêm à capital para tratar da saúde, muitas vezes precisando permanecer hospedados por várias semanas.

Outra dificuldade relatada pelos entrevistados é falta de espaço para colocação de equipamentos de trabalho. Muitos dos moradores são prestadores de serviço autônomo, como no caso de pedreiros, eletricitas, encanadores, costureiras que precisam guardar ferramentas e sobras de material para o seu trabalho diário. O tamanho dos apartamentos e o posicionamento do tipo uns sobre os outros não permitem essa funcionalidade. Muitos trabalham na praia, vendendo comidas, e ficaram sem local para guardar suas carroças e equipamentos, o que inviabilizou para muitos a produção de renda, como relata José, o pedreiro, ao explicar o prejuízo que teve ao ser forçado a se mudar para o novo residencial:

No meu caso mesmo: na frente da minha casa, lá, eu tinha um quartinho que era de guardar ferramenta. Ela sabe que sou pedreiro! (ele diz apontando para Sandra) Olha! É régua, enxada, tá tudo entulhado aí! Minhas ferramentas tudo entulhado! No quarto que a minha filha dorme mesmo, ela tem que subir na cama se relando por cima da caixa de papelão, cheia de colher de pedreiro, joelho...

(ENTREVISTA COM JOSÉ, O PEDREIRO, EM 04/09/2010)

Com a valorização dos apartamentos, muitos venderam seus apartamentos e foram morar em outras comunidades pobres para poder continuar suas atividades ou tiveram que arranjar outros meios de subsistência, como se pode inferir do relato do morador Leonardo, que era sobrinho de Sandra:

O local onde colocaram a gente é bom, perto de tudo: shopping, praia, farmácia, metrô, esgoto sanitário. Está ficando cada vez mais valorizada. Semana passada a esposa pediu R\$70.000 no apartamento, o cara botou R\$65.000. O terceiro andar foi vendido por R\$110.000”
(ENTREVISTA COM JOSÉ LEONARDO VIEIRA, EM 24/03/2012).

As áreas comuns são compostas por uma guarita na entrada, uma quadra de futebol *society*, *playground*, salão de festas, estacionamento e jardins na frente, atrás e entre os blocos (ver figuras 31 e 32). Cada bloco tem sua fossa e seu conjunto de caixa d'água inferior e superior, tudo o que compõe um programa padrão nos moldes vigentes das áreas formais da cidade, o que representa um grande choque cultural e uma quebra identitária para antigos moradores das comunidades extintas.

A entrada do residencial é trabalhada com cores fortes e figuras decorativas, normalmente utilizadas pelos arquitetos como uma referência às cores variadas e ousadas características dos conjuntos de moradias populares em bairros e cidades do interior do Nordeste Brasileiro (ver figuras 33 e 34).

No Residencial III Via Mangue, os apartamentos foram entregues sem acabamento nas paredes internas, com piso de cimento e com gesso apenas na cozinha e no banheiro. Mas, não é que a obra não tenha sido concluída, na verdade, por medida de economia, o contrato para a construção não incluía esses acabamentos, o que foi objeto de muitas críticas por parte dos moradores, que consideraram a obra como inacabada (ver figuras 35 e 36). Muitos deles haviam investido muitos anos de economia em suas casas na antiga localidade e se sentiram prejudicados ao receberem um apartamento onde ainda teriam que investir mais dinheiro para concluir os acabamentos internos, como afirma Roberval, um técnico em refrigeração que foi expulso da “Xuxa”:

[...] Porque isso aqui, meu irmão, não era pelo menos, não digo o piso, mas pelo menos ser rebocadozinho, caiadozinho. [...] Entregaram do jeito que estava, agora nós é que tá se arrombando! Ah, não tem condições! Nesse quartozinho eu gastei quase mil reais pra fazer isso! Pelo menos, se eles dessem uma ajuda de custo, pra pessoa terminar... Nem todo mundo tem condições não!

(ENTREVISTA COM ROBERVAL, O TECNICO EM REFRIGERAÇÃO, EM 04/09/2010)

A falta de acabamento nas paredes dos apartamentos como uma especificação de projeto fala da representação que o poder público constrói acerca da população pobre, de que eles não precisam gozar de “luxo”. O piso de cimento para servir de chão e as paredes de alvenaria proteger do vento e da chuva já seriam suficientes para quem morava num “barraco” de madeira fincado na lama. No entanto, muitos dos moradores se queixaram de problemas de saúde por conta da falta de acabamento nas paredes, geralmente relacionados com alergias nas vias respiratórias e asma em crianças e idosos, como conta Roberval sobre os problemas de saúde de seu filho:

Vive aí doente direto! Ontem mesmo socorri ele...Tive condições de fazer um quartinho, vive doente direto! Ontem mesmo cheguei dez hora da noite do hospital. Ele não se deu por causa dessa poeira. Entregaram os apartamento sem rebocar, sem nada, e ele tem

alergia a essa poeira e eu sem condições de ...[...] Quase todo dia essa criança é socorrida! Ontem fui pro PAM26 de Areias, chego aí, não resolve! Sai comprando, comprando remédio e não resolve! (IDEM)

Passados os momentos dos discursos, havia chegado a hora das ações, e uma das mais problemáticas era a mudança propriamente dita e a garantia de que não haveria mais perigo do retorno dos moradores às antigas localidades, pois o prazo para a conclusão da Via Mangue estava correndo e o tempo era pouco até os eventos das Copas de 2013 e de 2014. Para isso, a prefeitura tratou de montar uma complexa e eficiente estratégia, como será problematizado a seguir.

3.4. A DIGNIDADE E A INCLUSÃO SOCIAL COMO DISCURSOS

O século XX passou, os discursos mudaram. Os saberes médicos, que ditaram as regras no século XIX e início do XX, foram aos poucos sendo substituídos, e agora, no início do XXI, os discursos ecológicos, juntamente com os relacionados às crises urbanas, das áreas como segurança pública, habitação e mobilidade urbana, dominam o cenário. Mais uma vez, procuram estabelecer verdades que se prestem para justificar reformas urbanas em que as localidades pobres situadas em bairros ricos, representadas por gestores públicos e pela parcela da sociedade que delas se distingue como “favelas”, são expulsas.

No atual quadro brasileiro, é a economia quem pede passagem. A Copa de 2014 está às portas. As cidades precisam dar condições de mobilidade aos inúmeros turistas que injetarão milhões de dólares na economia. As cidades precisam estar belas, seguras e asseadas, para figurarem nas fotos e documentários que colocarão o Brasil nas vitrines de todo o mundo. Mas, o que fazer com os pobres? Eles “teimam” em ocupar áreas urbanas “inadequadas” para o uso, “agarrados como parasitas” aos bairros mais “nobres”, deixando à vista os contrastes sociais, o imenso abismo que existe entre os muito ricos e os muito pobres, esse enorme desequilíbrio na distribuição de riquezas, que faz com que continue existindo pobreza num país que é a sétima economia do

²⁶ Posto de Assistência Médica do bairro de Areias

mundo, e que, segundo as previsões dos economistas, poderá vir a ser a sexta antes de 2016²⁷.

A ética vigente, no entanto, não permite mais que os pobres sejam simplesmente “varridos do mapa”, como no caso dos moradores dos cortiços do Rio de Janeiro do início do século XX. São necessários bons discursos aliados a planos governamentais que possibilitem a higienização e o embelezamento da cidade, justificando a expulsão das populações pobres dos bairros ricos das grandes cidades, ao mesmo tempo em que pareçam estar garantindo os direitos fundamentais das populações expulsas.

É neste contexto que os discursos da “inclusão social” e do “direito à dignidade” são retomados. A solução para o atendimento a todas essas questões, que vem sendo praticada na cidade do Recife nos últimos anos, passa pela expulsão dos moradores das “favelas”, que ocupam as margens dos mangues e outras áreas alagadas da cidade, para conjunto de prédios especialmente construídos, segundo o discurso de governo: “abrindo passagem para novas vias de trânsito, preservando o meio ambiente e incluindo socialmente as populações pobres”, a partir da entrega de moradias classificadas como dignas pelo poder público (PREFEITURA DO RECIFE, 2008).

Na verdade eram novas políticas sustentadas em velhos discursos. O discurso governamental baseado na necessidade de melhoria das condições de vida de pessoas que moram nas “favelas”, prometendo-lhes moradias dignas e higiênicas, tudo isso acompanhado de uma educação “civilizadora”, surgiu no Brasil na década de 30, quando o país passava por uma série de mudanças em função da revolução liderada por Getúlio Vargas e era instaurado um regime autoritário e populista. A mesma lógica paternalista, cuja base de sustentação estava centrada no trato com os pobres davam o tom das intervenções governamentais em localidades pobres das zonas urbanas do Recife, entre os anos de 2003 a 2012 (SILVA e BARBOSA, 2005).

No discurso da Prefeitura do Recife, observava-se que, era predominante a ideia de que a entrega de moradias dignas a ex-moradores de localidades pobres em bairros ricos, por si só, seria o suficiente para promover a “inclusão social” dessas populações, ou seja, a passagem de cidadãos marginalizados pela sua condição social para uma vida

²⁷ Fonte: disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/04/brasil-deve-recuperar-posto-de-6-maior-economia-em-2013-mostra-fmi.html>> Acesso em 17 ago. 2013

digna, através do livre acesso a bens e serviços a que a população tinha direito, como se pode inferir no trecho do discurso proferido pelo então Prefeito do Recife João da Costa, na presença da Presidente Dilma, quando da entrega dos Conjuntos Residenciais II e III Via Mangue, em 28 de fevereiro de 2012:

Presidenta Dilma, nós estamos entregando hoje 480 novas habitações, que somadas às 310 já entregues, na época, pelo presidente Lula, no final de 2010, e as 160 entregues em outubro do ano passado, irão totalizar 992 habitações, habitações essas que retiram da lama, que retiram da indiferença de décadas 1000 famílias das localidades de “Xuxa”, Pantanal, “Deus nos Acuda”, Combinado e parte de Jardim Beira Rio. (...) Presidenta Dilma, nós estamos trazendo para a dignidade, para a cidadania, 1000 famílias dessas localidades de bairro de Boa Viagem, que convivem há décadas com uma situação que envergonha qualquer ser humano, trazendo pra cidadania e pra esperança milhares de famílias (...)” (TVNBR, 2012)

No discurso acima, o prefeito João da Costa se baseia em números para construir argumentos que justifiquem plenamente a ação de expulsão das famílias que moravam onde hoje passa a Via Mangue, ao que ele chamou de “trazer para a dignidade, para a cidadania” as famílias que viviam, segundo ele, em condições de vergonha e de desespero. No entanto, o que teria, de fato, levado a prefeitura a expulsar aquelas populações da beira do mangue?

Entre os anos de 2003 e 2012, Pernambuco assistiu ao espetáculo de grandes transformações políticas e econômicas, com grandes reflexos nas áreas cultural e social. Estas mudanças estão associadas à ascensão do PT (Partido dos Trabalhadores) ao poder, tanto no âmbito nacional, com o Presidente Lula, como no municipal, com o Prefeito João Paulo, acrescentando-se a isso a parceria do Governo Estadual, liderado pelo aliado PSB (Partido Socialista Brasileiro), do Governador Eduardo Campos. Esta confluência de forças políticas foi capaz de implantar em Pernambuco grandes obras de infraestrutura, que já vinham sendo planejadas em governos anteriores, como por exemplo, os investimentos no Complexo Industrial Portuário SUAPE, o que se pode perceber do discurso do então Prefeito do Recife, João da Costa, quando da inauguração dos Residenciais Via Mangue I e II²⁸, no Bairro do Pina em 2012, na presença da Presidente Dilma:

²⁸ Etapas posteriores à construção do Residencial III Via Mangue, objeto de estudo desta pesquisa, inaugurado em 2010.

[...] A gente está hoje aqui, entregando 480 apartamentos, mas que simbolizam mais do que 480 apartamentos. Simbolizam uma parceria do Governo Municipal, do Governo do Recife, do Governo do Estado, do Governo Federal, que produz hoje mudanças significativas para milhões de brasileiros, e que se refletem na mudança de vida do povo da cidade do Recife, porque não é só parceria em habitação, Presidenta, a gente está fazendo parceria na educação, para construir quarenta centros de educação infantil, porque o nosso projeto é fazer 120, para universalizar o acesso à educação infantil no Recife; garantir horário integral para crianças de 0 a 4 anos, de 7 da manhã às 7 da noite. Estamos com 23 em construção, queremos até o fim de 2012 deixar mais 20 em construção. E é nessa parceria, com a ajuda do PAC 2, que a gente já está fazendo parceria na educação. É parceria também na saúde, nós estamos dobrando o número de Academias da Saúde, numa parceria com o governador Eduardo Campos. Agora, com o Governo Federal, porque todas as nossas academias, presidenta, são parcerias pra gente evitar tragédias nos morros da cidade do Recife. [...] (TVNBR, 2012)²⁹

Este ciclo no campo político aconteceu dentro de um período de intensificação de outro fenômeno ainda maior, que se caracteriza pela interligação e pelas trocas entre as nações do mundo, no que diz respeito à economia, à cultura, à política e à sociedade, provocada por uma revolução tecnológica nas áreas de transportes e de comunicações, conhecido como “Globalização” (HALL, 2003).

Tal fenômeno foi responsável por grandes transformações e interferiu diretamente na configuração das cidades das nações capitalistas, em função do fluxo cada vez mais intenso de turistas, mercadorias, serviços e informações que ele provocou. As cidades, principalmente uma metrópole como o Recife, precisava estar preparada para acompanhar o dinamismo que agitava as instituições e as práticas sociais (SILVA C., 2012).

Mas, no caso da capital de Pernambuco, de modo especial neste período, um fator pode ser considerado ainda mais determinante: a eleição do Brasil como sede da Copa do Mundo de Futebol de 2014 (IDEM). Este fato colocou o país em evidência no contexto mundial, o que desencadeou um processo dinâmico movido por interesses diversos, trazendo para o mesmo cenário vários outros eventos internacionais, como a Copa das Confederações de 2013, a Jornada Mundial da Juventude de 2013, organizada

²⁹ “TV NBR é um canal de notícias governamentais brasileiro. O intuito da emissora é informar sobre ações do Poder Executivo, além de difundir programas de teor educativo, cultural e serviços de utilidade pública.” Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/TV_NBR> Acesso em 08 de jul. de 2013

pela Igreja Católica, as Olimpíadas de 2016 e muitos outros eventos de menores proporções, tanto internacionais como nacionais, que foram desencadeados no mesmo processo.

Todos esses apelos ao desenvolvimento e à modernização típicos de economias altamente competitivas terminaram por se refletir na organização espacial da cidade do Recife, através da elaboração de planos estratégicos direcionados a adaptar a cidade às necessidades estéticas e de infraestrutura, que atenderiam às citadas demandas, pois Recife estaria entre as cidades que sediariam a Copa de 2014.

No entanto, em função da enorme pressão dos interesses econômicos, as consequências socioambientais dessas bruscas e volumosas transformações foram relegadas ao segundo plano. As discussões e diálogos com órgãos de proteção ambiental e com instituições sociais foram levadas a efeito apenas para atender minimamente às exigências constitucionais e, rapidamente, foram elaboradas estratégias governamentais, como parte da máquina produtora de um modelo de desenvolvimento que não considera seus impactos nos ambientes naturais e nas organizações sociais, as quais não tomam parte em suas engrenagens, como é o caso das localidades pobres instaladas nas periferias dos bairros mais desenvolvidos economicamente.

O Ministro das Cidades, o paraibano Agnaldo Ribeiro, do Partido Progressista, que compunha o governo da Presidente Dilma, do PT, também estava presente à cerimônia de entrega dos apartamentos do “Residencial II Via Mangue”. Ele constrói o seu discurso sobre o tema “o sonho da casa própria”, como se pode ver no trecho a seguir:

(...) Eu sou do tempo, minha gente, e sou de uma geração que cresceu, Presidente Dilma, Governador Eduardo Campos, ouvindo que o sonho de todo Brasileiro era ter a sua casa própria. Eu sou dessa geração em que, por muitos e muitos anos, nós vivíamos esse instante que ali se imaginava, que as pessoas, no seu dia a dia, pensavam atingir esse momento de realizar o seu tão sonhado momento, que era o de receber o seu cantinho e viver aquele instante de realizar o sonho da sua família. (IDEM)

É fácil perceber que os gestores envolvidos no processo de expulsão dos moradores das palafitas da Zona Sul do Recife procuram com seus discursos obter dividendos políticos que, além de justificar a ação de expulsão dos moradores perante a

opinião pública, construam uma base de sustentação que garanta sua permanência no poder, com vistas às eleições majoritárias de 2014.

Para isso, o governo municipal não poupou recursos ao montar todo um cenário favorável, com grande palco, espaço abrigado para centenas de pessoas e um potente sistema de som. Estavam presentes no palco uma comitiva de mais de vinte personalidades do mundo político, entre eles deputados, senadores e ministros. Havia um forte esquema de segurança, principalmente em torno da presidente Dilma Rousseff, que também pronunciou um discurso, no qual reverenciou a moradora Marcia que havia feito um discurso em nome dos moradores:

(...)Vocês viram que quando ela fala, ela mexe com o coração e a cabeça de todos nós. E a Márcia, moradora do apartamento que eu visitei, fala aquilo que toda mulher fala quando se trata de defender a sua família. O que que é que uma mulher quer? A mulher quer uma casa para morar e criar seus filhos. Criar com segurança seus filhos. E o que a Márcia disse aqui foi justamente isso.

(IDEM)

A Presidente Dilma Rousseff também inicia o seu discurso, enfatizando a mesma ideia, de que os governos federal, estadual e municipal, juntos, doaram apartamentos para pessoas que viviam em condições de miséria, ainda reforçando-a na medida em que a estende para o universo das representações do feminino.

Diante da crise urbana atual, que tem levado toda a sociedade a uma reflexão apressada em busca de soluções para os graves problemas que têm atingido os grandes centros urbanos do país, como o da mobilidade urbana, do equilíbrio ambiental e o habitacional, os gestores públicos desenvolveram uma estratégia discursiva para justificar, não só a necessidade da existência de Via Mangue, como também as ações necessárias para sua implantação, em cima da representação da cidade como um lugar caótico e desordenado, carente de soluções estruturadoras emergenciais, de forma que não houvesse tempo para maiores discussões com os diversos setores da sociedade.

Tal discurso é possibilitado por uma gestão urbana que se pauta pelos interesses do mercado, que entende a cidade como uma mercadoria a ser negociada em função de seu potencial para a produção de riquezas, o que leva a uma busca pelo ordenamento, pelo embelezamento e pela expulsão das populações pobres assentadas em zonas de interesse de mercado. A cidade passa, assim a priorizar os interesses de poucos, como é

o caso da necessidade de vias expressas para carros de passeio, que deem mais mobilidade a esses setores específicos, para quem o tempo é fator importantíssimo na produção dos bens de mercado. Da mesma forma, os terrenos ocupados por populações pobres em áreas de grande interesse especulativo passam a ser alvos das intervenções (MACHADO, 2012).

Surge dentro deste contexto a problemática que envolve a Via Mangue. O governo municipal coloca o projeto como uma solução para a necessária proteção do manguezal do Pina, para desafogar o trânsito na Zona Sul do Recife e para promover a “inclusão social” dos moradores de palafitas das áreas alagadas.

No entanto, defensores do meio ambiente contestaram o discurso da prefeitura, afirmando que o aumento do sistema viário não compensará o impacto a ser causado nos 307 hectares de manguezais da região, considerada a maior área verde do Recife, conforme a opinião do Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania e do Meio Ambiente do Recife e Jaboatão, Flávio Falcão³⁰:

“Não sou contra o projeto, mas contesto a forma como ele está delineado. O traçado atual vai comprometer uma vasta área do mangue, diminuindo a absorção da área, o que provocará enchentes. A construção da via também permitirá a invasão das margens da via por novas localidades carentes, como aconteceu com a Estrada da Curcurana, em Jaboatão dos Guararapes”. (SOARES,2009).

Com base em intervenções anteriores, o promotor contesta a propriedade das soluções apresentadas para o projeto, tanto no que diz respeito à questão ambiental, quanto à habitacional. Neste caso, uma área do próprio setor público demonstra descrédito em relação ao projeto da prefeitura, que aliada a interesses de grupos econômicos seguiu em frente com suas estratégias para satisfazer exigências legais e a opinião pública, com as quais se preocupava em função das eleições de 2014.

A princípio, o projeto foi aceito passivamente por uns e festivamente por outros. A maioria dos moradores das casas de alvenaria e donos de estabelecimentos comerciais se conformou com a indenização que iriam receber, e os moradores das palafitas

30 Promotor de Justiça da 12ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania e Meio Ambiente.

ficaram ansiosos para trocarem seus barracos por apartamentos, porém não houve uma unanimidade com relação à aprovação do projeto nos diversos setores da sociedade.

No tocante à questão habitacional, havia também nas localidades extintas uma parcela da população, embora em minoria, que não se sentiu beneficiada pelo projeto, pois já haviam investido muitos anos de trabalho na melhoria de suas casas e estabelecimentos comerciais, que não seriam compensados com o ganho de um pequeno apartamento.

Em 01 de outubro de 2009, o Jornal do Commercio publicou uma matéria sobre uma audiência pública acerca do projeto Via Mangue, em que os moradores das “favelas” se manifestaram alheios à discussão ambientalista. Para eles, o que importava mesmo era deixar para trás a degradação de morar suspensos sobre palafitas, dividindo o espaço com ratos, baratas e insetos; era sair da lama para uma moradia digna, conforme afirmou uma dona de casa moradora da localidade “Deus nos Acuda”: “As famílias que vivem nas margens do mangue já estão acabando com ele. E a cada dia mais gente aparece para invadir a área, na esperança de ganhar uma casa da prefeitura. Algo tem que ser feito”. (JORNAL DO COMMERCIO, 2009).

Segundo o jornal, um dos grupos mais animados era formado por moradores da localidade “Xuxa”, conforme comemorou um morador de 38 anos: “Estamos sonhando com nossa futura casa, apesar de ainda não conhecer os imóveis. Vai ser muito bom sair da lama para um apartamento, mesmo que pequeno” (IDEM).

Um dos grandes aliados da prefeitura na luta pela implantação do projeto da Via Mangue, foram os moradores das palafitas. Isto porque indubitavelmente, trocar uma pequena casa construída com restos de materiais, em uma área alagada, sem equipamentos urbanos, sem esgotamento sanitário nem abastecimento de água por um apartamento seria a realização de um grande sonho. Além do mais, a prefeitura havia prometido entregar um apartamento por cada casa existente nas comunidades. Isso seria uma grande vantagem para as famílias numerosas, que se abrigavam em várias pequenas casas, tendo direito, assim, cada uma a vários apartamentos.

De acordo com a mesma publicação, durante a audiência pública, a Prefeitura do Recife se posicionou através do então Secretário de Planejamento do Recife, em defesa do projeto:

“A Via Mangue não é apenas uma via, é uma ação. Os três eixos do projeto, baseados na habitação popular, saneamento básico e na implantação do sistema viário, não são ações mitigadoras. Ao contrário, são decisões de governo necessárias para a população. A prefeitura não está utilizando a Via Mangue para realizar essas ações, até porque temos programas voltados para elas. É algo a mais dentro de um projeto viário” (JORNAL DO COMMERCIO, 2009).

O representante da prefeitura procura legitimar o discurso, dando a ele um efeito de verdade, na medida em que o constrói em cima de saberes amplamente aceitos pela sociedade, que são a necessidade de saneamento básico, de habitação popular e de mobilidade urbana. Ele valoriza o projeto viário alegando que sua amplitude abrange também esses temas, e afirma que a prefeitura tem outros projetos a serem implantados nestas áreas específicas.

No entanto, as opiniões sobre a Via Mangue se dividiam entre os moradores das localidades em processo de expulsão, conforme se pode depreender no depoimento de um morador da “Xuxa”, publicado em 2010 no blog Acerto de Contas:

“eu moro na localidade da “Xuxa” e investi 20.000 reais para fazer minha casa e ter uma vida melhor com minha família. Eu não quero receber apartamento, quero ser indenizado para morar em outro lugar, porque os apartamentos que a prefeitura está dando não dá pra morar uma família com 5 meninos, porque é muito pequeno (38m²). Quero saber se a prefeitura indeniza, para eu morar onde eu quiser...” (ACERTO DE CONTAS, 2010)³¹.

³¹ O Blog Acertodecontas faz comentários políticos e econômicos e tem como editores Marco Bahé e Pierre Lucena. O primeiro é formado em Jornalismo e pós-graduado em História Contemporânea e História do Nordeste do Brasil. Foi repórter da Gazeta Mercantil para os estados de Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte. Também atuou como repórter do Jornal do Comercio, editor da Folha de Pernambuco e repórter especial do Diário de Pernambuco. É correspondente da revista Época no Nordeste desde 2003. Também atua com publicidade e marketing eleitoral desde 2004. O segundo é doutor em Finanças pela PUC-Rio e mestre em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco. É professor adjunto de Finanças da UFPE e foi secretário-adjunto de Educação de Pernambuco. É autor de vários trabalhos publicados no Brasil e no exterior sobre o mercado financeiro, e participa como revisor de várias revistas acadêmicas na área. Atualmente é coordenador do curso de Administração da UFPE, e Coordenador do Núcleo de Estudos em Finanças e Investimentos do Programa de Pós-graduação em Administração da UFPE (NEFI). Fonte: <http://acertodecontas.blog.br>. Acesso em 07 de jan. de 2014.

A fala do morador representa a opinião de muitos que tinham uma situação financeira melhor e investiram durante muito tempo no melhoramento da casa onde moravam. Muitas das casas tinham dois ou três pavimentos e eram bem maiores que os apartamentos entregues pela prefeitura. Estes ficaram insatisfeitos com a mudança, pois se sentiram prejudicados, diferentemente dos moradores das palafitas. A proposta da prefeitura não levou em conta as diferenças que havia entre os patrimônios dos moradores, os quais ficaram sem opção, ou seja, foram expulsos do lugar onde moravam há décadas e obrigados a morar no apartamento que a prefeitura construiu para eles.

Neste caso, o discurso da prefeitura, baseado na entrega de moradias dignas para os moradores expulsos das localidades “Xuxa” e “Deus nos Acuda” não serviu para justificar a mudança de todos. No entanto, a prefeitura, estrategicamente, tirou partido do apoio que os moradores das palafitas deram ao projeto para generalizar o discurso, dando a ele um efeito de verdade.

O depoimento da cidadã M.T. acerca da mesma publicação no blog *AcertodeContas* expressa desconfiança em relação ao projeto da prefeitura:

“Não entendo por que não tiram logo todas as palafitas da favela “Deus nos Acuda”, em Boa Viagem. Pessoas vivendo desumanamente, crianças a mercê dos bandidos, aprendendo já a bandidagem. o Via Mangue esta aí, espero que desta vez seja sério o projeto, e leve estas crianças para uma moradia digna...” (IDEM).

Neste caso, sua desconfiança se baseia no fato de a prefeitura, assim como o Governo do Estado, em outras oportunidades de negociação, terem prometido retirar os moradores das palafitas, construindo para eles novas casas, sem nunca ter efetivado o projeto. Sandra, em seus relatos, falou sobre estes eventos, em que alguns moradores chegaram a ser indenizados e a se mudarem da comunidade, mas, uma vez que o poder público não levou a diante os projetos, eles retornaram à localidade.

A respeito, ainda, da mesma publicação, R.P. vai mais longe e reclama da falta de informações por parte da prefeitura, além de discordar dos critérios e da honestidade dos políticos e técnicos envolvidos no projeto:

“...nem todas as famílias vivem tão precariamente, há famílias nesta área que investiram toda sua vida para terem uma moradia melhor, e nenhum projeto é capaz de avaliar o valor desse império que foi construído. Sem contar a falta de informação para essas pessoas que passam o dia especulando coisas que os órgãos envolvidos não se preocupam de esclarecer... Talvez seja uma melhora, mas pra quem? Quanto será embolsado numa obra gigantesca como essa?” (IDEM).

Foi logo no primeiro momento da expulsão propriamente dita, que os discursos da promoção da dignidade e da inclusão se desmancharam como torrões de açúcar expostos à chuva. Quando os discursos eloquentes dos gestores terminaram, foram as máquinas que começaram a falar, com o barulho de seus motores e engrenagens, enquanto demoliam os barracos de madeira e as casas de alvenaria das velhas e incômodas localidades. Os caminhões entraram em ação para carregar os moradores e seus poucos pertences como se fosse o lixo nunca antes recolhido da localidade pelos serviços de limpeza urbana, limpando a passagem para o novo corredor viário da cidade do Recife. O dia da expulsão propriamente dita foi detalhadamente relatado pelos moradores entrevistados, que reconstruíram o cenário, como num filme reescrito a partir dos fragmentos criativamente colados em suas memórias, como reconstruirei no item a seguir.

3.5. *UMA CORRERIA, UMA AGONIA, UM VERDADEIRO*

por que o povo mais pobre tinha medo do novo, de alguém que fosse igual a ele", comentou o Presidente Lula em seu discurso, na hora da entrega das chaves. (MELO JR., 2010). A inauguração oficial aconteceu antes da efetiva ocupação dos apartamentos pelos moradores (ver figuras 37 e 38).

Aquele 11 de maio de 2010 foi uma data marcante para os moradores da "Xuxa" e de "Deus nos Acuda". Foi o dia da "grande mudança", o Dia "D". Aqueles que viviam em condições de extrema pobreza, morando literalmente na lama, passariam, segundo o discurso dos gestores públicos, a ter uma vida "digna". A história, porém, estava apenas começando a traçar as suas primeiras linhas.

Era uma terça-feira. José, o pedreiro, que morava na "Xuxa", estava em casa. O tempo estava nublado, o céu anunciava um dia tempestuoso com suas nuvens escuras. Podia dizer-se que o sol ainda não havia saído completamente de debaixo do véu da noite. Não que fosse muito cedo, mas por causa das nuvens carregadas que o encobriam. José acordara um pouco mais tarde, porque naquele dia não tinha arranjado nenhum "bico" para fazer.

As crianças já brincavam nas ruas estreitas da "Xuxa", e os trabalhadores mais atrasados ainda passavam por debaixo da caixa d'água da casa de José, que atravessava o beco, apoiada em duas vigas fixadas às fachadas de sua casa e de seu depósito de material, que ficava do outro lado da rua. A rua era tão estreita, que se José esticasse o braço de sua janela, quase alcançava a parede de seu depósito no outro lado.

Ele ainda estava perto da janela, quando percebeu na rua certo alvoroço: algumas pessoas passavam agitadas, outras falavam alto. Ele correu pra ver o que era. Sandra passava acompanhada da encarregada da URB (Empresa de Urbanização do Recife) e sua equipe de técnicos, quase gritando na porta das casas: "Tem que ser agora! Vamos, pessoal, os caminhões estão aí! A mudança tem que ser hoje, tão querendo invadir lá os apartamentos!"

Júnior conta como sua mãe, Sandra, recebeu a notícia:

[...]A gente estava tudo normal, aí ela conversou com Dona Silvia (pseudônimo dado por mim à agente da Prefeitura do Recife responsável pelo cadastramento das famílias que seriam removidas), e D. Silvia disse: "Sandra, o que é que você acha: Esperar os meninos terminarem o que tiver de terminar ou dar o apartamento do jeito que está? Já dá para dar, só que falta umas coisinhas dentro dos

apartamentos”. Aí minha mãe disse: “Olhe D. Silvia, pra não perder é melhor a gente ir dando a chave”. Aí começou a dar as chaves. Aí começou aquele “reboleço”, aquele negócio... Sei que foi dois dias tirando de lá, e ela só veio no segundo dia.

(ENTREVISTA COM JÚNIOR, FILHO DE SANDRA, EM 01/07/2013)

A narrativa de Júnior reconstrói a sua mãe como uma consultora importante dos gestores da prefeitura. Se realmente foi assim que aconteceu, a pergunta da agente da prefeitura parece um pouco deslocada no tempo. Uma vez que os caminhões já estavam chegando para levar os pertences dos moradores para o novo conjunto de prédios, como ela ainda estaria perguntando a Sandra o que ela achava? Nesse caso, a mudança já estaria certa, e a pergunta seria apenas protocolar, para obter o apoio político e a ajuda operacional da líder comunitária naquela delicada circunstância. A consulta levantaria a sua autoestima, o que traria uma nova energia para a operação.

A notícia pegou a todos de surpresa, provocando um alvoroço na comunidade. O céu começava também a ficar mais agitado. Alguns trovões foram ouvidos, o que deixou os moradores ainda mais alertas para os avisos que estavam sendo dados. Todos sabiam que a mudança seria em breve, pois haviam estado quatro dias antes com o Presidente Lula, na cerimônia de inauguração do residencial. Mas, ninguém tinha marcado ainda a data, como conta José:

Não, não avisou dia, nem hora, chegou na hora, dizendo: “Olha, tão querendo invadir lá, os prédio lá, e tem que se mudar todo mundo hoje. Aí o povo começaram pegando as coisas, tirando do lugar e arrumando, botando lá na frente da localidade, lá pra botar nos carros.
(ENTREVISTA COM JOSÉ O PEDREIRO EM 30/06/2013)

O poderoso gatilho que disparou o estado de quase pânico dos moradores foi a frase: “Estão querendo invadir os apartamentos”. Era essa uma terrível ameaça à realização do grande sonho dos moradores mais pobres, que habitavam as palafitas. A ameaça, segundo diziam, vinha dos antigos moradores do terreno onde foi construído o novo conjunto de prédios. Enquanto os políticos em seus discursos anunciavam para os moradores da “Xuxa” e “Deus nos Acuda” a mudança para uma “vida digna”, deixavam sem opção os “moradores nativos” do terreno onde foi construído o residencial. Lá havia uma pequena localidade, que foi expulsa para que o terreno fosse liberado para a construção do novo residencial. Esta parte da história, quem conta é Suzane, uma das filhas de Sandra:

[...]Antigamente, esse terreno aqui era invadido, não sei como era o nome que deram aqui, aí esse pessoal foi, tipo, enxotado, né, tiraram esse pessoal daqui porque essa área aqui não era... Então, quando fizeram aqui esses predinho, eles não queriam perder para outras pessoas. Aí o que eles fizeram? Eles não foram nada bestas, e deixaram fazer, deixar tudo bem certinho, e como já tinha mais ou menos um previsto para ser a entrega, eles pegaram e quiseram ocupar bem antes, que era pra poder não sair perdendo. Aí, o que acontece, não sei se foi a polícia, eu sei que botaram eles mais uma vez pra fora e avisaram ao pessoal que viesse bem antes, porque o pessoal estava tentando invadir aqui (...) Eles não avisaram nada, mas eu não tenho bem a lembrança, e o pessoal estava tentando invadir aqui, então era pra gente aproveitar, para poder vir logo, então... Eu me lembro todo mundo colocando as coisas em cima da ponte, uma correria, uma agonia, um verdadeiro “buruçu”. Eu me lembro que teve caminhão, realmente, mas muita gente nem esperou, mainha mesmo, eu não sei, se pegaram uma carroça que foi boa parte das coisas, por causa da pressa, né? Porque o povo com medo, né?
(ENTREVISTA COM SUZANE EM 30/06/2013)

Pode-se observar na fala de Suzane que ela naturaliza a expressão “invadido” para nomear o status do terreno anteriormente à construção do Residencial III Via Mangue. Esta expressão é normalmente utilizada por gestores públicos para justificar expulsões e intervenções em comunidades pobres. Dessa forma, apesar da origem de certas palavras que estigmatizam a cidade e criam fronteiras virem desde cima ou desde fora do espaço enunciado, elas são introjetadas, difundidas, socializadas e naturalizadas pelos próprios habitantes de tais lugares condenados. Assim, elas são perpetuadas e incorporadas ao sistema de referências para os espaços da cidade (PESAVENTO, 1999).

No entanto, ao representar a ação do governo ela utiliza o verbo “enxotar” desnaturalizando a palavra “remover”, normalmente utilizada pelo discurso do poder público. Ela continua relatando as astúcias desenvolvidas pela população que ocupava o terreno anteriormente, referindo-se a elas como “nada bestas”, reconhecendo assim o poder tático da população pobre que já ocupava o terreno. Eles agiram de forma a aproveitar a ocasião para tomar o lugar dos moradores que seriam expulsos das localidades “Xuxa” e “Deus nos Acuda”, que no caso eram os objetos das estratégias do governo. No caso, tais estratégias construíram discursos que elegeram determinados grupos como legítimos mercedores de vida digna, enquanto outros eram expulsos e nomeados de invasores.

O objetivo dos gestores era expulsar os moradores das localidades pobres para fora do bairro de Boa Viagem. O discurso estratégico da inclusão social e da promoção da dignidade, portanto, era oportuno e justificava a intervenção. Os moradores do terreno escolhido para a construção do residencial, no entanto, não foram vistos como dignos de uma inclusão do mesmo tipo. Afinal, aquela era uma localidade menor, não tinha organização ou expressão política, o que dispensava maiores justificativas ou cuidados estratégicos por parte do governo. Nesse contexto, a população pobre perde o direito natural ou histórico sobre o espaço, o qual passa a ser disputado num campo de forças interativas e de arranjos contingenciais. O espaço resulta, portanto, como produto do poder e de suas diversas relações, sempre entrecortado por disputas (ALBUQUERQUE JR.,2005).

José, então, saiu de sua casa para entender melhor a situação. Lá na ponte, que separava as ruas sem calçamento e estreitas da rua asfaltada, estavam estacionados cinco caminhões, e as primeiras pessoas já começavam a colocar suas coisas sobre a ponte, cada um fazendo o seu “montinho” próximo aos caminhões (ver figura 39).

Os mais agitados eram os moradores das casas flutuantes, esses não queriam perder tempo, como conta José em seu depoimento:

Eles chegaram lá de repente, dizendo que o povo queria invadir aqui, e se a gente não se mudasse naquele dia, o povo ia invadir, não tinha como empatar, não sei o quê! Eu sei que o povo correu pra fazer a mudança.(...) Os flutuantes endoidaram: “É agora!” Aí começaram a carregar as mudança...

(ENTREVISTA COM JOSÉ O PEDREIRO EM 30/06/2013)

Os moradores dos “flutuantes” eram os mais ansiosos para se mudarem logo para os apartamentos. De fato, para eles que conviviam diretamente com ratos, baratas, lixo e esgoto, não havia nada melhor que fazer aquela mudança, mesmo daquela forma inesperada. Principalmente por conta da falta de informações por parte da prefeitura, aquele dia era esperado com muita ansiedade, portanto nada mais importava, era necessário garantir logo o apartamento. O risco de perder os apartamentos para os possíveis invasores era, para eles, apavorante. A mudança não seria grande problema, pois tinham poucas coisas para serem transportadas. Geralmente, a mobília constava de uma televisão, um fogão, às vezes uma geladeira, algumas camas velhas, uma mesa, alguns bancos e alguns armários arranjados, onde colocavam suas roupas.

A chuva começava a liberar suas energias, deixando que as primeiras gotas começassem a cair sobre as pessoas, que, apressadas e barulhentas, iam retirando seus pertences de dentro de casa para não perderem a oportunidade nos primeiros caminhões. Não havia caixas ou sacos para colocar objetos, alimentos e roupas, como normalmente se faz em caso de mudança. Cada família deixava alguém cuidando das suas coisas, que a esta altura estavam quase que jogadas no meio da rua à espera de serem colocadas nos caminhões, que iam e vinham do residencial.

Márcia, uma das moradoras relatou o que viu naquele dia:

Ôxe, quando chegou a mudança, chegou de surpresa! A gente nem esperava, quando viu foi: “Vai se mudar hoje!” Eu estava trabalhando, tive que voltar pra cá. Foi meio mundo de mudança, assim, no meio da rua, um inferno no meio do povo, foi uma agonia naquele dia.

(ENTREVISTA COM MÁRCIA EM 30/06/2013)

De acordo com o relato de Márcia, percebe-se que o efeito surpresa foi fundamental para deixar as pessoas bastante atordoadas e vulneráveis. A resistência daqueles que não estavam satisfeitos com a imposição da prefeitura, naquele momento, foi completamente neutralizada pelo desespero dos que consideravam aquela uma oportunidade única de ter um lugar digno para se morar. Não havia alternativa, todos tiveram que ceder e sair da localidade como quem fugia de um monstro, que naquele caso se chamava “miséria”. Os funcionários da prefeitura, encarregados de ajudar a carregar os móveis também se apressavam, pois tinham que levar as primeiras cargas para imediatamente voltar e dar conta das centenas de famílias que teriam que se mudar naquele dia, eram cerca de oito homens. Foi assim que a Sra. Josefa relatou o que viveu naquele dia:

Eles já tinham dito, mas ninguém sabia o dia. Muita gente já tinha arrumado as coisas, só que não sabia que ia ser desse jeito, essa agonia de botar tudo junto, mudança de duas famílias diferentes. É que tinha gente que tinha pouca coisa, não é? Aí juntava, mas só que foi muito desorganizado! Eles jogavam as coisas da gente de todo jeito, tinha coisa que se quebrava, ia misturada com a do vizinho. Cada um que conhecesse o seu!

(ENTREVISTA COM JOSEFA EM 30/06/2013)

Os pertences dos moradores se misturavam no meio da rua, cada família fazia o seu “montinho”, deixava alguém tomando conta e ia batalhar por um caminhão para

transportar logo tudo, antes que a chuva caísse de vez. A chuva também foi um fator importante para compor aquele cenário semelhante a uma retirada de guerra. Não se sabe se foi uma coincidência oportuna que agilizou a operação da mudança, ou se o dia de chuva estava sendo esperado estrategicamente como um componente importante para aquele tipo de “logística”. Sandra continuava coordenando as movimentações, alertando os mais despreocupados, telefonando para os que já estavam no trabalho, para que voltassem para fazer suas mudanças, como nos conta Júnior, o seu filho mais novo:

No dia que eu trouxe as coisas pra cá, eu trouxe numa carroça, daquelas de dois pneus atrás e um na frente, eu e meu irmão. Tanta coisa que tinha... Cabia numa carroça (risos). Todo mundo brigando por caminhão, porque você sabe, não é, todo mundo querendo ser mais rápido! Cheio de caminhão, e minha mãe nem aí. Porque ela tinha o conhecimento dos meninos lá, a qualquer hora... Ela dizia: “Meu filho, se acalme, já que não tem nada na sua casa, você leva junto com a minha” Ela era tão boa, que ela quis esperar a localidade todinha sair, para ela vir depois. E ela com a chave dela aqui. Eu me lembro que até na carroça, ainda, eu dei três voltas. Eu sei que a primeira foi minha, e duas foi eu que trouxe, o da minha Tia Vera e o dela. E ela ficou arretada, porque ela disse: “Eu vou levar no caminhão!”. “Mas mainha, deixa eu andar, brincar, passear, né? Na verdade, eu queria empurrar a carroça. Ela é bem grandona, assim! Vinha eu e outro menino, a gente gostava, nunca tive esses negócios, e eu sempre gostei de trabalhar. Aí eu disse: “Mainha, deixa eu levar o seu fogão. Porque a senhora quer que a localidade toda saia? Eu levo e já deixo dentro de sua casa!”

Ela me deu a chave, eu trouxe o fogão e uma cama que ela tinha, preta, e já deixei arrumadinha. Trouxe o lençol e disse: “Se não der tempo de trazer tudo hoje, a senhora já dorme no seu apartamento” Aí trouxe e ajeitei.

(ENTREVISTA COM JÚNIOR EM 01/07/2013)

Sandra estava tranquila em relação aos caminhões, segundo o relato de Júnior, porque, devido à sua articulação “política”, ela conhecia os funcionários da prefeitura e a qualquer hora poderia solicitar a sua mudança. Mas, ela estava muito ocupada ajudando os agentes da prefeitura na condução do processo. Sua função era fazer contato com os moradores, principalmente os que estavam fora da localidade, pois era um dia útil da semana, e muitos já tinham saído para o trabalho.

A chuva, agora, não tinha mais cerimônia, foi um dia típico de inverno em Recife, onde as chuvas começam a cair mais frequentemente no mês de maio. As ruas estreitas começaram a ficar enlameadas, dificultando a movimentação das pessoas, como conta a Sra. Josefa:

Foi, choveu muito! Eu tinha aquelas camas que o material não é tão bom, no caso era bicama, acabou com minha cama! Até hoje eu tô com dificuldade, porque a gente quando é mãe sozinha, né, até hoje eu tô com dificuldade por causa das minhas coisas que quebrou. Aí eles não tiveram aquele cuidado, porque tanta da gente, né? Era um vai e vem! Era chegando aqui e voltando, chegando e voltando. Eles fazia de qualquer jeito, como se fosse uns animal, eles deixava e voltava de novo pra buscar mais.

(ENTREVISTA COM JOSEFA EM 30/06/2013)

Assim como Josefa, muitos moradores que dependiam dos caminhões tiveram muitos prejuízos com objetos e móveis danificados. Os pertences dos moradores estavam mais ou menos separados na rua a espera dos caminhões, mas quando eles chegavam eram jogados e misturados na carroceria do caminhão. Além disso, a chuva caía e molhava os móveis, muitos dos quais não resistiam à umidade e começavam a se desmanchar.

Os caminhões já tinham dado as suas primeiras viagens. Quem tinha um carrinho velho ou uma carroça, ia levando logo suas coisas, querendo entrar logo no apartamento, com medo que ele fosse invadido. Josefa dependia dos caminhões, ela não contava com parentes para ajudar a carregar, os vizinhos estavam preocupados em carregar suas próprias coisas, e ela ainda tinha três meninos pequenos para cuidar, como se pode compreender no seu relato:

A gente vinha junto, a gente vinha no caminhão. Só que aqui, não tinha essas paciência de eles pegar... Eu consegui salvar umas coisinhas porque eu paguei por fora, as coisas minhas melhorzinha. Eu perdi coisas na primeira remessa, mas na segunda, eu tive que dar um dinheirinho a eles pra dar uma força maior, porque sou mãe solteira, não tinha um homem dentro de casa pra me ajudar nem nada, e eu com três filhos pra cuidar também, né? Aí eu tive que dar um dinheirinho na época a mais... Eles pediam o “dinheiro do guaraná” pra eles ter mais cuidado e não quebrar tanto as coisas. Aí muita gente teve que fazer isso. Eles nem precisava, né, que era obrigação deles, né?

(ENTREVISTA COM JOSEFA EM 30/06/2013)

Diante do desespero e da vulnerabilidade dos moradores, condições necessárias para o sucesso da operação, alguns funcionários, como os carregadores dos caminhões, aproveitaram para obter também algum lucro extra. O terror era aumentado pelo medo da perda dos poucos pertences que com muito esforço tinham conseguido comprar e manter em casa. As viúvas e mães solteiras eram as que mais sofriam, porque tinham que, ao mesmo tempo, carregar os pertences e cuidar das crianças.

Junto com os caminhões e os carregadores veio uma equipe para demolir os barracos. Tratores já estavam a postos esperando a liberação dos primeiros espaços para começar a demolição. Foi uma “megaoperação” da Prefeitura, uma estratégia para resolver a situação de uma só vez. A Via Mangue pedia passagem, afinal os engarrafamentos tinham que acabar! A FIFA tinha dado um prazo para que a infraestrutura para Copa das Confederações estivesse pronta até maio de 2013. Milhares de carros esperavam para passar sobre aqueles terrenos e a praia de Boa Viagem tinha que ficar bela para a chegada dos turistas! Não havia mais tempo a perder...

A ameaça de invasão do residencial, não se sabe se realmente existiu. Nenhum dos entrevistados afirmou ter testemunhado tal acontecimento. Alguns relataram ter visto policiais tomando conta da construção, segundo eles, para garantir que não haveria invasão. De qualquer forma, veio a calhar para a prefeitura, que ainda buscava a melhor forma de efetivar a mudança e de colocar um fim definitivo no problema da localidade que empurrava para baixo os índices de desenvolvimento humano do bairro de Boa Viagem.

O depoimento do filho de Sandra, Júnior, também põe em dúvida a veracidade da notícia da tentativa de invasão do residencial. Sandra também atuou como uma “fiscal de obras” durante a construção do Residencial. Ela acompanhava passo a passo o andamento da obra, e no dia que a notícia da possível invasão chegou à localidade ela foi até o local para conferir, mas não encontrou indícios de invasão, apenas a presença de uma força policial, como conta Júnior em seu depoimento:

Todo dia quando estava fazendo essa reforma, ela: “Vamos lá no habitacional, pra ver como é que tá?” Todo dia ela vinha, se fosse possível. Se eu tivesse de folga: “Há, vai ter que ir me levar”. Ela vinha aí, ficava conversando com o cara, porque como ela já tinha amizade, aí entrava e ficava conversando com o cara, e eu tinha que esperar! [...] Aí disseram que iam invadir, aí ela: “Juninho, pega a bicicleta aí, me leva, vai, me leva lá.” Chegou aqui, não tinha nada, estava cheio de polícia aqui. Disseram que iam invadir, aí a polícia subiu, não é, aqui, né? Porque o rapaz que estava trabalhando aqui disse que a turma estava querendo invadir e tal, de noite.

(ENTREVISTA COM JÚNIOR EM 01/07/2013)

A notícia da tentativa de invasão criaria, então o clima perfeito para uma mudança rápida e desmobilizada por parte da população, abrindo caminho para uma demolição também rápida e desimpedida das casas, dando condições para o imediato início das obras da Via Mangue.

Outro indício de que a mudança foi repentina e inesperada para os moradores, mas talvez não para a prefeitura, foi a logística empregada, que não parece ter sido improvisada, uma vez que havia caminhões e carregadores disponíveis para o trabalho logo cedo pela manhã, além de máquinas prontas para iniciar o trabalho de demolição assim que os moradores se retirassem. As máquinas também foram importantes para vencer a resistência dos que não queriam se mudar. Diante delas, não havia alternativas. Restava apenas salvar os pertences, pois as casas seriam demolidas naquele mesmo dia.

E Sandra, já com a chave do seu apartamento garantida, não conseguia se desligar da localidade para cuidar de suas coisas! Eu não tive oportunidade de entrevistar Sandra a respeito do dia da mudança. Quem relata suas ações naquele dia é Júnior, seu filho. Seu relato dá indicações de que Sandra estava dividida entre o serviço de líder comunitária, em apoio à prefeitura, e a sua condição de moradora em processo de expulsão, conforme o trecho abaixo:

Ela disse: “Eu só saio daqui, mesmo que chova...” Eu me lembro que derrubaram o barraco que a gente morava, um flutuantezinho, era uma palafita... Eles estavam quebrando, e ela sentada ainda de lado. Como ela era muito conhecida, disseram a ela: “Eu vou mandar um caminhão só pra levar as tuas coisas, vai-te embora, pega o caminhão, pra não ter que esperar tudinho sair pra lhe levar”. As coisas dela, choveu, molhou, só não molhou a televisão, que foi eu que trouxe. Mas, ela disse: “Não importa não, depois Deus me dá mais”. Quando eu cheguei aqui, eu não tinha nem uma televisão. Era só um móvel velho, que hoje tá com a minha tia Vera, era um móvel usado, né?

(IDEM)

Sandra assistia à demolição de seu barraco, sentada numa pedra, debaixo de chuva, como quem assiste ao enterro de um parente próximo (ver figuras 40, 41 e 42). Com base nos dados que pude coletar sobre sua vida, posso imaginar o que se passava em sua mente naquele exato momento: A ansiedade para morar em um apartamento limpo, longe dos ratos e esgotos, contrastava com a tristeza de abandonar aquele terreno, onde havia sido criada, onde havia travado tantas lutas para ter direito a um

lugar na cidade. Aquele era o lugar de suas memórias, e estava sendo varrido do mapa, para existir apenas nos seus relatos. A incerteza quanto a esse futuro também atormentava a sua consciência. Como seria viver longe do lugar onde havia nascido e onde havia planejado viver até a morte? E a localidade que ela liderava, suas articulações políticas tão relacionadas àquelas circunstâncias? E sua igreja, que era ali bem perto, como seria vir todos os dias para o culto à noite daquele lugar tão distante para quem não possuía transporte próprio, nem tinha como pagar passagens de ônibus?

Enfim, as famílias foram chegando ao novo residencial, mas foi como se tivessem migrado da “lama ao caos”! Era uma cena de desastre! Os móveis haviam sido descarregados de qualquer jeito nas calçadas internas, próximo ao estacionamento. As pessoas tentavam identificar suas coisas que estavam misturadas com as de outras famílias, enquanto a chuva torrencial não dava tréguas.

José, o pedreiro, veio em uma das primeiras viagens. Para ele, aquela nova moradia podia ser até digna, como disse em seu discurso o Prefeito João da Costa, mas o mesmo não podia ser dito daquela mudança, como diz em seu relato:

[...] No dia da mudança, a chuva que Deus dava! Muita gente perdeu os móveis na mudança! A água deu aqui nos dedos! E a turma num pega-para-capá... Móvel novo que alguém comprou, na caixa! Quem tem um empregozinho, que comprou no cartão, que chegou aqui pra armar, armou não meu amigo! A chuva pegou! Chegou aqui, desmanchou aquelas embalagens... Porque aqueles móveis, não podem ver água! Aí desmanchou!
De todo jeito foi prejuízo! Armário, mesmo, de cozinha, arrancaram o fundo do armário, jogaram no caminhão aí embaixo!(...) Chegemo aqui, botou os móvel aí! Quando botou os móvel aí, a gente olhava pros móvel assim, só via os móveis se desmanchando, aqueles móveis de aglomerado, que muita gente compra. Teve gente que trouxe novo, no plástico ainda, porque não vem aqueles tablete, não é? Pronto, teve gente que trouxe móvel ainda empacotado, e deixaram aí o pacote, que se desmanchou na chuva. Muita gente! Chegaram no corre-corre!

(ENTREVISTA COM JOSÉ O PEDREIRO EM 30/06/2013)

Pelo relato de José, entende-se que muita gente se preparou para morar nos novos apartamentos comprando móveis para equipá-lo. Eles chegaram ainda desarmados e com a embalagem de fábrica. Mas, a chuva os destruiu. Pode-se assim, imaginar a dor que foi sentida por essas pessoas. Não só pelo prejuízo material, mas pelo sonho que se desmanchou junto com os móveis. A fala de José soou como um

desabafo e como uma denúncia. Ele fez questão de me mostrar através de suas palavras que o discurso dos gestores públicos foi uma farsa. A dignidade prometida escorreu pelos bueiros das ruas de Boa Viagem, juntamente com as águas da chuva. Era, então, chegada a hora de colocar as coisas nos apartamentos. Cada um já sabia o número de seu bloco e de seu apartamento, era só procurar e entrar. A chave, eles tinham que pegar com o pessoal da construtora, que estava no escritório da obra. Mas, o que parecia simples, tornou-se mais um motivo de estresse para os moradores retirados, como conta José em seu depoimento:

Quando a gente chegou aqui, ela tinha dado os apartamento por ordem, mas só que não era por ordem, porque era impar e par, por causa da CELPE e da COMPESA. Chegou aqui, endoidou tudo. Tinha gente que estava morando naquele bloco 01, foi pro 02. Eu mesmo morava no bloco 2, mas eu ia morar no apto 07, aí endoidou tudo, tome procurar, procurar, achamos o 06 aí. Onde eu moro hoje, é o 06 [...]. Eu nem sabia onde é que estava, e as coisas na chuva aí, ó. Tome chuva e as coisas no meio da rua aí. A turma carregou televisão, outros perderam por causa da chuva, caiu água dentro, foi isso! O resto do dia foi enxugando, tentando recuperar alguma coisa. Os únicos que chegou com luz aqui foi eu e outro menino, porque a gente pegou o escritório da firma, mas o resto, ficou tudo no escuro. Entendeu agora? Quando no fim eu encontrei meu apartamento, ele estava ocupado! Tome chuva... Eu virei bicho! E o pessoal: “calma, calma.” “Calma não rapaz! Eu tô na rua com os meu negócio aí!” Perdi minha televisão, entendeu? O cabra já não tem, já é um batalhador pela vida, já não tem! Eu sei que foi um rolo medonho... Eu fui ali umas 10 vezes! “Onde é o meu, onde é o meu?” Disseram: “É aqui! É aqui!” “Se é aqui, então pronto, bota essa porra aqui!” Aí, ajuntei com tudo, com computador, com tudo dentro! Quando chego no quarto, tem uma mudança de outro, no quarto! Um rapaz que era serralheiro, já tinha mandado umas coisas dele antes. Estava dentro do quarto! “E agora? Vou botar minhas coisas aqui, e se o dono chegar e disser que sumiu o negócio dele?” Aí foi aquele rolo! “Vamos organizar!” Até o construtor da empresa de carregar as pessoas se meteu no meio, ficou brabo! Eu disse: “Você é o quê? É o senhor que é o dono da empresa? Pois pague meu negócio que tá se estragando ali! Você não é da empresa? Não disse que tá errado?” Aí eu sei que foi um rolo medonho...

(IDEM)

As circunstâncias da mudança também foram convenientes para a empresa construtora, que ainda não havia terminado totalmente os serviços. Ainda restavam alguns acabamentos a serem feitos dentro dos apartamentos. Mas, a antecipação da mudança fez com que esses detalhes ficassem em segundo plano.

Para Suzane, filha de Sandra, o problema não foi a identificação do apartamento, mas lidar com a falta de luz, porque a energia ainda não havia sido ligada. Inclusive,

esse fato quase se tornou uma tragédia, porque um dos moradores levou um choque elétrico ao subir em um poste, tentando ligar energia para o seu apartamento, enquanto a chuva caía e lhe encharcava a roupa e o corpo, como conta Suzane:

Como já era dado por número, e já tinha sido feito um sorteio, todo mundo já estava mais ou menos baseado em qual era o seu apartamento, então veio e... Inclusive não tinha energia ainda, aí quando a gente veio, ficamos no escuro, sem nada, a gente viemos com a cara e a coragem, aí fomos pegando algumas coisinhas...

(ENTREVISTA COM SUZANE EM 30/06/2013)

A essa altura, José ainda não havia resolvido o problema de seu apartamento, porque, no apartamento que lhe indicaram, já estavam coisas de outro morador. Ele conta como teve que resolver o problema:

A mulher parou tudo pra me atender, porque tinha que parar! Porque, senão parasse eu ia quebrar um bocadinho de coisa aqui! Eu disse: “Vou quebrar tudo aqui, se não disser onde é o meu, ou pra mim escolher! Vai perder tudo é? Já quebraram tudo meu lá!” Aí foi um rolo medonho! Eu sei que a mulher ficou até meio assim comigo... Eu disse a ela: “Dona, a senhora tá errada! A senhora disse que o povo ia invadir isso aqui, pra tirar a gente de lá! Eu morei lá 27 anos, lá ninguém invadiu terreno murado de ninguém! Quando a gente chegou lá, era maré. A maré passava na porta da minha casa, e o barco vinha aqui... A minha casa tinha uma cobertinha. Minha casa era mesmo ali, número 24! No pé do forte, era a casinha que eu tinha, de serralheiro. A gente conheceu isso aqui na maré! Pra passar no muro, passava abaixado por baixo do mangue! Hoje é uma cidade! É isso que vocês querem? Aí pega, e faz isso com a gente?”

(ENTREVISTA COM JOSÉ O PEDREIRO EM 30/06/2013)

José deixa claro no relato de suas memórias a nostalgia que sentia em relação à sua antiga casa e à sua antiga localidade. Ele reconstrói suas memórias expressando a saudade dos seus primeiros momentos no antigo local, suas lutas, sua casa, sua antiga oficina de serralheiro, e deixa transparecer a sua dor. Ele expressa seu desapontamento com o descaso da Prefeitura para com tudo aquilo que era a sua própria vida, tudo que foi construído com tanto esforço, ao longo de tanto tempo. Ele era um dos fundadores da localidade “Xuxa” e acompanhou todas as transformações pelas quais ela passou, até o dia em que deixou de existir. Para ele, também foi como uma morte, a morte do lugar de suas memórias. E o que mais lhe indignava, pelo que pude perceber em seu relato, foi a forma como tudo foi conduzido pela Prefeitura, que não considerou a dor das

perdas. Naquelas casas pequenas e mal construídas estavam gravadas memórias, valores afetivos ligados a toda uma vida construída e sustentada à custa de suor, de sangue, de fome, de dor, mas também de boas lembranças, de amores, de prazeres do corpo e da alma, que não podem ser varridos com a mesma facilidade que se varrem casas e ruas com tratores, encenações e discursos.

Aquele seu relato desconstruía toda a estratégia dos discursos proferidos pelos políticos poucos dias atrás, montados sobre o tema da dignidade e da inclusão daquela população, representada por eles como desprovida de valores, de bens, de amor pelo lugar onde moravam, de orgulho por todo o pouco que haviam conseguido à custa de muita luta e de décadas de sofrimento. Se por um lado estavam excluídos do acesso a bens de consumo considerados banais para outras camadas sociais, estavam incluídos na cidade por meio de suas relações afetivas, sociais, políticas e econômicas. Ao mesmo tempo em que a mudança os incluía, também os subtraía, privava, proibia e segregava.

É interessante também notar na fala de José, que ele se referiu às casas da localidade como propriedades privadas, no momento em que disse: “lá ninguém invadiu terreno murado de ninguém!”, não obstante estarem locadas em áreas de invasão. Ao mesmo tempo em que ele se sentia como pertencente à localidade, também se sentia proprietário de seu terreno e de sua casa, daí sua revolta com relação à forma como a Prefeitura tratou a população retirada, ou seja, como se não tivessem o sentimento de perda em relação ao que estavam deixando para trás.

José viu na entrevista e no meu trabalho uma oportunidade para denunciar o que considerava um descaso da prefeitura para com a sua comunidade. Mas, havia também uma questão pessoal. Ele me revelou também a sua revolta por não ter sido indenizado pelo seu depósito de ferramentas, que existia do outro lado da rua, em frente à sua casa, como relata em sua entrevista:

Ela disse que fazia parte da casa, que era na frente da minha casa! Em cima do quartinho, tinha uma caixa d'água. Ela disse: Isso aí faz parte da casa! Eu tô colocando uma casa na outra! Quer dizer, eu peguei os troços de lá e coloquei tudo dentro, aí dentro de casa! A bicicleta, régua, enxada, enxadeco, pé de cabra, marreta, martelo, balde, tudo! A gente que é pedreiro e pintor, tem que ter essas coisas, chave de cano, pedaço de cano véio, sifão véio... e o quartinho morreu! Tô com monte de coisa dentro de casa, a mulher querendo jogar fora, no mato, e não pode jogar! Aí, nesse caso, a gente ficou prejudicado! Se tivesse me dado alguma coisa do quarto lá, eu até ficava mais ou menos, mas não me deu nada! O dinheiro pra construir,

eu não gastei? Mas ela disse que fazia parte da casa! Só que tinha passagem da rua! Aqui, tinha duas vigas grandes em cima! A caixa d'água em cima do quarto, e a porta era independente, não era da casa, entendeu? Mas ela disse que era da casa! Tinha gente lá, que não tinha nada, nunca vendeu nada, ela indenizou! E o meu negócio, cheio de ferramenta, ela não indenizou!

(ENTREVISTA COM JOSÉ O PEDRIRO EM 04/09/2010)

José estava revoltado, porque viu outras pessoas serem indenizadas por pequenos barracos de madeira, em muitos casos mantidos apenas durante o processo de transferência para o novo residencial, uma vez que a cada casa, por menor que fosse, corresponderia um apartamento no residencial. Viu também, segundo seus relatos, estabelecimentos comerciais já sem atividade serem indenizados, enquanto o seu depósito não o foi. Ele aproveitou para me dizer tudo isso enquanto eu estava ao lado de Sandra, em 2010, nos jardins do residencial, pois, pelo que pude notar, ele guardou certo rancor em relação à Sandra, porque ela era a “embaixadora” da prefeitura dentro da comunidade, e poderia ter ajudado ele a conseguir a indenização desejada, mas não o fez. Portanto, seus relatos, sempre carregados com um tom de denúncia, têm relação com essa sua revolta.

A moradora Márcia também contou como foi a sua experiência de chegada na nova moradia. Suas memórias, reconstruídas pelos sentimentos contraditórios do presente, demonstram ao mesmo tempo a sua boa expectativa inicial e sua decepção atual em relação às promessas de melhoria de vida. A beleza e a organização de sua nova casa não são suficientes para apagar de vez a nostalgia em relação à sua antiga morada:

Ela levou a gente pra casinha, aí a gente dava os dados da gente aqui, e aqui ela dizia, levava a gente lá no apartamento pra gente vê como estava a situação, vê se estava alguma coisa com defeito, quebrado, alguma coisa... Até hoje, muita casa aí tá com defeito! Agora, aqui tá melhor do que lá, não é, em termos de moradia. Eu achei ruim porque minha casa era muito grande, não deu pra ficar nem meu filho.

(ENTREVISTA COM MÁRCIA EM 30/06/2013)

Os moradores, como a Sra. Márcia, que tinham casas de alvenaria se sentiram prejudicados em relação aos que moravam nas palafitas. Porque eles, como tinham terreno definido e casa bem construída, investiam constantemente na melhoria de suas casas. Quando um filho casava, a tendência era construir outra casa sobre a dos pais. Por essa razão havia várias casas com dois e até três pavimentos. Por sua vez os

moradores das palafitas, ao invés de aumentar suas casas, construíam outras ao lado das existentes dentro do mangue, utilizando estacas para coloca-las acima do nível das águas. O resultado é que, no novo residencial levaram vantagem, pois cada família pôde ficar com mais de um apartamento, um para os pais, outros para cada filho solteiro que tinha um quartinho separado, enquanto os que moravam em casas de alvenaria só receberam um apartamento, mesmo que a casa tivesse vários andares.

Como não tiveram opção de escolha, para a maioria deles, o que estava acontecendo era uma imposição e não uma doação de uma moradia para alguém que não tinha onde morar. Alguns deles que moravam nas piores condições, como é o caso dos que moravam em palafitas, embora tenham se sentido beneficiados por terem ido morar em apartamentos, também não viram a ação da prefeitura como uma doação, mas como uma troca, como indica a fala de Sandra neste trecho de sua entrevista: “[...] ela ganhou apartamento aqui, porque, no caso, ela tinha casa lá e era das filhas, que o marido deixou, e nunca deixou ela vender. Quer dizer, no caso não morava lá, mas foi beneficiada, porque ela tinha uma casa lá. Não é que a prefeitura que deu, a prefeitura trocou.” (ENTREVISTA COM SANDRA LÚCIA VIEIRA, EM 04/09/2010).

Para quem assistiu a cerimônia de inauguração do conjunto de prédios uma semana antes, o contraste foi total. Naquele dia, houve muita organização. Afinal, estariam lá os representantes das três instâncias do poder executivo do país, o Presidente da República, o Governador do Estado e o Prefeito da Capital, sem contar os ministros, deputados, senadores, vereadores e representantes das mais diversas instituições particulares e do governo. Houve até uma fila muito bem organizada para passar no detector de metais, para quem iria dividir com o presidente o mesmo espaço (ver figura 43 e 44).

Havia cobertas para o caso de cair alguma chuva, grades de proteção, separando o caminho por onde o presidente iria passar. Sem contar os carros de luxo que trouxeram a comitiva do presidente, do governador, do prefeito e das demais autoridades, que “decoravam” o estacionamento. Até o sol foi mais respeitoso naquele dia, não negando sua luz e seu calor para os que haviam sido convidados para a cerimônia.

A grande ironia está no fato de que, quem naquele dia de chuva, de lama e de dor, perdia os seus pertences, seus lugares de memória e suas relações sociais, no dia da

inauguração estava sendo chamado pelo nome pelas pessoas mais importantes do país e tirando fotos com eles em suas salas de visita. O belo cenário montado como fundo de palco para dar aos discursos um efeito de verdade, havia despencado juntamente com a dignidade dos moradores expulsos, exibindo, longe das lentes da imprensa, a face desnuda do poder. A estratégia montada para o dia da mudança havia funcionado de forma melhor que a prevista. Fechava-se, assim, um ciclo de lutas pelo direito a uma cultura, a uma organização social, a um lugar na cidade.

Quando estive no terreno da localidade “Deus nos Acuda”, um ano após a sua demolição, tirei muitas fotografias do local. Mas, uma das mais significativas, apresentada logo abaixo, foi a de uma boneca de pano abandonada no meio dos destroços, que resolvi colocar como marca d’água na capa desta dissertação. A boneca esquecida, suja e mutilada no meio dos destroços de “Deus nos Acuda” pode servir como uma metáfora para a dignidade daquela população, um dia exibida numa vitrine para encantar e seduzir os passantes, depois abandonada e mutilada num cenário que lembra o de uma guerra.

Figura 1: Imagem emblemática de boneca abandonada em meio aos destroços da localidade “Deus nos Acuda”



Fonte: Acervo do autor.

Mas todo fim também é um novo início, e aquele cenário não marcaria o fim da guerra, mas o início de uma nova batalha, pois novas lutas tomariam lugar no

“Residencial III Via Mangue”, desta vez não mais pelo direito a um lugar na cidade, mas pela reconstrução da identidade, da cultura e da organização social, desmanteladas juntamente com as casas e com as ruas das comunidades “Xuxa” e “Deus nos Acuda”, o que será discutido no capítulo que segue.

3.6.SAÍ PORQUE TINHA UM PROJETO DA COPA DE 2014, PRA

temidas e representadas pela sociedade que delas se distinguia como local insalubre, foco de doenças e moradia de ladrões e assassinos. A perseguição a esse tipo de moradia popular por parte das autoridades governamentais e de pessoas influentes da época culminou com a demolição, em 1893, do cortiço “Cabeça de Porco”, localizado próximo à região da Central do Brasil, fato comemorado pelos jornalistas da época.

A derrubada dos cortiços do centro da cidade pelo então prefeito Candido Barata Ribeiro com a justificativa de “higienizar” a cidade, empurrou mais ainda a população pobre para os morros, alagados e demais áreas sem valor imobiliário. Esse processo, segundo Zaluar e Alvito (2004), fazia parte dos esforços das oligarquias dominantes, no sentido de tornar o Rio de Janeiro uma cidade no nível dos padrões europeus.

O discurso médico europeu, que influenciava o pensamento social da época, servia, entre outras coisas, para justificar ações governamentais movidas também por interesses econômicos relacionados com valores das oligarquias dominantes. Com suas novas concepções científicas, desenhavam um novo olhar sobre a cidade. Os médicos, com suas teorias, localizavam a doença no meio ambiente, e seus discursos se propunham a “medicalizar” a cidade, influenciando e justificando as práticas e as políticas urbanas. Várias metáforas foram construídas, e a cidade passou a ser representada como um organismo vivo e comparada ao corpo humano. Assim, os planejadores urbanos passaram a ter a incumbência de detectar os “males” da cidade, para posteriormente erradicá-los através de “cirurgias radicais”, com o fim de extirpar os “cânceres urbanos” (COSTA, 2002).

Naquele momento histórico, o poder estava autorizado e justificado pelos discursos, que se baseavam no regime de verdade de então, a agir sem pudor nos processos de expulsão das comunidades pobres dos centros urbanos. As casas e cortiços eram derrubados e seus moradores, expulsos. Estas operações escandalosas repercutiam positivamente na imprensa da época, trazendo bons dividendos políticos a seus executores, que pouco se importavam em dar alternativas àqueles que sofriam com as intervenções.

Passadas poucas décadas dessas primeiras intervenções, os discursos sofreram deslocamentos e o termo “remoção” tornou-se naturalizado no Brasil. Na década de 1920, quando o Plano de Reforma Urbana, concebido pelo engenheiro Alfred Agache e batizado com seu nome, foi pensado a cidade deveria ser percebida como um organismo

vivo, e assim compartimentada em setores, que funcionariam como “órgãos” da cidade. Nesse plano, os discursos ainda se baseavam nas concepções civilizatórias higienistas, os quais consideravam os espaços populares como obstáculos. Os pobres deveriam, assim, serem “removidos” para construções coletivas localizadas fora do centro, próximas às zonas industriais (SILVA e BARBOSA, 2005).

Quase um século depois, quando da intervenção governamental nas comunidades “Xuxa” e “Deus nos Acuda” no Recife, ainda predominava nos discursos oficiais o termo “remoção” ou “retirada”. A dignidade dos moradores, a sua “inclusão social” e a preservação do meio ambiente serviam como justificativa para as intervenções. Esse discurso supostamente indicaria que houve um processo de humanização no trato com os pobres, uma maior sensibilização dos gestores públicos e da sociedade em relação a eles. No entanto, as análises das fontes indicam que o que houve foi uma sofisticação na forma de ação ou nos mecanismos do poder, neste caso, representado pelas ações de modernização da cidade empreendida pelo poder público. O poder se tornou mais eficiente e ao mesmo tempo menos escandaloso, a partir de uma aparência de conformidade com os direitos fundamentais das populações pobres.

Ao longo do tempo, após as grandes tragédias humanas ocorridas no século XX, surgiram organismos internacionais, e com eles novos regimes de verdade, obrigando os mecanismos de poder a se tornarem mais sofisticados para atingirem seus objetivos, mantendo uma aparência de conformidade com os direitos humanos fundamentais, dos quais o Brasil tornou-se signatário. O poder também adquiriu experiência com as diversas intervenções ocorridas, o que o levou a ser mais eficiente, porque não age mais com a força bruta, mas através de estratégias sofisticadas, que agregam forças sociais, culturais e políticas, manejo de populações através da manipulação de informações e moderna logística, sedução, promessas, e uma aparência de conformidade com as salvaguardas legais indicadas pela ONU (Organização das Nações Unidas), que deveriam ser observadas em casos de remoção inevitáveis (REDEDEMOCRÁTICA, 2014).

De acordo com a legislação internacional, as remoções só podem acontecer como um último recurso, quando todas as outras alternativas já foram esgotadas e apenas se as devidas salvaguardas legais estiverem implementadas. Reza o referido documento oficial que deve ser oferecida uma “oportunidade de consulta genuína

àqueles que serão afetados”, assim como um “aviso adequado e razoável, para todas as pessoas afetadas, da data agendada para a remoção e garantia das condições para que a remoção não traga prejuízo de espécie alguma para os afetados, indenizar adequadamente aqueles que preferirem compensação financeira; garantir que o morador vá melhorar ou, no mínimo, manter o seu padrão de vida atual e direito a assessoria jurídica.

No caso das comunidades em estudo, são muitos os indícios de que o que houve foi uma expulsão, como atestam os relatos dos moradores em suas entrevistas, já apresentadas e analisadas ao longo deste trabalho:

1-A população já havia sido ameaçada de expulsão muitas vezes sem sucesso, o que aparece no relato de Sandra em sua entrevista, em 24/09/2010: “Aquela localidade que a gente mora já foi indenizada três vezes: na época de Roberto Magalhães, na época de Jarbas, e o povo comia o dinheiro, e eles não faziam nada lá. Era só pra... A pessoa voltava e invadia novamente”. Portanto, já havia uma luta histórica do poder público com aquela população, o que contribuiu para a construção da própria identidade daquelas comunidades e agregou experiência estratégica ao poder público.

2-O projeto da Via Mangue já estava aprovado e contratado pela prefeitura, portanto a remoção não seria negociada, mas um fato a ser consumado. O caminho teria que ser aberto para ela. Era uma exigência da FIFA para as cidades que seriam sede da copa. Ao mesmo tempo, existia uma pressão econômica por parte da especulação imobiliária, que necessitava da obra para potencializar seus investimentos.

3-Não houve um agendamento para o dia da remoção, mas uma estratégia que incluiu boatos, encenações associados a uma eficiente logística. Houve muito prejuízo material e moral para a população, como evidencia José, o pedreiro, em seu relato:

Eles chegaram lá de repente, dizendo que o povo queria invadir aqui, e se a gente não se mudasse naquele dia, o povo ia invadir, não tinha como empatar, não sei o quê! Eu sei que o povo correu pra fazer a mudança.(...) Os flutuantes endoidaram: “É agora!” Aí começaram a carregar as mudança...

(ENTREVISTA COM JOSÉ O PEDREIRO EM 30/06/2013)

4-As garantias de não prejuízo foram parciais e falaciosas. Foram mais sedutoras que reais.

5-Muitos não se sentiram recompensados pelas perdas materiais (qualidade de moradia) e, mesmo os que consideraram que as condições de moradia melhoraram, se sentiram prejudicados nas relações e condições de trabalho e produção de renda, como se percebe no relato de Sandra:

... No meu caso, no meu: Você já imaginou se eu tivesse um cantinho? Ou seja, ficaria lá vendendo uma coisinha..., eu estava dentro, cuidando da casa, mas ela estava arrumando alguma coisa! Outra: pessoa que tem o mercadinho! Você imaginou um apartamento desse tamanho, aí você só tem a sala pra fazer o mercadinho? Só aquele pedacinho pra conviver com a família? E não foi isso que eles disseram! Disseram que eles iam construir um quiosque!

(ENTREVISTA DE SANDRA LUCIA VIEIRA EM 24/09/2010)

6-Muitos sentiram-se violentados na sua identidade, nas suas práticas e costumes tradicionais e na sua organização social, em função da nova tipologia de moradia imposta aos moradores, como demonstra Edvânia em seu relato:

Eu não gosto de morar atrepada! Eu estendo a roupa, o vizinho de cima bota a roupa pingando, zuada... Eu preferia morar numa casa! Eu morava numa palafita, mas eu preferia morar lá do que aqui. O ruim de lá é por causa dos ratos, as baratas, mas eu me sentia mais à vontade, não tinha tanto barulho.

(ENTREVISTA COM EDVÂNIA CÍCERA DA SILVA, EM 24/03/2012)

Enfim, não faltavam motivos econômicos, sociais e culturais para a remoção das localidades. Dessa forma, não houve uma consulta genuína à população, mas audições públicas que serviam muito mais para o pronunciamento de discursos justificativos, que para escutar a população. O fato é que as estratégias, nesse primeiro momento foram 100% eficientes e os objetivos básicos foram alcançados pelos planejadores. Isso caracteriza mais que uma “retirada” ou uma “remoção”, por ter sido uma ação forçada, prejudicial e traumática para a população, à qual não teve a devida assistência jurídica e social obrigatória nesses casos.

A entrevistada Sandra demonstra ter consciência do processo de expulsão a que foi submetida juntamente com toda a sua comunidade, conforme se pode observar em sua fala:

Não fez favor nenhum! Se não existisse um projeto pra passar ali, com certeza a “Xuxa”, até hoje, estaria lá! Porque, época de política, os políticos usam muito isso: Ah! Mas você vivia aí. Aí eu digo: eita! Saí, porque tinha um projeto da copa de 2014, pra enfeitar revista! (ENTREVISTA DE SANDRA LUCIA VIEIRA EM 24/09/2010)

Ela reconhece o benefício promovido pela prefeitura, mas, no fim, ela deixa claro que entende as verdadeiras razões para ela ter agido assim: não foi para beneficiar os moradores, mas para poder passar com a via, que iria beneficiar os proprietários de carros e os moradores do bairro nobre de Boa Viagem, visando à Copa de 2014. A cidade precisava ser embelezada para “enfeitar” as revistas.

As diversas fontes analisadas indicam que o processo de expulsão iniciado em 2010, quando da demolição das casas e estabelecimentos comerciais das comunidades em estudo, ainda se encontra em andamento, pois continua no novo residencial, de onde mais de 50% dos moradores já foi expulso pela especulação imobiliária, o que caracteriza nesta fase um processo de expulsão branca³⁴. É oportuno observar que a expulsão branca é uma manifestação do poder menos violenta, porém bem mais sofisticada. Também não está apenas vinculada à força do poder público, mas a toda uma rede de relações de poder que inclui diversos atores sociais, que congregam forças econômicas, políticas, sociais e culturais. Portanto, o processo de expulsão, que só reforça a segregação social e a elitização da cidade, se encontra, no momento desta pesquisa, em sua segunda fase.

³⁴ A “expulsão branca” denomina-se ao processo de deslocamento habitacional e territorial que incide em comunidades de baixa renda, pressionadas pela especulação imobiliária geralmente ocorrida em favelas, comunidades caiçaras, vilas de montanha, dentre outros núcleos de baixíssima densidade ocupacional presentes em diversas tipologias do território brasileiro. Disponível em: <http://danieloliveiracruz.wordpress.com/2009/07/28/avanco-da-especulacao-imobiliaria-a-chamada-expulsao-branca/> Acesso em 15/02/2014

CAPÍTULO 3

4- Reinventando a Via Mangue

A cidade é, na verdade, a grande moradia dos homens, ponto de encontro e desencontro dos seus sonhos e dos seus desejos, cenário principal dos tempos modernos. O Recife tem sua singularidade, experiências históricas próprias, que lhe dão uma identidade, que o fazem diferente. Mas, tem também hábitos e comportamentos que a caracterizam como uma cidade moderna, com suas dificuldades e contradições sociais. A história deve ser analisada nessa dimensão da multiplicidade e a cidade se alimenta dessa capacidade de invenção cotidiana, em muitos aspectos imprevisível, dos seus habitantes.

(REZENDE A.P., 2002)

Neste terceiro capítulo, analiso os discursos dos moradores do Residencial III Via Mangue, com a finalidade de entender como estratégias governamentais foram enfrentadas pelos moradores expulsos das localidades “Xuxa” e “Deus nos Acuda”, através de múltiplas, imprevisíveis e diferenciadas táticas, dentro de uma relação de forças, que movimenta, cria e recria a cidade do Recife, como afirma o historiador Antônio Paulo Rezende no parágrafo colocado como epígrafe deste subitem.

Esses discursos, muitas vezes emitidos não apenas pela linguagem falada, mas principalmente pelas práticas, passam uma mensagem de conhecimentos e saberes próprios das camadas populares, que se reconhecem como poder, na medida em que se contrapõem a outros grupos, portadores de outros interesses no quadro das relações sociais, reafirmando o seu direito à cidadania, assim como a uma cultura e a uma organização social próprias (MONTENEGRO, 2013-A).

O objetivo destas análises, no entanto, não é descobrir as causas ou as consequências do fato histórico, mas estudar as relações entre os fatos, os acontecimentos e as experiências, que são revividos a partir do ponto de vista do presente, na medida em que são relatados. Estes relatos, ainda que individuais, se alinham de forma inseparável com as memórias coletivas e refletem situações vividas por muitos outros indivíduos de uma mesma época, de um mesmo grupo social e passam a se refletir mutuamente (MONTENEGRO, 2010). Estes relatos, se vistos isoladamente, nada significam, mas adquirem significado histórico quando associados a

redes e práticas e quando passam a ser analisadas as relações que mantém entre si (IDEM).

Neste terceiro capítulo, portanto, problematizarei de que forma cada um dos entrevistados vê que suas vidas foram impactadas pela expulsão do bairro de Boa Viagem, para melhor ou para pior, e de que formas individuais e próprias cada um tornou habitável a nova moradia ou viável as novas circunstâncias econômicas e culturais a que foram submetidos, ou seja, nas palavras de Certeau (1994), através de quais “microresistências” fundaram suas “microliberdades”, mobilizaram recursos insuspeitos e deslocaram as fronteiras da dominação dos poderes que atuava sobre eles.

No próximo subitem passarei a apresentar e a analisar algumas das entrevistas realizadas, através das quais buscarei, como afirma Montenegro (2010, p.147), “recuperar as práticas ordinárias e, portanto, quase invisíveis, que normalmente não deixam vestígios escritos, mas apenas traços de memória”. Através destes relatos de memória, observei que tais práticas não são do tipo padronizadas, mas são relacionadas com questões individuais, e se ligam inseparavelmente à história de vida de cada morador, na sua singular participação no quadro social da cidade, embora dentro de uma cultura e uma economia comum a todos do seu grupo. Devido a isso, as análises serão feitas por entrevistas individuais, e não por grupos de assuntos comuns a vários entrevistados, embora, em alguns casos, possam coincidir a temática ou a prática discutida.

Ao longo da narrativa deste capítulo, à medida que apresento os personagens que serão analisados, detalharei também de que forma me aproximei de cada um, de que forma os encontrei pela primeira vez, como se sucederam minhas ações como pesquisador, na medida em que realizava entrevistas e observações de campo. Esta estratégia narrativa tem a finalidade de colocar o leitor no cenário pesquisado, através de que também poderá me ver como um elemento que interfere na realidade pesquisada, também produzindo sentidos diante de uma determinada situação de pesquisa. Dessa forma, deixarei transparecer meus dilemas, minhas dúvidas, meus medos, minhas conquistas e derrotas enquanto pesquisador, consciente de que naquele cenário eu também participei na construção da dimensão social a partir de minha mera presença no campo de pesquisa.

- 4.1. *DEUS MANDOU LHE DIZER[...] QUE VOCÊ SE PREPARE PARA SE ENCONTRAR COM SUA MÃE: A saga de Sandra Lucia Vieira, a líder comunitária da Localidade*

(CHICO BUARQUE, 1971)

A poesia do compositor brasileiro Chico Buarque, de 1971, é muito representativa do drama vivido pela classe trabalhadora naquele período da história do Brasil. Seu enredo retrata a morte por suicídio de um trabalhador da construção civil, que antes de executar seu plano fatal, se despede dos seus familiares, consciente de que aquele seria o último dia que desfrutaria do amor e do convívio de sua família, uma vez que já havia decidido dar cabo a sua própria vida. Os motivos dessa decisão macabra e trágica não aparecem na trama. No entanto, pela forma afetuosa como se despediu de cada um de seus familiares e que viveu aquele seu último dia, tudo indica que a causa não era nenhum problema de relacionamento familiar. Também, pela forma como dançou e gargalhou antes de se jogar do patamar construído por ele mesmo no topo da construção, após ter se embriagado, como uma forma de se anestesiarem, e de se deixar cair como quem flutua no ar, parecia estar de bem com a sua própria consciência.

Seu último ato enquanto ser vivente foi uma forma de sacralizar aquela atitude condenável, desnaturalizando-a, pois que tinha algo de altruísmo, de doação. Ele construiu para si uma espécie de altar, onde se colocaria como um breve monumento antes de se imolar como num ato de auto sacrifício. O verso “morreu na contramão atrapalhando o sábado” faz uma referência ao sacrifício de Jesus Cristo, que segundo a crença cristã não foi propriamente assassinado, mas se entregou à morte como uma oferenda em prol da humanidade. E isso aconteceu numa sexta-feira, para que o sábado, dia de recolhimento e dedicação a Deus na religião judaica, não fosse atrapalhado pela sua morte, prejuízo que o nosso personagem não se incomodou em causar a quem passava no passeio público naquele meio feriado.

Em 1971, época em que a poesia foi escrita, o Brasil era governado por uma ditadura militar. Imperavam os interesses de setores econômicos dominantes, capitaneados pelas ações do Estado. O autoritarismo exercia um amplo controle sobre as camadas populares, enfraquecendo as bases das organizações sindicais estruturadas por e a partir do Estado populista. Esse período é marcado pela destruição de muitas comunidades pobres, contra quem crescia o preconceito social, e pela expansão imobiliária possibilitada pelo acelerado crescimento econômico, conhecido como “O Milagre Brasileiro”. A política “remocionista” provocou drásticas e trágicas mudanças na vida de milhares de trabalhadores pobres (SILVA e BARBOSA, 2005). O nosso

personagem, possivelmente, transformou a construção, símbolo de sua opressão, em um altar, no qual desenvolveria um ritual de auto-sacrifício, não sem antes deixar registrado o seu amor pela família.

Quais seriam então os paralelos que poderíamos traçar entre o drama do pedreiro suicida e o de Sandra Lúcia Vieira, falecida exatamente quarenta anos após a publicação da composição de Chico Buarque? Sandra era a matriarca de uma das principais famílias da localidade “Xuxa”, da qual ela também era líder, a qual foi expulsa de seu território na beira do mangue, para dar lugar à construção da Via Mangue. Sandra tinha marido, com quem foi casada por 25 anos, e quatro filhos, dois homens e duas mulheres. Mas, também era considerada como uma espécie de mãe por grande parte dos moradores da localidade. Mas, ela também era filha, sua mãe morreu quando ela ainda era criança, tendo sido criada por uma vizinha a qual passou a chamar de mãe. Alimentava, porém o desejo de um dia poder reencontrar sua mãe biológica numa possível vida após a morte. Este desejo e esta esperança, possivelmente, lhe serviram de alento nos momentos mais difíceis de sua vida, em que sentiu falta de um colo para deitar e de uma voz para lhe dizer que tudo iria terminar bem.

Sandra era considerada pela imprensa de Recife como a “moradora símbolo” da localidade da “Xuxa”³⁵. Talvez porque era líder comunitária e representava o grupo de moradores junto à Prefeitura, era como uma ponte de ligação entre sua comunidade e o poder político da época. Essa forma como era representada lhe conferiu o “direito” de receber das mãos do ex-presidente Lula as chaves do seu apartamento no Residencial III Via Mangue. Eu também a considero como um símbolo da localidade, mas por outras razões. A astúcia, a criatividade, a intuição e a capacidade de superação se cruzavam e inventavam a vida de Sandra, assim como da própria localidade. As duas histórias se confundem, amalgamadas pelos estigmas da pobreza e dos preconceitos sociais. Desta forma, sua história de vida singular se inter cruzava com a da própria localidade, representando a vida de tantos outros indivíduos de seu tempo e de seu lugar social.

Sandra exercia a sua liderança na localidade Xuxa por pura vocação política. Na prática, era também como uma assistente social em tempo integral. É certo que a sua

³⁵ Disponível em

<http://jc3.uol.com.br/blogs/blogjamildo/canais/noticias/2010/05/07/moradora_simbolo_do_via_mangue_3_nunca_votou_em_lula__70331.php> Acesso: 01 jan. 2013

liderança sobre os moradores e suas relações próximas com os políticos e com o poder público, sempre interessados no seu poder formador de opinião, dava a ela um status privilegiado na comunidade. Ela tinha plena consciência de sua importância estratégica no jogo das relações entre o poder público e aquelas localidades, e sabia também tirar algum proveito disso, como ficará claro mais adiante nas análises de suas entrevistas.

A localidade “Xuxa” emergiu no cenário da cidade do Recife mais ou menos na mesma época do nascimento de Sandra, por volta da passagem da década de 1960 para 1970. Tanto Sandra quanto a localidade “Xuxa” desapareceram do cenário da cidade no início da década de 2010, em consequência, direta ou indireta, da expulsão da população para um novo conjunto de prédios. A “morte” da localidade se deu por conta do esfacelamento de sua organização social e pelo seu afastamento em relação ao bairro de Boa Viagem. A de Sandra, por atropelamento, numa noite de domingo, dia das mães de 2011, quando ia para a igreja com seu filho.

O vínculo de Sandra com a localidade “Xuxa” passava pela territorialidade, pelos costumes, pelas tradições, pelas identidades e pelas origens históricas comuns. Tudo isso foi impactado pela mudança forçada da população para o local determinado pelos planejadores da Via Mangue. Nesse novo lugar, surgiu nova territorialidade, novos costumes, nova organização social e espacial, assim como uma nova identidade.

As marcas da pobreza e do abandono eram como estigmas comuns tanto a Sandra quanto à comunidade que ela liderava, as quais partilharam também do mesmo destino trágico. Tudo foi muito de repente, e nenhuma delas teve tempo nem condições para resistir às forças que contra elas investiram. A morte de Sandra foi uma metáfora para o que ocorrera com a localidade que ela liderava, atropelada pela cidade, que passava barulhenta, apressada, esfumaçante e sem pudores, pisando em tudo o que insistia em se atravessar em seu caminho. Tinha que se expandir, para dar passagem aos moradores de outros bairros e aos turistas, os quais, diferentemente dela, que se deslocava a pé ou de bicicleta, precisavam de espaço para circular com seus carros e motos, cada vez mais preocupados em ganhar tempo, pois “tempo é dinheiro”, e esta é uma lógica da cidade.

Ao conhecer a história de Sandra, seus costumes, suas tradições, sua cultura, suas táticas e suas práticas, o leitor terá oportunidade de entrar em contato com a história da própria localidade e do próprio tempo, que são objeto de estudo desta

pesquisa. A narração e análise de histórias de vida são, portanto, parte da metodologia adotada neste trabalho. Como já foi dito, é através de histórias individuais, que será possível ter uma ideia a respeito da história coletiva, pois as individualidades carregam em si muitos traços comuns ao tempo, ao lugar e às tradições e condições socioculturais onde se desenvolveram.

Diante da complexidade da organização social das comunidades em estudo, não é possível uma análise da localidade como um ente único, homogêneo, autossuficiente, mas apenas de indivíduos, cada um com sua própria história de vida, com suas próprias representações e sua forma de inventar um cotidiano que surge como resultado de uma teia de relações plurais. Desta forma, não apenas a vida de Sandra, mas a de alguns dos entrevistados selecionados será contada e analisada neste capítulo, onde serão discutidas as práticas “microbianas” que burlam as regras postas por aqueles que têm o controle sobre o território onde se desenvolve a nova história das populações expulsas das margens dos mangues. Em suas falas, Sandra também dá dicas que revelam práticas de muitos daqueles que compartilhavam com ela das mesmas representações, da mesma condição social, da mesma cultura e dos mesmos estigmas, os da pobreza.

A última vez que vi Sandra foi em 2010, quando percorri, na sua companhia, o residencial para onde ela havia sido expulsa com a família havia alguns meses. Ela me apresentava às pessoas que eu iria entrevistar, e acompanhava todo o processo da pesquisa que eu realizava: as observações, as fotografias, as conversas com os moradores. Ela era o meu “passaporte”, meu “visto de entrada”, tanto na antiga localidade, enquanto ela existia, quanto no novo assentamento, ainda bastante encoberto pela névoa do estigma de “lugar perigoso”, onde as pessoas de fora não ficavam à vontade para penetrar sem o apoio de um morador conhecido. Estes eram territórios segregados daqueles em que eu, tradicional morador dos bairros mais ricos da cidade, estava acostumado a circular. Afinal, a linguagem da estigmatização cria áreas indesejadas, inquietantes e incômodas na cidade que são considerados maus lugares. A língua cria, assim, fronteiras, identificando, nomeando, qualificando e classificando os espaços (PESAVENTO, 1999).

No início da pesquisa, Sandra era apenas fonte e meio para o meu acesso aos recônditos das memórias da população. Após a sua morte, que aconteceu no transcorrer da pesquisa, ela tomou outra dimensão. A partir dos relatos de seus familiares, passei a

compreender, então, a sua importância como personagem daquela história que eu queria contar. Foi aí que ela passou de fonte a objeto de minha pesquisa.

Sandra era ao, mesmo tempo, mãe e filha da localidade. Nasceu em 1965, da família, ela era uma das filhas mais novas. Em busca de conhecer mais sobre a história de vida de Sandra, procurei Suzane, sua filha, para lhe perguntar o que ela sabia sobre seus avós. Eu conheci Suzane em 2010, quando fui entrevistar Sandra em seu novo apartamento. Ela era a filha solteira que ainda morava com a mãe e o pai. Na época, conversamos sobre os seus estudos. Ela tinha cerca de 20 anos, mas ainda estava na oitava série do primeiro grau, porque havia abandonado o projeto de estudar. Ela me disse que próximo à nova moradia havia uma escola, e ela iria retomar os estudos.

Desta vez, encontrei Suzane numa situação bem diferente. Ela estava morando com uma tia, em outro apartamento no Residencial III Via Mangue. Quando entrei na pequena sala, ela estava embalando seu filho recém-nascido no braço, indo e voltando entre a cozinha e a sala, cujas paredes ainda estavam sem acabamento, da forma como a prefeitura havia entregado. Ela ficou em pé, cuidando das mamadeiras que estavam sendo esquentadas no fogo, mas me ofereceu uma cadeira de balanço para eu sentar, enquanto gravava a sua entrevista. Sempre muito simpática e demonstrando prazer em relatar suas memórias sobre a sua mãe, ela começou a falar:

Sei apenas que minha avó era evangélica e meu avô jogava baralho e era viciado. Minha avó morreu muito cedo, e essa senhora se tornou como a mãe dela, tipo uma mãe postiça, de consideração[...]. [...]Então ela foi praticamente criada por uma senhora que tem, de lá da Ilha, que a gente chamava de vó e tudo, que é Irmã Zilda o nome dela. Ela é dessas crentes bem de Deus mesmo. Essa mulher é costureira e, dizem que ela estava costurando, e quando minha mãe botou o pé na porta da casa dela... , e ela ia fazer uma roupa para o domingo que seria exatamente sete dias após o dia que ela tinha falecido, a festa seria nessa data, sete dias após a data que ela faleceu, que era da campanha da igreja, quando ela botou o pé na porta, aí a senhora disse a ela: “Era com você mesma que eu queria falar, Deus mandou lhe dizer, e eu não sei dizer o dia nem a hora, porque só quem sabe é Deus, que você se prepare para se encontrar com sua mãe. Porque ela dizia desde pequena que servia a Deus com o intuito de se encontrar um dia com a minha avó.

(ENTREVISTA DE SUZANE, FILHA DE SANDRA, EM 30/06/2013)

O relato de Suzane nos indica que Sandra pertencia a uma família bem típica das localidades pobres do Recife daquele tempo. Seu pai era viciado em jogos, em álcool e em drogas, e sua mãe era evangélica. A dura condição social daquelas famílias, na maioria das vezes, levava seus responsáveis a encontrarem duas rotas de fuga: os vícios ou a religião. Os homens tendiam a optar pela primeira, e as mulheres pela segunda. Como a fuga das mazelas da pobreza através dos vícios das drogas e do álcool levava muitos homens à incapacitação para o trabalho e para a liderança da família, as mulheres terminavam por tomar as rédeas da situação, fazendo com que aquelas sociedades se tornassem predominantemente matriarcais.

Ela falou pouco sobre as origens de sua família, preferindo passar logo a falar dos acontecimentos mais recentes, relacionados com a morte de sua mãe. Ela constrói uma narrativa baseada em suas crenças religiosas e fala de sua avó postíça e de sua mãe como pessoas muito religiosas, cheias de dons espirituais. Sua avó, segundo seu relato, que era costureira e todos os anos confeccionava a roupa de Sandra para a “Semana de Evangelização” foi capaz de predizer a morte de Sandra uma semana antes de acontecer, falando como “portadora” da mensagem de Deus. Ela a alertou e mandou-a se preparar para realizar seu tão sonhado desejo de encontrar a sua mãe biológica no mundo espiritual. Pode-se observar como a religião, no caso, a cristã, fazia parte do dia-a-dia das pessoas pobres daquela localidade. A condição de “pessoa de Deus”, mais comum entre as mulheres daquele setor da sociedade, impunha respeito e valor diante da comunidade.

Sandra era respeitada também por ser uma pessoa “de fé” e por ser evangelizadora. A religião permeava, dessa forma, as relações de poder, servindo como fonte de energia para a luta, uma vez que, segundo a crença popular, Deus está sempre do lado dos mais fracos e dos injustiçados, garantindo a vitória contra todas as expectativas contrárias (MONTENEGRO, 2013-A). Ela era o que as estatísticas oficiais chamam de “chefe de família”. Em seus depoimentos, Sandra sempre deixava clara a sua descrença em relação aos homens, falo agora no sentido genérico, isto é, em relação à humanidade, afirmando sempre, no sentido contrário, sua esperança nas promessas religiosas. No entanto, paradoxalmente, foi numa de suas idas diárias à igreja que ela sofreu um acidente e morreu, num domingo, dia das mães de 2011.

As memórias sobre a vida e a morte de Sandra foram reconstruídas por seus familiares, que são evangélicos, de acordo com as representações religiosas e místicas que orientavam suas vidas. Dessa forma, ela passa a ser representada como pertencente a um plano onde as ações divinas se associam às humanas para construir um mito, com o que procuram preencher o vazio que a sua morte deixou nas suas vidas, e porque não dizer, na vida de muitos dos ex-moradores das localidades extintas.

Na reconstrução das memórias de Suzane sobre sua mãe, a morte acidental de Sandra perde o sentido de uma tragédia para se tornar uma benção divina, a realização de um sonho de sua mãe, o reencontro dela com sua mãe biológica, em pleno dia das mães. De acordo com os relatos dos seus familiares sobre aqueles dias que antecederam a morte da Sandra, ela acreditava ou também sentia intuitivamente que aquilo estava para acontecer, como deixou transparecer para seu filho Júnior. Ele estava pilotando a bicicleta, levando sua mãe na garupa, quando o acidente aconteceu.

Eu só conheci Júnior um dia antes da entrevista que ele me concedeu. Conversando com Plínio, o cabeleireiro da comunidade, eu perguntava se ele sabia detalhes sobre a morte de Sandra. Ele me disse: “quer saber tudo como aconteceu realmente? Procure conversar com Júnior, o filho dela, que estava com ela na bicicleta quando ela morreu. Ele vai lhe contar tudo em detalhes sobre o acidente.”

Ele realmente conhecia Júnior, pois posteriormente descobri nele as qualidades de um excelente narrador, capaz de reconstruir suas lembranças com grande riqueza de detalhes e de dramaticidade. Procurei Júnior, e o encontrei a caminho do campo de futebol que há no lado de fora dos muros do conjunto de prédios. É um enorme campo de areia na margem da avenida que separa o bairro da Imbiribeira do de Boa Viagem, a qual tem um canal no meio, que se conecta com o mangue exatamente no lugar onde existia a comunidade da “Xuxa”. Ele era um rapaz jovem, de vinte e poucos anos, de cor clara, como a de Sandra, magro e de aparência amistosa. Apresentei-me a ele, e fui explicando, enquanto caminhávamos apressados para o local do jogo, qual era o motivo de minha apresentação. Eu não o conhecia, pois não coincidiu de encontrá-lo nos dias que estive com Sandra.

Ele me escutou um pouco calado, e explicou que não poderia me atender naquele momento, pois era o responsável pela organização do jogo, o qual já estava pra começar. Ele disse que era treinador de jovens que desejavam se tornar jogadores

profissionais. Assim, tinha responsabilidades a cumprir naquele momento. Mas, disse que eu poderia voltar no dia seguinte, logo cedo pela manhã, que ele me contaria tudo sobre o dia do acidente.

Voltei pra casa achando que a tarde havia sido proveitosa, mas na expectativa do dia seguinte. Será que ele estaria mesmo em casa? Iria mesmo me receber e falar tudo o que eu precisava saber sobre a morte de Sandra? A ansiedade também faz parte da experiência de pesquisador. Quem pesquisa, principalmente utilizando a metodologia de história oral, tem que desenvolver a persistência, tem que ser ou se tornar comunicativo, tem que acreditar que, por mais difícil que pareçam as condições, tudo dará certo no final. Porque colher os dados necessários à pesquisa é sempre uma aventura à parte. Exige estratégia, planejamento, mas também muita tática, muita astúcia, para saber aproveitar as ocasiões e oportunidades quando elas aparecem.

Eu havia entrevistado Suzane, a sua irmã, no dia anterior, que me havia falado muita coisa a respeito de suas memórias sobre aquele último dia com a sua mãe. Mas o relato de Júnior seria fundamental, pois ele estava com Sandra na hora da sua morte, e por muito pouco não morreu junto com ela.

Cheguei à casa de Júnior no dia seguinte, na hora marcada, e para minha alegria ele estava lá, juntamente com sua jovem esposa, seu primo e Puppy, seu papagaio de estimação. Era o mesmo apartamento que havia pertencido a Sandra. Ele havia vendido o seu apartamento, que era no primeiro andar e comprado o apartamento que foi de Sandra a uma terceira pessoa, para quem seu pai o havia vendido após a morte dela. A venda de apartamentos é uma das principais “trampolinagens” dos moradores como tática de sobrevivência, pois a venda era proibida pelas regras da prefeitura.

Bom dia, jovem, disse eu cumprimentando-o. Oh, abençoado, entra aí! Disse ele. Este é meu primo, minha esposa... Tudo branquinho, não é? É, sua mãe era branca, não era? Respondi. Todos descendentes de alguma família branca.

Interessante a forma como apresentou sua família, com certo orgulho por serem todos de pele branca. A questão é que, nas comunidades pobres do Recife, quase todos são de cor escura. O fato de ser branco é algo estranho naquele grupo, de forma que ele chamou logo a atenção para o fato, provavelmente por achar que eu também estranharia o fato de serem brancos. Foi uma forma de descontrair para iniciar a conversa. Ele iniciou contando-me sobre as peripécias do papagaio Puppy, a forma como ele o

obedecia, e como ele desafiava a autoridade de sua esposa, com quem disputava as atenções do dono da casa, seu dono predileto. O papagaio tinha inteligência e interagia com seus donos como se fosse um cachorrinho. Logo em seguida começou a fazer um detalhado relato de suas memórias sobre aquele dia fatídico, do qual destaco o trecho abaixo:

Eu cheguei pra ela, e a mãe dela é costureira, aí eu disse: “Mainha, me dê o seu pano, pra eu fazer um fardamento”. Aí ela disse: “Meu filho, não precisa você fazer farda não, porque não vai chegar até lá não”. E eu disse: “Mas, mainha, que é isso?” Aí, voltando ao dia anterior, que era sábado, eu fui fazer a feira com ela, no Iguacu, aqui no Ipsep, é um supermercado. A gente trabalhava numa empresa que o cartão só aceitava lá, porque em outros cantos eles tiravam 5%, e lá não. Aí a gente foi fazer a feira, aí ela chegou pra mim e disse: “Olhe, meu filho, se acontecer qualquer coisa comigo essa semana...” Quer dizer que ela já sabia que ia acontecer... [...] “Se acontecer qualquer coisa essa semana comigo, eu vou lhe dar o número da minha senha, do meu cartão, porque tem dinheiro do seu irmão lá, pra ele não ficar sem esse dinheiro”. Aí eu disse: “Mas mainha, deixe de coisa!” Ela novinha, tudo mais... Ela disse: “Vá, meu filho, tome!” Então eu peguei e coloquei atrás da capa do celular.

(ENTREVISTA DE JÚNIOR, FILHO DE SANDRA, EM 01/07/2013)

No seu relato, Júnior procura mostrar que sua mãe já sabia que algo iria lhe acontecer dentro de poucos dias. No seu relato, Sandra aparece organizando as coisas em casa já prevendo que não continuaria exercendo suas práticas e funções dali para frente. Entregou o cartão do banco e a senha, para ele tomar conta de um dinheiro que pertencia ao seu irmão. Assim, ele também constrói uma narrativa que o coloca numa posição de confiança da mãe. E, assim como sua irmã Suzane, opta por significar a morte de sua mãe como um desígnio de Deus, não como um acidente. É como se sua mãe tivesse sido “arreatada” para o céu, o que lhe aliviava a dor da perda, ao mesmo tempo em que conferia um lugar privilegiado à sua mãe no mundo espiritual. Ela passava, assim, na construção de suas memórias, a um status de mito e continuava emitindo força e energia para seus familiares, como fazia quando estava entre eles.

No dia de sua morte, Sandra já havia dito em casa que queria ir para a igreja à noite, se encontrar “em espírito” com sua mãe biológica. Apesar de todo o amor que havia recebido de sua mãe de criação, nunca se esquecia da mulher que a gerou. E aquele era o dia ideal para lhe render uma homenagem. No entanto, ela não sabia que

seus filhos, em segredo, também estavam lhe preparando uma homenagem em comemoração ao seu dia. Aquele era o primeiro dia das mães no novo apartamento e todos sabiam o quanto deviam a ela por estarem ali, por isso, a data merecia uma comemoração especial.

Sandra, antes que todos de sua casa, acordou naquela manhã como se soubesse ser a última de sua vida. Estava com uma energia diferente, mais disposta e alegre que de costume. Ela sabia que no dia das mães não lhe deixariam fazer nada. Era o seu dia de “rainha”, e ela adorava aquilo! Não lavava sequer um prato, porque ninguém deixava. Tinham ido dormir tarde na noite anterior.

Naquela noite foi difícil pregar o olho e relaxar. Mas, não era nada de ruim, muito pelo contrário! As cabeças estavam cheias de ideias, e ansiosas para colocá-las em prática. Suas duas filhas haviam combinado fazer-lhe uma surpresa, e seus dois filhos, sob o comando das irmãs, estavam dispostos a fazerem o que fosse preciso para que tudo desse certo. Mas, Sandra também estava agitada! Fora dormir tarde orando, ajoelhada e debruçada sobre a cama. Mas, certamente foram orações de agradecimento pela sua família, pela nova vida, pelo emprego, pelo novo apartamento, pelo domingo que viria com o raiar do sol.

Ela resolveu, então, quebrar a tradição e viver aquele dia de forma diferente. Seria ela quem iria servir a todos! Acordou cedo para preparar o café, para que quando todos acordassem tudo já estivesse pronto. Esquentou água, fritou ovos, torrou os pães, dando o máximo de si. Com o movimento na cozinha, por mais cuidadosa que ela tivesse sido, terminaram todos acordando mais cedo, dado o tamanho do apartamento.

Era dia de decisão do Campeonato Pernambucano de Futebol, e o Santa Cruz iria enfrentar o Sport às quatro da tarde. Esse parecia mais um fato banal, para quem não gosta de futebol, mas depois se via que ele foi se somar a tantos outros, os quais sozinhos nada significariam, no entanto, o conjunto de tantas banalidades somadas e sincronizadas foi determinante para a conclusão daquele dia.

E a manhã se passou entre conversas e brincadeiras, Sandra era muito bem humorada e espirituosa. Mãe por excelência, ela se sentia mãe de toda a localidade da Xuxa. Nunca tinha sido eleita líder comunitária, até mesmo porque não havia eleição para isso. Ela era porque era, uma líder nata. Preocupava-se com os que estavam

doentes; se alguém morria, era ela quem ia atrás dos políticos para conseguir o dinheiro para o funeral, e sempre conseguia. A casa dela era o apoio para os vizinhos de todas as idades, como nos conta seu filho mais novo, Júnior:

Aí, também, era todo dia os meninos aqui, saíam do campo: “Dona Sandra, tem água?” E ela tinha que dar, porque ninguém vai negar um copo de água! Aí, meu irmão botou um negócio aqui, de videogame (no apartamento ao lado), o apartamento de meu irmão ele vendeu, foi-se embora! Hoje é de um rapaz deficiente. Aí ele tinha máquina de jogos. Os meninos jogavam o dia todinho, aí, qualquer coisa: “Dona Sandra, tem água?” Ao invés de pedir a ele, que era dono do negócio, não, vinha aqui: “Dona Sandra, dá um pouquinho d’água!” Aí, como ela era muito brincalhona, aí ela apegou e foi pro outro apartamento. Mas, os meninos ainda ficavam no portão lá de cima: “Dona Sandra, arruma uma garrafa de água aí” Ela: “Mas, vocês não têm jeito, rapaz!” Ela era muito brincalhona!

(ENTREVISTA DE JÚNIOR, FILHO DE SANDRA, em 01/07/2013)

Na sua fala, Júnior se refere ao seu irmão mais velho. Ele tinha um apartamento ao lado do de Sandra, o qual transformou em uma casa de jogos eletrônicos. Depois o vendeu e foi morar em outro local. Ele lançava mão, assim, de algumas táticas que passaram a existir no conjunto de prédios, a mudança do uso residencial para o de prestação de serviços e, finalmente, a venda de apartamentos entregues pela prefeitura. Com o dinheiro da venda, ele comprou outra casa para morar e colocou outro negócio para ser sua fonte de renda.

Os apartamentos foram adquirindo um bom valor de mercado, o que levava seus proprietários a considerarem a possibilidade de venda como oportunidade para uma mudança de vida. Seu irmão mais velho estava desempregado quando se mudou da “Xuxa” para o novo conjunto de prédios. Passou, então a morar com sua mãe e transformou o seu apartamento em um negócio. O fato de possuir um barraco atrás do de sua mãe na antiga comunidade lhe deu direito a um apartamento. Portanto, o que os gestores públicos chamavam de “moradia digna” foi transformado em oportunidade de investimento e geração de renda pela criatividade dos usuários. Seu irmão, dessa forma, descobriu uma forma para mudar de vida e ascender da pobreza extrema para uma situação mais confortável, mas não como os planejadores haviam previsto.

No almoço, foi a maior algazarra. Sandra, diferentemente do que era costume no dia das mães, também tinha feito questão de fazer o almoço. Era mais um

comportamento atípico para aquele dia, o que chamava a atenção de todos, como contou Suzane, a sua filha mais nova:

[...] “todos os dias das mães era a gente que fazia café, a gente fazia almoço. Nesse dia ela disse que ela não queria, naquele dia ela queria fazer. Deus já tinha revelado a ela já, mainha era crente desde pequena, Deus já tinha revelado a ela já.”[...] (ENTREVISTA DE SUZANE, FILHA DE SANDRA, EM 30/06/2013)

Ela brincava com todo mundo e dizia que naquele dia ela estava muito feliz. A essa altura os presentes já haviam sido entregues. Ganhou uma sapatilha da futura nora, noiva de Júnior, hoje sua esposa, que fez questão de estar lá logo cedo para passar o dia com a futura sogra. Júnior contou que ela calçou a sapatilha e ficou andando “pra cima e pra baixo com as sapatilhas nos pés”.

Logo após o almoço, aproveitando que todos estavam reunidos, ela fez um pedido estranho, para o seu padrão de comportamento, como conta Suzane:

No dia mesmo das mães, ela na sala assim, ó, todo mundo almoçando, aí ela pegou e... Ela odiava foto, mainha não gostava de tirar fotos, nunca batia fotos, só se fosse um caso assim de extrema mesmo, era só com o pessoal da Prefeitura, que pedia pra tirar uma foto com ela, porque assim em casa ela, pessoalmente, ela não gostava.(...) Aí quando foi no dia do almoço, todo mundo estava lá e ela pediu pra tirar uma foto. Aí eu disse: “pronto, mãe, lá vai a senhora com essas coisas de novo!” Aí ela foi e disse: “e tu quer que eu vire semente é?” Aí ela disse: “Vem, vem bater uma foto todo mundo!”, pra você vê, e ela não gostava de foto, “eu quero que este dia fique bem marcado!”, ela disse mesmo assim! Aí depois todo mundo começou a rir, porque meu irmão, ele é “banguelo”, e ele ficou brincando, aí ela foi e disse assim: “Eita, agora tá todo mundo sorrindo, em breve vai estar todo mundo aqui neste mesmo canto chorando...” Só que esse breve foi muito breve!(...)

(ENTREVISTA DE SUZANE, FILHA DE SANDRA, EM 30/06/2013)

Sandra não gostava de tirar fotos, e segundo Suzane ela só tirava com o “pessoal da prefeitura”, quando queriam tirar uma foto com ela. Sandra era uma líder comunitária, figura disputada por candidatos ao governo, principalmente no âmbito municipal. Não eram apenas candidatos majoritários que queriam o seu apoio político, mas também candidatos a deputado estadual e a vereadores. Mas, ela também gravou entrevistas para a campanha de Dilma para presidente, o que lhe custou a perda de antigos vínculos com políticos de oposição, segundo ela mesma me contou.

Na época de campanhas, todos queriam tirar fotos com ela. Isso elevava o seu status e o seu poder dentro da comunidade. Isso também dava a ela certo poder de barganha junto aos gestores eleitos, de quem conseguia alguns favores e privilégios. A localização de seu apartamento pode ter sido um deles. Além de ser térreo, que eram os mais valorizados, pois eram utilizados taticamente pelos moradores para a prática do comércio, ficava na parte mais extrema do conjunto, ao lado do muro que dava para a rua. Ela não tinha vizinhos em frente ao seu apartamento, apenas ao lado e em cima, o que era, naquele contexto, uma vantagem. Júnior, que terminou ficando com aquele apartamento, me contou que havia recebido uma boa oferta de compra por parte de um comerciante de fora do conjunto, que planeja transformar o apartamento em um bar, derrubando parte do muro e abrindo-o diretamente para a rua. Uma ousada forma de “trampolinagem”.

Destaco mais um trecho da entrevista de Suzane, em que ela continua relatando a sua estranheza em relação ao comportamento atípico de Sandra, naquele dia das mães:

A gente já tinha almoçado, a gente ficou enrolando ela, dizendo a ela que a gente ia pra igreja, porque, como ela tinha perdido a mãe dela há muitos anos, né, era de costume ela ir para a igreja. Só que a gente tinha enganado ela, a gente queria que ela ficasse arrumada, porque a gente ia fazer uma homenagem pra ela. A gente já tinha contratado carro de som, eu estava até com o papel aqui escondido, que era pra dizer pra ela. A gente ia homenagear ela, né, a gente estava enganando ela, e o homem que se atrasou, foi passando o tempo, passando o tempo, e a hora se passando, e ela querendo ir pra igreja, porque ia ter muita gente.

(ENTREVISTA DE SUZANE, FILHA DE SANDRA, EM 30/06/2013)

Não era um dia das mães comum. Não apenas pelo comportamento atípico de Sandra, mas também porque seus filhos nunca haviam preparado uma homenagem tão especial como aquela para o dia das mães. Seria uma homenagem pública, com carro de mensagens³⁶, o que provocaria na própria comunidade uma impressão especial a respeito de Sandra. Porque teriam resignificado o dia das mães daquela maneira?

³⁶ Há ainda hoje em Recife, entre as camadas mais populares, o costume de contratar um “carro de mensagens” para se prestar homenagens públicas a pessoas que são consideradas especiais pela família ou por amigos. São carros enfeitados com adesivos alegres e de mensagem amorosa, com alto falantes no

Era o primeiro dia das mães após a mudança para o Residencial III Via Mangue. Apesar dos impactos da mudança de endereço, o que trouxe alguns transtornos para muitos moradores, a família de Sandra tinha muito o que comemorar. Eles eram do grupo dos moradores dos “flutuantes”, isto é, das casas construídas sobre palafitas, onde as condições de moradia eram mais precárias. Foram dois anos de tortura para eles aqueles últimos vividos na comunidade, quando haviam vendido uma casa de alvenaria em outra comunidade, para construir barracos de madeira sobre palafitas no retorno à “Xuxa”. Dessa forma, eles tinham muito o que comemorar.

Cada barraco tinha correspondido a um apartamento no novo conjunto, portanto, a família tornou-se proprietária de três apartamentos no Residencial III Via Mangue. Desta forma, o patrimônio da família havia crescido muitas vezes. Àquela altura, um dos apartamentos já havia sido vendido, e eles estavam administrando o valor recebido como pagamento. O irmão mais velho de Júnior, que estava desempregado na antiga comunidade, já estava investindo o dinheiro em um negócio próprio e estava produzindo renda. E, ainda, Sandra e Júnior estavam empregados em um colégio da rede municipal, como prestadores de serviço terceirizados, empregos que devem ter recebido como uma forma de “gratidão” por parte da prefeitura pela colaboração de Sandra durante todo o processo de expulsão e reassentamento dos moradores no novo endereço, além das colaborações nas campanhas eleitorais. Sua participação como mediadora nas negociações foi fundamental para o atingimento dos objetivos da prefeitura. Ela agiu taticamente em relação aos seus interesses, mas foi um elemento de estratégia para a prefeitura. Tudo isso, fez aquele ano ser especial para a família de Sandra, que era a principal responsável pelo bom êxito também para a família. Eis o motivo de sua homenagem especial.

Já havia chegado o crepúsculo! Sandra já tinha colocado a sua melhor roupa, estava com a bíblia na mão, pronta para ir ao encontro de sua mãe, já apressando seu filho Júnior para levá-la à igreja na bicicleta, como fazia todos os dias. Suzane já estava com o papel onde estava escrita a mensagem que seria lida no microfone do carro de som contratado, na frente do Residencial. Tudo estava combinado, o encontro seria na entrada, assim os moradores dos outros apartamentos poderiam se reunir e participar da

homenagem. O carro de mensagens estava marcado para as 18h30min. Mas, o tempo foi passando, e desenhando novas circunstâncias. O carro não chegava. Já eram 18h35min, e nada! O ambiente foi ficando tenso, porque a homenagem seria antes da ida dela para a igreja, como conta Júnior:

E cadê o carro de som? Marcou pras seis e meia, e cadê o carro? Aí quase sei e trinta e cinco, e ela arretada aqui, arrumada: “bora, meu filho, bora, meu filho!” Eu escondi a bicicleta, a minha, porque eu nunca tinha pegado a do meu pai, vê que negócio! Nunca andei com a do meu pai, nunca andei com ela no bagageiro, sempre com ela no quadro. Aí um colega meu, aqui de cima pediu a bicicleta emprestada, e eu digo: “vou dar mesmo, porque não vou pra canto nenhum...” Dei, e ela ficou no meu pé, correndo atrás de mim; “Juninho, bora, e tal...” Aí, quando era seis e quarenta, certinho, aí eu disse pra minha irmã, Renata, a galega: “Diz ao pessoal que eu vou levar ela pra igreja, quando der nove horas em pontinho eu volto, agora quando o carro de mensagem chegar, diga a ele que foi adiado, porque ele chegou atrasado, e ele venha de nove horas em pontinho.” E aí, ele, como tinha errado, ele tinha que voltar de novo, né? Ela disse: “Tá certo!”. Peguei a bicicleta do meu pai e disse: “Mainha, minha bicicleta está emprestada”, isso eram seis e quarenta em pontinho. E ela me dizendo: Se acontecer alguma coisa, e tal...” Eu até parei, olhei pra cara dela assim e falei: “Mas mainha...”

(ENTREVISTA DE JÚNIOR, FILHO DE SANDRA, EM 01/07/2013)

Júnior, então, saiu com ela na garupa da bicicleta. Ela de vestido, sentada de lado, uma mão na cintura de Júnior, a outra segurando a bíblia junto ao peito. Partia enfim para o “grande encontro”. A essa altura, o Santa Cruz já tinha vencido o Sport³⁷ por 2 x 0, e o Campeonato Estadual estava decidido. O Santa Cruz era o campeão pernambucano de 2011! A cidade estava agitada pelas comemorações, os carros passavam buzinando e fazendo a maior algazarra. O jogo tinha acabado fazia pouco tempo, e era o assunto principal das conversas entre os homens naquele exato momento! Havia muita rivalidade entre os torcedores, e os vencedores não perdiam a oportunidade de caçoar dos perdedores. Afinal, esse é um dos grandes prazeres proporcionados pelo futebol!

³⁷ Santa Cruz e Sport são dois dos principais times do Estado de Pernambuco, com sedes em Recife. As torcidas dos dois times somam, provavelmente, mais de dois terços do total de torcedores do estado.

Júnior, então, tomou a direção da saída, se encaminhou como sempre fazia para a avenida onde tinha um canal, o qual é fronteira entre a Imbiribeira e Boa Viagem. Uma vez na avenida, Júnior se preparava para atravessá-la e pegar a pequena ponte de pedestres que liga os bairros, mas avistou um ônibus que vinha ao longe e resolveu esperar, como ele mesmo conta:

Eu me lembro, quando o ônibus vinha de lá, o da Borborema, ele vinha fazendo ziguezague, e eu via que tinha uma pessoa na parada que deu com a mão, pedindo parada. Só que ela deu com a mão, e eu tô no canto de cá, e ele na faixa do lado de lá. Ele teria que vir pela direita que é o canto do ônibus certo, e eu estava no canto de cá, e eu normal, ele estava do outro lado, eu no cantinho, assim, eu vinha pelo canteiro.[...] Eu tenho certeza que ele queria dar um susto, botar e voltar... Quando ele foi e voltou, não deu. Pegou a parte da perna dela aqui.[...] Eu fiquei com a cabeça em cima do meio fio, e não bateu, e ela bateu com a cabeça no meio fio. Bateu atrás, na nuca. A única coisa que ela disse foi: “Juninho”, só isso!

(IDEM)

Sandra estava morta! Foi grande o alvoroço entre os moradores! A notícia logo chegou e todos correram para ver o acidente. Contam que o motorista vinha distraído, brincando com o cobrador e conversando sobre o resultado do jogo que havia sido encerrado há pouco. Júnior ficou ali, ao lado do corpo de sua mãe, sem conseguir tocá-lo, esperando a ambulância do SAMU:

[...]Do jeito que ficou ali, quando o SAMU chegou, foi só pra botar uma coisa em cima, já estava morta! Botaram fogo no ônibus, o ônibus ficou do corpo dela, vamos dizer: ela estava aí onde o senhor tá e o ônibus estava aqui (a cerca de 2m). O pessoal meteram fogo, e o óleo descendo pra o lado dela assim, o fogo vinha pra cima dela assim, e o vento levava de volta, não pegou de jeito nenhum nela! Uma coisa que eu mesmo, depois, fui parar pra analisar: “Mas, Senhor! Porque, ela indo para a tua casa, te servir, te adorar...” Mas quem sou eu pra julgar ele?

(IDEM)

A comunidade ficou revoltada e perseguiu o motorista que tentou fugir. Ele foi preso e ferido escapando por pouco de um linchamento, graças à chegada rápida da polícia. Mas o ônibus foi incendiado pelos revoltados. O acidente virou notícia na TV local, e Sandra tornou-se manchete nos jornais locais pela última vez.

O relato de Júnior termina, mais uma vez, reforçando a imagem de Sandra como uma espécie de mártir cristã. Ele faz referência até a uma espécie de milagre que aconteceu, pois, segundo ele, o fogo colocado no ônibus, que estava muito próximo ao corpo de Sandra, não a atingiu. “Soprou um vento na hora, que afastou o fogo para longe do seu corpo”, de maneira que ele permaneceu intacto, como na história bíblica contada pelo profeta Daniel, em que três servos de Deus foram jogados numa fornalha ardente, mas um anjo os protegeu e eles não foram queimados. Segundo Júnior, seu corpo não sofreu deformidades com a queda, pois a pancada que ela levou na cabeça foi apenas suficiente para lhe colher a vida, não deixando marcas nem sangramentos.

Assim como o pedreiro suicida da poesia de Chico Buarque que abriu este subitem, Sandra viveu num tempo em que as parcelas mais pobres da população do Recife moradoras de palafitas estavam desarticuladas politicamente e fragilizadas por anos de sofrimento. Apesar de sua condição privilegiada, ela também assistiu ao sofrimento de muitos de seus companheiros de comunidade, que tiveram as estruturas sociais desmanteladas em decorrência da mudança de endereço. A desarticulação da organização social da antiga comunidade também inviabilizou a sua atividade de líder comunitária.

Talvez isso justifique o fato de, aos 45 anos, ela ter aceitado a ideia do fim de sua vida como um fato natural e previsível, quando a média de vida para a sua geração girava em torno de 70 anos. Apesar de sonhar com o seu novo apartamento, enquanto estava na localidade e de comemorar a sua mudança, pode ser que, em consequência da realização do seu sonho, de forma inconsciente, ela tivesse perdido o sentido maior de sua existência, como acontece com uma árvore já adulta, que é arrancada de um terreno e plantada em outro, suas possibilidades de sobrevivência são mínimas.

Diferentemente do pedreiro da canção de Chico Buarque, ela não cometeu um suicídio, mas sua morte teve, para seus familiares, o sentido sagrado de uma imolação. Sua crença de que tudo estava terminado, de que sua missão já havia sido concluída, lhe permitia voltar os olhos para o tão sonhado encontro com a sua mãe já falecida.

Possivelmente, a perturbação causada nos seus filhos pelas suas premonições, em especial em Júnior, o piloto da bicicleta, a intensa emoção do desejo de seus familiares de lhe prestarem uma homenagem e a tensão causada pelos imprevistos, que impediam que os fatos fluíssem como desejados, represando tantos sentimentos e tantas emoções; todos esses fatores somados a acasos indesejados, como a distração do motorista do ônibus, convergiram para criar as condições que levaram ao acidente fatal.

A vida de Sandra estava vinculada à da comunidade que ela liderava, a qual havia sido extinta com a expulsão dos moradores e a demolição das casas e estabelecimentos comerciais. O que de fato acontecia é que ela, como todos os outros moradores das palafitas, não suportavam mais as condições degradantes, convivendo com a lama, com ratos, baratas, com o lixo e a falta de infraestrutura do lugar. Mas, ela, em seu íntimo, não queria se desvincular da localidade, muito menos assistir à sua extinção. Tanto que foi uma das últimas a abandonar o terreno, quase expulsa pelas mesmas máquinas que demoliram o seu barraco. Sentada numa pedra, debaixo de chuva, ela ficou horas assistindo à demolição de sua casa e de sua localidade, tijolo por tijolo, tábuas por tábuas.

Assim como o pedreiro da poesia, ela também passou seu último dia na companhia alegre de seus familiares, teve oportunidade de dar e receber todo afeto que era possível se dar em apenas um dia. Também beijou o seu marido, como se fosse o último, e cada filho seu, como se fosse o único, comeu, sorriu, dançou, tirou fotografias.

Sentou pra descansar como se fosse sábado
Comeu feijão com arroz como se fosse um príncipe
Bebeu e soluçou como se fosse um naufrago
Dançou e gargalhou como se ouvisse música
E tropeçou no céu como se fosse um bêbado
E flutuou no ar como se fosse um pássaro
E se acabou no chão feito um pacote flácido
Agonizou no meio do passeio público
Morreu na contramão atrapalhando o tráfego.³⁸

³⁸ Poesia “Construção”, de autoria de Chico Buarque, 1971.

4.2. *LÁ PASSAVA FOME QUEM QUERIA: Entrevista com Sandra Lúcia Vieira*

No dia em que entrevistei Sandra pela primeira vez, em setembro de 2010, era um sábado pela manhã, dia 04. Sandra tinha então 45 anos, estava em casa com seu marido, que tinha 47 anos, sua filha, de 21 anos e seu filho, de 25. Estava também, brincando na sala, o seu neto, de aproximadamente 6 anos, filho de seu filho mais velho, separado da esposa e morando naquela ocasião na casa da mãe. O neto só passava lá os finais de semana. Ela recebeu a mim com muita presteza. Parou seus afazeres, me convidou para sentar no sofá da pequena sala, cujas paredes ainda estavam sem reboco, como haviam sido entregues pela construtora. Era um apartamento de 38m² que, segundo ela, a prefeitura havia “trocado” pelo seu barraco de madeira.

Em relação à sua casa anterior, que eu havia visitado cerca de um ano antes, lá na localidade “Xuxa”, o salto qualitativo era enorme, sem termos de comparação! Esta tinha chão firme, de cimento, e não “balançava” quando a gente andava; não estava no ar aquele cheiro de esgoto característico do lugar onde morara. Os meus sentidos estavam bem mais confortáveis e a autoestima de Sandra mais elevada, pois a casa é uma extensão da própria subjetividade. Ela estava bem mais à vontade para me receber, e se dispôs a responder umas perguntas.

Na época da expulsão para o Residencial, Sandra dividia o espaço da localidade “Xuxa” com outras 151 famílias. Na entrada da “Xuxa”, à margem da Rua Maria Carolina, Sandra tinha uma pequena lanchonete, também construída com restos de tábuas de construção. A localização de seu estabelecimento comercial ajudou durante muito tempo na produção de renda de sua família, pois por estar à margem da rua asfaltada, atendia também ao público passante, que não morava na localidade. Ela trabalhava até altas horas da noite, aproveitando o movimento noturno do “bairro que nunca dorme”, como relatou em sua entrevista: “Lá eu tinha uma barraquinha; eu vendia hambúrguer, cachorro quente; eu vendia guaraná do Amazonas. Então sempre eu tinha meu dinheirinho.” Com a demolição da comunidade, Sandra recebeu uma indenização pelo seu ponto comercial, além de um apartamento no Residencial III Via Mangue.

Na época em que funcionava a sua lanchonete, Sandra teve problemas com bandidos que começaram a se aproveitar da “boa localização” do estabelecimento para

usá-lo como ponto de apoio para realização de assaltos. Eles ficavam escondidos, espreitando o movimento de pessoas e de automóveis na rua para promover emboscadas. A localidade, como descrito no Capítulo 1, era um espaço cuja configuração e localização facilitavam ações táticas de moradores que optavam pelas atividades ilícitas, como a prática de assaltos ou o tráfico de drogas.

Esse fato atraiu a polícia, que passou a importunar Sandra, para que ela “entregasse” o nome dos bandidos que se utilizavam de seu estabelecimento. Isso desanimou Sandra, que terminou por fechar sua movimentada lanchonete, como ela relata em seu depoimento:

Eu tinha uma barraquinha logo assim na frente, eu tive que fechar aquela barraquinha! Eles se escondiam atrás da barraca que quando o carro virava naquela curva ali, eles com uma doze, com pistola! Eu ficava com medo, porque toda queixa que chegava na delegacia de Boa Viagem aqui, estava aquela barraquinha! A pessoa saía dali e sempre eu tinha que dizer alguma coisa! Uma vez o delegado ficou com raiva de mim: “irmã, você já sabe quem é! Porque a senhora não denuncia esse povo?”.

“Primeiro, que eu nem sou policia, não ganho pra isso nem estudei pra isso, não tenho arma, nem tenho proteção! Minha proteção é Deus! O senhor é delegado, porque estudou! O senhor decidiu ser, o senhor ganha pra isso, não é? E eu não!” Se eu for chegar aqui e dedurar alguém... E aqui eu lhe dedurei, chega lá seus próprios policia vai passar lá dentro que fui eu quem denunciei! Aí, morro eu, o meu marido, meus filhos. E o cabra com doze, treze, quatorze, quinze anos, passa três meses na DPCA³⁹, com três meses livrou não é verdade? Sou de ver, ouvir... aprendi a ver, ouvir e deixar! Gosto de todo mundo, me dou com todo mundo tenho nada contra com nenhum! Quem vai dizer que endereço que transforma é Jesus! Porque, se políciamelhorasse o mundo, não estava essa tristeza toda!”.

(ENTREVISTA DE SANDRA LUCIA VIEIRA em 24/09/2010)

Pelo depoimento de Sandra, pode-se perceber a sua astúcia na forma de lidar com a questão da criminalidade presente na localidade que ela liderava. Estrategicamente, ela permanecia isenta de envolvimento com os casos investigados pela polícia. Possivelmente, ela sabia quem estava utilizando seu estabelecimento como base para a prática de crimes. No entanto, ela também sabia que, se delatasse os criminosos, correriam risco de vida, ela e seus familiares. Uma das razões para o seu silêncio foi também a sua descrença na polícia como instituição capaz de resolver o

³⁹ Delegacia de Polícia da Criança e do Adolescente

problema da criminalidade, como expressa em seu depoimento. Portanto, era melhor ficar calada. A solução que encontrou foi o fechamento de seu estabelecimento.

Mas, a proximidade com o rico bairro de Boa Viagem sempre lhe proporcionava um meio de gerar renda. Ela prestava serviços de faxina nos inúmeros apartamentos da vizinhança, cujos moradores iam até a entrada da localidade para chamá-la sempre que precisavam de seus serviços. Quando faltava trabalho nos apartamentos, ela saía para recolher latinhas de alumínio para vender por quilo no armazém de reciclagem, que ficava próximo: “Lá? Coisa muito fácil! você tá ali na frente, chegava uma pessoa: tá precisando de uma pessoa pra fazer uma diária! O carro parava ali na frente, a gente ia... Tá precisando de uma pessoa pra fazer uma faxina...”, relatou Sandra em sua entrevista. Além do trabalho, a proximidade com o bairro residencial facilitava o acesso de doadores particulares e de instituições religiosas: “Lá, a gente tinha muita gente que ajudava, assim: lá passava o pessoal da padaria, que dava pão pra pessoas mais necessitadas. Tinha a igreja bem pertinho, que dava cesta básica, o pessoal dali daqueles prédio!”

Ela falava dos tempos da localidade com um sentimento conflituoso: ao mesmo tempo em que dava graças a Deus por estar morando no novo apartamento, se ressentia dos prejuízos causados pela mudança no que diz respeito à economia familiar, como diz em sua entrevista: “Mas realmente ele melhorou muito! Pra quem vivia naquela condição sub-humana que a gente vivia ali, e hoje tá aqui, não é verdade? Foi um presente de Deus!”. A localidade, no que diz respeito à moradia era para ela um tormento, no entanto uma solução em termos de subsistência para a família. E este não é um sentimento apenas dela, mas se mostrou recorrente em muitas das entrevistas.

Seu marido e filho, enquanto moravam na localidade, também ajudavam a compor a renda familiar, prestando serviços de pintura de paredes, eles eram sempre procurados por donos de empresas, de consultórios, pelos porteiros dos prédios, a mandado de seus patrões. Portanto, de uma forma ou de outra, a proximidade com o bairro de Boa Viagem era uma garantia de “barriga cheia”, como ela relatou várias vezes em suas entrevistas.

Sua casa, a despeito de ela ser a representante da localidade junto à prefeitura e a políticos que a tinham como “cabo eleitoral” nas épocas de campanha, era uma das mais precárias, do tipo “flutuante”. Era uma das últimas casas localizadas ao fundo do

terreno, de maneira que para chegar até ela era necessário caminhar muitos metros à beira de um canal e também sobre uma passarela de madeira flutuante.

Sandra sentia falta da segurança que encontrava na localidade, como fica claro na sua fala:

“Ali você saia a qualquer hora. Não tinha medo de nada, nada, nada... Primeiro porque o pessoal já conhecia, né? O pessoal da localidade, duas horas três horas da manhã, a gente vinha da praia, de farmácia, de tudo! Aqui, quem passa? Até pra você vim da igreja, de dez horas, o pessoal tem medo, não tem iluminação! De noite isso aqui é um deserto, Paulo, que parece que isso aqui é um presídio.” [...]Aqui é pobre roubando pobre! O povo vai pro Carrefour, tem um parado na bicicleta dentro do túnel pra tomar o dinheirinho que você levou. É pobre roubando pobre, e lá você não via isso! Você não vê dentro da localidade! Você vê que a polícia estava direto ali dentro! A polícia não ia atrás de quem rouba pobre, vai? Não vai! Porque pobre roubou pobre! Tinha polícia ali dentro direto, porque realmente eles roubavam, principalmente ali, dentro Ilha! Tem aquela parte que ficou... veio um pedaço pra cá e ainda ficou outra lá.

(IDEM)

Como se pode perceber na fala de Sandra, a localidade também representava para seus moradores um fator de segurança. Todos se conheciam e se sentiam seguros não só dentro daquele espaço como em todo o seu entorno. Como ela mesma disse em um de seus depoimentos: “lá, pobre não roubava pobre!” Do discurso de Sandra entende-se que a mudança para o residencial quebrou a organização social da localidade, a qual garantia um bom nível de segurança para os seus moradores. Agora eles se sentem vítimas da violência de pessoas estranhas ao residencial, que não os conhecem, nem os respeitam, como acontecia no bairro de Boa Viagem. Lá o outro era o morador do bairro de Boa Viagem, que ela representa como os “ricos”, que não os ameaçavam com esse tipo de violência, muito pelo contrário, enquanto na nova circunstância o outro é o “pobre” que pratica assaltos na região, inclusive contra outros “pobres”, agora moradores do residencial.

Chamou-me a atenção ela ter comparado o novo residencial a um presídio. De fato, o muro que cerca o residencial, a disposição dos prédios enfileirados, a vigilância exercida pelos órgãos da prefeitura sobre os moradores, tudo realmente lembra um presídio. Mas, o interessante é que ela comparou o residencial a um presídio exatamente pelo contrário, pela falta de segurança. Isso mostra o quanto segregado da cidade continuou a ser aquele território. Isolado dela por um alto muro, que parecia existir mais

para proteger a cidade de seus moradores, que para dar segurança a eles, como relata Sandra em sua entrevista. Os moradores estavam como que presos e vigiados em um território dominado pelo poder público, porém se sentiam desprotegidos.

Na sua entrevista, Sandra relatou a dificuldade que sua família encontrou para obter renda após a mudança para o novo residencial. Ela se refere ao fato de a mudança, embora para um local relativamente próximo ao que eles moravam, ter quebrado o vínculo que tinham com o bairro de Boa Viagem, onde conseguiam com facilidade prestar serviços a seus moradores. Ela disse que os moradores remanescentes na localidade “Deus nos Acuda” ainda absorveram a demanda de serviços e esqueceram que os que se mudaram existem, os quais ficaram com a renda desfalcada, como ela continua explicando:

Eu não faço nada! Depois que eu vim pra cá, parece que caiu uma pedra, assim! Parece que botaram a gente no sertão! E, ainda assim, como continua um pedaço da localidade lá, geralmente ninguém se preocupa com o que veio, porque quem precisa por lá, tem o mesmo povo, tem a mesma localidade. Tinha um consultório pra pintar, mandava outro porteiro ir lá... aparece um apartamento... uma coisa assim... Já existia um vínculo entre os povo dos prédio e da localidade. E a localidade saiu... [...] Ali tinha até como você catar latinha! E aqui é muito ruim, falta muita coisa. Por uma parte é assim, porque falta muita coisa. Lá tinha orelhão, tinha tudo... Ali passava fome quem queria! Quem tinha vontade de passar fome. Eu catei tanta latinha na minha vida! Lá eu tinha uma barraquinha; eu vendia hambúrguer, cachorro quente; eu vendia guaraná do Amazonas. Então sempre eu tinha meu dinheirinho. Aqui eu vou vender a quem? Como? Você entendeu?

(ENTREVISTA DE SANDRA LUCIA VIEIRA EM 24/09/2010)

Apesar da relativa proximidade entre o local onde existia a comunidade “Xuxa” e o novo conjunto de prédios, cerca de 3 quilômetros, isto foi o suficiente para quebrar os vínculos da comunidade com o bairro de Boa Viagem. Principalmente, como relata Sandra, porque uma parte da comunidade “Deus nos Acuda” ainda permaneceu no local, à espera da entrega das outras etapas do projeto, e, dessa forma, eles passaram a absorver a “freguesia” dos moradores expulsos, que agora sentem dificuldades para obter renda.

Perguntada a respeito da junção das duas localidades, “Xuxa” e “Deus nos Acuda” num mesmo residencial, ela faz uma comparação entre as pessoas das duas localidades, revelando a existência de identidades distintas:

Nunca me incomodou! Primeiro porque, assim: Em uma certa parte, o pessoal é muito melhor de que certas que moram por aqui. De conviver eles são bem melhor! Eles são umas pessoa mais carentes, umas pessoas mais prestativas entendeu? Combina, Entendeu? A maioria daqui não! A maioria tem seu trabalho, sua renda, sua família, vivia uma vida mais estabilizada. Depois que veio pra aqui, a maioria tem o rei na barriga, enricaram!

(IDEM)

Sandra evidencia aqui um fenômeno que aconteceu com muitas pessoas que se mudaram para o novo conjunto de prédios. Eles redefiniram suas identidades e não se identificam mais com os ex-moradores das localidades. Sandra os representou como tendo “um rei na barriga”. Estes são alguns que vieram da localidade “Xuxa”, que segundo Sandra, gozavam de uma melhor condição social que os de “Deus nos Acuda”, que segundo ela, “são mais carentes”.

Perguntei a Sandra se ela achou que o projeto do residencial atendia às necessidades dos moradores, ao que ela respondeu com algumas críticas:

Você tá vendo mosca aqui? Eu ficava procurando..., procurando..., Meu Deus! Ela tá tratando peixe aqui, em cima? Você vê, tanto espaço...Vá lá pra fora...! Leva um balde! Mas aqui atrás? O apartamento todinho fica aquela catinga! Não tem modo de conviver! Quando você vai falar, aí diz assim: “Tu manda na tua casa!” Você entendeu? É muito difícil conviver assim...Não tem um espaço pra colocar as carroças, não tem um espaço pra cada um continuar uma vida como vivia. Porque, veja, é, existe muita gente... No meu caso, no meu: Você já imaginou se eu tivesse um cantinho? Ou seja, ficaria lá vendendo uma coisinha..., eu estava dentro, cuidando da casa, mas ela estava arrumando alguma coisa! Outra: pessoa que tem o mercadinho! Você imaginou um apartamento desse tamanho, aí você só tem a sala pra fazer o mercadinho? Só aquele pedacinho pra conviver com a família? E não foi isso que eles disseram! Disseram que eles iam construir um quiosque!

(IDEM)

Com a expulsão para o novo residencial, os moradores ficaram sem local adequado para continuarem com suas práticas tradicionais. Em sua fala, Sandra se refere

a uma vizinha que vendia peixe frito na praia. Por não ter outro local, ela passou a tratar os peixes na calçada da frente do apartamento, incomodando os outros moradores, com o cheiro do peixe e com as moscas que eram atraídas por ele. A situação passou a criar conflitos entre os próprios moradores.

Outro “uso não autorizado” que os moradores praticam no novo local de moradia é com relação às carroças que usam para vender alimentos e bebidas na praia. Por não terem um local adequado para guardá-las, eles as estacionam nos corredores dos prédios desenhados para ser apenas passagem de pedestres, como se pode ver nas fotografias abaixo. Desta forma, eles redesenham o projeto, transformando, conforme Certeau (1994), lugar em espaço, dando usos próprios para os lugares projetados. Sandra também reclama da falta de um setor para exercer o comércio e os serviços, o que na localidade fazia parte de sua estrutura social (ver figuras 45 e 46).

Devido à falta de um local adequado para a prática dessas atividades, os moradores desenvolveram outra tática muito comum no residencial, que é utilizar os apartamentos térreos para a prática do comércio, não obstante a proibição e a fiscalização por parte da prefeitura. Observa-se que práticas que eram comuns nas localidades extintas continuam a serem executadas no conjunto de prédios, apesar das proibições da prefeitura, como é o caso do aluguel de imóveis, a prática do comércio e a rejeição ao pagamento de taxas de serviços (ver figuras 47 e 48).

A prefeitura, após a implantação do projeto, percebeu, a partir das reclamações e reivindicações dos moradores, a necessidade da prática do comércio dentro do conjunto. Lá, quase todas as casas tinham como fonte de renda extra, no mínimo, um pequeno comércio, como a venda de picolés caseiros, por exemplo. Desta forma, a prefeitura prometeu a construção de 10 pequenos quiosques para suprir essa necessidade. Na ocasião da entrevista com Sandra, a construção desses quiosques ainda não havia começado, mas que foi concluído em 2012. No entanto, nem o tamanho nem a quantidade de quiosques atenderam às reais necessidades dos moradores, que continuaram praticando o comércio em suas residências, como era costume na localidade. Muitos receberam os quiosques e continuaram com seus comércios também em casa, como uma espécie de matriz, sendo o quiosque uma filial, o que configura mais uma prática do tipo tática (ver figura 49). Outro tipo de tática empregado pelos moradores que receberam os quiosques foi a ampliação da área a partir da construção

não autorizada de cobertas na frente, o que pode ser observado na figura abaixo (ver figura 50).

Sandra também tinha suas próprias táticas para sobreviver nas condições de pobreza a que estava submetida. Sua condição de líder comunitária e seu consequente poder de formar opiniões atraía a atenção de políticos interessados na captação de votos, ela era como uma ponte entre o poder público e os moradores da localidade. Mas, ela tinha plena consciência de sua importância estratégica no jogo das relações entre o poder público e o poder de voto daquelas localidades. Isso não passava despercebido a ela, que sabia muito bem como utilizar esse “status” em seu favor e de sua localidade, relacionando-se com os políticos de forma astuciosa, como se pode perceber a partir de seu próprio relato:

[...]Você sabe que a única pessoa que pode dar uma força, ajudar a gente, é os órgãos públicos, a prefeitura, o governo, então essa é a hora de ajudar a localidade, mesmo que não vote! Ninguém vai tá olhando quem tá votando... Aí, o que a gente faz? Todo mundo no bloco concorda em votar naquele candidato que a prefeitura tá lançando, pra que ele junto com a prefeitura consiga melhorar a vida do pessoal! [...] O meu voto é meu, é um direito meu! Não sou obrigada a votar no candidato de ninguém! Mas, eu não vou sair espalhando pros quatro cantos do mundo: “O governador não presta, o prefeito não presta.” Aí, o povo “vota no prefeito”! [...]

(IDEM)

Sandra tinha a consciência de que, como líder comunitária, prestava um serviço à sua comunidade e se sentia no direito de, quando precisasse, arrecadar dinheiro junto aos moradores, e era por eles correspondida, como conta o seu filho Júnior:

Ela era muito querida por todos aqui. Quando estava sem dinheiro, cortava uma garrafa e ia para ali pra frente, sentava e dizia: “Bora, bora, preciso de dinheiro, vamos ajudar!” E a turma ia colocando moedas, ia juntando, e aí ela dizia: Olha aí, tá vendo, já ganhei o dinheiro do meu pão!” Aí voltava pra casa e começava a brincar...

(ENTREVISTA DE JÚNIOR, FILHO DE SANDRA, EM 01/07/2013)

Sandra participou, inclusive, do cadastramento das famílias e tinha poder de voto junto à prefeitura nas decisões. Eu fui o arquiteto que desenhou o mapa onde estavam marcadas as casas às quais corresponderiam os apartamentos no novo residencial, e Sandra foi a minha guia dentro da localidade. Ela era a pessoa que me indicava cada uma das casas e os nomes de seus respectivos moradores. Posteriormente, durante sua

entrevista, Sandra me contou que todos os moradores da localidade “Xuxa” que tinham algum barraco tiveram direito a apartamento no novo residencial. Foi nesse processo de cadastramento que surgiram as primeiras táticas dos moradores, no sentido de burlar as regras estabelecidas, aproveitando a ocasião para levarem alguma vantagem. Sandra conta o caso de um morador que tentou forjar a posse de uma unidade autônoma na localidade:

A única pessoa que não ganhou foi um rapaz, que até hoje ainda cria problema, né? Ele dividia um pedaço da casa da mãe... Mas aí, como ele viu que a localidade ia sair imediatamente... O mais esperto quer ganhar de todo jeito! Até hoje ele criou esse atrito comigo: porque ele dividia um pedaço da sala da mãe, botou uma porta, e eu não tinha muito acesso a esse beco. E eu não sabia que ele tinha feito isso. Aí, quando ela passou... Lembra quando a gente passou? Ah! Eu acho que tu lembra, pô! Quando a gente foi fazer o mapeamento, nunca existiu essa casa ali. Até hoje ele briga que existia, que a gente viu, passou, e visitou a casa dele[...].

(ENTREVISTA DE SANDRA LUCIA VIEIRA EM 24/09/2010)

Sandra criou alguns atritos com moradores, porque, na prática, ela tinha o poder concedido pela prefeitura para indicar quem deveria receber um apartamento e quem não deveria. Por não ter cedido a algumas pressões de moradores que queriam levar alguma vantagem, ela criou algumas inimizades. A regra era: A cada casa, não importando o tamanho ou a tipologia, corresponderia um apartamento no novo residencial, que ficaria registrado no nome do morador, desde que esse fosse o proprietário do barraco ou da casa. A tática, no caso, foi dividir a sala da casa da mãe e colocar uma nova porta abrindo para o exterior, de forma a configurar uma moradia autônoma. Os dados da pesquisa mostram que esse tipo de tática foi muito comum, desde que as regras foram divulgadas. No entanto, neste caso, o morador não logrou o resultado que desejava, uma vez que o cadastramento já estava concluído quando ele resolveu agir, a “ocasião” já tinha passado e a “caça” escapou.

Perguntada se era comum a prática do tipo de tática que o rapaz referido acima tentou usar para conseguir um apartamento, Sandra respondeu que não era comum. No entanto, é preciso observar que, como líder comunitária e, ao mesmo tempo, uma das

responsáveis pelo cadastramento, ela não poderia responder de outra forma. No entanto, em conversas informais com outros moradores, pude constatar que esse tipo de prática muito provavelmente existiu.

Nas observações de campo e nas conversas informais, pude constatar que houve também este tipo de tática: havia pessoas que moravam fora da localidade, mas eram proprietários de casas, as quais alugavam para os moradores, como uma forma de obter renda. Ao ter notícia do cadastramento, muitos pediram de volta os suas casas e simularam a moradia na localidade, conseguindo assim o direito a um apartamento no residencial. Em sua entrevista, Sandra falou também de seus relacionamentos políticos e de suas impressões sobre o projeto que expulsou os moradores das localidades:

Eu acho assim, eu Admiro muito, e acho muito bonito o trabalho de certos políticos. Porque a gente sabe que eles não tão fazendo nenhum favor, não é? É obrigação de um bom político dar moradia, moradia digna, saúde, escola, tudo pra um bom político. Pra um bom governante, essas são umas das prioridades. Apesar que a gente sabe que muitos passaram por aí, nunca se interessaram, pelo menos ele, esse Eduardo, com João da Costa, pelo menos ainda teve essa boa vontade, porque outros que passaram... Aquela localidade que a gente mora já foi indenizada três vezes: na época de Roberto Magalhães, na época de Jarbas, e o povo comia o dinheiro, e eles não faziam nada lá. Era só pra... A pessoa voltava e invadia novamente.

(IDEM)

Para Sandra, “um bom político” é aquele que dá moradia digna, saúde e escola para a população, e cita o exemplo do Governador Eduardo Campos e do Prefeito João da Costa. No entanto, ela os julga em comparação com outros que não fizeram “pelo menos isso”. Sandra cita, também, neste trecho da entrevista um tipo de tática que moradores de outras épocas utilizaram para burlar planos da prefeitura e do Estado. Eles recebiam a indenização pelas suas moradias, mas aproveitavam o fato de o governo ser omissos para voltar para os mesmos barracos e casas.

Em outro trecho da entrevista, Sandra mostra como ela entende a ação da prefeitura e, de certa forma, contradiz o que afirmou no trecho anterior. Ela não aceita que a prefeitura fez uma doação. Para ela a prefeitura trocou a moradia que eles tinham por outra mais digna e adequada, o que para ela é uma obrigação do governo, não um favor. Ela reconhece o benefício promovido pela prefeitura, mas, no fim, ela deixa claro

que entende as verdadeiras razões para ela ter agido assim: não foi para beneficiar os moradores, mas para poder passar com a via, que iria beneficiar os proprietários de carros e os moradores do bairro nobre de Boa Viagem, visando à Copa de 2014. A cidade precisava ser embelezada para “enfeitar” as revistas, como diz no trecho abaixo:

Eu acho assim, que a prefeitura ela não deu, ela trocou. Ela trocou uma moradia que a gente tinha, em algum lugar que você não tinha saneamento, não tinha saúde, não tinha endereço, não tinha nada. Ela trocou por uma moradia digna, não é verdade? Mas eu aqui... Não fez favor nenhum! Se não existisse um projeto pra passar ali, com certeza a “Xuxa”, até hoje, estaria lá! Porque, época de política, os políticos usam muito isso: Ah! Mas você vivia aí. Ai eu digo: eita! Saí, porque tinha um projeto da Copa de 2014, pra enfeitar revista!

(IDEM)

O paradoxo de sentimentos em relação ao processo de expulsão está bem presente no relato de Sandra. Hora ela elogia os políticos por terem proporcionado a ela um grande salto qualitativo em relação à moradia, livrando-a do grande sofrimento que era morar em uma palafita na beira de um mangue, hora ela demonstra certa revolta em relação ao que ela entende como hipocrisia, quando eles afirmam que promoveram a expulsão porque queriam elevar os moradores a uma condição digna. Neste trecho do seu relato, ela faz algumas reflexões sobre sua relação com os políticos: “Eu trabalhei muitos anos para os políticos! Eu fui uma besta e uma burra de não trabalhar pra mim, porque só gostava de trabalhar pela localidade! Hoje é que eu vejo a realidade, que cada um trabalha pra si. Puxa primeiro pra si, depois vê os outros!”(IDEM).

Em seu relato, a partir de sua consciência presente, ela reconstrói as memórias de sua atuação política e demonstra arrependimento em relação à forma como atuou. Ela, de certa forma, acredita que errou taticamente ao privilegiar o comunitário, em lugar do pessoal. Afinal, como afirma Montenegro (2010, p. 64) “nossa rememoração do passado é informada pelo presente, pelas novas experiências acumuladas, pelas novas memórias”. Em sua revolta, ela expressa que se arrepende de ter sido “politicamente correta”, porque no final das contas, acha que sua vida não mudou para melhor, enquanto que os que pensam egoisticamente, a exemplo dos políticos aos quais ela se refere, terminam “lucrando”. E continua:

A maior prejudicada fui eu! Eu perdi minha barraca! E tem mais uma coisa: Tudo sobra pra mim... Tudo que o povo quer, é lá comigo! E ainda tem mais: uma época dessa nem minha cerâmica eu pude arrumar! Porque não é a época que você consegue alguma coisa

desses mentirosos, desses conversador? É quando você consegue mentira em cima de mentira! Eu vou arrumar voto pro senhor e o senhor vai dar minha cerâmica: Nem isso pude fazer! Na próxima eleição eu vou sair vereadora! (risos) [...]Lula ficou como ídolo dos pobres..., do pobre besta!
(IDEM)

Em seu relato de memória, Sandra revê suas posições e revela algo que talvez tenha mantido em silêncio por longo tempo. Ela elabora uma nova representação dos políticos responsáveis pela expulsão das localidades, qualificando-os como mentirosos e “conversadores” e se lamenta por não ter usado com eles das mesmas táticas que eles usaram com ela. Ela também se refere aos pobres que acreditam nos políticos como “bestas”, desnaturalizando assim a ideia de que o ex-presidente Lula era o “pai dos pobres”. Ela rachou a expressão ao meio, “desnaturalizando a relação ou a representação que procurava associar de forma unívoca o objeto ou a coisa à palavra” (MONTENEGRO, 2010, p. 31).

Neste outro trecho de seu relato, ela compara os discursos dos políticos da situação com os da oposição, conforme sua própria classificação simplificada das forças políticas de sua região, também rompendo com representações construídas no calor das batalhas dos períodos eleitorais, nas quais ela era disputada pelos candidatos como pessoa influente na localidade e formadora de opinião, uma multiplicadora de votos:

Fulano era corrupto, eles dizem! Que é democrata, que é não sei o quê, não sei o quê...Que é o povo do dinheiro! Que é usineiro, não sei mais o quê...Mas vê: Morria uma pessoa da localidade, eu ia na Assembleia , na hora eu ligava chamava ele. Dizia que não tem nada pra levar o pessoal pro enterro; ele mandava na hora um ônibus. Era muito bobo aquele pessoal da Xuxa! Todo mês era uma Kombi cheia de cesta básica! Ele morreu do coração! Mas ele distribuía pacote de leite na localidade, entendeu? O pessoal da Ceasa conseguiu uma sopa. Aí tá entregando uma sopa aqui na terça feira de tarde! A Kombi, essa semana, voltou porque não tinha caldeirão! Você liga pra prefeitura e diz: “me arruma uma panela!” Eles dizem: “Diz aí, Sandra, vê se tu arruma uma panela!” Morre um: pra prefeitura morreu! Tem uma pessoa grávida: não tem dinheiro pra comprar um enxoval! Nada! Não sai nada! Não consegue nada pro povo! Como é que eu vou conseguir voto pra esse povo, se não sai nada pro povo?
(IDEM)

Em seu relato, ela demonstra que, como líder comunitária e cidadã escolada no meio astucioso dos jogos do poder, tem consciência da “malandragem” dos políticos e de que também precisa se utilizar das mesmas artimanhas para conseguir algo de

concreto em benefício do povo de sua localidade. Refiro-me à troca de votos por pequenos favores pessoais. No entanto, ao mesmo tempo representa seu povo como “bobos”, por aceitarem este tipo de negociação com os políticos, sendo fiéis aos acordos estabelecidos.

Do núcleo familiar de Sandra, três pessoas tiveram direito a apartamentos no residencial: ela e seus dois filhos homens, pois todos eram proprietários de barracos na localidade Xuxa. Enquanto eram moradores da antiga localidade, essa proximidade entre casas de familiares era um tipo de tática que facilitava a superação de muitas das dificuldades, como o desemprego, quando os que perdiam o emprego passavam a morar com os que tinham renda e alugavam seus barracos para gerar uma renda extra. Com a mudança para o novo residencial, essa prática não foi alterada, como conta Sandra quando fala da situação de seu filho na ocasião da entrevista: “Ele, agora, ficou desempregado. Agora ficou tudo aqui! Aqui tem água, luz, tem condomínio...” Sobre o apartamento do filho ela diz: “Ele alugou, ele alugou agora...”

Aqui fica clara mais uma tática utilizada pelo filho de Sandra e por muitos outros moradores. Apesar de proibido pela prefeitura, muitos passam a morar com outros parentes e alugam o apartamento para gerar uma renda mensal. Desta forma eles se livram também das contas de luz, de água de condomínio dos apartamentos alugados.

Com a valorização dos apartamentos, outra tática desenvolvida foi a venda ou troca, embora a proibição dessa prática esteja expressa nas regras colocadas no projeto da prefeitura. Após a morte de Sandra, esta foi a principal tática praticada por seus familiares. Eles receberam indenizações por conta da morte de Sandra, da empresa de ônibus e do DPVAT⁴⁰, venderam os apartamentos e investiram cada um naquilo que lhes era mais conveniente, como conta Suzane, a sua filha:

Meu pai foi morar em Araçoiaba⁴¹, ele vendeu o apartamento aqui e foi pro interior. Porque na verdade a minha mãe, tudo que ela sentia vontade de fazer, ajeitar a casinha dela, botar cerâmica, botar gesso, ela fazia isso, ela fazia aquilo, tudo que ela queria fazer,

⁴⁰ O DPVAT - Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres é um seguro pago junto com o IPVA para indenizar vítimas de acidentes de trânsito, sejam elas motoristas, passageiros ou pedestres, inclusive estrangeiros.

⁴¹ Araçoiaba, cidade do estado de Pernambuco, localizada na mesorregião Metropolitana do Recife, de onde dista 40 km. Desmembrado do território de Igarassu, Araçoiaba é o município mais novo de Pernambuco, criado em 14 de julho de 1995. Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ara%C3%A7oiaba>

realmente, ela fez. Então, depois de todo o trabalho de ela ter feito, de tudo, aconteceu isso com ela... Então meu pai ficou desgostoso de tá ali. Ele mesmo dizia até assim, que sentia o cheiro dela dentro de casa, na verdade o cheiro dela era espalhado dentro de casa[...]. [...] Esse apartamento é da minha tia, quer dizer, ela já vendeu, né? Já vendeu e vai pra Araçoiaba também. Ela já está lá olhando uma casinha, que aqui tem um mês, não é, pra entregar. No interior tem muita casinha barata. Nenhum dos meus parentes quiseram mais ficar por aqui, depois da morte de mainha. Por aqui mudou tudo, porque tudo quem fazia era ela. Não tem ninguém, isso aqui vive abandonado! Porque o pessoal da prefeitura só aparecia por aqui, só fazia alguma coisa baseado nela, tudo era ela. Minha mãe faleceu, nunca apareceu ninguém aqui pra dizer “meus pêsames”, nunca, nunca apareceu.

(ENTREVISTA DE SUZANE, FILHA DE SANDRA, EM 30/06/2013)

Na sua fala, Suzane nos permite perceber a importância que a liderança de Sandra tinha, não só para a comunidade, mas para a própria família, e a partir daí destaca a importância da mulher na cultura daquele tipo de comunidade pobre. Ela era a pessoa que traçava as diretrizes, os planos e as ações de todo o grupo familiar. “Tudo que ela queria fazer, realmente, ela fez”: com essa expressão Suzane afirma a força que ela tinha no grupo familiar. O seu desaparecimento foi um marco que sinalizou o início de uma nova etapa na vida familiar e comunitária.

Para a família de Sandra, que compunha em grande parte a antiga população da “Xuxa”, sua morte, menosprezada pelos gestores públicos que, como disse Suzane, não apareceram nem mesmo para dizer “meus pêsames”, teve um sentido de perda não apenas afetivo e familiar, mas principalmente social, pois ela, por ser uma líder política local, também agregava à família um certo status de poder junto à comunidade e ao governo municipal, que frequentemente a consultava a respeito das mais diversas ações junto à comunidade.

Mesmo depois de sua partida, as marcas de sua passagem, que estavam por toda parte, continuaram determinando mudanças, como o seu cheiro que ficou na casa, sensibilizando toda a família e provocando um novo movimento migratório de retorno ao campo, fechando um ciclo de 50 anos, desde a partida de seus pais do interior de Pernambuco para o Recife na década de 1960. Após o seu desaparecimento, os sentidos dos que conviviam com ela ficaram mais aguçados, assim como quem quer se agarrar a qualquer coisa que restou, e assim sua presença ainda continuou forte na memória do corpo, na sensibilidade da pele, na saudade visual, auditiva e olfativa de quem convivia com ela na intimidade. A experiência sensível de seu trabalho e de sua existência deixa

de ser vista apenas como uma memória inerte, para continuar sendo um elemento catalizador na produção de novas mudanças. Esta talvez seja mais uma dimensão da memória. Ela não é apenas uma produção do presente sobre o passado, mas também uma ação do passado sobre o presente, na medida em que continua a provocar transformações nos sujeitos da memória.

4.3. *ELE DEU O PEIXE, E O PEIXE ACABOU: entrevista com Dida, o serralheiro:*

Eu caminhava pelas áreas comuns do Residencial III Via Mangue, na companhia de Sandra, que prometera me apresentar a alguns moradores para que eu pudesse fazer algumas entrevistas. Essa companhia era, realmente, necessária, porque os moradores ainda ficavam curiosos e meio incomodados com a presença de um desconhecido com uma prancheta, uma máquina fotográfica e um gravador na mão. Na companhia de Sandra, eu inspirava mais confiança, e isso abriu muitas portas para mim. As pessoas entrevistadas se sentiam também mais encorajadas a me responder as perguntas.

A razão para tanta desconfiança e receio por parte dos moradores, talvez fosse por conta de muitos deles estarem infringindo regras estabelecidas pela prefeitura, como praticar o comércio dentro do conjunto ou usar as áreas comuns como oficinas ou depósitos de equipamentos ou material. Eles, certamente, estavam me confundindo com algum fiscal da prefeitura.

Quando caminhando pela frente dos blocos, ao longo do estacionamento, avistamos um sujeito trabalhando quase nos fundos do terreno, entre um bloco e outro. Sandra perguntou se eu gostaria de conversar com ele, ao que respondi que era tudo o que eu queria naquele momento, então nos aproximamos (ver figura 51).

Era Dida. Ele me chamou a atenção, quando o vi de longe. Estava em frente à porta de seu apartamento, que é térreo, rodeado por peças de ferro, grades, botijão de gás, maçarico, concertando uma carroça vermelha de vender espetinho na praia, onde estava escrito: “espetinho do Ivan”. Ao lado, outra carroça verde com a inscrição: “Espetinho do Valdir”. Pedi, e Sandra foi lá me apresentar. Ele parou o seu serviço e nos recebeu simpaticamente!

Ele era um homem de cerca de 35 anos, 1,60m de altura, pele bronzeada, forte sem ser gordo. Na ocasião, usava uma calça jeans um pouco suja de óleo e uma camisa quadriculada azul, também manchada de óleo. Tinha descansando sobre a cabeça uns óculos de sol e no pulso uma corrente dourada. Solicitado a nos conceder uma entrevista, ele logo concordou, e no dia combinado, sempre risonho e bem humorado ele nos contou um pouco sobre como era a sua vida na localidade “Xuxa” antes da expulsão.

Ele tinha uma serralharia logo na entrada da localidade “Xuxa”. Atendia a clientes da própria localidade, mas principalmente aos moradores da vizinhança, do bairro de Boa Viagem. Além da oficina, ele tinha uma casinha de madeira, onde morava com a mulher e um sobrinho. Ele tinha dois filhos, mas não moravam com ele, moravam com a mãe e, vez por outra, vinham passar um final de semana com ele.

Lá na localidade, a sua oficina ficava na beira da pista de asfalto, a Rua Maria Carolina, por onde passava muita gente. Sempre apareciam clientes, querendo fazer grades para janelas de apartamento, portões para casas e consultórios. Apareciam também, de vez em quando, consertos para fazer em portões de edifícios da vizinhança.

Isso sem contar os clientes da própria localidade, que sempre pediam para dar manutenção nas carroças de vender espetinho na praia. O esforço para andar na areia solta da praia, somado à maresia, estragavam sempre a ferragem que dava estrutura às carroças. Dessa forma, como ele mesmo relatou, “tinha dia que entrava cem, tinha dia que entrava duzentos ou mais”. A moradia era ruim, mas não se passava necessidade.

Dida, segundo seu próprio relato, ficou muito feliz quando teve a notícia que iria ganhar um apartamento para morar, era a realização de um sonho quase impossível. No dia da mudança, foi um dos primeiros a trazer suas coisas. Não eram muitas, ele trouxe tudo numa carroça e colocou logo dentro de um apartamento. Tinham lhe informado o número do bloco e o número do apartamento que seria seu, conforme o sorteio realizado com antecedência. Mas, quando chegou com as coisas, o número do bloco não correspondia ao número do apartamento, pois havia blocos com apartamentos pares e blocos com apartamentos ímpares, e o número que deram a ele não coincidia com a realidade encontrada. Findou deixando as coisas em um apartamento que estava aberto, pois era usado pela construtora como escritório, e foi embora buscar a segunda e última carga. Quando voltou teve que fazer a troca de apartamento, pois o dono do que ele

havia colocado suas coisas já havia chegado, e estava aborrecido por ter encontrado coisas de outra pessoa no lugar. Não estava aborrecido com ele, mas com a desorganização da prefeitura. Enfim, o encaminharam para o seu apartamento. Ficava no térreo, era o último do bloco verde, um verdadeiro sonho realizado (Ver figura 52).

No dia da entrevista, perguntei a Dida se ele teve algum prejuízo com a mudança para o novo conjunto de prédios, e ele me relatou sua história:

Meu amigo, deu e muito, porque aqui, só aparece serviço daqui, sabe, do próprio condomínio. Quando acabar, quem vai me encontrar? Lá tinha cliente, era na beira da pista, chegava clientes novos, mas agora não chega mais nenhum! Um escondido deste! Ficava numa esquina, dia sim, dia não, ganha cem, ganhava duzentos, mas sempre pintava! Agora não! Os clientes que tem é daqui mesmo, e quando acabar? Por uma parte, melhorou, por causa da moradia, mais organizado, mais digno. Fora isso, quer dizer, ele deu o peixe e o peixe acabou! A gente não tem mais onde pescar!

(ENTREVISTA COM DIDA, O SERRALHEIRO, EM 24/09/2010)

A expressão usada por Dida, “ele deu o peixe e o peixe acabou”, se refere à indenização que recebeu da prefeitura pelo ponto comercial que tinha na “Xuxa”. Segundo ele, não foi suficiente para que ele pudesse ter providenciado outro local para trabalhar. Dessa forma, o dinheiro foi usado para suprir a falta de renda pela diminuição dos serviços. Dessa forma, o dinheiro havia acabado, e ele não tinha mais como conseguir o suficiente para sua manutenção. Sua mente estava a todo o momento tentando processar ideias que iluminassem aquela tenebrosa situação.

Ele ainda estava prestando serviços aos próprios moradores que precisavam de grades para os apartamentos e de concertos em carroças de praia. Mas, sua preocupação era com o futuro próximo. Sua expectativa era que os clientes internos ficariam logo saturados, e os externos não o encontrariam mais. Apesar de satisfeito em termos de moradia, ele viu em minha presença e na entrevista que eu lhe solicitei uma oportunidade de expor suas preocupações e também de fazer sugestões para solucionar o impasse. Era muito comum os entrevistados me verem como um possível canal de comunicação com a opinião pública ou com instâncias institucionais que pudessem trazer alguma solução para os problemas que estavam enfrentando.

A regra da prefeitura que proíbe o comércio ou a prestação de serviços dentro do conjunto deixou Dida de mão atadas. No entanto, a força da necessidade é maior que a da vigilância da prefeitura. De maneira que Dida passou a usar as áreas comuns para executar os seus trabalhos de serralheiro. Sua oficina passou a funcionar em frente à porta de seu apartamento.

As áreas comuns do conjunto foram planejadas para servir de circulação e convívio para os moradores. Também para ventilação e insolação dos ambientes internos dos apartamentos. São compostas de calçadas e jardins. Mas, Dida a usou, conforme suas necessidades e conveniências, recriando o espaço anteriormente planejado pelos técnicos da prefeitura, fazendo uma “bricolagem”, no dizer de Michel de Certeau (1994).

Apesar do constrangimento que ele demonstrava ao perceber que provocava incômodos aos seus vizinhos na medida em que batia o martelo nos ferros das carroças, esquentava o ferro de solda, exalando um desagradável cheiro de queimado e provocava uma desordem visual nas áreas comuns do prédio com tantas ferragens expostas, sua necessidade de conseguir os recursos materiais necessários à sua subsistência era maior, e ele seguia com o seu trabalho cotidiano. Havia, também, o perigo para crianças, por causa do uso do maçarico, com o botijão de gás inflamável. Ele tomava todos os cuidados possíveis, mas isso não era o suficiente para a DIRCON⁴². A DIRCON é a empresa da Prefeitura do Recife que exerce a vigilância dentro do conjunto de prédios, inclusive com poder de polícia, podendo apreender materiais e mercadorias e multar os infratores. Apesar da solução improvisada para o funcionamento de sua oficina, Dida se queixou da sua situação após a expulsão:

Não tô passando fome, porque cheguei aqui agora há pouco, tô cheio de serviço pra fazer, aparece um aqui, outro ali! Mas quando acabar? Pra onde é que eu vou? Vou correr pra onde, entendeu? A questão não é ter lugar pra fazer. Isso aí aparece! A questão é um lugar pra formar cliente, entendeu? Pra pescar o cliente, como diz a estória! Amigo, tanta areazinha..., dava um pontozinho pros pobres... Até pra gente mesmo, gerava mais imposto! Esse canal mesmo (Canal da Av. Dom João VI, em Boa Viagem), de fora a fora, se botasse uma laje neste canal todinho, fizesse dois ponto, um pro lado, outro pro outro. Amigo, chegava dinheiro! Tudo organizadozinho, tudo num padrão só! Entraria mais imposto pra prefeitura e tudo, e aproveitaria

⁴² DIRCON: Diretoria de Controle Urbano.

área perdida. Ali é uma área que dá muito pessoal rico, passando pra lá e pra cá. Ali, cobria aquele canal ali, fazia uns quiosquezinho bem bonitinho, arrumadinho, tudo organizado...
(IDEM)

Meses Depois da entrevista, ao voltar ao novo conjunto de moradias, para continuar a coleta de dados, encontrei o apartamento de Dida fechado. A essa altura, Sandra já havia falecido e eu estava, de certa forma, órfão na minha pesquisa. Tive que pedir a ajuda de pessoas que não conhecia. Então, perguntei por ele. Um vizinho me informou que ele tinha alugado o apartamento e estava morando na avenida onde havia um canal, bem em frente ao conjunto de prédios. Fui procurá-lo.

Cheguei na hora do almoço. Ele estava na sua nova casa. Era apenas um pequeno quarto, onde cabia uma cama de casal e um armário para roupas. Ele estava comendo sozinho, sentado sobre a cama. Então o cumprimentei, e com um pouco de esforço, ele se lembrou de mim. Ele já não estava tão sorridente, mas me atendeu, com presteza.

Então perguntei sobre a mudança. Ele me contou que a solução que encontrou para o seu problema foi alugar o apartamento, o que agora lhe gera uma renda que completa seu orçamento mensal, e alugar um quartinho de madeira na avenida onde tem um canal, à qual ele se referiu na primeira entrevista. O estabelecimento é dividido em duas partes, um quarto atrás, onde mora e um compartimento na frente, onde montou sua oficina. Lá ele não tem conforto, mas pode trabalhar sem ser ameaçado pela DIRCON, tem uma renda extra, que sobra do aluguel e pode captar clientes que passam a pé e de carro na sua porta. Dida mudou de endereço, mas voltou à sua forma de organização anterior. A única diferença é que agora ele é proprietário de um apartamento, embora não possa usá-lo. Esse foi o seu “pulo do gato”, mais uma “bricolagem”, no dizer de Certeau (1994).

4.4. *DOIS ANOS PASSAM RAPIDINHO, MAS PRA MIM FOI UMA ETERNIDADE! Entrevista com Plínio o cabeleireiro:*

Sempre que eu passava em frente a um determinado bloco, nas minhas caminhadas pelo residencial, eu via a placa pendurada no primeiro andar: “Plínio cabeleireiro”. Minha curiosidade, então, era grande em relação àquele morador (ver figura 53).

Um dia, eu entrei de carro no conjunto de prédios para fazer contato com alguém da família de Sandra, para tomar conhecimento sobre as circunstâncias de sua morte, pois só tinha sabido através de outros moradores. Assim que desço do carro e olho para a guarita de entrada, que sempre estava fechada, eis que ela está aberta, repleta de pessoas em volta, e a placa que eu costumava ver pendurada no primeiro andar estava na janela da guarita.

Fui olhar mais de perto e lá estava Plínio cortando o cabelo de um cliente. Fiquei feliz por encontra-lo, principalmente naquele cenário inusitado! Ele era um homem moreno, de feições sérias, uma mecha branca no cabelo, outra na barba, que era bem curta e desenhada. Mas, não usava bigode. Aparentava ter cerca de 40 anos, era de estatura média e parecia estar um pouco acima do peso ideal. Tinha sobrancelhas bem desenhadas e uma tatuagem grande no braço direito. Estava de bermuda e camiseta e trazia um grande relógio de pulso no braço esquerdo (ver figura 54).

Aproximei-me da porta da guarita, me apresentei e expliquei porque estava ali. Aos poucos, comecei a falar com ele. A verdade é que, procurava um meio de ganhar a sua confiança, para poder lhe propor uma entrevista. Mas, no início, ele falava muito pouco. Eu estava sozinho, com uma pasta na mão, uma máquina fotográfica presa no cinto e um gravador pendurado no pescoço. Ninguém me apresentou a ele ou deu referências. Ele estava coberto de razão.

Aos poucos fui conversando, explicando melhor quem eu era, o que queria, enquanto em nossa volta foi-se formando um pequeno grupo de moradores. À medida que eu conversava, alguns moradores foram entrando na conversa, começaram a fornecer algumas informações, algumas opiniões... Só quem não falava era Plínio.

Conversávamos sobre os motivos que levavam os moradores a venderem seus apartamentos e irem embora do conjunto. A opinião geral era que eles não queriam pagar contas de luz, água e condomínio, mesmo este último estando no valor de R\$10,00. Contavam que muitos moradores venderam os apartamentos logo no início, quando ainda não eram muito valorizados, depois se arrependeram. Mas, segundo os relatos, o arrependimento foi por terem vendido muito cedo, e não exatamente por terem ido embora do conjunto de apartamentos.

Concluí que a questão cultural era a que mais pesava. Na localidade, teve gente que nasceu, cresceu, casou, teve filhos, netos e nunca pagou uma conta de energia ou de água. A energia era puxada direto do poste que passava em frente à localidade. Portanto, o costume de economizar energia e pagar conta de luz nunca existiu. Era uma afronta ter que cumprir com essas regras, para eles, estranha. No novo conjunto de prédios, a conta de água também era individual. Na localidade, no entanto, era puxada direto da rua. Portanto, em matéria de água e energia elétrica, eles nunca foram pobres, sempre as tiveram em abundância. Ninguém entendia como essas coisas podiam ser tão caras. Muitos preferiram voltar para uma localidade pobre. Eu não imaginava que esse pudesse ser o principal motivo das vendas dos apartamentos. Foi assim, realmente, no início. Depois, veio a especulação imobiliária, as ofertas aumentaram, e a tentação de pegar o dinheiro e começar uma nova vida começou a pesar, como expressa em sua fala o morador Leonardo, sobrinho de Sandra:

Eu estou esperando valorizar mais pra vender o meu apartamento, mas pra favela eu não volto nunca mais, Deus me livre na minha vida! Eu queria comprar uma casa boa! Aqui mesmo na Imbiribeira, no Ipsep tem umas casas boas, de vila, em Prazeres, tem umas casas boa. Porque, eu pegar meu apartamento aqui e dar por qualquer preço, isso eu não faço! Porque uma casa ali no Ipsep, uma menorzinha é 70 mil conto!

(ENTREVISTA COM JOSÉ LEONARDO VIEIRA, EM 24/03/2012)

Entre as várias táticas praticadas pelos moradores do residencial, as mais comuns e ao mesmo tempo as que afrontam as regras mais importantes são exatamente a venda e o aluguel dos apartamentos. O aluguel gera renda para o proprietário do apartamento. Muitas vezes, uma só família é proprietária de vários apartamentos, porque quando na localidade, possuíam vários barracos. Assim, é muito comum o proprietário alugar o apartamento e ir morar com um parente próximo, geralmente os

pais, avós ou tios. Desta forma eles, além de terem uma renda extra, economizam a conta de luz, de água e de condomínio. Muitos vivem de “bicos”, isto é, são desempregados que executam trabalhos eventuais. A renda do aluguel, portanto, lhes garante certa tranquilidade financeira.

Já a venda do apartamento, pode proporcionar à família a posse de um capital relativamente grande, levando-se em conta o padrão de vida dos moradores e a valorização dos apartamentos. Muitos dos entrevistados relataram histórias de outros moradores que venderam seus apartamentos, compraram casas bem mais baratas no interior e com o saldo montaram pequenos estabelecimentos comerciais. Esta prática caracteriza uma tendência ao retorno para o interior, ou seja, um movimento migratório no sentido contrário ao que motivou o surgimento das localidades pobres em áreas de invasão na cidade de Recife, configurando o fechamento de um ciclo que durou cerca de 50 anos. Desta forma, a venda dos apartamentos é uma forte tendência entre os moradores do residencial, como se pode perceber na continuação da fala de Leonardo:

[...] Minha tia está querendo vender o “ap” dela pra comprar uma casinha lá em Araçoiaba. O problema é que lá não tem faxina pra fazer, e aqui ela faz umas faxininhas. Ela fala em juntar com meu primo e abrir um mercadinho lá. Aí eu até fico calado, mas tem que ver se vai dar movimento, né? Porque muita gente quer pagar fiado, pra pagar no fim do mês. [...] Meu cunhado, ele comprou outra casa lá em Olinda, Tabajara, fez uma reforma nela, o lugar é bom, tranquilo, sossegado! Comprou algumas coisas pra dentro da casa dele, alugou um ponto e tá trabalhando, tipo um barzinho, e trabalha com carne, espetos, tipo uma pastelaria, ele abriu. Ele organizou-se. Sem ninguém morando em cima, pra dá opinião, dando palpite, entendeu?

(IDEM)

Assim, pode-se dizer que a almejada “inclusão social”, prevista no plano original do governo, pode terminar acontecendo, mas não da forma como foi dita, prevista ou planejada. Neste caso, há uma interação entre as estratégias governamentais e as táticas, de forma que o resultado pode acontecer ao sabor das oportunidades percebidas e aproveitadas pelos moradores. Desta forma há uma transgressão das regras, o que faz com que os produtos elaborados pelas estratégias governamentais, inadequados para a realidade à qual foram propostos, sejam consumidos de forma não autorizada, sendo transformado em capital e viabilizando o alcance dos resultados desejados pelos planejadores, ou seja, a inclusão dos moradores num processo produtivo que gere renda para as famílias.

Muito embora, nesse caso, não significaria uma inclusão, mas uma “reinclusão”, uma vez que antes estavam integrados a atividades produtivas no bairro de Boa Viagem, o que foi desestabilizado pela própria mudança. A volta ao sistema produtivo, nesse caso, se dá não pela moradia em um local digno, como afirma o discurso oficial, mas pela transformação da moradia em capital a ser investido em outra moradia, associada a um estabelecimento comercial, como é costume nas comunidades pobres.

Mas, voltando ao salão de beleza de Plínio, o tempo foi passando, as pessoas foram se dispersando, só restamos eu e ele. Então, resolvi me despedir e tentar uma nova aproximação em outro dia. Quando faço o gesto para me despedir, eis que Plínio me diz: “Aqui, chega carro na sua porta, tem metrô e tudo o mais... quem disser que tá ruim é porque ele não sabe o que é bom não, ele não sabe nem quem é ele!”

Eu logo desisti da intenção de ir embora e parei para escutá-lo. Conversamos mais um pouco e, então, tive a oportunidade de marcar com ele uma entrevista, na qual ele pôde expressar mais livremente a sua opinião, que destoava da maioria dos entrevistados. E essa era a razão do seu silêncio inicial: ele não concordava com a opinião da maioria e não queria se expor na frente dos outros moradores. Sozinho, ele pôde contar a sua história e expor a sua opinião sobre a expulsão para o novo residencial:

Tem coisa errada aqui, e tudo o mais... Mas, é bem diferente de viver lá e viver aqui! Você veja, dois anos passam rapidinho, mas pra mim foi uma eternidade! É, eu morava no interior, aí eu fiquei lá dois anos e seis meses. Eu morava no interior, em Quipapá, e vim para Recife atrás de trabalho. Eu vim ter essa profissão depois do acidente de moto. Minha mãe morava na “Xuxa” com meu irmão, então eu aluguei lá uma casa. Eu já conhecia Recife e tudo... Mas, não gostei muito não, pra falar a verdade! Mas, não tinha como morar em outro canto!

(ENTREVISTA COM PLÍNIO, O CABELEIREIRO, EM MARÇO DE 2012)

Vale a pena observar alguns detalhes na sua fala. Diferentemente dos outros entrevistados, Plínio não nasceu na localidade, nem sequer morou lá por muito tempo. Foram apenas dois “longos anos”... Ele não tinha ligações afetivas com a localidade, não tinha memórias da infância, nem mesmo da adolescência vinculadas à localidade. Ele foi morar lá devido a circunstâncias alheias a sua vontade e a seus planos. Foi um acidente de moto que o obrigou a vir para Recife para se tratar e arranjar um trabalho mais leve. Como não tinha onde morar, alugou uma casa junto à da mãe, que já morava

na “Xuxa” há alguns anos. Era o único local em que poderia pagar um aluguel naquela ocasião. Também não teria despesas com luz, água, condomínio, IPTU.

A mãe dele também veio de Quipapá há alguns anos, mas não mora no Residencial III Via Mangue, ele não explicou por quê. Segundo Plínio, ela foi para Recife apenas porque tinha uma neta morando lá, gostava muito dela e por isso, quis morar perto dela.

A história de vida de Plínio destoa da maioria dos outros moradores, assim como sua cultura, suas tradições, suas memórias e seus costumes. Ele me explicou que mesmo na “Xuxa” ele atendia os seus clientes na sala de casa. Quando mudou para o residencial, continuou atendendo em casa, no seu apartamento no primeiro andar. Dessa forma, sua vida só havia mudado para melhor. A clientela era a mesma, mas o conforto era outro. Não só o conforto, mas a apresentação do local, o acesso, os equipamentos urbanos em volta, como a estação de metrô, uma UPA (Unidade de Pronto Atendimento), escola, ônibus na porta... Para ele, tudo melhorou. As contas de água, luz e condomínio não foram para ele um choque, pois sempre as pagou no interior. Passou apenas dois anos sem pagar na “Xuxa”.

Ele me contou como conseguiu instalar seu salão no espaço que havia sido planejado para ser a guarita do conjunto de prédios. Como disse em sua entrevista, inicialmente ele utilizava a sala do seu apartamento como salão de beleza. Isso já ia de encontro às regras estabelecidas pela prefeitura, que não permitia outro uso que não o residencial. Mas, depois, ele percebeu que havia um “espaço ocioso” na entrada do conjunto de prédios que era ideal para um salão de cabeleireiro, tinha até banheiro e caixa d’água! Era a guarita de vigilância do residencial, que nunca havia sido usada pelos moradores. Na verdade, não havia na localidade a cultura de organizar um condomínio, muito menos de utilizar uma guarita de vigilância.

Ele, então, me contou que conversou com os moradores, pedindo autorização para se instalar naquele espaço. Em contrapartida, resolveria o problema do recebimento de cartas, até então sem solução. Ele ficaria recebendo as cartas de todos os moradores, e um morador aposentado que se ofereceu como voluntário ficaria distribuindo-as nos apartamentos. Então, segundo ele, todos concordaram (ver figuras 55 e 56).

Entrevistando outros moradores, no entanto, a história não foi bem assim. Segundo outro morador, ele argumentou junto à prefeitura, dizendo que a ocupação da guarita havia sido autorizada em uma assembleia de moradores, mas isso nunca teria acontecido. Não importa saber qual dos dois estavam falando a verdade, o que importa é perceber que o espaço originalmente planejado para ser uma guarita, e que estava ocioso por completa inadequação ao sistema de moradia dos usuários passou a ser utilizado de uma forma criativa, assim como também foi criativa a viabilização da ocupação. É natural que outros moradores tenham ficado com ciúmes de Plínio, porque, de fato, ele obteve uma grande vantagem com sua iniciativa.

Ele disse que, logo no início, pensaram em contratar um porteiro, que poderia ser um dos próprios moradores. Mas, com o condomínio no valor de R\$10,00, não seria viável. Até mesmo, porque nem todos concordavam em pagar o valor estabelecido. Depois, pessoas começaram a utilizar o espaço para consumir drogas, o que preocupou os moradores. Foi então que entrou em ação a criatividade de Plínio. Ele “captou no voo” a oportunidade e lançou um ataque fulminante! O dia foi do caçador! Ele resolveu o problema do porteiro e conseguiu uma oportunidade única!

Para ele foi um enorme salto qualitativo e, por que não dizer, quantitativo. Porque, a partir de então, ele começou a receber clientes dos outros prédios da redondeza, que não são poucos! Outra vantagem foi ter o seu apartamento livre da frequência de estranhos, além de que a sala não ficaria mais repleta de pelos, como era comum anteriormente.

Na verdade, esse tipo de “malandragem” não vem da razão, do planejamento. É do campo da intuição, do “in site”. Vem do momento, da ocasião, e cabe ao indivíduo lançar o ataque no momento exato, como ele fez!

Depois, ele me contou um pouco mais de sua história:

Para me tornar cabeleireiro eu fiz curso em Garanhuns⁴³. Eu já cortava cabelo de homem, né, mas depois eu me interessei. Estava

⁴³ Garanhuns é um município brasileiro do estado de Pernambuco. Pertence à Mesorregião do Agreste Pernambucano e à Microrregião de Garanhuns, e está localizado a 228 km da capital pernambucana, Recife. Situado na região serrana do Planalto da Borborema, é também conhecido como a Suíça Pernambucana, por causa de seu clima ameno no verão e temperaturas baixas no inverno, atípico

fazendo fisioterapia, aí fui fazer um curso pra ter um diploma, né? Essa profissão é melhor, porque eu trabalho pra mim, antes eu trabalhava pra os outros. Aqui, se não der, eu vou pra casa, fecho, tá tudo certo!

(ENTREVISTA COM PLÍNIO, O CABELEIREIRO, EM MARÇO DE 2012)

Na sua entrevista, Plínio me contou mais uma coisa interessante: é “dono” de um dos jardins do conjunto de prédios. Segundo ele, estavam acabando com os jardins, porque não era de ninguém, então ninguém cuidava. Surgiu então a ideia de cada um cercar um jardim para cuidar dele. Então, ele escolheu o seu, cercou e estava cuidando. Este é mais um consumo não previsto pelos planejadores, uma forma de apropriação de um produto, para transformá-lo em algo novo e consumi-lo de acordo com regras próprias e de acordo com suas conveniências (ver figura 57, 58 e 59)

Na sua entrevista, Plínio ainda expressou a sua opinião sobre o projeto do residencial e sobre as mudanças identitárias que ocorreram após a mudança. Muitos dos moradores se identificaram com a classe média, por estarem morando em um condomínio residencial, e não mais em uma “favela”. Enquanto uns se recusam a assimilar a nova cultura imposta pelas regras de disciplinamento, outros se apropriaram delas para ascender socialmente, como relatado por Plínio:

“Mas, a história é essa! Tem uns que não estão gostando, não sei por quê... Quem não gosta é quem tinha negócio, e algumas pessoas que não querem trabalhar. O que faltou no projeto e que o pessoal reclama muito, é que a gente pensava que estava tudo pronto, acabadinho, e não estava. Estava tudo assim, em grosso. Gesso só tem na cozinha e no banheiro. E o pessoal pensou que estava ao menos rebocado, não é? A gente colocou uma taxa de condomínio bem baixinha, só pra manutenção, pra trocar uma lâmpada, consertar a bomba... Tem uns blocos que estão bem organizados, outros não, estão bem largado mesmo! Com muito lixo! Uns entendem que aqui é uma localidade, outros não entendem. (na localidade cada um só cuidava do seu espaço, não havia áreas comuns para serem zeladas) Se aqui fosse tudo organizado? Com porteiro aqui, tudo fechadinho... Muita gente mudou quando veio pra cá. Porque agora tá conseguindo ter o que não tinha, né: móvel, um carrinho, uma motinha...

para o resto da região. Outras alcunhas são Cidade das Flores ou Cidade da Garoa. fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Garanhuns>

(IDEM)

Plínio é uma exceção em relação aos outros moradores. A tipologia do projeto do residencial, elaborado conforme o modelo vigente nas áreas formais da cidade, veio ao encontro dos seus anseios, costumes e tradições culturais, as quais eram bem diferentes da maioria dos outros usuários. De qualquer forma, ele não deixou de praticar suas astúcias e de se apropriar das oportunidades que encontrou nas novas condições que surgiram após a expulsão. Porque a astúcia, a tática não depende da condição social ou cultural, é uma característica inerente a todos os seres animados na luta pela sobrevivência.

4.5. *EU NÃO TENHO MAIS APARTAMENTO, ACABOU-SE MEU APARTAMENTO: História do Irmão Manoel, o mecânico de bicicletas:*

Várias das pessoas com quem conversei no Residencial III Via Mangue disseram que eu tinha que conhecer o Irmão Manoel, pois ele teria um bom depoimento para dar. Seguindo as indicações dos moradores, cheguei até o seu apartamento. Era um apartamento térreo, o tipo mais cobiçado pelos que viviam do comércio antes da expulsão do bairro de Boa Viagem.

Burlando as regras estabelecidas e fiscalizadas pela prefeitura, geralmente, faziam da sala um estabelecimento comercial e moravam nos quartos. Era o caso do Irmão Manoel. Quando morava na localidade “Xuxa” ele tinha um barraco de madeira, e na frente uma oficina de bicicletas, onde também vendia peças para reposição. No novo residencial, ele fez de sua sala uma loja de peças de bicicleta e da calçada, uma oficina mecânica. Em frente ao bloco onde mora, ele instalou uma placa para atrair os clientes: “Os clientes, têm dificuldade de chegar aqui! Muitos nem vem, diz que é longe!”, diz contrariado (ver figura 60).

Ele veio de Carpina em 1967 para trabalhar na construção civil, em Recife. Depois, trabalhou por muito tempo como segurança particular. Mas, a idade avançou e com ela vieram os problemas de saúde. Em 2010, quando o conheci, havia quatro meses que morava no novo residencial. Aparentava cerca de 55 anos. Pelas observações

realizadas em campo, essa já era uma idade avançada para quem vivia nas condições sociais da localidade “Xuxa”. Era obeso e, segundo ele, sofria de artrite, artrose e diabetes tipo 2. Daí procurou um serviço mais leve, que pudesse fazer em casa, como é o caso de concertar bicicletas. Estava com dificuldades para andar, pegar ônibus, subir escada ou empurrar uma carroça: “Quero trabalhar, mas não consigo trabalhar”, desabafou. Quando perguntei quantas pessoas moravam em sua casa, ele respondeu: “Só eu e Jesus! [...] a mulher tá do outro lado! Não deu, não deu! Não adianta não é?” (ENTREVISTA DE IRMÃO MANOEL EM 24/09/2010).

A sala estava “abarrota” de mercadorias, peças penduradas até no teto do apartamento, que ele transformou numa loja. A calçada era sua oficina. “Eu não tenho mais apartamento, acabou-se meu apartamento! Tô com mais de 6 mil conto de mercadoria parada aqui dentro! [...] Iam fazer o Box, cadê os Box? Não tem pra ninguém! Eu aqui numa situação dessa!”, comentou (IDEM) (ver figuras 61 e 62).

Como muitos outros moradores, ele aproveitou a entrevista para desabafar e divulgar a sua insatisfação com o processo de expulsão que sofreu. Antes de mim, outras pessoas já o haviam procurado para entrevistá-lo, a maioria jornalistas de periódicos locais, talvez também partidários da oposição à administração da época, que estava nas mãos do PT (Partido dos Trabalhadores). Certamente, ele também via em mim uma oportunidade para que a sua voz fosse ouvida por alguém que, incomodado ou apiedado, pudesse lhe ajudar.

Ele é evangélico e tem a religião como sustentáculo para suportar as dificuldades que enfrenta: “Nosso amigo é Jesus! Esse nunca falhou, nem nunca falha!”, afirmou (IDEM). Perguntei se ele tinha ficado feliz quando recebeu a notícia que iria morar em um apartamento: “Sim, fiquei! Em compensação cadê o lugar pra trabalhar?”. Perguntei se a prefeitura havia mostrado o projeto a ele antes da mudança ou se tinha consultado a localidade acerca de suas necessidades, ao que respondeu: “Eles não tem esse sentido! Mas nesse tempo (de eleição) ele procura a gente!”. Mesmo achando que a moradia melhorou, ainda fez restrições ao projeto do residencial: “Isso é casa de Pombo! Pra que uma rua tão larga dessa? Tanto terreno que tem! Pra que essa casa de pombo?”. Na localidade a lógica espacial era diferente, o espaço interno dos barracos era privilegiado em relação ao espaço externo, que era reduzido ao mínimo. Talvez essa seja a razão de sua crítica.

A opinião de que a qualidade da habitação melhorou após a expulsão era uma unanimidade entre os entrevistados. Mas, também era unânime a percepção do agravamento das dificuldades para produção de renda entre aqueles que viviam do comércio ou da prestação de serviços, que era a maioria. No seu relato, Irmão Manoel demonstra sua revolta em relação à forma autoritária com que a prefeitura executou o projeto, sem consultar os moradores da localidade. Segundo seu relato, ele percebe nos gestores uma total falta de sensibilidade para com as reais necessidades dos moradores expulsos, mas deixa implícita a sua vingança, prometida para acontecer nas urnas da próxima eleição. Depois da religião, a consciência de sua força política, como cidadão eleitor, era o que lhe movia para continuar a batalha pelo direito à prometida, porém sempre negada, vida digna.

Os que receberam apartamentos no térreo foram privilegiados, porque tinham como instalar seus comércios e serviços em local de fácil acesso e de passagem de moradores, mesmo tendo que burlar as regras estabelecidas pela prefeitura. Irmão Manoel relatou que a DIRCON esteve no seu apartamento, representada por uma funcionária, e ameaçou levar toda a sua mercadoria para o depósito:

[...]Ela arrumou uma confusão comigo, do nada!
 Ela disse: “Eu tô com você por aqui!” (passa a mão no pescoço)
 Porque a senhora tá comigo por aqui? Eu não fiz mal, não a maltratei, nem roubei, nem tirei nada da senhora! A senhora é que tirou de mim!
 Eu era pra tá com a senhora por aqui, e não tô! Ela disse: O senhor tire isso daqui imediatamente, senão a prefeitura vai levar tudo!
 Eu disse: Pronto, mande tirar! Agora, tem outra coisa: a senhora vai me prender... Eu disse tanta coisa! Eu tinha uma placa maior! Não sei se vocês viram ela? Uma placa lá no poste, lá embaixo, viram ela?
 (ENTREVISTA DE IRMÃO MANOEL EM 24/09/2010)

Ao relatar sua história, o Irmão Manoel revivia toda a sua revolta, elevava a voz e gesticulava expressando suas emoções do passado, pois como afirma Montenegro (2010, p.73), frequentemente “as descrições de acontecimentos, ações, sonhos e reflexões são projetadas como se o passado fosse outra vez revivido”. Enfrentando toda a vigilância e todas as ameaças da prefeitura, Irmão Manoel seguia tentando arranjar o seu sustento no novo residencial. A luta com os órgãos públicos e com a área rica da cidade não era novidade em sua trajetória. Nas memórias dos antigos moradores da “Xuxa”, como era o caso do Irmão Manoel, as batalhas pelo direito à cidade ainda estavam bem marcadas. Foram muitas ameaças, atentados, incursões policiais e

perseguições enquanto tinham o status de moradores de assentamentos ilegais. Apesar de doente, ele ainda tinha consciência de sua força e de seu poder como cidadão para enfrentar o poder estabelecido nas instituições oficiais.

Os relatos de lutas pelo direito de se estabelecer como comunidade pobre dentro de um bairro considerado “nobre” pelo mercado imobiliário aparecem na fala de muitos dos entrevistados, como é o caso de Leonardo, sobrinho de Sandra:

[...] muitos ficaram satisfeitos de vir pra cá, outros não. Porque tinha suas propriedade boa! A luta que tiveram, desde o começo! A casa de madeira, depois passaram pra taipa, depois de alvenaria, muita luta mesmo! Muito suor mesmo! Às vezes o povo vinha ali, queria amedrontar... Quando eu cheguei ali, ainda tinha muita lama ali. Aquele aterro ali, pagava os caminhão de metralha e jogava por lá. A gente falava com eles, dava 5 reais, dava 10 reais, eles jogavam a metralha, a gente ia e saía aterrando, pedacinho por pedacinho, até conseguir aquele pedaço todinho ali, foi bronca, viu! Foi serviço demais, aí nunca parava o serviço não, porque a maré ia puxando o aterro direto e sempre tinha que estar repondo ali.

(ENTREVISTA COM JOSÉ LEONARDO VIEIRA, EM 24/03/2012)

Segundo o etnólogo francês Augé (2003), não-lugares, como viadutos, marquises, bancos de praça, calçadas e, por analogia, margens de mangues, espaços de passagem ou apenas de contemplação, recompõem-se em quartos e salas, como única saída gerada pela falta de acesso a lugares habitáveis nas grandes cidades, por indivíduos e populações pobres. Eles passam de consumidores a criadores de espaço.

Para Augé (2003) o mundo contemporâneo é o mundo da passagem e da circulação. Os aeroportos, hotéis, shopping centers, autoestradas, viadutos são exemplos de não lugares, uma vez que sua natureza é de permanência transitória, lugares de passagens e não territoriais. Tais lugares não criam identidades singulares e patrimônios comuns, são feitos para o consumo, mas podem, no entanto, ser transformados em lugares geometricamente habitados, o que foi o caso da localidade “Xuxa”, construída sobre um terreno “inventado” pelos seus moradores. Não sem muitas lutas e sacrifícios, eles enfrentaram as leis de ordenamento da cidade e construíram a sua localidade numa zona de preservação ambiental e aterraram parte do mangue, para transformar em área habitável.

Para o entendimento dos fenômenos acontecidos no Residencial III Via Mangue, que foi planejado para ser exclusivamente residencial, aplica-se mais propriamente o conceito de lugar em Certeau (1994). Segundo este historiador, lugar é um ambiente planejado, porém ainda não praticado pelos usuários. Assim, o conjunto de prédios que tem até no nome a referência a sua função na cidade, a residencial, passou a ser consumido de forma não autorizada, apesar de toda vigilância e de todas as ameaças dos órgãos de controle da prefeitura. O lugar tornou-se espaço multiuso, no caso residencial, comercial e de serviços, como era nas localidades antes da expulsão dos moradores. A lei da sobrevivência, as tradições e os costumes falaram mais alto que as leis de uso do solo, as práticas dos sujeitos venceram o planejamento e as regras dos ordenadores urbanos, dentro do espaço controlado por eles.

No caso do Irmão Manoel, esse enfrentamento foi mais explícito e barulhento do que na maioria dos casos onde as táticas burlam as estratégias, o que fazem, geralmente sem chamar a atenção. Neste caso, houve enfrentamento “corpo a corpo”, como relata o Irmão Manoel, sobre sua discussão com a representante da DIRCON:

[...] Eu vou parar por aqui, porque eu não posso ficar nervoso! Eu caio por aqui, a responsabilidade é da senhora! Mostrei um bando de remédio! A senhora vai discutir comigo? Se vai discutir comigo, pode continuar, mas se eu cair aqui, é com a senhora e a sorte! Tô na sua mão! Veja bem o que vai fazer! Não me deixe na rua não! Isso aqui, quando a prefeitura vem, é um cala-boca! Mas eles sabem que somos eleitor, ou não somos? E no dia de votar? Eu tenho minha opinião: é pra votar amanhã? Não sai ninguém de dentro de casa! Deixe... Não vota em mim, não vota nele!
(IDEM)

Na discussão ele usou todas as suas armas: a doença, o voto nas urnas. Ele colocou a fiscal da prefeitura numa situação difícil, jogando sobre ela a responsabilidade pelo que acontecesse com ele naquele momento, por conta da sua saúde debilitada. Foi uma atitude do tipo tático, uma astúcia, uma criação de momento. Ao mesmo tempo, ele se baseou na consciência de que seu voto ainda tem algum valor. A mudança aconteceu, mas a sua luta continua pelo direito de usar seu apartamento como meio de produzir renda, de forma semelhante ao que fazia quando morava na localidade “Xuxa”, embora com a desvantagem da localização.

4.6. *TRABALHAR PRA POBRE É QUE É COMPLICADO: O*

Sandra, que era de pele clara; um pouco sério na expressão facial. Sandra era irmã da mãe dele, e sua cor morena, certamente, foi herdada do pai. Mas eu expliquei quem era, o que queria, falei sobre a relação de amizade que havia tido com a tia dele, e ele se mostrou disposto a me ajudar. O “trem” estava nos trilhos novamente.

Foi muito importante conhecer Leonardo, não apenas porque ele me dava novamente uma direção, um caminho para a continuidade da pesquisa, mas porque ele mesmo se tornou para mim uma ótima fonte de pesquisa. Ele era um representante dos moradores que não viviam como autônomos desempregados, como a maioria dos que eu havia conhecido, mas tinha um histórico de trabalhador formal, portanto utilizava o Residencial III Via Mangue apenas como moradia. Não tinha problemas com comércio ou com oficinas, como muitos que eu havia entrevistado. Então, além de combinar com ele para continuar contatando antigos e novos moradores para realizar entrevistas, marquei também para entrevistá-lo.

Leonardo nasceu na localidade “Ilha do Destino”, assim como Sandra. Foi morar na “Xuxa” aos 10 anos, e na época da entrevista estava com 28 anos. Logo que iniciamos a conversa, ele me falou sobre seu meio de vida:

Eu trabalho em todas as áreas, tanto na área alimentícia, como na área de atendimento, como no comércio. Eu sou fichado nesses negócios todinho. Até na área de gerenciamento eu já trabalhei também. Da limpeza prá lá eu tô ... Agora mesmo estou trabalhando de mensageiro administrativo num hotel. Desde os meus 16 anos, estou trabalhando, graças a Deus, de carteira assinada! [...] Saio de uma firma, entro noutra, até hoje, graças a Deus, não tem faltado emprego pra mim não.

(ENTREVISTA COM JOSÉ LEONARDO VIEIRA, EM 20/03/2012)

Seu jeito de falar era, de certa forma, diferente da maioria dos entrevistados. Ele parecia mais compenetrado, falava de forma mais explicada, fazia questão de mostrar distinção em relação aos outros moradores do lugar. Apesar da sua distinção no falar, ele demarcou logo o seu lugar de fala, que se identificava com o das pessoas mais simples:

[...] Penso assim, igual a muitos pobres pensam: tendo o que comer e tendo paz, é a melhor coisa do mundo! Negócio de roupa, a gente nasceu nu, a gente tá vestido. Mas tem muita gente que se preocupa com bens materiais e esquece de ser educado, de viver, de coisas assim, entendeu? A gente não liga pra nada!

(IDEM)

Leonardo era da religião evangélica, dessa forma, os valores cristãos indicavam para ele e para sua família o modelo de vida a ser seguido. Seu discurso falava de desapego a bens materiais e de comportamento simples e “educado”.

No dia que estive em seu apartamento, estava presente também a sua esposa, Edvânia, que terminou participando da entrevista, acrescentando suas impressões sobre a nova moradia:

Se aqui fosse uma casa, eu não sairia daqui não. Porque aqui é perto de tudo, perto do shopping... muito bom aqui a área, né, mas os vizinhos, morar atrepado não é comigo não, viu. Lá era só a família, entendeu, era Sandra, a filha dela do lado, era tudo parente, não tinha problema com nada, né? E aqui já tem com os vizinhos, ligam som até altas horas da noite, entendeu, e você não pode reclamar, porque se reclamar cria um problema, não é? Aí é melhor ficar calado, fechar a porta e ir dormir. O pessoal passa do limite, bebe, depois que tá bêbado começa a soltar suas gracinhas, né, porque quando tá bom, você passa prá lá, passa prá cá, não diz nada, né, mas quando tá bêbado, é que irrita, viu? Eu não suporto aqui! Tem vizinho que é ótimo, que só é de casa pro trabalho, não incomoda ninguém, não tem intimidade com ninguém...

(ENTREVISTA COM EDVÂNIA CÍCERA DA SILVA, EM 24/03/2012)

Ela gostava do bairro e da localização, mas não da tipologia da edificação, que era multifamiliar. Paralelamente, ela lembra os aspectos bons que havia na comunidade anterior, como as relações afetivas que existiam entre a vizinhança. Ela demonstra principalmente o choque cultural que sentiu ao ser obrigada a viver de acordo com uma organização social, para ela, completamente estranha. Na “Xuxa” ela vivia entre os parentes, que eram todos evangélicos e tinham costumes compatíveis com os seus. Diferentemente da comunidade onde vivia, a vizinhança não surgia a partir de vínculos afetivos, dos casamentos e uniões entre parentes, que construía suas casas ao redor da dos seus familiares, mas surgia aleatoriamente.

Eu havia, na primeira entrevista que realizei para a pesquisa, perguntado a Sandra se existia alguma rivalidade interna entre os ex-moradores da “Xuxa” e os de “Deus nos Acuda”, ao que ela respondeu negativamente. Leonardo, no entanto trouxe em sua resposta algo que eu já esperava ouvir:

Na “Xuxa” tinha mais gente evangélica. Ali em Deus nos Acuda tinha umas bocada pesada, mas na Xuxa era diferente, o pessoal era mais evangélicos. Tanto que os blocos até o quinto são mais tranquilo. Do quinto bloco em diante é um povo meio pesado, porque tem gente de Deus nos Acuda. Não quero discriminar todos eles, é que tem gente brabo mesmo, bossal mesmo, entende?”

(ENTREVISTA COM JOSÉ LEONARDO VIEIRA, EM 20/03/2012)

Seu sentimento é semelhante ao de sua esposa. Na sua fala ele usa o termo “evangélico” para contrapor o modo de vida dos moradores da “Xuxa” em relação aos de “Deus nos Acuda”, que, segundo suas representações eram mais “mundanos” e se organizavam de forma mais “suspeita” ou reprovável, que ele chamou de “bocada pesada”. Na organização dos moradores expulsos das duas comunidades pobres no novo território, a prefeitura promoveu uma separação parcial das comunidades, distribuindo os cinco blocos da direita de quem entra no portão principal para os ex-moradores da “Xuxa” e os seis da esquerda para os de “Deus nos Acuda”. Sobre isso, Leonardo trouxe um dado interessante:

Hoje, não há rivalidade entre as duas comunidades. Haveria se fizessem o que fizeram no Pina, que traçaram um muro entre as comunidades, criando uma rivalidade, onde já houve até homicídios por causa disso. Aqui, eles queriam fazer o mesmo, mas graças a Deus desistiram. Talvez, se eles tivessem colocado o muro, hoje não seria o que é. Aqui, a gente não tem problema nenhum com ninguém. Se tivessem colocado o muro aí, a gente não teria paz de jeito nenhum.

(IDEM)

Os moldes em que foi concebido o projeto do residencial não levaram em consideração muitos aspectos da cultura e da identidade dos moradores das comunidades expulsas de Boa Viagem, seu modo de vida, seus valores, suas tradições, suas lideranças, seus costumes. Foi imposto a eles um modelo de moradia, segundo os padrões da chamada classe média: blocos de apartamentos sobrepostos, com quatro pavimentos; quadra de esportes; jardins comunitários; estacionamento amplo; guarita para porteiro, playground e salão de festas. Quando, de acordo com as entrevistas, eles prefeririam unidades independentes, com seus jardins e estacionamentos próprios; com local que possibilitasse a execução de pequenos trabalhos, como pequena oficina, comércio ou depósito, como está expresso na fala do morador Leonardo:

Porque o espaço que tem aqui dava suficiente pra cada um ter sua casa no chão! Mesmo que diminuísse o espaço um bocadinho de nada, que aqui tem 40m², porque aqui tem muita área livre! Pelo menos, se fosse uma casa em cima da outra só. O problema foi a adaptação. Não teve quem ensinasse, quem instrísse...

(ENTREVISTA COM JOSÉ LEONARDO VIEIRA, EM 20/03/2012)

O que se observa nesse processo específico de expulsão das comunidades, o que os gestores públicos chamam propositalmente de “remoção” para o novo residencial é uma violenta quebra de identidade. A palavra “remoção” quer dar uma ideia de legalidade, de retirada cuidadosa e planejada, o que na prática não aconteceu. A

população sofreu uma tentativa de imposição de uma nova identidade, que começa com a desarticulação da comunidade naquilo que é o seu próprio fundamento: sua organização social. Isso mostra na prática o que Silva (2003) afirma teoricamente, ou seja, as identidades e as diferenças são construídas nas relações sociais. As suas definições discursivas e linguísticas estão sujeitas a vetores de força, a relações de poder.

O residencial foi concebido segundo uma concepção totalmente estranha à de quem sempre viveu numa comunidade pobre. Isso não se dá apenas por falta de uma pesquisa acerca das tradições, do modo de vida e das reais necessidades da população para quem ele foi projetado, ou seja, acerca do cotidiano da população, mas porque não é essa a real intensão dos gestores públicos, que estão a serviço de outros interesses, no caso, os de setores econômicos dominantes. O principal objetivo é liberar o caminho da Via Mangue, que surge como uma proposta para a cidade, não em função da melhoria de vida das populações mais pobres, mas apesar delas.

Apesar dos impactos culturais e econômicos, uma vez assentados no novo território, muitos moradores já começam a digladiarem-se por uma nova identidade: nem a que lhe foi imposta pelo poder público, nem mais a que trouxeram da favela, mas a resultante de uma nova experiência, em um novo contexto, como diz em sua entrevista Roberval, o subsíndico informal, responsável por um dos blocos do condomínio: “O problema é que as pessoas vieram para cá e trouxeram a favela junto! Nós precisamos entender que não somos mais favelados!”. Com ele concorda Leonardo, que também critica as antigas práticas dos moradores das localidades extintas, embora também fale das dificuldades que ele mesmo enfrenta para por em prática o que defende na teoria:

Faltou uma ressocialização ou uma adaptação ao novo sistema de vida: recolhimento de lixo: tem morador que joga o lixo pela janela; pagamento de condomínio; regimento interno, não houve adaptação nenhuma. Precisam perder os costumes da favela! Dizem que isso é uma favela em pé, e realmente é, porque tem gente que deixa que o espírito de “faveleano” venha e atue. Lá não tinha costume de pagar água e luz, eu mesmo puxei luz do poste e botei pra dentro de casa. A gente nunca teve problema com água e luz. Muitos venderam o apto por causa disso! Meu cunhado mesmo vendeu o dele por 35.000 por causa disso. As contas de luz são um absurdo! Oitenta e poucos reais, cento e poucos reais! Pra uma pessoa assalariada, com filho dentro de casa, não dá! Se não você vai trabalhar apenas para pagar água e luz e se alimentar muito mal! Não vai ter condição de comprar uma televisão, de comprar uma roupa... Muita gente entregou aí seu lares a troco de banana por isso! Aqui parece mais país europeu,

aqui, é tudo caro, terrível! Eu me viro no final de semana trabalhando no lava jato aqui do lado, ganho umas gorjetinhas também no hotel e a gente vai se virando assim.

(IDEM)

Leonardo naturaliza um termo normalmente utilizado por gestores públicos, a “ressocialização”, introjetado a partir de outro espaço de enunciação, o que indica que há um esforço de sua parte no sentido do que ele considera uma ascensão social e critica a prefeitura por não ter reeducado os moradores para se adaptarem ao novo modelo de organização. Dessa forma, ele procura uma via para adequação dos moradores, mais que para uma resistência ou uma transgressão às normas, o que condiz com sua formação religiosa e seus anseios sociais. Os valores cristãos em voga entre pessoas de comunidades mais pobres no Brasil apontam para um comportamento mais dócil e obediente às regras e às autoridades estabelecidas. Ele, então defende que as práticas comuns nas chamadas “favelas” devem ser abandonadas, ao que ele, ao criar um termo próprio, chamou de “espírito faveleano”. Essa é mais uma indicação de que a religião lhe serve também como referência para obtenção de novas posições sociais, o que ele busca através de uma “bricolagem” linguística. O termo se refere a comportamentos rebeldes e desregrados dos chamados “favelados”, o que para ele deve ser “exorcizado” do novo território.

Ao mesmo tempo, em que defende a adoção de novas práticas, ele expressa sua indignação em relação ao custo econômico que elas impõem aos seus praticantes, indicando se encontrar em um estado de “conflito cultural”. Assim, uma nova identidade vai se construindo, num jogo de poder, que não é mais só entre gestores públicos e moradores, mas surge uma nova disputa entre os próprios moradores, que reproduzem através de “micropoderes” os interesses das oligarquias culturais, políticas e econômicas dominantes.

Enquanto uns insistem em não pagar as contas de luz e água, nem sempre por falta de dinheiro, mas por uma questão de resistência cultural, pois na favela há décadas que se desfrutava desses serviços de forma gratuita, outros se esforçam para implantar uma nova cultura, como expressa o morador Leonardo em sua fala:

[...] Eu pensei em alugar meu apartamento, pra sair e alugar uma casa boa, porque às vezes eu me irrita. Porque eu quero mudar as coisas... Tem gente aqui que rouba energia, foram lá embaixo, na caixa, e estouraram o lacre da CELPE. Aí ficam com raiva de mim,

porque, se a gente abre mão pra um, todo mundo vai querer puxar um “gatinho”. Quem vai deixar de querer economizar 70, 80 conto? E o povo só paga a luz interna, a externa a prefeitura paga, mas a gente não sabe até quando. Um dia a taxa do condomínio vai chegar. E já imaginou quando der um problema num cano desse? Como é que a gente vai resolver com essa taxa de 10 reais? Vai ser problema! Uma caixa d’água daquela de 5000 litros, quanto não custa?

(IDEM)

Leonardo vê na mudança para o novo apartamento a possibilidade de uma ascensão social, e luta por isso, de diversas formas, em meio a um conflito cultural. Lá, cada bloco elegeu um subsíndico, que recolhe uma taxa de R\$ 10,00 por mês, para cobrir despesas comuns, como consertos na bomba d’água, limpeza, pintura, troca de lâmpadas e instalação de grades de segurança com fechadura na entrada dos blocos. As paredes coloridas dos blocos são um exemplo dessa mudança: mesmo após dois anos de entregues, não há uma só pichação. Leonardo é o subsíndico de seu bloco, e fala das dificuldades que sente em lidar com a antiga cultura que migrou para o novo conjunto de apartamentos junto com muitos moradores e de suas expectativas em relação a possibilidades de ascensão social a partir de novas práticas:

Aí já tem muitas pessoas de classe média. Eu acho assim, se em cada bloco de 32 moradores que tem, se pelo menos 10 mudasse e fosse de classe alta, e justamente esses 10 que saísse fosse gente que não quer nada com a vida... Porque quem tá saindo mesmo, é gente que não quer nada com a vida mesmo, entendeu. Já outros que tão saindo é porque outros não querem entrar num acordo, aí eles se irritam e vendem! [...] A Moura Dubeux foi, comprou um terreno ao lado, do conjunto que caiu. Esse povo vai querer a gente aqui? Não vai! Porque rico... Lá só vai morar gente da alta sociedade, que não vai ficar satisfeito com eles por perto. “Se ele usar o bate-estaca quebra a gente aqui. Depois ele manda os engenheiros dele e sai comprando bloco por bloco”.

(IDEM)

Com a sua fala, Leonardo quer demonstrar que a solução para os impasses administrativos e culturais do Residencial III Via Mangue é uma espécie de “limpeza” cultural. As pessoas que “não querem nada”, segundo ele, deveriam sair para dar lugar a pessoas da classe média, como já aconteceu com muitos dos apartamentos. Os moradores provenientes das comunidades expulsas que quiserem continuar no Residencial, segundo ele, deveriam se enquadrar nos moldes de vida e de convivência

da classe média, porque então todos ascenderiam socialmente, abandonando definitivamente os estigmas da pobreza.

Ele também demonstra o seu receio em relação à tendência evolutiva do bairro. Segundo ele, a Moura Dubeux, uma construtora de apartamentos de alto padrão, acabara de comprar um terreno próximo ao Residencial, de uns edifícios populares que foram desocupados devido a uma ameaça de desabamento, de maneira que, quando os moradores de classe alta chegarem para ocupá-los, não irão querer os pobres por perto, e eles estariam mais uma vez ameaçados de expulsão.

O estigma da pobreza aparece em sua fala como um fantasma que precisa ser exorcizado o quanto antes, para que a ocasião de ascensão social não seja perdida de vez. O que pode acontecer, segundo suas expectativas mais pessimistas, é a Moura Dubeux, com seus bate-estacas, quebrar as estruturas dos blocos do Residencial, para depois comprá-los a preço baixo, como aconteceu com o conjunto ao qual ele se referiu. Então, eles estariam mais uma vez sem um lugar na cidade.

No entanto, tanto Leonardo, quanto sua esposa demonstrava estar vivendo um grande impasse, em função da quebra da identidade anterior e da construção de uma nova. Ao mesmo tempo em que lutavam pela construção de uma nova identidade no local onde estavam morando, também ventilavam a possibilidade de uma mudança ainda maior, à maneira como muitos moradores já haviam feito, como demonstra a continuação de sua fala:

É proibido vender, só que eles vão lá no cartório e faz tipo um recibo, uma autenticação normal, e vendeu ali! Sabendo que, a prefeitura tem registrado 50 anos o nome da pessoa lá dentro. Independente de onde eu for, se um dia eu invadir, não ganha nada mais de benefício do governo, porque consta que você tem um apartamento em tal canto, isso e aquilo. Mas, eu prefiro ir para o interior também, sabia. Eu não sou do interior não, sou daqui mesmo, minha esposa é que é. Eu tenho planos de vender aqui por 70, 80 mil, porque casa lá é barata, entendeu, como o aluguel também. O aluguel lá mais caro, você paga 200 conto, lá em Sucupira. Eu penso em comprar 6 casinhas de 10.000, que lá tem, e morar numa e botar 5 ou 4 pra alugar, e daí eu trabalhar também, entendeu? Eu, graças a Deus não meço esforços não.

(IDEM)

Eu não poderia deixar de citar o caso de Edvaldo Grigório, outro partidário das mudanças culturais, que me concedeu uma entrevista em 25/03/2012 com apenas uma condição, queria “ver o seu nome no livro”. Uma singularidade da história oral é que ela que cria laços afetivos e de compromissos entre o pesquisador e suas fontes. Provavelmente, Grigório viu em meu trabalho uma oportunidade de registrar de alguma forma a sua história, na medida em que, como narrador, se torna coautor da pesquisa, construindo-a juntamente com o pesquisador (PEREIRA, 2008). Cumpro, então, com meu compromisso, registrando e analisando suas memórias.

Foi Leonardo, sobrinho de Sandra quem o apresentou a mim. Combinamos o dia da entrevista, e quando cheguei no dia e horário marcados no bloco onde ele morava, ele estava mergulhado na caixa d’água inferior, consertando a boia que apresentara defeito, com a ajuda do seu parceiro Leonardo, que morava no mesmo bloco e era o subsíndico interino. Ele estava fazendo um trabalho de mergulhador, porque a boia estava submersa. Então ele pegava ar na superfície e mergulhava para mexer na boia, enquanto Leonardo dava apoio na superfície.

Eu fiquei observando o trabalho dos dois, até que Edvaldo pudesse me atender. Fiquei admirado do esforço que estavam fazendo para consertar o sistema hidráulico que servia a dois blocos do conjunto. Era uma prova concreta do comprometimento dos dois para que tudo funcionasse da melhor forma. Quando ele saiu, tremendo de frio, de dentro da caixa d’água, com as pontas dos dedos enrugadas, por conta do tempo que passou dentro da água, foi logo me dizendo: “O meu desejo é que essa bomba queimasse, não sabe, porque eu ia querer ver o nêgo sair aqui lá do terceiro andar, com o balde na mão, pra saber a falta que faz dez reais!”

Ele me disse que nasceu na cidade de Chã Grande⁴⁴ e veio para a “Xuxa” com 14 anos, onde morou por 30 anos. Pelas contas, ele devia ter na época da entrevista cerca de 46 anos. Já trabalhou em padaria, já ajudou o pai na fabricação de caixão de defunto e há 17 anos trabalha em uma escola particular com tratamento de piscina. Portanto, na “Xuxa” ele apenas morava, não exercia nenhuma atividade comercial:

⁴⁴ Chã Grande é um município brasileiro do estado de Pernambuco. Distante 82 km da capital pernambucana, Recife. O município localizado numa região de clima semiárido, é composto pelo distrito sede e pelos povoados Vila de Santa Luzia, Malhadinha, Beatriz Alves e Posto Rodoviário.

Minha casa era de alvenaria, só que era maior. Mas, em compensação só tinha dois quartos, como aqui. Lá tinha mais espaço pra guardar umas coisas. Mas, o ambiente e o local é maravilhoso! No começo eu tive vontade de vender meu apartamento, mas não foi por causa do lugar, foi por causa dos moradores, que não queriam entrar em acordo. Tem gente que não quer pagar, tem gente que cria caso... Tem um morador aí atrás que, o que ele fazia lá ele faz aqui, que é juntar lixo aí atrás. Em todo lugar tem gente que presta e gente que não presta, não é? O pessoal tá começando a se adaptar agora.

(ENTREVISTA COM EDVALDO GRIGÓRIO, EM 25/03/2012)

Como a maioria dos moradores que não exercem atividades de comércio ou de serviços e trabalham em emprego fixo, Grigório considerou a mudança como uma grande melhoria na qualidade de vida. Todos são unânimes em afirmar que a moradia melhorou muito, com exceção dos que haviam investido muito na casa, as quais eram melhores que os apartamentos que receberam da prefeitura. As queixas de Grigório são relativas à dificuldade que muitos moradores têm de se adaptar à nova forma de organização social, por uma questão de resistência cultural ou por não terem estrutura financeira para bancar as novas despesas com água, luz e condomínio, como ele mesmo afirma em seu relato:

A moradia, aqui, melhorou, mas a gente tem que saber dividir o assunto, né, em relação ao pessoal do prédio, aqui está sendo desagradável, porque lá quase ninguém pagava água nem luz, e aqui acha que é a mesma coisa, não é? Aqui são 32 apartamentos por bloco, 320 no total. A luz e água tem que pagar, se não corta, mas em relação ao condomínio, aqui, 3 ou 4 pagam. Já teve gente que disse a mim: “eu vou dar 10 reais? Meu dinheiro é pra tomar minha cerveja!”

(IDEM)

Enquanto o combate cultural segue dentro dos muros do Residencial III Via Mangue, a imprensa já começa a representá-lo como um modelo a ser seguido. Diante do fracasso dos primeiros projetos habitacionais, os moradores do Residencial partiram na frente e trabalham para evitar que o mesmo se suceda com eles. O relativo sucesso do Residencial III Via Mangue já começa a credenciá-lo a “exportar” sua experiência como um novo modo de moradia popular. No início de 2012, futuros moradores do Residencial Via Mangue II, etapa que ainda não havia sido entregue pela prefeitura (o Via Mangue III foi entregue antes do Via Mangue II), foram até lá para conversar com os moradores e observar a experiência, considerada por eles como bem sucedida.

A edição do Jornal do Comércio, de 26 de fevereiro de 2012 traz em sua capa a manchete: Da lama à cidadania: No Residencial Via Mangue III, moradores se organizam para manter a favela longe de suas vidas. Nesta edição do jornal parceiro dos gestores públicos, os moradores adeptos das mudanças culturais, que tanto interessam aos que idealizaram o projeto habitacional que compõe a Via Mangue, dão seus depoimentos, multiplicando para os outros conjuntos habitacionais da prefeitura a ideologia disciplinadora.

Enquanto no bairro da Torre, os moradores do “Conjunto Habitacional Abençoado por Deus” expulsos em 2008 da Vila Santa Luzia, uma localidade pobre do mesmo bairro, convivem com vacas e cães a revirar os sacos de lixo jogados pelos moradores nos fundos dos prédios, além de ratos e baratas, pichações e pintura desbotada, alguns moradores do Residencial III Via Mangue tentam escrever a história do contrário. A experiência mal sucedida das primeiras comunidades expulsas pela prefeitura, a partir de 2005, e assentadas em conjuntos habitacionais serviu de alerta para os casos mais recentes, como o da “Xuxa” e de “Deus nos Acuda”. Eles que lutavam no passado pelo direito de ter um lugar na cidade, lutam agora contra a cultura, a falta de apoio governamental, a falta de dinheiro para sustentar as novas estruturas, como destaca o técnico em refrigeração Roberval Trajano: “Não basta só deixar a favela, tem que abandonar o espírito de favelado. Esse é o nosso patrimônio e temos que cuidar dele. Tudo o que for investido no prédio vai ajudar a valorizá-lo e deixa-lo ainda mais bonito” (JORNAL DO COMÉRCIO, 2012).

4.7. EU NÃO GOSTO DE MORAR

compor a renda familiar. Desta forma, construir paredes se mostrou bem mais simples que edificar comunidades.

Para os ex-moradores das localidades “Xuxa” e “Deus nos Acuda”, os impactos socioculturais advindos da expulsão significaram o fim de uma organização social que, há décadas, viabilizava sua subsistência em condições extremas de pobreza. A organização social anterior, que era baseada nas relações de vizinhança, quase toda composta por familiares e estabelecida ao longo de anos, deixou de existir juntamente com as localidades.

A transferência da população e seu estabelecimento em um espaço concebido de maneira a “disciplinar” usos e costumes considerados pelos gestores públicos e pela população da área rica da cidade como ilegais e nocivos à sociedade, significou a impossibilidade da continuação de práticas taticamente desenvolvidas no cotidiano da vida dos moradores expulsos. A transferência para o residencial, entre outras coisas, fez com que desaparecesse a possibilidade de deixar um filho com um parente ou vizinho para ir trabalhar; afastou a população do bairro de Boa Viagem, que lhe proporcionava inúmeras oportunidades de trabalho, impossibilitando o surgimento de oportunidades para fazer qualquer tipo de “bico”, que complementava o orçamento familiar, mesmo daqueles que tinham emprego fixo. Fez também com que surgissem novos compromissos financeiros, como o pagamento de contas que não existiam na localidade, como é o caso das contas de luz, água e condomínio.

Tais práticas introduzidas na nova organização social, que eram banais para os moradores dos bairros ricos, significaram grande impacto econômico e cultural para a população expulsa de áreas pobres localizadas em bairros ricos. Passados os primeiros momentos festivos após a mudança, os prejuízos sofridos pelos moradores passaram a ser motivo de muitas insatisfações. Toda a organização econômica e social das localidades estava baseada numa cultura própria. Desorganizados e sem força política comunitária, os moradores passaram a agir através de táticas individuais, de forma a viabilizar suas vidas cotidianas dentro das novas condições.

O disciplinamento que se tentou impor através de novas configurações arquitetônicas e urbanísticas não foi recebido pacificamente por todos os moradores. A configuração espacial, elaborada como um produto a ser consumido pela população expulsa das comunidades, não foi recebida por todos da mesma forma, mas com

aceitação por uns, com criatividade por outros, que passaram a utilizá-lo segundo sua “invenção” e suas reais necessidades, ou seja, apropriaram-se dos elementos pré-dispostos, consumindo-os de acordo com as ocasiões, com as oportunidades, ou seja, taticamente, e ainda com rejeição por parte de outros, o que fica marcado na fala da dona de casa Edvânia, que viu na entrevista uma oportunidade para “desabafar” a sua insatisfação:

Eu não gosto de morar atrepada! Eu estendo a roupa, o vizinho de cima bota a roupa pingando, zuada... Eu preferia morar numa casa! Eu morava numa palafita, mas eu preferia morar lá do que aqui. O ruim de lá é por causa dos ratos, as baratas, mas eu me sentia mais à vontade, não tinha tanto barulho.

(ENTREVISTA COM EDVÂNIA CÍCERA DA SILVA, EM 24/03/2012)

Certeau (1994) relaciona a “tática” à produção, à fabricação, que, no entanto, não é barulhenta e espetaculosa como a “estratégia”. Ela age silenciosamente, de forma quase invisível, como uma borboleta que, sabendo não poder enfrentar o seu predador pelo confronto de força bruta, se camufla, se torna invisível para ele, de forma que vence pela “esperteza” e não pela força. Ele relaciona a “estratégia” à produção de algo a ser consumido dentro do lugar gerido pelo produtor, enquanto a “tática”, relaciona com o consumidor, que, no entanto, não consome da forma como foi planejado pela ordem econômica dominante, mas a partir de maneiras próprias e pouco perceptíveis pelo mais forte.

Ele dá como exemplo o comportamento dos indígenas americanos ante os colonizadores espanhóis, os quais rachavam por dentro o “sucesso” dos dominantes. Muitas vezes esses indígenas, mesmo consentindo com a dominação, faziam das normas que lhe eram impostas outras coisas, que não aquelas que os colonizadores acreditavam conseguir com elas. Eles não as rejeitavam diretamente, mas subvertiam-nas, utilizando-as para fins estranhos ao sistema do qual não podiam fugir. Era um modo de escapar ao poder, sem, no entanto, enfrentá-lo ou deixá-lo, uma vez que sua força se manifestava nos procedimentos de consumo.

De maneira semelhante, o residencial para onde foram expulsos os moradores das localidades “Xuxa” e “Deus nos Acuda”, enquanto objeto arquitetônico e urbanístico, passou por transformações, na medida em que os usuários dele se

apropriaram e o consumiram, não como planejado pelos arquitetos e urbanistas, mas conforme suas necessidades e preferências específicas culturalmente determinadas, muitas delas não previstas pelos planejadores.

A análise das entrevistas e as observações de campo indicam que, à maneira dos povos indígenas, os usuários do residencial fizeram uma reapropriação com e na economia cultural dominante, utilizando os espaços, as indenizações e os apartamentos de maneira diversa daquela prevista pelo plano, de forma a viabilizar sua vida cotidiana dentro de uma área gerida pela prefeitura, sem confrontá-la diretamente, mas utilizando a criatividade, as “trampolinagens” e as astúcias que as ocasiões permitiam e possibilitavam.

Como afirma Michel de Certeau (1994. P.19), “Sempre é bom recordar que não se devem tomar os outros por idiotas”. Nesse sentido, a despeito de toda encenação protagonizada tanto pelos políticos responsáveis pela implementação do plano, procedimentos silenciosos “sabotaram” e promoveram recriações por traz dos bastidores. Neste capítulo, discuti como e por quais disciplinas, a despeito de todos os planos e decretos governamentais, de toda a rede de vigilância e de todas as regras impostas aos moradores expulsos, “operações microbianas” proliferaram e burlaram tais regras, de forma que eles não se conformaram e não se reduziram a elas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre os anos de 2003 e 2012, a cidade de Recife viveu um momento político favorável à implantação de grandes obras públicas em função do alinhamento político entre as três esferas de governo, com a eleição do pernambucano Luiz Inácio Lula da Silva para presidente da república, João Paulo Lima e Silva para prefeito do Recife, ambos do PT (Partido dos Trabalhadores) e Eduardo Campos do PSB (Partido Socialista Brasileiro), na época aliado do PT, para governador de Pernambuco.

Aliado a isso, nos campos econômico, social e cultural acontecimentos como a eleição do Brasil como sede de vários importantes eventos internacionais, como a Copa das Confederações de Futebol de 2013, a Jornada da Juventude da Igreja Católica, a Copa do Mundo FIFA de 2014 e as Olimpíadas de 2016, criaram as condições para o “desengavetamento” de um antigo projeto de mobilidade urbana para a zona Sul do Recife, área de grande potencial turístico e comercial. Os grandes centros urbanos do país precisavam estar preparados para atender às necessidades do grande fluxo de turistas e de novos negócios que viriam no bojo desses acontecimentos, tanto no que diz respeito à mobilidade, quanto à estética da paisagem e à segurança pública.

Enquanto isso, as localidades pobres situadas em bairros considerados “nobres” pelo setor imobiliário, eram reconhecidas por estes como “a pedra do caminho” que precisava ser removida, pois esses bolsões de pobreza denunciavam os contrastes sociais ainda existentes no país, feriam os padrões de estética vigentes e, ameaçavam a segurança desses bairros, por serem territórios onde o poder público tinha pouco controle.

Dessa forma, o poder público, enquanto aliado das elites sociais e culturais, tratou de elaborar e legitimar discursos que justificassem os projetos de expulsão dessas populações pobres para bairros mais populares, utilizando-se de argumentos que dessem a eles efeitos de verdade, de forma a obter o apoio da opinião pública. Neste contexto, o discurso da “inclusão social” e do “direito à dignidade” por parte dos moradores dessas comunidades surgiram como principais argumentos para os processos de expulsão, obtendo a adesão e o apoio da população mais carente que morava em palafitas nas áreas alagadas do Recife e dos mais ricos que queriam vê-los longe de do bairro de Boa Viagem. Ao mesmo tempo, a divulgação na imprensa de visitas presidenciais a

comunidades pobres e a canteiros de obras de habitações populares, promessas políticas e inaugurações espetaculares trataram de montar o cenário adequado para uma exitosa campanha política com vistas às eleições de 2012 e de 2014.

O Residencial III Via Mangue foi então planejado e construído para assentar a população expulsa em 2010 das localidades pobres “Xuxa” e “Deus nos Acuda”, que existiam na beira do mangue no bairro de Boa Viagem em cuja localização passaria o traçado da Via Mangue, uma via de trânsito rápido exclusiva para automóveis do tipo passeio, que segundo a Prefeitura do Recife, serviria para desafogar o trânsito da Zona Sul, além de preservar as áreas de mangue e promover a “inclusão social”, na medida em que os moradores oriundos das palafitas demolidas receberiam “moradias dignas” para viverem com suas famílias.

As comunidades expulsas surgiram no bairro de Boa Viagem por volta dos anos 1970, em função das oportunidades de trabalho que a proximidade da praia de Boa Viagem e das residências e estabelecimentos ricos podiam proporcionar a seus moradores. Passou, assim, a existir entre a população pobre e a rica daquele bairro uma relação produtiva de trocas que proporcionava aos pobres, produção de renda e aos ricos, uma boa oferta de mão de obra para realização dos serviços mais simples.

No entanto, enquanto a relação no que diz respeito à prestação de serviços de apoio doméstico dos moradores das comunidades pobres aos moradores ricos do bairro era produtiva e pacífica, o direito a um território no bairro por parte dos pobres para habitação e para suas práticas cotidianas nunca foi aceito de fato, e a permanência deles naquele local por cerca de quatro décadas se deu a custa de muitos conflitos e de muitas lutas e sacrifícios por parte dos mais pobres.

Houve muitos conflitos entre os moradores pobres e os vizinhos ricos, que não aceitavam seu assentamento na beira do mangue, o que se refletia em confrontos também com os poderes públicos, como governo estadual e municipal. Além da luta pelo direito ao espaço, havia também a luta contra as mazelas das próprias circunstâncias relacionadas à pobreza, como o aterramento das margens do mangue, que tinha que estar sendo sempre reconstruído, uma vez que o próprio movimento das marés destruía o que era precariamente construído pela população; a luta pela manutenção das estruturas das palafitas, que ficavam constantemente mergulhadas na água e apodreciam, tendo que ser repostas, o que demandava enormes sacrifícios por parte dos

moradores. Havia também a luta contra as doenças, contra as pragas, como ratos e baratas, que atacavam constantemente os moradores.

Por não serem aceitos naquele território, quase não havia investimentos por parte do poder público em infraestrutura para aquele grupamento urbano, como rede de esgoto, abastecimento de água, energia elétrica, equipamentos de saúde e educação. Portanto a moradia era precária e as condições de vida eram condizentes com a pobreza extrema. No entanto, o que fazia com que continuassem existindo ali era a produção de renda, que embora pequena, era viabilizada pela proximidade com o bairro rico.

As dificuldades eram amenizadas através de práticas, como o comércio interno, produzido pelos próprios moradores, que mesclavam o uso habitacional com o comercial e o de prestação de serviços dentro do mesmo espaço. As práticas solidárias também eram utilizadas como táticas para vencer as dificuldades cotidianas, como o cuidado das crianças e dos idosos, que era compartilhado entre os familiares que moravam em casas muito próximas. A moradia, muitas vezes era compartilhada entre membros da mesma família, como irmãos, primos, tios e avós; a segurança era proporcionada pelos laços de amizade e de vizinhança que fazia com que se respeitasse mutuamente.

Não obstante a existência de práticas solidárias, existiam também as tensões e os conflitos nos relacionamentos familiares ou entre vizinhos, assim como os causados pelo tráfico e pelo comércio de drogas ou pelos roubos e furtos praticados por moradores nas áreas ricas do bairro, o que fazia com que a polícia realizasse incursões frequentes às ruas estreitas e casas da comunidade, o que às vezes resultava em prisões e mortes, tanto de moradores quanto de policiais.

Após várias tentativas por parte do poder público de retirar do bairro essa população pobre, finalmente em 2010, as casas da beira do mangue foram derrubadas e a população expulsa para um conjunto de prédios construídos especialmente para assentar essa população, no bairro vizinho da Imbiribeira. Isso, por conta da construção da Via Mangue, cujo traçado atingia oito comunidades pobres assentadas na beira do mangue de Boa Viagem.

De acordo com os dados levantados pela pesquisa, os apartamentos para onde foram expulsos os moradores, de fato, promoveram uma melhoria de vida em termos de

moradia para os moradores mais pobres que viviam nas palafitas, mas desagradaram a outros moradores que haviam investido muitos anos na melhoria de suas casas, que se sentiram prejudicados por terem sido obrigados a abandoná-las e a viver nos pequenos apartamentos construídos pela prefeitura.

Outro grupo, que era majoritário na comunidade e que também se sentiu prejudicado, foi o de comerciantes e de prestadores de serviços, que viviam em função da proximidade com as moradias e estabelecimentos ricos do bairro de Boa Viagem, que viram suas rendas diminuir drasticamente, enquanto as despesas aumentavam, pela obrigatoriedade de pagar taxas de luz, de água e de condomínio, o que não existia na localidade extinta.

O prejuízo causado a esses comerciantes e prestadores de serviços, que no bairro de Boa Viagem, de uma forma ou de outra, estavam integrados ao mercado de trabalho e tinham, portanto, meios relativamente estáveis para produção de renda, além de uma rede de relações com os moradores do bairro como um todo, constitui uma contradição em relação ao discurso oficial, que prometia a promoção da dignidade e da chamada “inclusão social” dos moradores expulsos.

O projeto do conjunto de prédios foi concebido dentro de uma ideologia disciplinadora, onde os moradores foram obrigados a se comprometerem com o respeito a regras impostas pela prefeitura, que passou a monitorar o território e a usar seus dispositivos de controle para garantir o cumprimento de suas determinações. Tais regulamentos obrigaram os moradores a mudarem suas práticas cotidianas que facilitavam o dia a dia da população, como as relações de vizinhança com parentes próximos, a independência das residências umas em relação às outras, a prática do comércio caseiro e da solidariedade entre prestação de serviços e moradia.

Os dados coletados e analisados nesta pesquisa indicam que a imposição por parte da prefeitura de uma forma de organização social estranha à cultura e às tradições dos moradores expulsos do bairro de Boa Viagem e a inserção deles em outro bairro que em nada se assemelha ao lugar onde desenvolveram uma cultura e uma economia adaptadas às suas necessidades cotidianas provocaram uma quebra de identidade, além de não terem solucionado totalmente o problema da segregação social do espaço. As fronteiras culturais, sociais e econômicas que os segregava espacialmente no bairro de Boa Viagem não foram eliminadas com a mudança, mas apenas deslocadas, uma vez

que os estigmas sociais da pobreza acompanharam os moradores e com eles se instalaram no novo local de moradia.

Esses fatores negativos, que atingiram dramaticamente não apenas a economia da população, mas a organização social, a cultura e a identidade dos moradores fizeram com que a recepção ao projeto não fosse passiva nem totalmente pacífica. Através do uso de táticas e de burlas, a população passou a recriar os espaços planejados pela prefeitura, dando novos usos a espaços e equipamentos, de forma a adaptá-los à sua cultura, a viabilizar novamente meios para a produção de renda, principalmente por parte dos moradores que não tinham empregos fixos e dependiam de atividades autônomas para produzirem suas rendas.

Apesar da tentativa da prefeitura de solucionar esse problema através da indenização dos moradores que possuíam estabelecimentos comerciais nas antigas localidades, o dinheiro das indenizações logo foi consumido para compensar a interrupção da produção de renda, sem que tivessem possibilitado de fato a instalação dos equipamentos de produção em outras localidades.

Apesar das proibições e ameaças, os serviços de oficina passaram a ser praticados nos vãos de circulação entre os prédios; as salas dos apartamentos térreos se transformaram em lojas, como mercadinhos, bombonieres, depósitos de água mineral, mercearias e bares; os jardins laterais foram cercados, tornando-se como que propriedades particulares dos moradores que deles cuidavam; nos apartamentos superiores foram penduradas placas abaixo das janelas, indicando as atividades de comércio ou serviços que ali passaram a ser praticadas.

As circulações internas se transformaram em estacionamentos de carroças de praia, usadas para vender alimentos a banhistas e frequentadores da orla de Boa Viagem e o estacionamento externo foi se tornando menor, por causa das barracas que nele vão se instalando, pouco a pouco. Nos finais de semana, áreas do estacionamento se tornaram local de encontros de jovens, que colocaram mesas e cadeiras, para ficar dançando e bebendo, ao som dos CD-players instalados nos automóveis. A prática do espaço por parte dos moradores, a partir de burlas e de táticas, deu a ele novos usos, de forma a adaptá-los ao modo de vida próprio da população para quem foi projetado.

No entanto, a principal tática dos moradores passou a ser o aluguel e a venda dos apartamentos. O aluguel passou a proporcionar uma renda mensal extra, enquanto os proprietários, em geral solteiros ou com famílias pequenas, passaram a morar com seus parentes mais velhos, como pais e tios, deixando assim também de pagar taxas de energia elétrica, água e condomínio. A solidariedade voltou assim a ser um fator de sobrevivência para os moradores.

Os apartamentos passaram a ser cobiçados por pessoas da classe média, uma vez que eram bem localizados e projetados para um estilo de vida condizente com o modo de vida daquelas famílias, que normalmente utilizam o apartamento apenas como moradia, produzindo renda em outros locais, como em estabelecimentos externos ou em empregos fixos.

Essa demanda fez com que os apartamentos se valorizassem enormemente, o que se tornou um fator de pressão imobiliária, levando os moradores a verem na venda dos apartamentos oportunidades para uma mudança de vida, como o investimento em estabelecimentos comerciais e moradias em cidades do interior, onde os terrenos não são tão valorizados e o custo de vida não é tão elevado quanto no Recife. Segundo os relatos dos moradores, hoje, mais da metade dos apartamentos já foram vendidos ou alugados, levando a antiga comunidade a um processo de dispersão.

Esse processo indica que está em andamento um fluxo de migração inverso ao que formou as comunidades pobres das grandes cidades, fechando para muitos um ciclo de quarenta anos, no caso específico daquelas comunidades, desde quando suas famílias saíram do interior em busca de trabalho na cidade de Recife.

Através das análises das entrevistas realizadas no Residencial III Via Mangue, pôde-se identificar, também, o travamento de um combate cultural entre gestores públicos e moradores e entre grupos de moradores com interesses distintos no sentido da construção de uma nova identidade. Entre os moradores, há os que querem trazer para o novo residencial práticas que eram comuns na antiga comunidade e há aqueles que lutam para que haja uma apropriação do modo de vida da classe média, que já ocupa boa parte dos apartamentos entregues pela prefeitura a ex-moradores das comunidades expulsas de Boa Viagem. Estes últimos representam aqueles que têm a sua fonte de renda ligada a um emprego externo, e que utilizam o apartamento entregue pela prefeitura apenas como moradia, sem a necessidade de utilizá-lo também como local de

produção de renda. Estes viram na mudança para o Residencial uma oportunidade de mudança de status social, ou melhor dizendo, viram uma chance de se livrarem de vez dos estigmas sociais da pobreza, que sempre carregaram como uma ferida aberta na pele.

Para estes, a apropriação do modelo de organização social e das novas regras disciplinadoras impostas pela prefeitura, significou uma chance de ascensão social, o que configura mais uma tática, ou seja, apoiados nas estratégias governamentais, eles buscam alcançar objetivos diversos aos que as geraram. Como instrumentos de luta em prol de uma nova identidade, eles já criaram *slogans*, ou seja, já desenvolveram um discurso, cujo mote principal é: “Não basta só deixar a favela, tem que abandonar o espírito de favelado”. Existe entre eles um temor de que no Residencial voltem a dominar as práticas que os caracterizam como “favelados”, estigma do qual desejam se livrar através da adoção de costumes de outras classes sociais mais privilegiadas, o que está sendo proporcionado pela ocasião.

Esses, não medem esforços para conseguir o que chamam de “adaptação ao novo modelo de moradia”, se apropriando, assim, do discurso oficial. Eles têm como aliados os gestores públicos e a imprensa local, que difundem o discurso de que o poder público, finalmente, obteve êxito na luta contra o que os grupos economicamente e culturalmente mais poderosos consideram o “câncer” da cidade, ou seja, as ilhas de pobreza dentro de bairros ricos, comumente representadas como “favelas”.

Apesar do apoio de grupos específicos de moradores, os discursos estratégicos do poder público que deram sustentação à implantação do projeto da Via Mangue não foram recebidos pacificamente por toda a população expulsa do bairro de Boa Viagem, mas desencadearam uma série de combates culturais, que fugiram ao controle dos seus idealizadores.

Enfim, as comunidades pobres que “estavam no caminho” da Via Mangue foram, de fato, expulsas e deram lugar, aos parques, às pontes, aos túneis e aos viadutos requeridos pelos que querem lucrar com os eventos internacionais, com os empreendimentos imobiliários e com o turismo na cidade do Recife. No entanto, a intervenção governamental pôs em movimento os mais diversos atores sociais, cujas ações e reações não são uniformes, não podem ser previstas ou controladas, mas são impulsionadas pelos mais diversos interesses e direcionadas pelo acaso dos combates

culturais e sociais, que “fabricam” identidades, deslocam, levantam e derrubam fronteiras e continuam indefinidamente a cartografar a cidade no movimento incessante da história.

Concluo esta dissertação lembrando ao leitor que esta é apenas uma interpretação sobre os fatos e eventos nela discutidos. Nos debates sobre eles haverá sempre conflitos que advirão da insuficiência de registros, dos diversos interesses, lugares de fala, ideologias e memórias em jogo, que produzirão sempre discordâncias. Nem tudo pode ser revelado ou esclarecido, descoberto ou conhecido tal como foi. Neste trabalho, não foi possível nem o seria em nenhum outro, inventariar todos os fatos ou dialogar com todos os personagens. Esses são os limites da história, a qual se defronta com muitas armadilhas (REZENDE A.P., 2002).

As narrativas históricas também não são neutras, estão sempre contaminadas com a subjetividade de quem as desenvolve, com as marcas de seu tempo, e com suas expectativas em relação ao futuro, pois ela resulta sempre de um diálogo entre o presente e o passado (IDEM). Aí poderá estar o valor desta narrativa, pois ela poderá contar a pesquisadores do futuro mais sobre o tempo em que foi registrada, que sobre os próprios fatos por ela narrados, e, como todo elemento do mundo das coisas, também ficará sujeita ao movimento incessante e às transformações que fabricam o tempo.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **As figuras do sensível**: história, cultura e espaço no Brasil do início do século XX. n. 29, p. 151-162, 2005

AMADO, Janaina e; FERREIRA, Marieta de Moraes, coordenadoras. **Usos & abusos da história oral**. – 8. Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006

ARAUJO, Eronides Câmara de. **Fazer de algumas passagens, quadros e quem sabe um dia, você possa Assinar**: homens traídos e práticas da masculinidade para suportar a dor. Campina Grande: UFCG, 2011. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Trad. Maria Lúcia Pereira. Campinas, SP: Papirus, 1994

_____. **Le temps en ruines**. Paris : Galilée, 2003

AVELINO, Yvone Dias. **Territórios de Exclusão Social**: A cidade e a Saúde Pública (1889-1930). In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: PODER, VIOLÊNCIA E EXCLUSÃO, XIX., 2008, São Paulo. Anais... São Paulo: ANPUH/SP – USP, 2008, CD ROM

AZEVEDO, José. **Metodologias qualitativas**: análise do discurso. Disponível em <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4264.pdf>> Acesso em: 09 de dez. de 2013.

BORGES, Valdeci Rezende. **História e Literatura**: Algumas Considerações. Revista de Teoria da História Ano 1, Número 3, junho/ 2010 - Universidade Federal de Goiás ISSN: 2175-5892

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo, Brasiliense, 1990

_____. **L'identité et la représentation**: éléments pour une réflexion critique sur l'idée de la région. In Actes de la Recherche en Sciences Sociales. Paris, n° 35, nov. 1980, p. 67.

_____. & CHARTIER, Roger. **A leitura**: uma prática cultural. In: CHARTIER, R. (org.) Práticas da Leitura. Tradução Cristiane Nascimento, 2ª ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

BRESCIANI, Maria Stella M. **História e Historiografia das Cidades**, Um Percurso, in Historiografia Brasileira em Perspectiva. São Paulo: Contexto, 1998.

CARLOS, Ana Fani A. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Brochura, 2004.

CARVALHO, Monique Batista. **A política de pacificação de favelas e as contradições para a produção de uma cidade segura**. O Social em Questão - Ano XVI - nº 29 – p. 285-308. 2013

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

_____. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de Fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.costa

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa. Difel, 1990.

_____. **À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

CHAUVEAU. A; TÉTARD, Ph (orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru: Edusc, 1999.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. **A cidade e o pensamento médico: uma leitura do espaço urbano**. Mercator - Revista de Geografia da UFC, ano 01, número 02, 2002.

CUNHA, Eulides da. **Os Sertões: campanha de Canudos**. 2ª ed. Rio de Janeiro: F. Alves; Brasília: INL, 1979.

DIAS, Cristiane. **Habitar o não-lugar**. Com Ciência-Revista Eletrônica de Jornalismo Científico , 2007. ISSN 1519-7654

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **A arqueologia do saber**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1995.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro – 8.ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HUGHES, P.J.A. **Segregação Socioespacial e Violência na Cidade de São Paulo: Referências Para a Formulação de Políticas Públicas.** São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.18, n.4, p. 93-102, oct./dez. 2004

LAROSSA, Jorge. **A operação ensaio:** sobre o ensaiar e o ensaiar –se no pensamento, na escrita e na vida. Revista Educação e Realidade. 29(1):27-43. jan/jun 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1990.

MACHADO, Thiago. **A Via Mangue e o prefeito do Recife: JCPM - Quem ordena a cidade?** Disponível em <<http://www.espacobanal.com.br/2010/10/via-mangue-e-o-prefeito-do-recife-jcpm.html>> Acesso em jun. de 2012.

MARQUEZ, Rodrigo Oliveira. **Três polêmicas com hayden White.** Revista de Teoria da História Ano 2, Número 5, junho/ 2011 Universidade Federal de Goiás ISSN: 2175-589254

MATTOS, Romulo Costa. **Aldeias do mal:** Governantes sempre associaram “favelas” ao crime e à falta de higiene. Revista de História .com.br, 2007. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/aldeias-do-mal>> Acesso: 29 abr 2012.

MELO JR., Jamildo Pereira de. **Moradora símbolo do via mangue 3 nunca votou em lula.** Blogjamildo, 2010. Disponível em: <http://jc3.uol.com.br/blogs/blogjamildo/canais/noticias/2010/05/07/moradora_simbolo_do_via_mangue_3_nunca_votou_em_lula__70331.php> Acesso: 13 mai. 2013

_____. **Pedra fundamental da via mangue lançada neste sábado.** Recife: Blog de jamildo, publicado em 11/06/2011. Disponível em: <http://jc3.uol.com.br/blogs/blogjamildo/canais/noticias/2011/06/11/pedra_fundamental_da_via_mangue_lancada_neste_sabado_103461.php> Acesso: 30 abr. 2012.

MONTEIRO, Marcelo. **Origem do nome de “favelas”.** Viva Rio, 2012. Disponível em: <<http://www.favelatemmemoria.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inoid=40&sid=3>> Acesso em 29 abr 2012.

_____. **O avô das favelas.** Viva Rio, 2004. Disponível em: <<http://www.favelatemmemoria.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=4&inoid=63>> Acesso em 08 jun 2013.

MONTENEGRO, A.T. **Travessias e desafios.** In Laverdi, Robson et al (org). História oral, desigualdades e diferenças – Recife: Ed. Universitária da UFPE; (Florianópolis/SC): Ed. Da UFSC, 2012.

_____. **História, metodologia, memória** – 1. Ed., 1ª reimpressão- São Paulo: Contexto, 2010.

_____. **História oral e memória: a cultura popular revisitada.** 6. Ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2013-A.

_____. **Percursos historiográficos e metodológicos da contemporaneidade.** In Santhiago, Ricardo e Magalhães, Valéria Barbosa de (org). Depois da utopia: A história oral em seu tempo. – São Paulo: Letra e Voz: Fapesp, 2013 -B.

MORADORES DE FAVELA SÃO ATACADOS POR RATOS EM BOA VIAGEM. Recife: JORNAL DO COMMERCIO, publicado em 09/11/2009. Disponível em: <<http://ne10.uol.com.br/canal/cotidiano/pernambuco/noticia/2009/11/09/moradores-de-favela-sao-atacados-por-ratos-em-boa-viagem-205024.php>> Acesso 01 mai. 2012

MULLER, Helena Isabel. **História do tempo presente: algumas reflexões.** In. PÔRTO JR., Gilson (org.). História do tempo presente. Bauru, SP: Edusc, 2007.

NOVARA, E. **Promover os talentos para reduzir a pobreza.** Estudos Avançados, v.17, n.48, p. 101-23, mai./ago. 2003 a.

OBSERVATÓRIO DE FAVELAS. **O que é a favela, afinal?** Disponível em: <[http://www.observatoriode" favelas".org.br/observatoriode" favelas"/acervo/view_text.php?id_text=16](http://www.observatoriode)>. Acessado em: 25/10/2011

PARA MORADORES, O QUE INTERESSA É A CASA NOVA. Recife: JORNAL DO COMMERCIO, publicado em 01/10/2009. Disponível em: <http://www.skyscrapercity.com/archive/index.php/t-966144.htm> Acesso: 30 abr. 2012.

PEREIRA, Bernadeth Maria. **A história da educação conjugada à história oral em imagem videográfica.** Centro Federal de Educação tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG - Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Lugares Malditos: a cidade do “outro” no Sul brasileiro** (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX) Rev. bras. Hist. vol.19 n.37 São Paulo Sept. 1999.

PRAZER, EU SOU WELLINGTON . Caderno Reencontros - Recife: Jornal do Comércio, publicado em 09/10/2011.

PREFEITURA DO RECIFE. **Via Mangue.** 2008. Disponível em: <http://www.recife.pe.gov.br/2008/05/05/mat_161990.php>. Acesso: 10 out. 2011.

PREFEITURA CADASTRA FAMÍLIAS RESIDENTES NO TRAJETO DA VIA-MANGUE. Recife: ACERTO DE CONTAS, publicado em 25/05/2007. Disponível em: <<http://acertodecontas.blog.br/atualidades/prefeitura-cadastra-familias-residentes-no-trajeto-da-via-mangue/>> Acesso: 30 abr. 2012.

PUNTES, Jhonny; GAVIDIA, J. L. Monzant. **História e historiografia**: construção de novas tendências teóricas. In. PÔRTO JR., Gilson (org.). História do tempo presente. Bauru, SP: Edusc, 2007.

REZENDE, Antônio Paulo. **O Recife**: histórias de uma cidade. Volume 6 de Coleção Malungo – Prefeitura do Recife, Secretaria de Cultura, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2002

REZENDE, Fernando e TAFNER, Paulo.(Editores) **Brasil: o estado de uma nação**. Rio de Janeiro: IPEA, 2005.

ROCHA, Décio e DEUSDARÁ, Bruno. **Análise de Conteúdo e Análise de Discurso**: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. Rio de Janeiro, RJ: Alea volume 7 – número 2. Julho-dezembro, 2005

SÁ, A.J. de . **Desigualdades Metropolitanas**: Limites e Possibilidades. In: SOUZA, M. A. de. (Org.). A Metrópole e o Futuro: Refletindo sobre Campinas. Campinas: Edições Territorial, 2008, v. 1, p. 335-345.

SANTOS. Julyana G. dos. **Mobilidade urbana e identidade cultural**: influência do projeto Via Mangue na Localidade Bacardi: “Da lama ao caos”. 12º Encontro de Geógrafos da América Latina, Montevideu, 2009.

SARGENTINI, Vanice M. Oliveira. **A noção de formação discursiva**: Uma relação estreita com o corpus na análise de discurso. Disponível em <http://www.discurso.ufrgs.br/sead2/doc/vanices_argentini.pdf> Acessado em 15 de agosto de 2012.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. São Paulo, Cultrix, 1991.

SERRES, M. **Récits d’humanisme**. Paris: Le pommier, 2006

SILVA, Cleiton Ferreira da. **Empreendedorismo e mercadificação** no espaço urbano: uma reflexão sobre o EIA/RIMA e as implicações socioambientais do projeto de construção da Via Mangue em Recife. Geoambienteonline, Jataí-UFG, n.18, p. 83-99, jan./jun. 2012.

SILVA, Jailson de Souza e; BARBOSA, Jorge Luiz . **Favela**: alegria e dor na cidade. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio, 2005.

SILVA, Tomaz Tadeu da, HALL, S.; WOODWARD, K. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2003.

SOARES, Roberta. **Um obstáculo para a Via Mangue**. Jornal do Comercio (Cidades) 2009. Disponível em : <http://www.informazione4.com.br/cms/opencms/amppe/servicos/clipagem/2009/out/clipagem_3347.html> Acesso: 30 abr. 2012.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a Ágora**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

TVNBR. **Cerimônia de entrega de 480 unidades habitacionais no Recife (PE)** 28/02/2012. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=ECD5XPurfzY> . Acesso em: 08 jul 2013

WEIL, Pierre. **Rumo à nova transdisciplinaridade: sistemas abertos de conhecimento** / Pierre Weil, Ubiratan D'Ambrosio, Roberto Crema. – São Paulo: Summus, 1993.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Júnior. **Um Século de Favela**. Rio de Janeiro: Ed FGV-2004.

ZHOURI, Andréa. **Conflitos Sociais e Meio Ambiente Urbano** -Revista Documenta. Rio de Janeiro, N° 17, (2007). Disponível em: <http://www.psicologia.ufrj.br/pos_eicos/pos_eicos/arqanexos/documenta/documenta17/indice.htm#> Acesso 20 ago. 2012.

ANEXOS

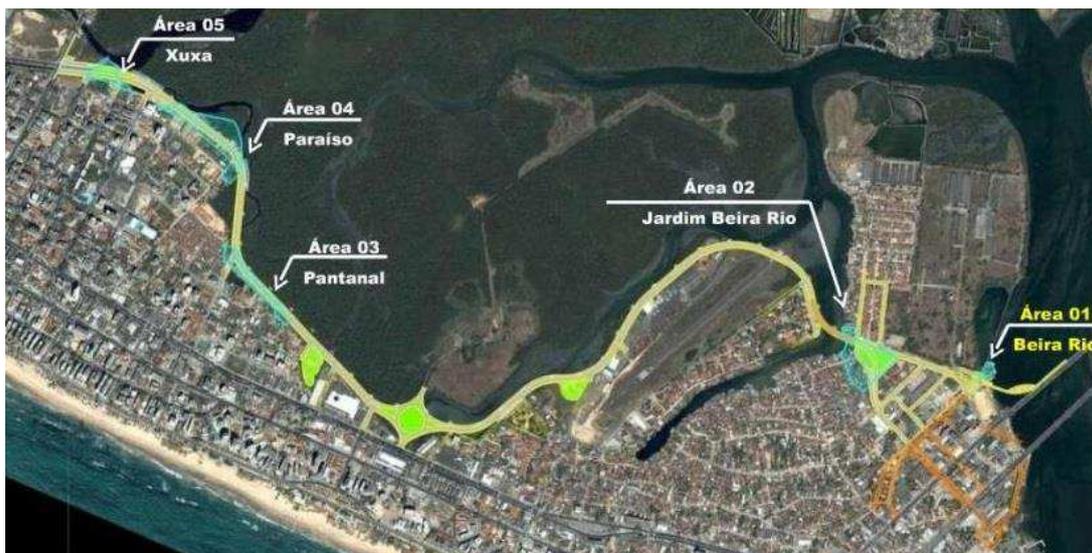
IMAGENS

Figura 2: A Via Mangue e as “favelas” “Xuxa” e “Deus nos Acuda”



Fonte: <<http://www.slideshare.net/blogdejamildo/data-show-via-mangue-audiencia-publica>>

Figura 3: Via Mangue e as 8 localidades atingidas



Fonte: <http://www.slideshare.net/blogdejamildo/data-show-via-mangue-audiencia-publica>

Figura 4: Área de mangue atingida pela Via Mangue



Fonte: <http://www2.recife.pe.gov.br/>

Figura 5: Praia de Boa Viagem



Fonte: <http://aquiboaviagem.com.br/2012/06/porta-de-bairro-da-voz-a-moradores-de-boa-viagem/>

Figura 6: Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem na década de 2000



Fonte: <http://www.panoramio.com/photo/49773556>

Figura 7: Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem na década de 1950



Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1103073>

Figura 8: Planta típica de manguezais



Fonte: http://www.onordeste.com/blogs/index.php?titulo=Blog+Olinda+Urgente+-+Olinda:+Uma+aula+sobre+o+mangue+registrada+em+fotografias¬id=3094&id_user=5

Figura 9: Tipologia de edificação sobre palafitas



Fonte: http://mestrechassot.blogspot.com.br/2011_12_01_archive.html

Figura 10: Tipologia de edificação sobre palafitas



Fonte: “Xuxa”.blogspot.com.br

Figura 11: Residência na localidade “Deus nos Acuda”



Fonte: Acervo do autor

Figura 12: Residência acoplada a comércio em “Deus nos Acuda” (2010)



Fonte: Acervo do autor

Figura 13: Residência acoplada a comércio em “Deus nos Acuda” (2010)



Fonte: Acervo do autor

Figura 14: Bar, comércio e serviços acoplados a residências em “Deus nos Acuda”



Fonte: Acervo do autor

Figura 15: Catadora de latinhas na Praia de Boa Viagem



Fonte: <http://boaviagemrecife.blogspot.com.br/>Google

Figura 16: Vendedor de abacaxi na Praia de Boa Viagem



Fonte: <http://boaviagemrecife.blogspot.com.br/>Google

Figura 17: Vendedora de amendoins na Praia de Boa Viagem



Fonte: <http://boaviagemrecife.blogspot.com.br/>

Figura 18: Vendedor de jangadas em miniatura na Praia de Boa Viagem



Fonte: <http://boaviagemrecife.blogspot.com.br/>

Figura 19: Vendedor de churrasquinho na Praia de Boa Viagem



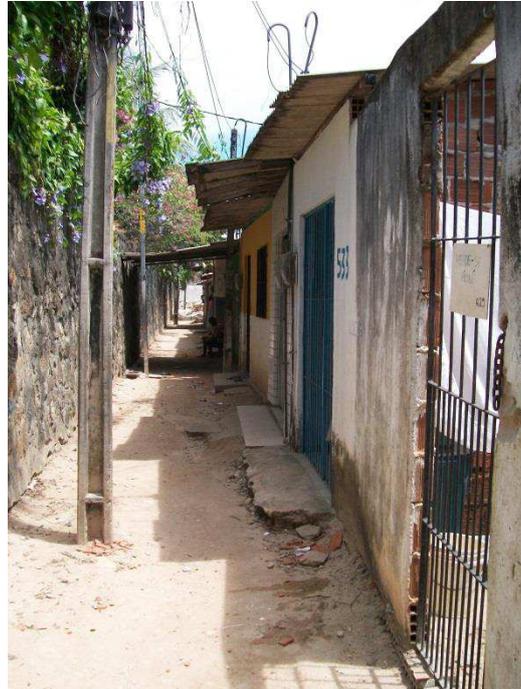
Fonte: <http://boaviagemrecife.blogspot.com.br/>

Figura 20: Crianças brincando em “Deus nos Acuda” (2010)



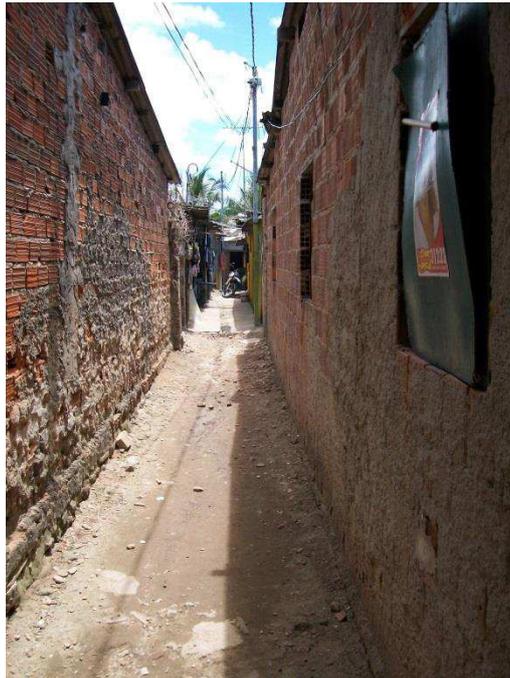
Fonte: Acervo do autor

Figura 21: Beco na localidade “Deus nos Acuda” (2010)



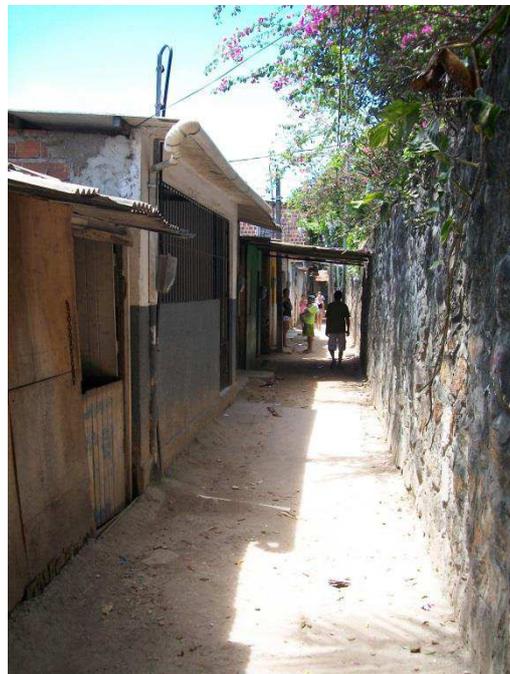
Fonte: Acervo do autor

Figura 22: Beco na localidade “Deus nos Acuda” (2010)



Fonte: Acervo do autor

Figura 23: Beco na localidade “Deus nos Acuda” (2010)



Fonte: Acervo do autor

Figura 24: Lula distribui autógrafos aos moradores das palafitas da favela Brasília Teimosa



Fonte: Recife, 10/1/2003 Agência Brasil - ABr (Foto: Rose Brasil/hor-42)

Figura 25: Policiais observam multidão na entrada de Brasília Teimosa, à espera do Presidente Lula e comitiva



Fonte: Recife, 10/1/2003 (Agência Brasil - ABr) (Foto: Rose Brasil/hor. 30)

Figura 26: Presidente Lula e o Prefeito do Recife João Paulo em visita à obra do Casarão do Cordeiro.

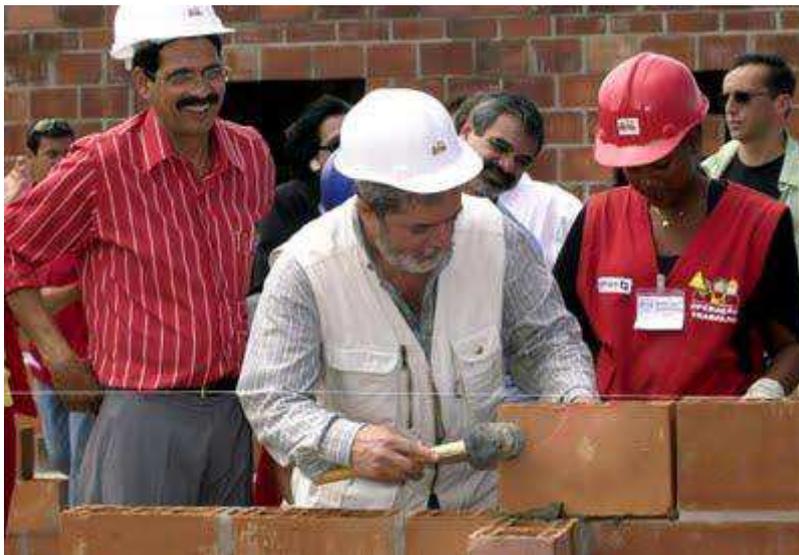


Foto: Ricardo Stuckert (Presidência da República) 19/09/2004

Figura 27: Casarão do Cordeiro em 2009



Fonte: <http://74.86.56.34/~lucianos/site2009-2/index.php/pernambucanidades/6524-marco-albertim-o-casarao-do-cordeiro>

Figura 28: Vista geral “Xuxa”, “Deus nos Acuda” e Residencial Via Mangue III



Fonte: <https://maps.google.com.br/>

Figura 29: Vista aérea do Residencial Via Mangue III



Fonte: <https://maps.google.com.br/>

Figura 30: Vista do estacionamento e dos blocos do Residencial Via Mangue III



Fonte: acervo do autor

Figura 31: Salão de festas do conjunto de prédios



Fonte: Acervo do autor

Figura 32: Quadra de futebol do conjunto de prédios



Fonte: Acervo do autor

Figura 33: Entrada do Residencial Via Mangue III



Fonte: Acervo do autor

Figura 34: Conjunto de casas em cidade do interior do Nordeste



Fonte: <http://www.flickr.com/groups/ts-brasil/discuss/72157623753373976/>

Figura 35: Cozinha e área de serviço do apartamento do Residencial Via Mangue III



Fonte: Acervo do autor

Figura 36: Quarto do apartamento do Residencial Via Mangue III



Fonte: Acervo do autor.

Figura 37: Lula entrega chaves a Sandra, juntamente com o Governador Eduardo Campos e o Prefeito João da Costa



Fonte: <http://jc3.uol.com.br/blogs/blogjamildo/canais/noticias/2010/05/07/moradora_simbolo_do_via_mangue_3_nunca_votou_em_lula__70331.php> Acesso: 13 mai. 2013

Figura 38: Lula visita apartamento de Sandra



Fonte: <http://jc3.uol.com.br/blogs/blogjamildo/canais/noticias/2010/05/07/moradora_simbolo_do_via_mangue_3_nunca_votou_em_lula_70331.php> Acesso: 13 mai. 2013

Figura 39: Vista do terreno da “Xuxa” após a demolição, a partir da ponte onde as pessoas colocaram seus pertences para serem transportados para o novo residencial



Fonte: Acervo do autor.

Figura 40: Demolição da “Xuxa”



Fonte:<http://www.recife.pe.gov.br/2010/05/20/prefeito_joao_da_costa_visita_localidade_da_”Xuxa”_171940.php>

Figura 41: “Deus nos Acuda” após a demolição



Fonte: Acervo do autor

Figura 42: Palafitas em “Deus nos Acuda” após a demolição



Fonte: Acervo do autor

Figura 43: Fila para passar em detector de metais no dia da inauguração do Residencial Via Mangue III



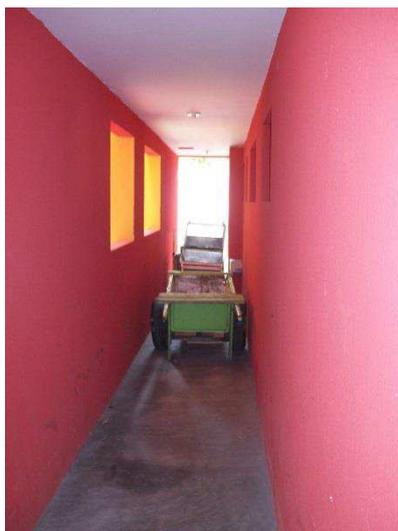
Fonte: <http://jc3.uol.com.br/blogs/blogjamildo/canais/noticias/2010/05/07/moradora_simbolo_do_via_mangue_3_nunca_votou_em_lula__70331.php> Acesso: 13 mai. 2013

Figura 44: Lula entrega chaves a Sandra



Fonte: Diego Nigro

Figura 45: Carroça estacionada na circulação do prédio



Fonte: Acervo do autor

Figura 46: Carroça estacionada nas áreas comuns do prédio



Fonte: Acervo do autor

Figura 47: Prática de comércio em apartamento térreo do residencial



Fonte: Acervo do autor

Figura 48: Prática de comércio em apartamento térreo do residencial



Fonte: Acervo do autor

Figura 49: Quiosques construídos pela prefeitura em 2012



Fonte: Acervo do autor

Figura 50: Quiosques construídos pela prefeitura em 2012, com modificações executadas pelos usuários



Fonte: Acervo do autor

Figura 51: Sandra em primeiro plano. Área entre blocos, e oficina de Dida ao fundo.



Fonte: Acervo do autor

Figura 52: Carroça de praia carregada com bancos e isopor, para vender bebidas, estacionada no jardim. Oficina de Dida ao fundo



Fonte: Acervo do autor

Figura 53: Placa de Plínio Cabeleireiro no primeiro andar de um dos blocos



Fonte: Acervo do autor

Figura 54: Guarita transformada em salão de cabeleireiro



Fonte: Acervo do autor

Figura 55: Salão Plínio Cabeleireiro



Fonte: Acervo do autor

Figura 56: Plínio em seu salão de cabeleireiro



Fonte: Acervo do autor

Figura 57: Canteiros privados, cercados e cuidados



Fonte: Acervo do autor

Figura 58: Canteiros privados, cercados e cuidados



Fonte: Acervo do autor

Figura 59: Canteiros privados, cercados e cuidados



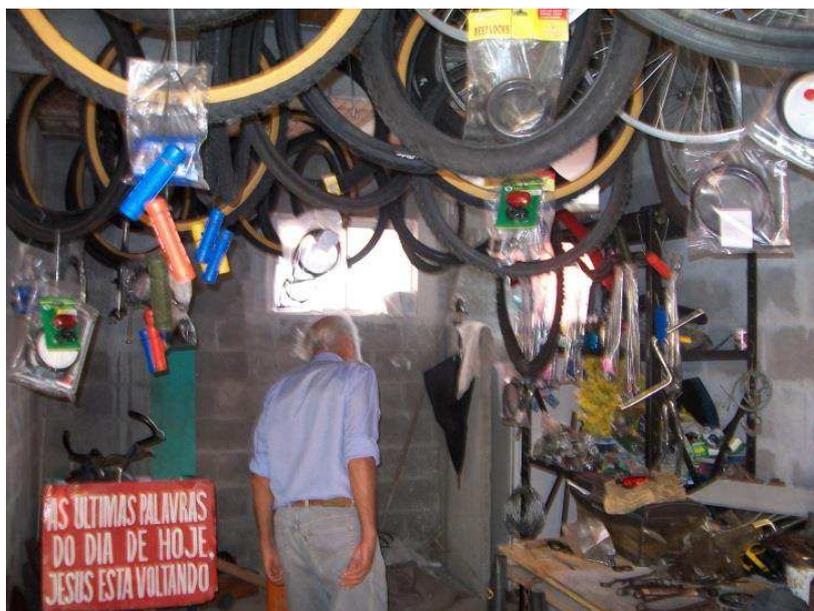
Fonte: Acervo do autor

Figura 60: Placa da oficina do Irmão Manoel em frente ao bloco em que mora



Fonte: Acervo do autor

Figura 61: Visitante na sala do apartamento do Irmão Manoel, onde se vê placa com mensagem evangélica



Fonte: Acervo do autor

Figura 62: Placa indicativa da oficina do Irmão Manoel, fora do residencial



Fonte: Acervo do autor

TERMOS DE AUTORIZAÇÃO

Ao longo da coleta de dados, foram utilizados dois tipos de carta de seção. Num primeiro momento, utilizou-se um modelo mais completo, que foi posteriormente substituído por outro mais simples, com o intuito de encorajar mais facilmente o entrevistado a concordar com seus termos, conforme abaixo:

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Pelo presente instrumento, eu, abaixo assinado e identificado, autorizo o Sr. Paulo Alexandre Xavier Marques, portador do RG 2275199-SDS PE e CPF 37133659468, a utilizar minha entrevista, a ser veiculada, primariamente, no material em texto desenvolvido como dissertação de mestrado ou ainda destinado à inclusão em outros projetos ou trabalhos acadêmicos ou educativos, organizados por ele. Sem limitação de tempo ou número de exibições.

Esta autorização inclui o uso de todo o material criado que contenha a entrevista concedida realizada no dia ____/____/_____, por ele mesmo, da forma que melhor lhe aprouver, notadamente para toda e qualquer forma de comunicação ao público, tais como material impresso, em áudio, via internet ou em vídeo, sem limitação de tempo ou do número de utilizações/exibições, no Brasil ou no exterior, através de qualquer processo de transporte de sinal ou suporte material existente, sendo certo que o material criado destina-se à produção de obra intelectual, conforme expresso na Lei 9.610/98 (Lei de Direitos Autorais).

Na condição de titular dos direitos patrimoniais de autor da série de que trata o presente, o aluno supracitado poderá dispor livremente da mesma, para toda e qualquer modalidade de utilização, por si ou por terceiros por ele autorizados para tais fins.

Recife, _____ de _____ de 20 ____

Assinatura: _____

Nome: _____

End.: _____

CARTA DE CESSÃO

Recife, _____ de _____ de 201____

Venho, por meio desta, informar que eu,

_____, RG: _____, declaro para os devidos fins que cedo os direitos autorais de minha entrevista gravada em _____ para o Sr. Paulo Alexandre Xavier Marques, RG 2275199 SDS PE, usá-las integralmente ou em partes, sem restrições de prazos ou citações, desde a presente data.

Abdicando de direitos meus e de meus descendentes quanto ao objeto dessa carta de cessão, subscrevo a presente.

Assinatura do Depoente